

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Tatiane Fátima de Rezende

As visitas das senhoras inspetoras e dos senhores inspetores:

Fiscalização do ensino nos Colégios Nossa Senhora das Dores e Santo Antônio de São João
del-Rei (1937-1964)

Juiz de Fora

2025

Tatiane Fátima de Rezende

As visitas das senhoras inspetoras e dos senhores inspetores:

Fiscalização do ensino nos Colégios Nossa Senhora das Dores e Santo Antônio de São João del-Rei (1937-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação. Área de Concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Zélia Maia de Souza

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rezende, Tatiane Fátima de.

As visitas das senhoras inspetoras e dos senhores inspetores : Fiscalização do ensino nos Colégios Nossa Senhora das Dores e Santo Antônio de São João del-Rei (1937-1964) / Tatiane Fátima de Rezende. – 2025.
220 f.

Orientador: Maria Zélia Maia Souza

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

1. História da Educação. 2. Inspeção Escolar. 3. Colégios Confessionais. 4. Cultura Escolar. 5. São João del-Rei. I. Souza, Maria Zélia Maia, orient. II. Título.

Tatiane Fátima de Rezende

As visitas das Senhoras Inspetoras e dos Senhores Inspetores: fiscalização do Ensino nos Colégios Nossa Senhora das Dores e Santo Antônio de São João del-Rei (1937-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: "Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas".

Aprovada em 7 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria Zélia Maia de Souza - Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Jader Janer Moreira Lopes
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Marcus Leonardo Bomfim Martins
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. José Cláudio Sooma Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dra. Fátima Aparecida do Nascimento
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 02/06/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Zelia Maia de Souza, Professor(a)**, em 14/07/2025, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FATIMA APARECIDA DO NASCIMENTO, Usuário Externo**, em 17/07/2025, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jader Janer Moreira Lopes, Professor(a)**, em 18/07/2025, às 08:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Cláudio Sooma Silva, Usuário Externo**, em 18/07/2025, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS, Professor(a)**, em 21/07/2025, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2430559** e o código CRC **06C943F9**.

À memória da professora Maria Cecília de Medeiros Abras, que me ensinou a estudar e amar a História da Educação. Que este trabalho seja portador de seu legado e de seu encanto por estes colégios.

AGRADECIMENTOS

A etapa que aqui se encerra com a apresentação da presente tese vai muito além de um aspecto de minha profissional ou acadêmica, mas consistiu em uma fase fundamental na minha vida e desenvolvimento pessoal. Durante os últimos quatro anos, todos os meus pensamentos, ações e anseios foram permeados pelo receio e pelo desejo de ver, enfim, este projeto concluído. Tal como todo doutorando, muitas noites foram perdidas, medos foram enfrentados, muitas ausências foram justificadas e, especialmente, muita ansiedade teve que ser administrada. Mas enfim, concluo, ciente e tranquila por saber que fiz o melhor que pude.

Sempre ouvi que a atividade de pesquisa é, em si, um ato solitário. Posso dizer que existe alguma verdade nesta afirmação. Contudo, nos momentos mais incertos desta caminhada, em que a insegurança e o receio me atravessavam, eu sabia que era só me levantar e dar alguns passos para ser acolhida e abraçada por pessoas que me ajudam a dar um sentido maior a este período. E à todas essas pessoas eu sou sempre grata, por tudo, e a elas dedico esses longos anos de trabalho. Sou grata aos meus pais, Odete e Emídio, pelo apoio, pelo carinho e por me possibilitarem sentir um orgulho imensurável de ser filha deles. Sou grata, de corpo e alma, ao meu amor, companheiro e cantor predileto no mundo, Jairo Carlos, que me acompanhou, apoiou, incentivou e acolheu a cada etapa. Sem ele, essa caminhada teria sido muito mais difícil. Sou grata aos meus irmãos Edilson, Josimar, Simone, Denílson e Douglas, que me mostram a cada dia o real significado da palavra “família”. Sou grata aos meus amigos, antigos e recentes, Giselly, Elimar, Nicolau, Priscilla, Stella, Marcelo, Daniel, Júnior, Renata, Luciano e Gustavo, pelo carinho e incentivo.

Agradeço também aos meus companheiros de pós-graduação, Sandra, Jairo, Juliana e Polyana pelo apoio e acolhimento. Agradeço aos professores do curso de História da Universidade Federal de São João del-Rei, Prof.^a Dr.^a Cássia Palha e Prof. Dr. Orlando Almeida, cuja dedicação são, para mim, inspiração. Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Daniel Cavalcanti, que acompanhou meus primeiros anos de pesquisa. Sou grata também à Prof.^a Dr.^a Maria Zélia Maia, que me acolheu e aceitou andar comigo nesta caminhada, com dedicação e carinho. Agradeço, enfim, a todos os professores membros da banca, Prof. Dr. José Claudio Sooma, Prof.^a Dr.^a Fátima Nascimento, Prof.^a Dr.^a Paula Leonardi, Prof. Dr. Marcus Bomfim e Prof. Dr. Jader Janer, que, desde a qualificação até a defesa final muito contribuíram com comentários, críticas e sugestões, fundamentais para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da presente pesquisa.

Como esquecer esse universo peculiar, essa organização que aprisionou a nossa infância numa rede de repressões, deslumbramentos e descobertas de conhecimento, códigos, símbolos, normas, valores, disciplinas? (Souza, 1998, p.16).

RESUMO

A presente pesquisa integra o campo da História da Educação, buscando olhar para as culturas e práticas que se desenvolveram no cotidiano escolar de dois colégios confessionais de São João del-Rei: o Colégio Santo Antônio e o Colégio Nossa Senhora das Dores, no período entre 1937 e 1964. De tal modo, tomei como objeto de pesquisa a ação dos inspetores de ensino atuantes nos dois estabelecimentos de ensino são-joanenses, considerando-os enquanto importantes figuras na configuração escolar, que influenciaram diretamente as práticas cotidianas vivenciadas nas instituições e as culturas escolares constituídas a partir de tais experiências. Para tal, foram utilizadas uma série de conjuntos documentais, fundamentais para a compreensão de diferentes aspectos da inspeção de ensino, tais como fotografias, jornais escolares, legislações educacionais e documentos administrativos, em especial, os termos de visita e os relatórios de inspeção. As análises estiveram centradas em dois períodos de importantes transformações políticas e educacionais no Brasil, passando pelo Estado Novo (1937-1945) e pelo período Liberal-democrático (1946-1964). Em cada um destes contextos, a educação foi tomada como importante meio para efetivação de projetos políticos distintos, seja na busca da formação da identidade nacional do primeiro ou na valorização da modernidade do segundo. Neste quadro, os inspetores ensino atuaram dentro das instituições escolares estudadas enquanto mediadores das determinações oficiais, materializadas em órgãos como Ministério da Educação e a Secretaria Estadual de Educação, e os agentes escolares, com os quais estabeleciam relações e vínculos no exercício de suas funções. Para além dos muros das escolas, foi possível perceber que diversos inspetores desenvolveram carreiras profissionais, relacionadas ou não ao campo educacional. Assim, enquanto alguns atuaram como professores e diretores de educandários são-joanenses, outros desenvolveram atividades profissionais desvinculadas ao campo educacional. Deste modo, muitos inspetores atuaram como advogados, médicos, poetas, escritores, jornalistas, políticos, farmacêuticos em paralelo com suas funções na inspeção escolar, tendo sido possível perceber a existência de redes de sociabilidade intelectual vinculando os inspetores e associações literárias e culturais são-joanenses.

Palavras-chave: História da Educação. Inspeção Escolar. Colégios Concessionais. Cultura Escolar. São João del-Rei.

ABSTRACT

The present research is part of the field of the historiography of education, aiming to examine the cultures and school practices that developed in the daily life of two confessional schools in São João del-Rei: Colégio Santo Antônio and Colégio Nossa Senhora das Dores, during the period from 1937 to 1964. Thus, I took as the research object the actions of the education inspectors working in these two São João institutions, considering them as important figures in the school configuration who directly influenced the daily practices experienced in the institutions and the school cultures constituted from these experiences. For this purpose, a series of documentary sets were used, fundamental for understanding different aspects of educational inspection, such as photographs, school newspapers, educational legislation, and administrative documents, especially the visit reports and inspection reports. The analyses focused on two periods of significant political and educational transformations in Brazil, covering the Estado Novo (1937–1945) and the Liberal-Democratic period (1946–1964). In each of these contexts, education was regarded as an important means for implementing distinct political projects, whether in the pursuit of forming national identity in the first period or valuing modernity in the second. Within this framework, the education inspectors acted within the studied school institutions as mediators of official determinations, materialized in bodies such as the Ministry of Education and the State Department of Education, and the school agents with whom they established relationships and bonds in the exercise of their functions. Beyond the school walls, it was possible to perceive that several inspectors developed professional careers related or unrelated to the educational field. Thus, while some worked as teachers and principals of São João schools, others pursued professional activities unrelated to education. In this way, many inspectors acted as lawyers, doctors, poets, writers, journalists, politicians, and pharmacists alongside their roles in school inspection, revealing the existence of intellectual sociability networks linking the inspectors with São João del-Rei's literary and cultural associations.

Keywords: History of Education. School Inspection. Confessional Schools. School Culture. São João del-Rei.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Companhia Industrial São-Joanense (1919)	52
Figura 2 -	Estação Ferroviária de São João del-Rei (1924)	52
Figura 3 -	Rua Municipal, na região central de São João del-Rei (1919)	54
Figura 4 -	Rua Municipal, no centro de São João del-Rei (1940)	54
Figura 5 -	Praça Tamandaré, no centro de São João del-Rei (1938)	59
Figura 6 -	Colégio Santo Antônio, após a construção do prédio principal (1931)	61
Figura 7 -	Salão de Estudos do Colégio Santo Antônio (1931)	62
Figura 8 -	Fachada do Colégio Nossa Senhora das Dores (1924)	62
Figura 9 -	Refeitório do Colégio Nossa Senhora das Dores (s.d.)	63
Figura 10 -	Mapa da região central de São João del-Rei, com destaque para a localização do Colégio Santo Antônio e do Colégio Nossa Senhora das Dores (2024).....	64
Figura 11 -	Fachada do Colégio Nossa Senhora das Dores (1940)	66
Figura 12 -	Festa de inauguração da Praça de Esportes “Alberto Magalhães (1945)	72
Figura 13 -	Partida de vôlei das alunas do Colégio (1944)	73
Figura 14 -	Fachada do primeiro prédio onde funcionou o Colégio Santo Antônio, após a sua inauguração (1909)	78
Figura 15 -	Fachada do Colégio Santo Antônio, após a construção do novo prédio (1934)	78
Figura 16 -	Partida de futebol do Clube Desportivo Esparta, nas dependências do Colégio Santo Antônio (1926)	83
Figura 17 -	Interior do prédio incendiado do Colégio Santo Antônio (1968)	85
Figura 18 -	Concentração de alunos do Colégio Santo Antônio para solenidade cívica (década de 1940)	99
Figura 19 -	Alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores nas comemorações da Independência do Brasil (1941)	100
Figura 20 -	Alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores em desfile cívico (1941).....	100

Figura 21 -	Capa do primeiro Relatório de Inspeção (1943)	110
Figura 22 -	Desfile cívico das alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores (1942)	116
Figura 23 -	Formandas do Curso de Formação de Professores do Colégio Nossa Senhora das Dores (Década de 1950)	136
Figura 24 -	Inspetor Eloy Reis (1926)	138
Figura 25 -	Inspetor José Américo da Costa (1972)	141
Figura 26 -	Inspetor José Antônio de Carvalho (s.d.)	143
Figura 27 -	Inspetor Altivo de Lemos Sette Câmara (s.d.)	144
Figura 28 -	Alunos do Colégio Santo Antônio em sala de aula (1946)	171
Figura 29 -	Sala de aula do Colégio Nossa Senhora das Dores (s.d.)	174
Figura 30 -	Fachada do Colégio Nossa Senhora das Dores (2022)	189
Figura 31-	Vista aérea do prédio principal do <i>Campus</i> Santo Antônio (2019)	189
Figura 32-	Auditório do Colégio Nossa Senhora das Dores (s.d.)	191
Figura 33 -	Museu de História Natural do Colégio Santo Antônio (1942)	193
Figura 34 -	Gabinete de Química do Colégio Santo Antônio (1942)	194
Figura 35 -	Gabinete de Física do Colégio Santo Antônio (1942)	194
Figura 36 -	Concentração de alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores em desfile de 7 de setembro, no centro de São João del-Rei (1946)	196
Figura 37 -	Alunos do Colégio Santo Antônio na solenidade de 7 de setembro (1945)	197
Figura 38-	Alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores em desfile de 7 de setembro (1940)	204
Figura 39 -	Concentração cívica no centro de São João del-Rei (1955)	207

LISTA DE QUADROS

Quadro1 -	Matrículas por curso no Colégio Nossa Senhora das Dores (1937–1964)	69
Quadro 2 -	Matrículas do Curso Primário, anexo ao Colégio Nossa Senhora das Dores (1937-1964)	70
Quadro3 -	Matrículas por curso do Colégio Santo Antônio de São João del-Rei (1937–1964)	80
Quadro 4-	Inspetores regulares do Colégio Nossa Senhora das Dores (1937-1964)	128
Quadro 5 -	Inspetores regulares do Colégio Santo Antônio (1937-1964)	129
Quadro 6 -	Número Geral de Visitas (1937-1964)	152
Quadro 7 -	Quadro geral dos temas abordados pelos inspetores de ensino do Colégio Nossa Senhora das Dores (1937-1964)	158
Quadro 8 -	Quadro geral dos temas abordados pelos inspetores de ensino do Colégio Santo Antônio (1937-1964)	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSA	Colégio Santo Antônio
CNSD	Colégio Nossa Senhora das Dores
IHG-SJDR	Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei
AL-SJDR	Academia de Letras de São João del-Rei
CAC-SJDR	Centro Artístico e Cultural de São João del-Rei

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	FORMULAÇÃO DO TEMA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO	15
1.2	APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: UM OLHAR SOBRE AS FONTES ESCOLARES	19
1.2.1	A vida colegial registrada nas fotografias escolares	21
1.2.2	Os jornais estudantis: <i>Stella Maris</i> e <i>O Porvir</i>	27
1.2.3	Os arquivos escolares e as fontes administrativas	32
1.3	APONTAMENTOS TEÓRICOS: AS “ <i>MANEIRAS DE FAZER</i> ” NAS VIVÊNCIAS ESCOLARES	35
1.4	ORGANIZAÇÃO DA TESE	39
2	O COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES E O COLÉGIO SANTO ANTÔNIO: FUNDAÇÃO, PRINCÍPIOS RELIGIOSOS E ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS.....	41
2.1	MODERNIZAÇÃO E ROMANIZAÇÃO: A FUNDAÇÃO DE EDUCANDÁRIOS CATÓLICOS EM MINAS GERAIS	42
2.1.1	A fundação de colégios católicos entre a modernidade e a romanização.....	42
2.1.2	A modernização em São João del-Rei.....	49
2.2	AS FILHAS DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO E O COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES	64
2.3	A ORDEM DOS FRADES MENORES E A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO SANTO ANTÔNIO	74
3	A INSPEÇÃO DE ENSINO À LUZ DAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS	87
3.1	O PAPEL DOS INSPETORES NA FORMAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES	87
3.2	O INSPETOR ESCOLAR ENTRE <i>ESTRATÉGIAS</i> E <i>TÁTICAS</i> : O CONTROLE ESTADONOVISTA NO CAMPO EDUCACIONAL	98
3.3	O INTERVALO DEMOCRÁTICO E A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSPEÇÃO ESCOLAR	117

4	A INSPEÇÃO ESCOLAR NO COLÉGIO SANTO ANTÔNIO E COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES.....	127
4.1.	OS INSPETORES E INSPETORAS DE ENSINO DO COLÉGIO SANTO ANTÔNIO E DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES: APONTAMENTOS GERAIS	127
4.2.	OS INSPETORES DE ENSINO ENTRE INTELECTUAIS, EDUCADORES E POLÍTICOS SÃO-JOANENSES	137
4.3.	INSPEÇÃO ITINERANTE: FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS INSPETORES ESCOLARES REGULARES	149
4.4.	A PRESENÇA DOS INSPETORES ESCOLARES ENTRE OS MUROS DOS COLÉGIOS: CARACTERIZAÇÃO GERAL	151
5.	A AÇÃO DOS INSPETORES DE ENSINO SOBRE AS PRÁTICAS E COTIDIANO ESCOLAR	156
5.1.	A BUROCRACIA ESCOLAR: DA ESCRITURAÇÃO ÀS REUNIÕES DE INSPETORES	161
5.2.	AS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS SOB O OLHAR DO INSPETOR DE ENSINO	170
5.3.	APROVEITAMENTO ESCOLAR: A INSPEÇÃO DAS PROVAS E EXAMES	182
5.4.	ENTRE OS MUROS DA ESCOLA: A FISCALIZAÇÃO DA MATERIALIDADE ESCOLAR	188
5.5.	FORMAR JOVENS PARA DEUS E PARA A PÁTRIA: A INSPEÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES DE SOCIALIZAÇÃO	195
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	212

1 INTRODUÇÃO

Nos meus quase dez anos de sala de aula, atuando como professora de educação básica, ou mesmo nos anos em que fui estudante de instituições da rede estadual de Minas Gerais, um personagem sempre me chamou a atenção no ambiente escolar: o inspetor de ensino. Me surpreendia o fato desta figura, que, mesmo não integrando a comunidade escolar, tinha o poder de afetar toda a rotina da escola imediatamente ao passar pelo seu portão. As transformações percebidas no ambiente com a simples presença deste agente externo, tal como as adaptações comportamentais exigidas a alunos e professores para demonstrar deferência e alinhamento prático com as demandas superiores eram demasiadamente marcantes para serem ignoradas. Me recordo, em uma das primeiras reuniões das quais participei como professora, no distante 2014, de uma fala da inspetora de ensino responsável, em que, ressaltando a necessidade de cumprimento de prazos para os trabalhos burocráticos expressou, em alto e bom som: “eu sou o Estado dentro da escola”. A força desta frase me atravessou de um modo que condicionou, por muito tempo, uma representação particular desta função dentro da estrutura administrativa educacional à qual estou inserida.

Esta inquietação foi corroborada a partir de meu contato com os arquivos do Colégio Nossa Senhora das Dores e, posteriormente, do Colégio Santo Antônio, que apresentavam em cada página, documento ou correspondência a marca rubricada da conferência do inspetor. Com a leitura destas fontes, a presença destes sujeitos no ambiente escolar se tornou ainda mais evidente, já que descreviam aulas, avaliavam a metodologia dos professores, comentavam o estado material das instituições e orientavam práticas que, muitas vezes, possuíam um viés ideológico manifesto. De tais incômodos e questionamentos surgiu a presente pesquisa e, com seu desenvolvimento, acredito ter compreendido melhor os significados políticos e educacionais que permearam e ainda marcam esta função¹.

1.1 FORMULAÇÃO DO TEMA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO

¹ É relevante lembrar que a presente pesquisa teve seu início em 2020, no contexto da pandemia de Covid-19, que vitimou no Brasil, até o momento, mais de 700 mil pessoas. A pandemia que vivemos entre 2020 e 2023 afetou todos os campos da sociedade e, em especial, o educacional, obrigando-o a adaptar-se ao ensino remoto, que impôs aos professores e estudantes um ensino mediado pelas telas dos *smartphones* e computadores.

Em 1993 Dominique Julia influenciou o campo da História da Educação com o artigo *La culture scolaire comme objet historique*², derivado da conferência de encerramento que realizou no XV ISCHE (*International Standing Conference for History of Education*), ocorrido em Lisboa. Nesta conferência o autor destacou as possibilidades de aplicação do conceito de cultura escolar na perspectiva de pesquisas historiográficas, agindo no sentido de ir além dos trabalhos que buscavam pensar a escola a partir das orientações políticas e pedagógicas externas, não considerando as negociações e adaptações dessas normas que ocorrem na rotina escolar. Essa crítica do autor abriu caminhos para se ponderar sobre a construção cultural da escola a partir de suas especificidades e das relações que possui com as culturas contemporâneas externas. A partir dessa visão, a cultura escolar foi pensada como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar”, além de ser “um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (Julia, 2001, p.9). A perspectiva apresentada por Dominique Julia inovou no sentido em que acrescentou ao recorrente estudo das normas educacionais a preocupação com a análise das práticas escolares³, extrapolando as “análises que (...) pretendiam ver na escola apenas o lugar de reprodução social” e as perspectivas que “percebiam a instituição escolar como triunfo técnico e cívico”. Dominique Julia apontava, assim, aos historiadores da educação a interrogação sobre “as práticas cotidianas e sobre o funcionamento interno da escola” (Faria Filho et al, 2004, p.144).

Partindo de tais apontamentos, a presente pesquisa integra o campo da História da Educação, buscando olhar para as culturas e práticas escolares que se desenvolveram no cotidiano escolar. De tal modo, tomei como objeto de pesquisa a ação dos inspetores de ensino atuantes em dois estabelecimentos confessionais de São João del-Rei, pensando-os enquanto importantes figuras na configuração escolar, influenciando diretamente as práticas cotidianas vivenciadas nas instituições e as culturas escolares constituídas a partir de tais vivências.

O olhar desta pesquisa centra-se, portanto, no estudo de dois colégios católicos são-joanenses: o Colégio Nossa Senhora das Dores e o Colégio Santo Antônio. O primeiro foi

² O artigo de Dominique Julia foi publicado em português apenas em 2001 pela Revista Brasileira de História da Educação com o título “A Cultura Escolar como objeto histórico”, influenciando fortemente as pesquisas sobre História da Educação no Brasil.

³ O artigo *Cultura Escolar como categoria de análise e campo de investigação na história da educação brasileira*, dos autores Faria Filho, Vidal, Gonçalves, Paulilo (2004) aborda exatamente como as pesquisas de cultura escolar na historiografia educacional brasileira ganhou fôlego e o papel que Dominique Julia, juntamente com outros autores tem nessas novas abordagens.

fundado em 1898 pelas irmãs vicentinas e se dedicou, exclusivamente, à formação feminina, a partir do oferecimento dos cursos primário, normal, ginásial e de admissão. A segunda instituição, por outro lado, foi dirigida desde sua origem, em 1909, por frades franciscanos holandeses e se empenhou na formação masculina, oferecendo os cursos ginásial, colegial e de adaptação. Ambas as instituições atenderam camadas médias e abastadas da cidade e região, oferecendo as modalidades de externato e internato aos seus alunos e alunas.

A escolha pelas duas instituições justifica-se pela relevância que tiveram na cidade, formando gerações e impactando diretamente o campo educacional de São João del-Rei. Além disso, consistiu em elemento relevante para esta escolha a familiaridade que possuo com os seus acervos, considerando que atuei durante anos na organização de seu arquivo, me possibilitando, assim, uma compreensão profunda de todo o seu conjunto documental.

Voltando-se à questão das fontes, destaco que a presente pesquisa foi extremamente privilegiada, considerando não apenas o número de fontes acessadas, mas, especialmente, a pluralidade de tipologias documentais disponíveis. Neste sentido, as principais fontes utilizadas são aquelas que foram produzidas pelos inspetores de ensino que atuaram nos dois estabelecimentos entre as décadas de 1930 e 1960. Entre elas, se destacam os relatórios de inspeção, os livros de termos de visita e fiscalização e os livros de correspondências referentes às duas instituições escolares. Estas fontes serão melhor apresentadas em tópico seguinte, contudo, vale adiantar que, enquanto os termos descreviam diretamente as atividades realizadas pelo inspetor em suas visitas, nos relatórios foi possível acessar as análises gerais que os fiscais realizavam da instituição inspecionada, consistindo, portanto, documentos com abordagem e tipo de informação com muitas particularidades. Para além dos relatórios e livros de visita, outros documentos referentes à vida administrativas das instituições foram de grande utilidade, com destaque para os livros de atas de reunião de professores ou de associações colegiais e os históricos produzidos pelos próprios colégios, que concedem um verdadeiro panorama da história institucional.

Outras tipologias documentais também foram amplamente utilizadas, possibilitando uma interlocução constante e, com isso, um melhor panorama dos elementos analisados. Assim, destaco que diversas edições dos jornais estudantis *Stella Maris* do Colégio Nossa Senhora das Dores e *O Porvir*, do Colégio Santo Antônio integraram o corpo documental da pesquisa, possibilitando não apenas um olhar sobre o cotidiano escolar, mas, em especial, um contato com produções de alunos e alunas. Soma-se a isso, a utilização de fotografias

escolares, relacionadas aos jornais e arquivos ou integrantes de acervos pessoais, gentilmente disponibilizadas e reproduzidas para a análise e consulta.

Vale citar, por fim, que fontes externas ao universo escolar também foram, pontualmente, consultadas, em especial edições esporádicas de jornais da cidade de São João del-Rei, nas quais persegui a atuação de inspetores na imprensa municipal, além de legislações educacionais, que nortearam durante todo o período estudado as políticas educacionais implantadas nos sistemas de ensino nacional e estadual.

No que se refere ao recorte temporal, destaco que as análises estão centradas no período de 1937 a 1964, englobando os contextos históricos do Estado Novo e da Liberal-Democracia. Utilizo como marcos temporais acontecimentos de ruptura política no Brasil que configuraram transformações nos projetos educacionais almejados pelos governos desses períodos. Porém, para além de tais rupturas, o longo recorte temporal busca também perceber elementos de transformações e permanências nas práticas e culturas escolares, considerando as décadas de 1930 a 1960 como uma fase de intenso debate e transformações. Tais mudanças se materializaram no campo educacional por meio de políticas oficiais e de influência de diversos grupos intelectuais que tinham a educação como tema central, tais como escolanovistas e católicos, por exemplo. Deste modo, busco compreender as práticas educacionais implantadas nas instituições à luz do contexto geral do campo da educação nacional, considerando desde o avanço do projeto de constituição de uma identidade nacional, empreendido por Vargas em seu governo até o processo de descentralização ideológica e a ênfase na implantação de educação nos moldes da modernidade, conferida no período Liberal-Democrático.

Considerando o objeto e os recortes estabelecidos, formulei como problema de pesquisa a compreensão dos efeitos que as ações que os inspetores causaram nas instituições estudadas, buscando dimensionar o nível de interferência cotidiana no desenvolvimento de culturas e práticas escolares. Deste modo, parti da premissa de terem sido os inspetores de ensino agentes mediadores entre as determinações oficiais para a educação (materializadas por meio de legislações e reformas educacionais) e as atividades e culturas que se desenvolveram, de fato, no ambiente dos colégios estudados.

Se por um lado, os inspetores são apresentados em diversas fontes oficiais como agentes que representam o Estado dentro das escolas, por outro, é necessário questionar até que ponto os inspetores obtiveram êxito na veiculação das ideias e propósitos dos governos para a educação. Neste aspecto, vale considerar as relações de hierarquia ou proximidades que se

desenvolveram entre os diferentes agentes escolares, atentando para as relações de sociabilidade que estabeleceram no meio escolar e os níveis de negociações possíveis nessas relações. Para a compreensão deste aspecto, os conceitos de *estratégias, táticas e modos de fazer* de Michel de Certeau (1994; 1995) foram fundamentais.

Neste sentido, busquei, com base em incansável análise documental e no diálogo com os referenciais teóricos utilizados, mapear as nuances da inspeção no cotidiano escolar, a fim de compreender a dinâmica na atuação desses agentes no processo educacional. Para tal, foi necessário analisar as funções exercidas pelos inspetores em seu trabalho cotidiano, atentando para o que deveria ser inspecionado e remetido às instâncias superiores da administração educacional. Além disso, procurei avaliar e compreender as relações que muitos inspetores construíram nas instituições escolares, tal como os espaços sociais que estes agentes ocuparam fora do ambiente dos dois colégios.

A partir da elaboração do problema de pesquisa e dos objetivos apresentados, destaco que algumas questões condicionaram as escolhas dos caminhos percorridos na execução da presente pesquisa, tais como: como o inspetor interferiu nas práticas e culturas escolares que floresceram no cotidiano escolar? Quais seus efeitos nas instituições escolares? Quem foram estes sujeitos que atuaram nas instituições ao longo do tempo? Quais as relações que estabeleciam com os demais agentes escolares e com a cidade de São João del-Rei, de modo geral? Quais funções executavam em suas atividades cotidianas dentro das instituições? O que orientavam e fiscalizavam? Como executavam esta fiscalização? Quais as orientações e relações estabeleciam com as instâncias superiores da administração educacional (órgãos regional, estadual ou federal)? Tais questionamentos foram fundamentais para a definição dos caminhos percorridos na pesquisa e auxiliaram na busca pela compreensão do efeito da inspeção de ensino no desenvolvimento educacional das duas instituições.

1.2 APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: UM OLHAR SOBRE AS FONTES ESCOLARES

De todas as atividades acadêmicas e escolares que realizei até a atualidade, o trato com os acervos escolares é, seguramente, a que me despertou maior entusiasmo. Este interesse teve início em 2010, durante meu 2º período da graduação em História, quando integrei o Programa de Recuperação, Organização e Pesquisa Historiográfica em Acervos Escolares – PROPHAE, idealizado e liderado pela saudosa professora Maria Cecília de Medeiros Abras,

do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de São João del-Rei. Ao integrar o projeto, que na época não passava de uma proposta, fui levada, já na primeira reunião, para o Colégio Nossa Senhora das Dores e ali entrei, pela primeira vez, no espaço ao qual passei a maior parte da minha graduação. O arquivo do Colégio Nossa Senhora das Dores estava alocado no segundo andar, onde um dia foram os dormitórios das alunas da instituição. O espaço não era utilizado em atividades da instituição e os livros e registros eram alocados em diversas prateleiras de madeira. A proposta se transformou em um programa de extensão no qual atuei até 2013, quando a iniciativa terminou. Durante estes anos, todo o acervo foi realocado, higienizado, organizado e catalogado e dali saíram diversas pesquisas de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso e, posteriormente, de pós-graduação.

Por outro lado, o contato com o acervo do Colégio Santo Antônio não foi, em nenhum aspecto, planejado ou coordenado. Ele ocorreu nos primeiros meses de minha pesquisa de mestrado, à qual planejava, no momento, o estudo da história institucional de três estabelecimentos centenários de São João del-Rei. Na busca de localizar arquivos destas instituições, visitei a Escola Estadual Cônego Osvaldo Lustosa, onde me deparei com dois armários repletos de documentos, livros e relatórios do Colégio Santo Antônio. Ali, me foi esclarecido que este arquivo teria sido alocado na instituição após o incêndio que ocorreu nas dependências do Colégio Santo Antônio, em 1968, que levou os alunos e professores da instituição franciscana a utilizarem as dependências da Escola Cônego Osvaldo Lustosa até o encerramento definitivo das atividades do Colégio na cidade, que ocorreu em 1972. No momento em que comecei a folhear os documentos e dimensionar a riqueza e relevância daquele arquivo, compreendi que o meu objeto de estudo na pesquisa de mestrado havia se alterado. Tal como ocorreu anos antes, iniciei, com o auxílio do historiador Elimar Cosme do Espírito Santo, o processo de higienização e organização do acervo, que foi condicionado a fim de sua preservação.

O meu fascínio por estes acervos é evidente, de modo que tenho a tendência de, a cada trabalho, buscar mais e mais documentos que, apesar de enriquecer as perspectivas de pesquisa, aumentam significativamente a dificuldade em concluí-las. Contudo, o interesse por novas fontes não é uma característica se restringe a mim. O acompanhamento das produções bibliográficas ligadas à historiografia (de vários campos, inclusive da educação) tem passado nas últimas décadas por uma proliferação de pesquisas norteadas pela utilização de novas fontes e metodologias que se inserem em diferentes linhas de pesquisa. Tais trabalhos direcionam-se na busca pela compreensão cada vez mais profunda e minuciosa das relações

sociais e de poder, das práticas cotidianas e culturais, das representações sociais etc. inseridas em diferentes espaços e temporalidades. Neste sentido, busco com este trabalho a compreensão de relações estabelecidas no campo educacional, considerando a interdependência entre as legislações da educação e as experiências vividas no interior das duas instituições de ensino, a partir da utilização de documentos administrativos, impressos e iconográficos.

Enfim, a partir dos delineamentos que nortearam a presente pesquisa, considero importante explorar os apontamentos e possibilidades metodológicas escolhidas para o trato com as fontes, especialmente devido à grande variedade de tipologias documentais e às diferentes frentes de análises que elas possibilitam e autorizam. Deste modo, concentro, em primeiro momento, maior atenção à metodologia de trato com os documentos iconográficos, para, em seguida, me aprofundar sobre os usos dos jornais escolares e dos documentos “oficiais”, cuja produção foi realizada à luz da secretaria escolar e dos órgãos da administração educacional⁴.

1.2.1 A vida colegial registrada nas fotografias escolares

As fotografias escolares têm sido fontes cada vez mais valorizadas no campo da História e, conseqüentemente, da História da Educação. Por suas especificidades e potencialidades, elas são vistas como janelas que descortinam sujeitos, espaços e acontecimentos do passado, inacessíveis por meio de outras fontes. A partir delas, torna-se possível ver rostos, olhares, expressões que nem a descrição escrita mais fiel é capaz de captar. Porém, as fotografias não são fontes de fácil análise, pois englobam elementos diversos que devem ser considerados ao se tomar esses objetos como fonte histórica. Analisá-las, explorando toda sua potencialidade documental, exige, segundo Mauad (1996), uma “educação do olhar”, que torne o pesquisador capaz de olhar e ler o objeto fotográfico para além do que está explícito e evidente.

Aprofundando essa discussão, Kossoy (2001) orienta a buscar, em primeiro momento, o mapeamento da trajetória da fotografia, possibilitando ao historiador descortinar aspectos e sentidos que permeiam a fonte. Em outros termos, “as vicissitudes por que passou, as mãos

⁴ É importante destacar que foram realizadas as **atualizações ortográficas em todas as citações diretas de fontes primárias** extraídas dos acervos documentais do Colégio Nossa Senhora das Dores e do Colégio Santo Antônio, com devida atenção e respeito aos conteúdos presentes em tais fontes.

que a dedicaram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta-retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram” (KOSSOY, 2001, p.151), dizem muito sobre os significados que se construíram em torno da fotografia.

Obviamente essa tarefa torna-se difícil em vários sentidos, principalmente quando se trabalha com um grande acervo fotográfico, como é o caso da presente pesquisa. Ainda assim, esse desafio em mapear a ‘história’ individual do documento fotográfico pode ser amenizada pelo diálogo com outras fontes institucionais. Dessa maneira, a partir da interlocução de diferentes fontes escolares, características desconhecidas e inesperadas das fotografias trabalhadas emergem das fontes, descortinando diferentes aspectos sobre o universo que foi captado pelas lentes, enriquecendo as informações sobre os documentos utilizados que, devido aos vários caminhos que percorreram, foram, gradualmente, descontextualizados.

Neste sentido, considero relevante destacar que o registro fotográfico possui um forte grau de afetividade do sujeito ou do grupo ao qual se refere, significando a captura de momentos importantes na história de vida dos indivíduos. Esse caráter da fotografia deve ser levado em conta ao tomá-la enquanto fonte histórica, atentando para os sentidos subjetivos que perpassam a sua produção. Nos termos de Boris Kossoy (2001):

Apesar de ser a fotografia a própria ‘memória cristalizada’, sua objetividade reside apenas nas *aparências*. Ocorre que essas imagens pouco ou nada informam ou emocionam àqueles que nada sabem do contexto histórico particular em que tais documentos se originam. Para estes não há como decifrar os conteúdos visuais plenos de incógnitas. Efetivamente, não há como avaliar a importância de tais imagens se não existir o esforço em conhecer e compreender o momento histórico pontilhado de nuances nebulosas em que aquelas imagens foram geradas. Por outro lado, essas imagens pouco contribuirão para o progresso do conhecimento histórico se delas não se extrair o potencial informativo embutido que as caracteriza (Kossoy, 2001, p.152-153 – grifo do autor).

As fotografias escolares não são diferentes. Elas fazem parte da memória da instituição escolar, tendo em vista que essa produção ocorreu em momentos importantes para os professores(as), alunos(as) e funcionários(as) partícipes daquele contexto. Constituem-se, portanto, em um “instrumento de memória institucional e de recordação, e poucas vezes, como instrumento da história” (Souza, 2001, p.78). Assim, cabe aos pesquisadores e pesquisadoras olharem para estas fontes com novo olhar e buscar compreendê-las em sua

especificidade, procurando explorar todo seu potencial para pensar diferentes aspectos sobre as experiências outrora vivenciadas.

Considerando as questões apontadas sobre esse caráter das fotografias escolares, cabe aqui o questionamento: o que, no universo escolar, foi tomado como fundamental (e, portanto, foi fotografado) para a memória da instituição e o que foi legado ao esquecimento? Nesta direção, “a fotografia atua como importante meio através do qual se podem reestruturar os quadros de representação social e os códigos de comportamento dos diferentes grupos socioculturais, em contextos e temporalidades diversos” (Cardoso; Mauad, 1997, 411-412). Dessa forma, tanto os aspectos intencionais quanto os subjetivos da fotografia mostram-se como a questão central com a que pesquisadores devem lidar, seja referente à produção do objeto fotográfico, seja nas diversas interpretações que podem ser realizadas. Esse caráter deve ser levado em conta, avaliando a apropriação de seus sentidos a partir dos agentes envolvidos, das transformações interpretativas que ocorrem ao longo do tempo e da própria interpretação que os pesquisadores fazem de seus sentidos.

As fotografias, como indicam Cardoso; Mauad (1997), fazem parte das fontes redescobertas pela historiografia, a partir da tendência da valorização do sujeito em detrimento da estrutura e do foco nas relações estabelecidas no bojo da sociedade em vez de atributos de longa duração na constituição dos processos históricos. Elas têm sido amplamente valorizadas em estudos, devido ao fato de serem capazes de revelar “aspectos da vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta” (Cardoso; Mauad, 1997, p.406). Ou ainda, com Peter Burke (2004), as imagens do passado, de modo geral, têm um impacto à posteridade, devido ao fato de instigar a imaginação histórica. Para o autor, elas “podem testemunhar o que não pode ser colocado em palavras” (Burke, 2004, p.38).

O congelamento no tempo de determinado episódio leva a uma compreensão da fotografia como registro do real, produtora de “efeitos de realidade” (Cardoso; Mauad, p.403), ou ainda portadora de “contornos de verdade” (Vidal; Abdala, 2005, p.178), referentes ao que de fato ocorreu e que, por meio do registro fotográfico, têm possibilidade de comprovação. Retomando Burke (2004), essa característica pode gerar “as tentações do realismo, mais exatamente a de tomar uma imagem pela realidade” (Burke, 2004, p.25), o que deve ser evitado por pesquisadores que optem pelo trabalho com esse tipo de fonte. Neste caso, é necessário ter em mente que a fotografia, tal como toda construção cultural humana, é

carregada de representações referentes ao período de sua produção, ao grupo social ao qual se refere e à própria opção do fotógrafo no ato de sua criação.

Dessa forma, estabelece-se um contraste entre a “narrativa subjetiva” que permeia a captura e a fotografia “objetiva” ou “documental” (Burke, 2004, p.26), marcada por complexa relação entre a “realidade” da imagem, enquanto registro de algo dado e, como tal, visível, e das representações que veicula. Assim, a fotografia possui “tanto figuras que se associam a personagens existentes”, que atuam na construção de um efeito de realidade, “como signos que remetem ao mundo das representações e ideologias” (Vidal; Abdala, 2005, p.180), que se referem ao conjunto de signos culturais dos sujeitos históricos, revelando aspectos de um mundo social que vai além daquilo que está expresso na construção interior da imagem. Assim, ao se tomar fotografias enquanto fontes históricas é preciso considerar que estes efeitos de realidade dizem respeito a determinada realidade culturalmente e contextualmente variável. Devido a isso, deve ser pensada a partir dos sentidos de sua produção, distinguindo-os dos demais sentidos construídos ao longo do tempo sobre a imagem.

Para a compreensão desses sentidos que ultrapassam o simples conteúdo imediato da imagem, referindo-se a um universo cultural muito mais amplo, é fundamental que se busque entender a forma pela qual a fotografia trabalhada foi produzida, a partir das tecnologias disponíveis, do sentido social que possui no período, tal como aspectos relacionados à sua materialidade. Desse modo, essa crítica externa é essencial para se alcançar esses signos culturais que, mesmo não se mostrando explicitamente na imagem, fazem parte do sistema de representações que norteiam a produção do objeto fotográfico, que, compreendido desta forma, “deixa de ser uma imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo” (Cardoso; Mauad, 1997, p.406). É exatamente essa mensagem veiculada pela fotografia que se transforma em matéria-prima para o trabalho do historiador.

Nesse mesmo sentido, Kossoy (2001) aponta para a importância dos momentos ou etapas de produção do objeto fotográfico, que, analisados, são capazes de trazer à luz os significados da fotografia. Desse modo, inicialmente, esse processo é gerado por uma intenção de registro, do fotógrafo ou do solicitante, levando a um segundo momento, “o ato do registro que deu origem à materialização da fotografia” (Kossoy, 2001, p.45). O registro fotográfico, portanto, passa pelos interesses, intencionalidades e visões de mundo de seu produtor, seja ele individual (o fotógrafo) ou coletivo (o grupo que solicita o registro), visa a preservação de determinadas memórias em detrimento de outras. Por fim, o terceiro momento: “os caminhos percorridos por essa fotografia”. É neste último que a fotografia pode

ser transformada em fonte pelo historiador, já que “seu conteúdo se manteve, nele o tempo parou. As expressões ainda são as mesmas”, ao mesmo tempo em que “o artefato, no seu todo, envelheceu”, a partir de sua trajetória particular nos acervos, bibliotecas, álbuns de família etc. (Kossoy, 2001, p.45)

Entrando propriamente nos apontamentos metodológicos aplicados à investigação do documento fotográfico, me oriento nos trabalhos de Mauad (1996), Souza (2001), Kossoy (2001), Burke (2004) e Vidal; Abdala (2005), destacando que a fotografia deve ser entendida como um artefato humano veiculador de uma mensagem, referente a signos culturais específicos de seu lugar sociocultural e contextual. Destarte, há de se considerar a fotografia em seu caráter de imagem/documento, ao ser tomada como fonte, visando a compreensão de aspectos de outros tempos; e em seu caráter de imagem/monumento, tendo em vista as especificidades a partir das quais é produzida, através da intenção de seu produtor em preservar, por meio do registro fotográfico, determinada memória. Este aspecto é essencial e deve ser levado em conta ao se tomar a fotografia como a base de uma investigação histórica, tendo em vista que as intenções que envolvem sua produção são significativas na produção dos sentidos tomados pelo objeto fotográfico. Posto isso, os autores citados apontam para uma série de passos e ações que devem ser tomadas ao se trabalhar com fotografias.

Analisar as fotografias, como indica Mauad (1996, p.6), exige voltar a atenção tanto para a natureza técnica da imagem fotográfica como para o próprio ato de fotografar, apreciar e consumir fotografias. Este processo de produção, circulação e consumo das imagens é entendido como o “circuito social da fotografia”, de modo que conhecê-lo é essencial para se compreender o texto e o contexto que envolvem o objeto fotográfico. Apreende-se, a partir de uma aproximação ao que orienta Kossoy (2001, p.45), que a fotografia é composta a partir de três componentes fundamentais, sendo eles o autor da fotografia, a mensagem veiculada e o leitor, nos termos da autora:

Cada um dos três elementos integra um resultado final, na medida em que todo produto cultural envolve um *locus* de produção e um produtor, que manipula técnicas e detêm saberes específicos à sua atividade, um leitor ou destinatário, concebido como um sujeito transindividual cujas respostas estão diretamente ligadas às programações sociais de comportamento do contexto histórico no qual se insere, e por fim um significado aceito socialmente como válido, resultante do trabalho de investimento de sentido” (Mauad, 1996, p.8).

A fim de englobar todos os níveis de compreensão da imagem fotográfica, é necessário, portanto, realizar, no trato com o documento, a crítica interna e externa da fonte,

considerando-as como diretamente relacionadas e interdependentes. Destarte, aponta Mauad (1996) que a leitura de iconografias exige uma educação do olhar, que envolve a percepção e a interpretação do sujeito em relação à fotografia, tendo que, enquanto mensagem, ela se organiza em dois seguimentos: **expressão**, envolvendo escolhas técnicas e estéticas, tais como enquadramento (sentido, direção, distribuição de planos), nitidez (foco, impressão visual, iluminação), definição da imagem, contraste, cor etc. A análise de tais aspectos possibilita a compreensão acerca das características técnicas da fotografia, ressaltando a importância da materialidade dos dispositivos no entendimento das formas de divulgação e apropriação históricas da fotografia (Vidal; Abdala, 2005, p.181); o segundo seguimento se refere ao **conteúdo**, determinado pelo conjunto de pessoas (e seus atributos), objetos, lugares (e seus atributos), situações e vivências que compõem o cenário da fotografia. Além disso, é necessário o mapeamento de informações como agência produtora, ano de produção, tamanho da fotografia, formato e suporte (apontando para a relação com algum texto escrito). São esses seguimentos capazes de criar os significados da fotografia. Tais sentidos estão ligados diretamente ao contexto de produção e de leitura, cada qual a partir de códigos culturais próprios.

Olhando para as fontes das duas instituições estudadas, ressalto, em primeiro momento, que tive acesso a um grande conjunto iconográfico que remete a diferentes períodos dos dois estabelecimentos de ensino. Tal conjunto foi formado a partir de fotografias publicadas nos jornais estudantis, anexadas em documentos e relatórios, arquivadas nos arquivos das instituições ou mesmo provenientes de acervos pessoais de ex-alunos (as) e colecionadores, que se interessam pela memória das instituições de ensino. Assim, vale destacar que, no caso do Colégio Nossa Senhora das Dores, a maior parte das fotografias escolares localizadas foram publicadas no jornal estudantil *Stella Maris* durante o seu período de vigência, somando um total de **311 fotografias**. Ressalto que destas 311 fotografias, 281 foram publicadas no *Stella Maris* e 30 arquivadas nos acervos da instituição. No caso do Colégio Santo Antônio, a maior parte das fotografias foram disponibilizadas a partir do acervo pessoal de Luís Antônio Ferreira. Este conjunto documental soma um total de 887 figuras digitalizadas, que englobam o período de 1909 a 1968, contendo grande parte destas imagens os registros de datas, nomes e acontecimentos, anotados pelo próprio Luís Antônio Ferreira, que recolheu esse material ao longo dos anos. Soma-se a este conjunto iconográfico, 54 fotografias localizadas nos relatórios da instituição, totalizando um montante de **941 fotografias** referentes ao Colégio Santo Antônio. Evidentemente, não consiste em objetivo da presente pesquisa analisar todo o montante das fotografias disponíveis, mas rastrear em suas

imagens aquelas que auxiliam diretamente a compreensão das práticas escolares vivenciadas nas instituições estudadas e, em especial, aquelas que sofreram, de algum modo, interferência direta ou indireta da atuação dos inspetores de ensino.

Vale ressaltar que as fotografias das duas instituições escolares apresentaram temática variada, representando diferentes aspectos dos agentes, espaços, cultura e práticas escolares. Assim, o conjunto iconográfico apresentou, em geral, o registro do corpo docente; dos alunos e alunas, fotografados(as) em grupo ou individualmente; da materialidade escolar, englobando espaços como salas de aulas, espaços externos, arquitetura, além de objetos e equipamentos; e de atividades escolares, tais como solenidades cívicas, atividades teatrais, religiosas, recreativas, esportivas, passeios e excursões, entre outras.

Por fim, resalto ainda que, como aponta Kossoy (2001), na utilização de fotografias como fonte é importante que os pesquisadores se cerquem de outros conjuntos documentais que lhes deem possibilidade de comparar informações e enriquecer as análises, considerando que as fotografias portam, muitas vezes, elementos indecifráveis por si só, sendo necessárias fontes de informação secundárias que as complementem. De modo semelhante, as outras fontes aqui utilizadas, mesmo com suas inúmeras potencialidades, são marcadas também por limites e incoerências que as tornam insuficientes se tomadas individualmente. Assim, a aproximação entre as fotografias, os jornais escolares e os documentos administrativos das instituições apresentam caminhos para o reconhecimento das atividades, dos norteamentos ideológicos que as permeiam e da relação entre a determinação oficial das atividades e suas aplicações práticas na vivência escolar. Especialmente, tais caminhos conduzem para um pensar sobre a participação (direta ou indireta) e a influência da ação dos fiscais e inspetores de ensino nesses processos educacionais. Esse entrelaçamento constante de fontes é possibilitado pela potencialidade dos ricos acervos das instituições, que guardam tipologias documentais distintas e de diferentes períodos, lançando diferentes olhares sobre a cultura escolar.

1.2.2 Os jornais estudantis: *Stella Maris* e *O Porvir*

Uma das principais potencialidades do uso de jornais estudantis na pesquisa em História da Educação é a possibilidade de mapear discursos a partir dos textos escritos pelos(as) discentes (principalmente do jornal *Stella Maris* do Colégio Nossa Senhora das Dores, escrito exclusivamente por alunas), estabelecendo relações com as determinações oficiais registradas

nas atas de visita e fiscalização, relatórios e outros documentos e com as fotografias dos acervos (em especial aquelas que acompanham as publicações nos jornais). Em outras palavras, os jornais estudantis consistem em um meio a partir do qual é possível entrar em contato direto com a produção dos (as) estudantes, mesmo que estejam representando um periódico institucional, mapeando pontos de vistas, temáticas abordadas e ignoradas e as possíveis nuances que podem surgir das mudanças do jornal com o passar dos anos.

Neste sentido, volto meu olhar para os aspectos teórico-metodológicos que devem nortear o trabalho com os impressos, considerando suas peculiaridades e especificidades em relação a outros tipos de fontes utilizadas no presente trabalho. Para tal, será utilizado, em especial, o trabalho de Tânia Regina De Luca (2005), que sintetiza os principais elementos que devem ser cotados com esse tipo específico de fonte. Para a autora, é necessário, em primeiro momento, situar historicamente o periódico, mantendo-se “alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada tem de natural” (De Luca, 2005, p.132). Assim, é necessário estar atento para o formato do impresso, os tipos de papel em que é produzido, a qualidade da impressão, suas cores, a utilização ou ausência da iconografia, considerando também as condições técnicas de sua produção. Tais elementos materiais são basilares, já que são delineadores de determinadas práticas de leitura de diferentes períodos, tendo seu peso significativo na construção de sentido em torno dos textos impressos. Desse modo, nos termos da autora, “das letras miúdas comprimidas em muitas colunas às manchetes coloridas e imateriais nos vídeos dos computadores, há avanços tecnológicos, mas também práticas diversas de leituras” (De Luca, 2005, p.132).

Soma-se a isso a necessidade de ponderar acerca das funções sociais exercidas pelo impresso, considerando os meios pelos quais foi distribuído, a sua aparência física, os conteúdos que veicula e as formas como são organizados no interior do impresso, as relações que manteve (ou não) com o mercado, atentando, de tal modo, para o financiamento feito por meio da publicidade, além de mapear o público-alvo ao qual é dirigido o impresso. Essas indagações são fundamentais para a compreensão dos discursos veiculados pelo periódico, problematizando a “identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento”, que ocorre nos periódicos “e o próprio acontecimento” (De Luca, 2005, p.139).

Na presente pesquisa estão sendo utilizados dois periódicos estudantis, que, cada qual a seu modo, foram importantes meios de divulgação de notícias e das atividades das duas instituições escolares na cidade. Entretanto, ressalto que, por um lado, localizei uma série numerosa e expressiva do jornal *Stella Maris*, do Colégio Nossa Senhora das Dores, com um

total de 119 edições datadas do intervalo entre 1938 e 1963, havendo poucas edições desse período que não foram encontradas. Por outro lado, as publicações localizadas de *O Porvir*, do Colégio Santo Antônio, representam uma pequena quantidade do que foi publicado do periódico. Destaco que foram localizadas 43 edições de *O Porvir*, digitalizadas e disponíveis para *download* no site da Biblioteca Municipal Baptista Caetano d’Almeida⁵, da cidade de São João del-Rei, sendo a primeira referente ao ano de 1922, e as demais englobando o período de 1934 a 1946. Porém, é importante destacar que a última destas, referente a agosto de 1946, é a edição nº 334 do jornal, demonstrando que a maior parte das edições do periódico não foram localizadas. Segundo consta no Relatório de 1927⁶, o jornal estudantil da instituição foi fundado em 1917, com a denominação inicial de *O Mosquito*, tendo como finalidade “a formação do estilo” literário dos alunos⁷. Desde o seu início, houve a presença de textos redigidos pelos alunos, supervisionados pela direção e pelo professor de português. Além disso, percebe-se a recorrência de publicações assinadas pela direção e, em especial nas décadas de 1930 e 1940, pelo professor responsável pela sua supervisão, Domingos Horta. Além disso, observou-se que uma parte significativa dos artigos publicados no jornal não contém referência de autoria, sendo algumas vezes possível identificar apenas se o redator faz parte do corpo docente, discente ou da diretoria da instituição.

No que se refere ao conteúdo de *O Porvir*, destaco que as principais temáticas abordadas são as homenagens aos freis, que marcam a maioria das capas, contendo inclusive fotografias dos homenageados, e se fazem presentes em todas as edições, podendo ter um ou mais artigos abordando esse assunto. De modo geral, as homenagens se centram em datas comemorativas, como aniversários de nascimento e de vida sacerdotal; chegada e despedida de religiosos na instituição; ou até mesmo em decorrência do falecimento de algum religioso, como, por exemplo, a edição n.º 331, de março de 1945, que trata exclusivamente do falecimento do capelão-militar Frei Orlando, que morreu nos campos de batalha italianos na Segunda Guerra Mundial. Ressalto ainda que parte desses textos são assinados pela direção do Colégio e pelo supervisor do periódico, porém localiza-se também artigos com essa temática escritos por alunos ou sem referência de redator.

A segunda temática mais recorrente nas edições localizadas de *O Porvir* se refere às atividades escolares. Apesar de dificilmente aparecerem na primeira página das edições ou serem acompanhadas por fotografias, as atividades escolares marcam presença em

⁵ Disponível em <http://www.bibliotecamunicipalsjdr.com.br/bca/index.php>. Acesso em: 2 jan. 2015.

⁶ Relatórios Gerais CSA, p.67.

⁷ Relatório de 1927 (In: Relatórios Gerais CSA, p.67).

praticamente todas as edições do jornal localizadas, de especial atenção para as práticas esportivas, com a recorrente descrição dos melhores momentos dos jogos do Clube Desportivo Esparta em campeonatos regionais ou jogos internos realizados na instituição. Publicou-se também no jornal atividades dos grêmios literários, como o “Jackson de Figueiredo”; das bandas musicais, como a “Lira São Francisco”; e dos grupos religiosos, como a “União dos Moços Católicos”. Independentemente de muitos desses artigos não serem assinados, é possível inferir que foram escritos pelos alunos da instituição.

Também foram encontrados textos literários, com destaque para os poemas e contos, sendo alguns assinados por professores e freis e outros por alunos. Além disso, são recorrentes os textos com teor pedagógico, que abordam distintos conteúdos, como alimentação, língua portuguesa, comportamento escolar, História etc. Tais artigos, com direcionamento apontado ao corpo discente, são, na maioria das vezes, assinados pelos próprios alunos, podendo ser, inclusive, derivações de atividades executadas nas diferentes disciplinas que, devido à sua qualidade, recebem espaço para divulgação no periódico. A temática religiosa também se mostra presente nas suas páginas, sendo os textos escritos principalmente pelos freis da instituição e direcionados aos alunos, que deveriam tomá-los como base de exemplo para suas vivências. Outra característica comum de *O Porvir* (que também se mostra presente nas páginas do *Stella Maris*) é a publicação dos melhores alunos das turmas nas diferentes matérias, em sessão nomeada “Honra ao Mérito”, expondo seus nomes e suas notas. O recurso foi utilizado como meio de fornecer distinção aos mais aplicados a título de exemplo, ao mesmo tempo em que mantém ausentes aqueles que não alcançam os resultados exemplares. Além disso, a direção do Colégio fez amplo uso do periódico para a publicação de avisos e anúncios da instituição e informações sobre boletins de frequência, notas, períodos de provas, reformas na instituição, reajuste do valor anual dos cursos foram esporadicamente publicados no jornal, sendo, na maioria das vezes, direcionados aos pais dos alunos externos.

No que se refere à presença de iconografia, as edições localizadas de *O Porvir* possuem poucas fotografias publicadas em suas páginas. As 43 edições que fazem parte das fontes utilizadas, contêm apenas 23 fotografias. Obviamente, a pequena quantidade está relacionada ao número também pequeno de edições coletadas do jornal, sendo difícil caracterizar o periódico a partir desses escassos volumes acessados. Dito isso, reforço que a caracterização apresentada, apesar das suas limitações, fornece indícios expressivos sobre as funções e os

usos que foram feitos desse jornal, de modo a enriquecer as informações e os olhares sobre o tema e a integrar as outras fontes utilizadas sobre a instituição.

Sobre o jornal estudantil *Stella Maris*, do Colégio Nossa Senhora das Dores, destaco a localização de 119 exemplares, compreendendo os períodos de 1938 a 1952 e 1960 a 1963⁸. Considerando os apontamentos metodológicos estabelecidos anteriormente, constatei que tais publicações apresentaram certo padrão na sua organização interna, contando com colunas específicas sobre fatos comemorativos do mês, frequentemente ligados a datas cívicas ou religiosas, e que foram publicadas, em sua maioria, na primeira página, acompanhadas geralmente de ilustrações. Ao lado destas, colunas com contos e textos quase sempre relacionados à rotina colegial das alunas, além de seções recreativas, direcionadas ao lazer das leitoras e leitores. No que diz respeito ao público, apesar de haver a possibilidade de pessoas externas ao Colégio e até de outras instituições adquirirem edições do *Stella Maris*, os textos eram, em maior parte, dirigidos diretamente às alunas da instituição. Ao contrário do que se observa em *O Porvir*, não foram localizadas publicações de professores e das Irmãs, sendo a maior parte dos textos assinados pelas alunas. Outra diferença significativa é que para o *Stella Maris* eram selecionadas, no início do ano letivo, as redatoras do jornal, que se responsabilizavam pela publicação do periódico durante todo o ano. Por outro lado, não foram encontradas em nenhuma das fontes do Colégio Santo Antônio, referências sobre alunos pré-selecionados para serem redatores de *O Porvir*.

No tocante à iconografia publicada no impresso, nas 119 edições do jornal referentes ao período selecionado, foram localizadas um total 281 imagens de temáticas variadas. Vale ressaltar ainda que a maior parte dessas imagens foram publicadas no período de 1940 a 1945, totalizando 133, enquanto nas edições de 1946 a 1960 encontram-se 67 imagens, demonstrando uma decadência significativa, tanto na quantidade de edições publicadas do jornal, quanto na iconografia integrante das edições.

A redação e publicação do jornal *Stella Maris* foi uma importante atividade da instituição. Foi reconhecido pelo concurso organizado pela Secretaria Estadual de Educação e Saúde iniciado em 1939, no qual o *Stella Maris* se destacou no ano de 1940 como o segundo melhor jornal estudantil do estado⁹, o que foi amplamente divulgado no periódico. Esse concurso fez parte das ações governamentais que incentivavam a publicação de jornais estudantis, vistos como meio de aprendizagem a partir de métodos ativos e pela própria

⁸ A série dos jornais *Stella Maris* localizados possui uma lacuna de 1953 a 1959.

⁹ *Stella Maris*, ano XI, n.7, setembro, 1940, p.1.

função do impresso enquanto veiculador de discursos ideológicos (Rezende, 2014). Neste aspecto, ressalto que a análise do *Stella Maris* e das edições localizadas de *O Porvir* demonstraram que, enquanto no primeiro os elementos do discurso político do período, em especial do Estado Novo, foram amplamente abordados, no último essa temática é colocada em segundo plano, sendo mais recorrentes os textos sobre os freis e as atividades escolares da instituição.

É importante considerar ainda que, como consta nos arquivos de correspondência do Colégio Nossa Senhora das Dores¹⁰, em ofício respondendo a demanda da Prefeitura Municipal de São João del-Rei de 16 de abril de 1941, o processo de produção do jornal era coordenado por uma professora responsável, contando com a fiscalização dos inspetores de ensino. Dessa forma, mesmo escrito por alunas, as publicações contidas no jornal não fogem aos princípios oficiais e institucionais da educação.

A utilização dos jornais escolares representou, na presente pesquisa, uma fonte complementar fundamental, considerando as diversas informações veiculadas sobre as práticas escolares. Assim, ressalto que, por meio dos jornais escolares foi possível compreender, por exemplo, quais temáticas e discursos oficiais foram incorporados nas publicações, a partir das orientações dos fiscais e inspetores de ensino e dos órgãos que representavam. Isso foi possível a partir de intensa interlocução entre tais fontes com os registros de correspondências, telegramas, relatórios de inspeção e atas de visita e fiscalização que englobam os acervos documentais das duas instituições.

1.2.3 Os arquivos escolares e as fontes administrativas

Como mencionado, os relatórios de inspeção e os termos de visita e fiscalização consistem nas fontes referenciais da presente pesquisa, inserindo-se em um conjunto das fontes administrativas escolares. Deste modo, parto dos apontamentos de Mogarro (2005), que destaca que os arquivos escolares se constituem em “um núcleo duro de informação sobre a escola”, que corresponde “a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informações que podem ser utilizadas” (Mogarro, 2005, p.104). Desse modo, tomá-los como fonte de pesquisa, possibilita a compreensão dos

¹⁰ Livro de Correspondência CNSD (1941)

diferentes aspectos da administração escolar que permeiam o funcionamento dos educandários. Ainda com a autora:

Os arquivos escolares constituem o repositório das fontes de informação diretamente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos de investigação em educação, que colocam essas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenómenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens (Mogarro, 2005, p.103).

Toma-se, portanto, tais documentos como importantes fontes de informação para que se compreenda a lógica administrativa em que as escolas se inserem. Para tal, é necessária uma precisa contextualização dos documentos, esclarecendo a função para qual foram produzidos dentro dos quadros administrativos escolares. Assim, compreendo que os arquivos são formados por documentos “produzidos cotidianamente no contexto das práticas administrativas e pedagógicas; são produtos da sistemática ‘escrituração’ da escola e revelam as relações sociais que, no seu interior, foram sendo desenvolvidas pelos atores educativos” (Mogarro, 2005, p.105). Eles descortinam, portanto, relações burocráticas internas e com as estruturas externas de administração escolar que as outras tipologias de fontes utilizadas aqui não contemplam. Além disso, são o principal meio no qual os fiscais e inspetores de ensino registraram sua atuação nas instituições escolares, consistindo, portanto, em uma tipologia documental basilar para o desenvolvimento desta pesquisa.

Desse modo, as possibilidades de abordagens derivadas dos diferentes documentos escolares são amplas. Retomando Mogarro (2005), destaca-se que documentos referentes às notas, por exemplo, possibilitam que se mapeie o aproveitamento escolar, definindo os sucessos e insucessos dos alunos; do mesmo modo, o registro de matrículas demonstra o perfil do corpo discente e as mudanças desse perfil ao longo do tempo; a partir das ocorrências e regulamentos internos, por sua vez, é possível apreender as normas e regras que permeiam as questões disciplinares; por meio das atas gerais, como as de visitas de inspetores e as de reuniões de professores, se apresentam as relações estabelecidas no interior da instituição, a influência dos inspetores na vida escolar, além dos diálogos e determinações que extrapolam estas relações internas; ou ainda, pelas coleções de correspondências torna-se possível a apreciação das relações institucionais entre a instituição escolar e os organismos de tutela, possibilitando perceber os limites e autonomias que permeiam essas relações (Mogarro, 2005, p.108-109). Tais exemplos buscam reafirmar as possibilidades desses documentos que,

para além de sua linguagem padronizada e estrutura formalizada, refletem aspectos diversos das relações e da cultura que se constrói dentro das escolas.

No que se refere aos documentos que foram utilizados neste trabalho, ressalto que o acervo do Colégio Nossa Senhora das Dores, alocado na própria instituição, é constituído por 137 livros manuscritos, dentre os quais foram utilizados 12 livros, referentes a termos de visita e fiscalização, atas de reunião de professores, correspondências, portarias do “Minas Gerais”, atas dos grêmios estudantis, e, em especial, os dois livros de “Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores”, que reconstroem informações importantes sobre matrículas, corpo docente, inspetores de ensino, administração e acontecimentos institucionais. A escolha desses livros para a pesquisa em detrimento de outros foi feita devido ao tipo de informações que concentram, referentes às orientações dos órgãos da administração educacional e decisões relacionadas aos conteúdos e práticas escolares, descortinando aspectos da atuação dos inspetores de ensino dentro dos estabelecimentos de ensino.

No que se refere ao acervo do Colégio Santo Antônio, vale destacar que conta com 222 livros de registros diversos e relatórios de inspeção, contendo informações diretas da administração escolar (atas, matrículas, correspondências, registros de documentos), de desempenho escolar (boletins de notas, diários de classe), além dos relatórios de inspetores, somando estes um total de 48 que englobam o período referente às décadas de 1930 a 1970. Deste vasto material, foram diretamente utilizados 4 livros referentes a atas de reuniões de professores e de termos de visita e fiscalização, além de 46 relatórios que englobaram o recorte da pesquisa, que descortinam uma infinidade de informações sobre a vida escolar, na perspectiva fiscalizadora do inspetor de ensino. Sobre estes documentos, Medeiros, Ávila (2021) ressaltam:

Os relatórios de inspeção escolar (...) registram não somente a história da instituição, mas também, apresentam as marcas e significação do momento histórico e político vivenciado na sociedade brasileira. Seus relatórios caracterizam a ação esperada de um agente do Estado o qual, compatível com uma ação estatal controladora, apresenta de forma técnica e minuciosa seus relatórios. Os resquícios do Estado Novo, controlador e fiscalizador, materializam-se nos relatórios de inspeção (Medeiros, Ávila, 2021, p.63).

Os relatórios de inspeção deveriam ser, obrigatoriamente, datilografados e apresentavam informações previamente estabelecidos pelas legislações vigentes. Os relatórios de inspeção deveriam ser descritivos e minuciosos, apresentando um verdadeiro panorama sobre o ambiente escolar observado. Nestes estavam anexadas as correspondências trocadas

entre o estabelecimento e órgãos administrativos externos, documentos enviados pelas secretarias de educação, além de quadros de matrículas, descrição de cardápios, comentários sobre aulas e atividades escolares diversas, listagem de corpo docente com respectivos registros, descrições da estrutura física e condições materiais dos prédios, tal como boletins com os resultados dos diferentes exames aplicados ao longo do ano. Soma-se aos relatórios periódicos, a existência dos relatórios especiais, confeccionados por inspetor especial como critério para aprovação de nova modalidade de ensino na instituição, como o curso ginásial e o colegial, por exemplo.

Diferentemente dos relatórios, que eram confeccionados e enviados para secretarias externas ao Colégio, os termos de visitas eram registrados em livro próprio mantido na instituição e contava com a redação de termo nos dias em que ocorriam a visita do inspetor escolar ou itinerante. Os termos, em geral, possuíam certa padronização de informações, a depender do responsável pela sua redação. Assim, foi possível observar que, enquanto alguns inspetores eram sucintos e diretos, não tecendo muitos comentários sobre o que foi observado, outros eram cuidadosos e extremamente descritivos, deixando vastos e interessantes relatos do cotidiano escolar. Nos termos, os inspetores relatavam todas as atividades realizadas nos dias de visitas, desde fiscalização da escrituração, acompanhamento de aulas e aplicação das provas. Deste modo, em seus termos de visita, os inspetores descreviam, analisavam e avaliavam a instituição fiscalizadas, tecendo críticas ou elogios e apontando as irregularidades a serem resolvidas por professores e direção, consistindo, portanto, em relevante fonte para a compreensão da atuação dos inspetores de ensino no ambiente dos colégios estudados.

Por fim, pondero que tais considerações acerca das metodologias de pesquisa das fontes e a sua apresentação são importantes para a compreensão do presente trabalho, uma vez que estou lidando com uma diversidade e uma quantidade de fontes significativas. Desse modo, o objetivo foi demonstrar os principais passos que foram tomados frente as diferentes fontes, e as possibilidades que estas proporcionaram, considerando que esta interlocução documental, por mais desafiadora que possa ser, foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e para os resultados obtidos.

1.3 APONTAMENTOS TEÓRICOS: AS *MANEIRAS DE FAZER* NAS VIVÊNCIAS ESCOLARES

Como apresentado, busquei me direcionar a uma perspectiva que vá além de estudos que pensam os sujeitos sociais enquanto submetidos aos ideais e normas impostas pelas forças de poder de uma sociedade. Deste modo, olho para a figura dos fiscais e inspetores de ensino como agentes que ocupam um *lugar* capaz de mediar as relações de poder e as diferentes apropriações derivadas de determinações oficiais que, mesmo sendo muitas vezes impostas aos agentes escolares, são metamorfoseadas de diferentes formas nas vivências cotidianas.

Seguindo essa orientação, utilizo como base teórica os trabalhos de Michel de Certeau, que apontam para uma apropriação e uma ressignificação de sujeitos sociais de valores e normas culturais impostos por aqueles que possuem um *lugar* de poder na sociedade. Essa apropriação ocorreria, segundo o autor, nos modos de uso e *maneiras de fazer* empregadas pelos sujeitos, que não são controláveis pelas forças de poder que integram a sociedade. Em *A invenção do cotidiano* (Certeau, 1994), o autor busca analisar essas *maneiras de fazer*, considerando-as enquanto as “mil práticas” pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural. Em outros termos, o autor destaca que:

A uma produção racionalizada, expansionista, além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde *outra* produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (Certeau, 1994, p.39 – grifos do autor).

Para Certeau, esse “pensamento que não pensa”, essa vivência diária sem reflexão sobre si mesma (cozinhar, andar, falar etc.), é o foco para se compreender as diferentes nuances da cultura, superando uma interpretação que se limite a compreender os mecanismos de dominação cultural e de controle social, já que, segundo os termos do autor, “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (Certeau, 1994, p.38).

Ao problematizar essa relação de poder, o autor trabalha com duas categorias analíticas que são tomadas como centrais na presente pesquisa, sendo elas as *estratégias* e as *táticas*. Tais categorias não representam necessariamente uma oposição estabelecida nessas relações, ressaltando muito mais os modos como os sujeitos sociais agem, de acordo com o lugar que integram na sociedade e as possibilidades que lhes são apresentadas.

Entrando propriamente na definição dada pelo autor, destaca-se com ele que *estratégia* é “o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma

instituição científica) pode ser isolado”. Neste sentido, a estratégia pressupõe “um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos de pesquisa, etc.)” (Certeau, 1994, p.99). Para o autor, a estratégia exige um lugar de poder, organiza-se a partir dele, no qual o agente pode ter certo domínio sobre as variantes da circunstância. Desse modo, um lugar de poder fornece possibilidades de controlar não apenas as decisões, mas as próprias opções de certa situação. Em outras palavras, as *estratégias* são, portanto, “ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” (Certeau, 1994, p.112). Portanto, nesta perspectiva, aspectos como “a nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico” (Certeau, 1994, p.46).

Por outro lado, a *tática* (muito ligado à perspectiva das *maneiras de fazer* trabalhadas acima), se inventa na subversão da ordem do outro. Nos termos do autor, ela é compreendida como “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”, deste modo, “a tática não tem por lugar senão o do outro”, operando “golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende” (Certeau, 1994, p.100). Em outras palavras, a *tática* é a ação do fraco na ordem do outro, e ocorre em decorrência da apropriação e recriação do significado do que é determinado por esse outro. O autor cita como exemplo os modos como se utilizam os espaços urbanos (Certeau, 1995), considerando que essa utilização foge ao planejamento urbanístico (a estratégia racionalizada). Assim, se o urbanista é, por um lado, “capaz de criar uma composição de lugares, de espaços ocupados e espaço vazios, que permitem ou impedem a circulação”, ele se torna, por outro lado, impossibilitado de “articular essa racionalidade em concreto com os sistemas culturais, múltiplos e fluidos, que organizam a ocupação efetiva dos espaços” (Certeau, 1995, p.233). Em outras palavras, as *táticas* não são previsíveis ou controláveis, de modo que os sujeitos sociais utilizam os espaços, um texto, um programa televisivo, um conteúdo escolar etc. de acordo com suas próprias perspectivas e com o lugar que integram na sociedade, produzindo a partir disso, novos significados.

Ao contrário do que se pode considerar em um primeiro momento, *estratégias* e *táticas* não representam uma dicotomia simples entre os “produtores” e os “consumidores”, ou “dominantes” e “dominados”. A *tática* age, com seu golpe momentâneo, subvertendo o sentido e as próprias intenções que permeiam a ação estratégica, por meio de apropriação e de

manipulação. Desse modo, ela pode se tornar estratégica no lapso em que a subversão da ordem é feita, por meio de uma ação segundo a qual se aproveita a oportunidade oferecida pela circunstância, superando as determinações que lhe são impostas. Partindo dessa compreensão, as categorias abordadas por Certeau são pertinentes no sentido em que descartam a suposta passividade dos “consumidores”, demonstrando que a sua ação supera constantemente os limites que lhe são impostos de um lugar de poder, mesmo que isso não represente uma oposição direta ou uma ruptura com os sistemas vigentes. A subversão das *táticas* está nos *usos* e nos *modos de fazer* próprios, que não se limitam às determinantes contextuais. Assim, “uma criança ainda rabisca e suja o livro escolar, mesmo que receba um castigo por esse crime, a criança ganha um espaço, assina aí sua existência de autor” (Certeau, 1994, p.94). Devido ao seu caráter momentâneo, e ao fato de se materializar por meio de práticas imediatas, a inversão discreta e fundamental provocada pelas *táticas* não deixa marcas no tempo, senão ao acaso, e são essenciais para a compreensão das práticas sociais (Certeau, 1994, p.94). Assim, são difíceis de serem captadas pelas fontes, de modo em que sua apreensão é possível por meio da superação da leitura simples do documento histórico (seja ela qual for), exigindo um aprofundamento para a compreensão das relações de poder e os significados que tomam nas vivências e relações sociais.

Aproximando os conceitos apresentados desta pesquisa, destaca-se que, se por um lado, as ações do Estado (agente detentor de um lugar de poder) tomam o significado de *estratégias*, a partir das quais se busca a orientação ideológica da educação e na determinação das práticas escolares, por outro, as *táticas*, que agem no sentido da apropriação desses discursos, são realizadas pelos agentes escolares, superando as determinações e agindo no sentido da negociação das ações possíveis na ordem do outro. Porém, é importante considerar que, se os agentes escolares tomam formas de “consumidores” frente ao Estado e seu aparato administrativo, as relações internas são ambíguas, de modo que distintos agentes (fiscais, diretores, professores, alunos etc.) e os lugares que cada um ocupa dentro da instituição dão às suas ações caráter estratégico ou tático, em especial se considerar os fiscais de ensino ou professores das instituições. As hierarquias fortemente presentes no interior das instituições levam a uma multiplicidade de lugares, que influenciam diretamente nas práticas escolares vivenciadas dentro dos educandários.

Voltando meu olhar para as atividades escolares que fizeram parte da cultura escolar dos colégios, aponto que elas tomam significados distintos daqueles que orientaram a determinação das ações, sejam instâncias superiores da administração escolar, seja a própria

direção dos colégios. Assim, os(as) alunos(as), nos seus *modos de fazer* próprios, participam das solenidade cívicas, dos campeonatos, da produção de jornais estudantis, das bandas musicais etc. atribuindo a elas funções e significados distintos, como a possibilidade de destaque dos(as) demais alunos(as), de modo que sua participação em algumas dessas atividades abra margem para esse reconhecimento escolar e mesmo social. Ao se considerar essa perspectiva, o discurso veiculado pela atividade perde sua força original, por meio de uma substituição dos sentidos por outros, pelos quais os(as) alunos(as) se utilizam da atividade para suprir necessidades e desejos próprios. Assim, é possível considerar, recorrendo às fontes, que estes(as) alunos(as) podem se sentir orgulhosos(as) ao verem seus textos publicados no jornal escolar, ao ganharem um campeonato esportivo, ao se destacarem nos desfiles cívicos pelas ruas da cidade ou mesmo por serem reconhecidos(as) como alunos(as) das imponentes e célebres instituições da cidade, sendo que esse reconhecimento ultrapassa o próprio apogeu das instituições, estando presente até os dias de hoje pela materialidade arquitetural que se faz presente na cidade e pela memória de são-joanenses e ex-alunos(as).

1.4 ORGANIZAÇÃO DA TESE

Além da introdução que aqui se encerra, na qual busquei apresentar, de forma geral, as delimitações da pesquisa, seus objetivos e os apontamentos teóricos e metodológicos que envolveram o presente trabalho, optei por organizar a tese em quatro capítulos fundamentais.

No primeiro capítulo apresento um estudo aprofundado sobre o Colégio Nossa Senhora das Dores e o Colégio Santo Antônio, ressaltando elementos como sua história, especificidades e orientações formativas e ordens religiosas que os dirigem, situando-as no contexto de valorização das instituições confessionais de ensino. A apresentação dos colégios foi realizada a partir de um intenso esforço de contextualização, buscando situar sua fundação e desenvolvimento à luz do contexto histórico do campo educacional nacional e local. Assim, foi possível associar o avanço das instituições escolares no início do século XX com um período de valorização do progresso e do conhecimento científico, tal como com o avanço da modernização na própria cidade de São João del-Rei, que passou por intensas reformas nas primeiras décadas do século passado. Deste modo, acredito ter sido possível aprofundar as análises necessárias, partindo de uma compreensão ampla e plural das instituições escolares escolhidas como centro de análise na pesquisa.

No segundo capítulo, busquei concentrar minhas análises no desenvolvimento e reformulações das estruturas administrativas escolares nos contextos estudados, almejando, a partir de intenso diálogo entre a historiografia e as legislações educacionais, compreender como a educação se organizou durante a Era Vargas e o período Liberal-Democrático e, em especial, como a inspeção de ensino se inseriu neste contexto de transformações educacionais. Deste modo, busquei neste capítulo investir no sentido da compreensão do lugar ocupado pelos inspetores de ensino em tais contextos, tal como as estruturas administrativas que foram sendo formadas a fim de coordenar as ações dos fiscais e inspetores de ensino.

Realizadas as necessárias contextualizações, passei, a partir do terceiro capítulo da tese, a me concentrar na análise da inspeção nas instituições estudadas, buscando mapear a presença dos inspetores nas instituições e, especialmente, compreender quem foram os sujeitos que atuaram como inspetores de ensino e quais os vínculos que estabeleceram com os colégios e com a própria cidade de São João del-Rei. Deste modo, foi possível ter um vislumbre sobre as relações de sociabilidade estabelecidas no âmbito institucional, tal como compreender as funções sociais e culturais que muitos destes agentes assumiram na cidade de São João del-Rei, extrapolando suas atividades entre os muros dos colégios estudados.

Por fim, no último capítulo voltei-me a atuação dos inspetores nas instituições de ensino, mapeando quais atividades eram realizadas por eles e qual o efeito de sua atuação no cotidiano e nas práticas escolares, a partir de uma minuciosa análise dos termos de visita e relatórios de inspeção. Deste modo, foi possível perceber que os inspetores de ensino atuaram na fiscalização de diferentes aspectos do universo escolar, analisando a escrituração, interferindo nas práticas pedagógicas, fiscalizando as avaliações, avaliando as condições materiais dos colégios e, especialmente, orientando e acompanhando a aplicação das atividades de socialização.

Desta forma, acredito ter sido possível compreender diferentes aspectos da inspeção escolar nos colégios estudados, tal como a interferência que estes agentes tiveram sobre a aplicação e consolidação de diferentes orientações e políticas educacionais.

2 O COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES E O COLÉGIO SANTO ANTÔNIO: FUNDAÇÃO, PRINCÍPIOS RELIGIOSOS E ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS.

Os Colégios Nossa Senhora das Dores e Santo Antônio surgiram em um período muito específico da história educacional brasileira, marcado pela expansão de instituições confessionais católicas, orientadas pelo projeto de romanização e de afirmação e implantação de ideais liberais, especialmente a partir da Proclamação da República, em 1889. Nesse contexto, diferentes grupos passam a disputar espaço no campo educacional, tomando a educação como importante ferramenta de formação da juventude e gerando embates e disputas que marcaram a História da Educação do século XX¹¹.

Neste sentido, considerando o objeto proposto nesta pesquisa, destaco que pensar a presença e influência educacional dos inspetores empenhadas nas instituições analisadas exige, necessariamente, compreender os colégios em sua complexidade, trazendo à luz elementos como contexto e circunstâncias de suas respectivas fundações. Neste sentido, é imprescindível considerar as orientações políticas e religiosas da segunda metade do século XIX e início do século subsequente, enfatizando os impactos desses processos na cidade de São João del-Rei. Soma-se a isso, a necessidade de ponderar acerca dos princípios religiosos norteadores da Ordem dos Frades Menores e da Congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, considerando os seus reflexos nas pedagogias franciscana e vicentina.

Avalio que trazer para a discussão da pesquisa tais informações me permitirá elucidar dados que permeiam as ações dos diferentes agentes escolares, atuando no sentido elementar da formação nas duas instituições. Além disso, problematizar as características particulares de cada grupo, considerando seus elementos constitutivos e traços históricos, me possibilitará refletir sobre as semelhanças e especificidades no que se refere ao cotidiano escolar e a formação empenhada nas instituições escolares, enfatizando o olhar sobre as práticas dos inspetores escolares nesses processos.

Tais temas estarão no centro de minhas reflexões no presente capítulo, consistindo em uma análise preliminar e elucidativa para a compreensão da intervenção dos inspetores de ensino direta ou indiretamente nas práticas escolares vivenciadas nas instituições e de suas

¹¹ É importante ressaltar que a presente pesquisa não pretendeu estabelecer uma análise comparativa entre os processos formativos que ocorreram nas duas instituições educacionais, considerando que tal tarefa foi realizada em trabalho anterior, durante minhas pesquisas de mestrado (Rezende, 2018). O foco neste trabalho está na compreensão da inspeção escolar do modo como foi efetivada nos contextos educacionais estudados.

relações com as estruturas administrativas implantadas entre as décadas de 1930 e 1960 que serão trabalhadas de forma mais aprofundada nos próximos capítulos da tese.

2.1 MODERNIZAÇÃO E ROMANIZAÇÃO: A FUNDAÇÃO DE EDUCANDÁRIOS CATÓLICOS EM MINAS GERAIS.

2.1.1 A fundação de colégios católicos entre a modernidade e a romanização.

Diversas pesquisas apontam que a criação de instituições escolares no início do século XX no Brasil pode ser pensada a partir de dois processos históricos centrais: a proliferação das ideias liberais e cientificistas e a expansão do “ideário ultramontano católico” (Lage, 2008, p.4), também chamado de “romanização da América” (Arruda, 2011, p.84). Tais processos, cada qual ao seu modo, tomaram a educação escolar enquanto *lugar* estratégico para a consolidação de seus objetivos políticos, ideológicos e religiosos, tendo em vista o seu potencial em criar na sociedade brasileira novos valores e hábitos e reforçar outros já existentes, como é o caso da moral católica, por exemplo.

Para Leonardi, Bittencourt (2016), desde meados do século XIX a Igreja Católica intensificou o seu olhar e preocupação em relação à América Latina, observando o avanço da secularização e laicidade que acompanhou os processos de implantação de regimes republicanos no continente. Assim, já em 1832, a encíclica *Minari vos*, do papa Gregório XVI (1831-1846) atacava os valores liberais, estando “presentes o repúdio e a desconfiança em relação aos programas políticos modernos e às correntes de ideias a eles ligados”. Essa encíclica foi “um marco desse papado” e estabeleceu também “um marco para o seu sucessor”, Pio IX (1846-1878), responsável pelo “triunfo do ultramontanismo” (Leonardi, Bittencourt, 2016, p.141).

Tal processo se intensificou a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, podendo ser definido como um “plano expansionista da Igreja Católica”, agindo em oposição “ao mundo em processo de modernização e como uma orientação política desenvolvida pela Igreja, marcada pelo centralismo romano, o fechamento sobre si e a recusa do contato com as novas ideias” (Lage, 2008, p.2-3).

Neste sentido, a expansão do ideário ultramontano no continente americano foi realizada a partir de uma série de medidas que buscavam ampliar os espaços sociais a serem

ocupados pela Igreja Católica, com amplo potencial de reforçar sua influência sobre a sociedade brasileira. Assim, a implantação de ordens religiosas empenhadas em fundar instituições educacionais, a expansão da imprensa católica, por meio de editoras e revistas veiculadas no Brasil e a criação de monumentos, santuários e templos, proliferando espaços públicos de teor e práticas católicas foram algumas medidas empenhadas no projeto de romanização implantado nesse período. Deste modo, retomando Leonardi, Bittencourt (2016), “a entrada de congregações religiosas fiéis às determinações romanas”, tal como a “nomeação de bispos ultramontanos tentava garantir a difusão e a hegemonia desta política na Igreja brasileira” (Leonardi, Bittencourt, 2016, p.145).

A Proclamação da República no Brasil, ocorrida em 1889, culminou na ruptura entre Igreja Católica e Estado, com a implantação da laicidade como ponto fundamental e expansão de valores liberais no novo regime. A laicidade, aliada à retirada do Ensino Religioso das escolas públicas passou a ser um ponto incômodo para a Igreja em relação ao Estado republicano brasileiro. Para Caleffi (2023):

A questão da escola laica era importante para a educação brasileira da época. Após a Proclamação da República, com a separação da Igreja e do Estado, a Educação deixou de estar sob o controle religioso. Somente na Constituição de 1934, após forte movimento católico, o Ensino Religioso voltou a ser permitido nas escolas públicas. Mas os debates sobre o tema atravessaram décadas.” (Caleffi, 2023, p.3).

A Igreja Católica demonstrava, ainda no século XIX, que não desistiria de buscar manter ou até expandir sua influência sobre a educação no Brasil. Assim, a educação é vista como objeto direto da ação religiosa, a fim de “garantir que os preceitos da religião fossem incorporados pela juventude e pelas e pelas crianças” (Leonardi, Bottencourt, 2016, p.153).

Em Minas Gerais, as orientações de romanização foram lideradas pelo bispo da arquidiocese de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso, que atuou na reforma do clero, na divulgação de livros e textos contendo o ideal ultramontano, no incentivo à vinda de congregações e ordens religiosas para a região e, em especial, para a abertura de instituições escolares confessionais masculinas e femininas, como já mencionado. Dentre essas iniciativas, se destacam o incentivo à vinda das Filhas de Caridade francesas e a instalação de seus colégios femininos, entre os quais Lage (2008) aponta terem sido pioneiros o Colégio Providência (1849), em Mariana e o Colégio Nossa Senhora das Dores (1847), em Diamantina (Lage, 2008, p.4). Segundo a autora:

A implantação do ultramontanismo foi sendo intensificada ao longo do século XIX, principalmente, pelo investimento na educação. Especificamente a educação de meninas e jovens fazia parte dos conceitos elaborados pela Igreja Ultramontana, pois as alunas seriam, posteriormente, educadoras dos filhos e da sociedade conforme os princípios do catolicismo. Era uma estratégia de preparação de futuras ‘agentes sociais’ (Lage, 2008, p.4).

O ultramontanismo, portanto, valorizou a educação feminina em colégios confessionais, percebendo as mulheres como potenciais “instrumentos de expansão de um novo discurso catolicista” (Lage, 2008, p.2). A formação feminina, nesta visão, ganha força significativa, e as mulheres são consideradas as formadoras dos futuros cidadãos e católicos. Neste processo, a formação feminina “enquadrava-se à necessidade de educá-las nos moldes escolares para capacitá-las dentro das novas regras de um mundo com novas características: em processo de urbanização e com novos valores de civilidade” (Lage, 2008, p.4). Assim, buscava-se o desenvolvimento de hábitos civilizatórios, na direção da modernização desse período, ao mesmo tempo em que se fixava na preservação dos valores católicos como fundamentais na formação da infância. Neste sentido, é importante frisar que a Igreja buscou, por meio do seu fortalecimento no quadro educacional, preencher os espaços criados no novo contexto de transformações econômicas e sociais que ocorriam em meados do século XIX, concorrendo diretamente com o ideal liberal-iluminista no campo educacional. Vale relembrar ainda que os embates entre essas perspectivas educacionais marcaram profundamente a história educacional do século que se seguiu.

Foi neste contexto, de esforço ultramontano da Igreja Católica no Brasil, que as duas instituições escolares analisadas na presente pesquisa foram fundadas. A primeira, o Colégio Nossa Senhora das Dores data de 1898 e foi fundado por irmãs vicentinas vindas da França. Apesar de as vicentinas terem iniciado a sua atuação em São João del-Rei na Santa Casa de Misericórdia da cidade, em poucos anos se empenharam na fundação de uma instituição confessional voltada unicamente à formação de moças da cidade e região, com a implantação do internato. Do mesmo modo, alguns anos depois foi a vez dos frades franciscanos holandeses se instalarem na cidade, com o objetivo claro da fundação de um Colégio, que começou a ser planejado alguns anos antes e foi implantado em 1909. Ambas as instituições assumiram na importante cidade comercial de São João del-Rei a função de formação da juventude católica, marcando significativamente a história educacional são-joanense do século XX.

Se por um lado é importante reconhecer que a fundação das duas instituições está diretamente ligada ao embalo ultramontano vivido nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, por outro, é relevante destacar o impacto que outro documento da Igreja Católica exerceu sobre a educação católica no Brasil no século XX, e, com especial atenção, aos Colégios Nossa Senhora das Dores e Santo Antônio. Trata-se da encíclica *Divini Illius Magistri*, publicada em 1929 pelo Papa Pio XI (1922-1939), que via a educação como importante ferramenta na sua “empreitada apostólica”, para implantar a “doutrinação dos povos para a Igreja” (Gatti Jr.; Lima, 2016, p.608).

Segundo destaca Caleffi (2023), a *Divini Illius Magistri* foi o primeiro documento da Igreja a abordar exclusivamente o tema da educação e da sua relação com o Estado e a Igreja, sendo considerada uma “verdadeira Carta Magna da educação cristã da juventude” (Caleffi, 2023, p.4). A encíclica, em tradução literal “Aquele Divino Mestre” apresenta em seu nome a referência ao “papel educador de Jesus Cristo” (Caleffi, 2023, p.1). Neste sentido, a encíclica evocava os grupos católicos a intervirem no desenvolvimento da educação, de modo a garantir a aplicação de uma educação pautada nos valores católicos.

A encíclica foi direcionada “não só aos jovens e aos educadores, mas também aos pais e mães de família, acerca de vários problemas da educação cristã” (Pio XI, 1929). Assim, sua problemática central está em torno da educação da juventude, considerando que, “na verdade, nunca como nos tempos presentes se discutiu tanto acerca da educação”, a partir de diferentes perspectivas pedagógicas, de modo que “se multiplicam os mestres de novas teorias pedagógicas, (...) se propõem e discutem métodos e meios, não só para facilitar, mas também para criar uma nova educação de infalível eficácia que possa preparar as novas gerações para a suspirada felicidade terrena.” (Pio XI, 1929).

Pio XI preocupava-se com a manutenção da presença da Igreja na sociedade e na sua relação com os Estados, especialmente a partir da centralização política sobre a educação que ocorreu em diversos regimes políticos nas primeiras décadas do século XX. Para Caleffi (2023):

O pontificado de Pio XI ocorreu em um contexto de fortificação dos Estados e do Liberalismo, que segundo ele, limitavam a liberdade da Igreja. A educação era vista como um meio de reconduzir o ser humano a Deus, e na Encíclica, Pio XI criticou o monopólio estatal na educação e as novas teorias pedagógicas que priorizavam a felicidade terrena em detrimento da espiritualidade. De acordo com a Encíclica, a educação adequada e perfeita é a cristã, ao contrário de outros modelos que servem ao Estado” (Caleffi, 2023, p.3).

Neste sentido, segundo a Encíclica *Divini Illius Magistri*, a educação só é adequada quando se considera esse elemento metafísico do ser humano, devendo oferecer a ele o seu desenvolvimento para a aproximação com Deus e para a vida eterna. Assim, a educação deveria estar “voltada a levar o ser humano a desenvolver suas potencialidades e buscar a Deus”, rejeitando as “teorias pedagógicas naturalistas, socialistas e nacionalistas, que concebem o homem como um fim em si mesmo” (Caleffi, 2023, p.5). Ressalta-se que tal finalidade só seria alcançada com uma educação cristã dessa juventude, pautada pelas doutrinas e moral da Igreja Católica. Ainda com Caleffi (2023, p.5), “a diferença entre naturalismo e cristianismo, em termos de moralidade, é que para o primeiro o princípio de moralidade é o ser humano, enquanto para o segundo, é Deus”. Considera-se, portanto, ser a educação cristã:

Aquele que tem em vista, em última análise, assegurar o sumo bem de Deus, às almas dos educandos, e a máxima felicidade possível, neste mundo, à sociedade humana. E isto no modo mais eficaz que é possível ao homem, isto é, cooperando com Deus para o aperfeiçoamento dos indivíduos e da sociedade, enquanto a educação imprime nos espíritos a primeira, a mais poderosa e duradoura direção na vida (Pio XI, 1929, p.2).

Apresentada a ideia da Igreja de educação ideal à juventude, a Encíclica passa a tratar de elementos centrais ao pensar a divisão social da função educativa, partindo de quatro questionamentos tomados como fundamentais nessa discussão, sendo eles: “a quem compete a missão de educar?”; “qual o sujeito da educação?”; “quais as circunstâncias necessárias do ambiente?”; e “qual o fim e a forma própria da educação cristã?” (Pio XI, 1929, p.2).

Enfatizando o primeiro questionamento (que consiste na principal discussão do texto e tomado como de essencial importância para se pensar o tema), a Encíclica centra-se na ideia de que a família, a sociedade civil e a Igreja são os três pilares da sociedade humana, considerando as duas primeiras provenientes da ordem natural e a última de ordem sobrenatural. A partir dessa reflexão, o documento chega à conclusão de que, devido ao seu caráter de sociedade sobrenatural (Pio XI, 1929, p.3), a educação deve ser delegada, em primeiro lugar, à Igreja, única instituição considerada capaz de verdadeiramente orientar a juventude para o seu pleno desenvolvimento humano. Nos termos do documento, a educação “pertence de modo sobre-eminente à Igreja, por dois títulos de ordem sobrenatural que lhe foram exclusivamente conferidos, pelo próprio Deus, e por isso absolutamente superiores a qualquer outro título de ordem natural” (Pio XI, 1929, p.3). Portanto, à Igreja foi conferida a

“expressa missão e autoridade suprema de magistério que lhe foi dada pelo seu Divino fundador” (Pio XI, 1929, p.3), sendo a única instituição capaz de oferecer uma educação cristã integral e coerente com a doutrina católica. Essa sua atribuição (ou missão, como o documento geralmente denomina) é justificada por considerar que a Igreja é portadora de uma “maternidade sobrenatural”, considerando ser a juventude o “próprio objeto de sua missão educativa” (Pio XI, 1929, p.3).

Assim, a prioridade da Igreja sobre as instituições naturais (família e sociedade civil) decorre exatamente do seu caráter sobrenatural, que se sobrepõe a tudo que é terreno. Retomando o documento, é ressaltado que, mais do que um “direito inalienável”, a Igreja possui um “dever indispensável” para com a formação da juventude, que consiste em “vigiar por toda a educação de seus filhos, os fiéis, em qualquer instituição, querem em pública quer em particular, não só no atinente ao ensino aí ministrado, mas em qualquer outra disciplina ou disposição, enquanto estão relacionadas com a religião e a moral” (Pio XI, 1929, p.4).

Seguindo a superioridade da Igreja na função educativa, a família aparece como a auxiliar direta e fundamental, considerando-se a primeira formadora da infância, que antecede a entrada das crianças nas escolas e na sociedade, como um todo. Desse modo, apesar de ser tomada como uma sociedade natural, “a família recebe, portanto, imediatamente do Criador a missão, e conseqüentemente, o direito de educar a prole” (Pio XI, 1929, p.5). E citando Leão XIII:

Por natureza os pais têm direito à formação dos filhos, com esta obrigação a mais, que a educação e instrução da criança esteja em harmonia com o fim em virtude do qual, por benefício de Deus, tiveram prole. Devem, portanto, os pais esforçar-se e trabalhar energeticamente por impedir qualquer atentado nesta matéria, e assegurar de um modo absoluto que lhes fique o poder de educar cristãmente os filhos, como é de sua obrigação, e principalmente o poder de negá-los àquelas escolas em que há o perigo de beberem o triste veneno da impiedade (Leão XIII *apud* Pio XI, 1929, p.6).

Neste sentido, o documento critica as tendências liberais que consideram que a educação da “prole pertence primeiro ao Estado do que à família e que o Estado tenha sobre a educação direito absoluto” (Pio XI, 1929, p.6). A partir disso, argumenta-se que antes de se tornarem cidadãos, as crianças são frutos das famílias, criadas a partir da providência divina. Nesta perspectiva, a educação naturalista não seria correta para o ser humano, já que este é composto de corpo e alma, sendo, portanto, a educação cristã a mais adequada (Caleffi, 2023).

Assim, levando-se em consideração que a Igreja seria uma instituição de cunho sobrenatural e que a família é o primeiro vínculo do sujeito com o mundo material, a função educativa da juventude deveria ser atribuída, segundo o documento, em especial a elas, considerando a função do Estado como colaborativa. Desse modo, o Estado ficaria a cargo de “proteger e promover” a ação educativa das duas citadas instituições, “e de modo nenhum absorver a família e o indivíduo” (Pio XI, 1929, p.7). Portanto, cabe ao Estado auxiliar a Igreja e a família na educação das crianças e dos jovens, sendo seu dever “proteger com suas leis o direito anterior da família sobre a educação da prole (...), e por consequência respeitar o direito sobrenatural da Igreja a tal educação cristã” (Pio XI, 1929, p.7). É necessário ressaltar ainda que a predominância dessas instituições na função educativa não entra em conflito, necessariamente, com as disposições civis, considerando que “a Igreja, com a sua prudência materna, não se opõe a que as suas escolas e institutos para leigos se conformem, em cada nação, com as legítimas disposições da autoridade civil”, mantendo-se “disposta a entender-se com esta, e a proceder de comum acordo, onde surjam dificuldades” (Pio XI, 1929, p.4).

No Brasil, a temática abordada na Encíclica *Divini Illius Magistri* foi amplamente discutida por intelectuais engajados na educação nacional, tendo causado forte impacto nos grupos católicos. Para Alceu de Amoroso Lima, importante intelectual católico desse período, a Encíclica de Pio XI “é o documento mais completo da verdadeira filosofia da educação que jamais se ofereceu à meditação e à prática dos homens e por isso nos eximimos de citar inúmeros outros documentos emanados da autoridade Suprema da Igreja, pois com ela se encontram em perfeita consonância” (Lima, 1959, p.7).

Segundo aponta Bencostta (2001, p.130), “o pensamento educacional católico em meados do século XX foi profundamente influenciado pelo desdobramento discursivo decorrente dos posicionamentos adotados pela Santa Sé”, em especial, da citada Encíclica. Ainda com o autor, na Encíclica de Pio XI, “a educação é entendida como uma obra essencialmente social em que a Igreja deveria intervir, juntamente com a família e o Estado” (Bencostta, 2001, p.130).

Segundo Gatti Jr; Lima (2016, p.612), para além da fundação de colégios confessionais para a formação católica da juventude, a Igreja ocupou diversos espaços sociais, especialmente, no campo educacional, consolidando gradualmente o pensamento pedagógico católico no Brasil, por meio da fundação da Revista “A Ordem” (1922) e da criação de órgãos como o Centro D. Vital, por Jackson de Figueiredo (1922), a Confederação Católica (1922) e a Ação Católica Brasileira (1935). Além disso, em meados do século XX observou-se uma

expansão significativa do mercado editorial católico, com especial atenção à fundação da editora Vozes, editora Santuário, FTD, editora Ave Maria, editora Loyola, editora Duas Cidades e editora Agir, além da publicação de diversas revistas, como a já citada “A Ordem” (Leonardi, Bittencourt, 2016, p.152).

Essa temática será retomada nos capítulos seguintes, que trazem elementos da história da educação brasileira e, especialmente, o papel dos fiscais nesse contexto, porém cabe aqui adiantar que os embates entre as tendências católicas e liberais marcaram a imprensa e tiveram forte impacto nas políticas públicas, com importantes figuras das diferentes tendências integrando as estruturas da administração pública educacional, desde os anos 1930 até os primeiros anos da década de 1960.

2.1.2 A modernização em São João del-Rei

Como busquei apresentar no tópico anterior, é possível perceber o grande empenho investido pela Igreja Católica na expansão de instituições escolares confessionais no continente americano, como um todo, e no Brasil, em especial, podendo relacionar a este contexto a criação do Colégio Nossa Senhora das Dores (1898) e do Colégio Santo Antônio (1909) na cidade de São João del-Rei. Como abordado, esse amplo investimento na romanização da América ocorreu como resposta a um contexto de avanço e consolidação de ideias liberais, que se fizeram sentir em diferentes esferas do novo regime formado no Brasil a partir de 1889. Assim, deve-se considerar as transformações que marcaram a sociedade mineira e, em especial, são-joanense nas décadas finais do século XIX e início do século subsequente, compreendendo os discursos sobre a modernidade e o papel de destaque que a educação da cidade passa a ter nesse processo. Desta forma, buscarei pensar o processo de modernização da cidade mineira de São João del-Rei, sob a luz do amplo contexto de valorização da modernidade e progresso, que marcou a passagem do século XIX para o XX.

Entretanto, antes de olhar para a conjuntura são-joanense, vale o esforço buscar compreender as condições gerais desse contexto, que tem sua origem na história europeia em um período conhecido como a *belle époque*. Esse movimento foi marcado por uma “visão otimista do presente e do futuro”, caracterizada pela “certeza de que a humanidade teria entrado em uma nova etapa de desenvolvimento material marcado por progresso ilimitado” (Del Priore; Venancio, 2016, p.219). Assim, foi um período marcado por intensas

transformações, com avanços nos setores da indústria, transporte e comunicação, que afetaram diretamente a sociedade e cultura europeia. Nos termos de Hastings (2014):

Avanços tecnológicos, sociais e políticos alastravam-se pela Europa e pelos Estados Unidos numa escala nunca vista em qualquer outro período, um piscar de olhos da experiência humana. Einstein anunciou a sua teoria especial da relatividade, Marie Curie isolou o rádio, e Leo Baekeland inventou a baquelita, o primeiro polímero sintético. Telefones, gramofones, veículos motorizados, sessões de cinema e casas com eletricidade tornaram-se lugar-comum entre pessoas abastadas nas sociedades mais ricas. Jornais de circulação em massa adquiriram influência social e poder político sem precedentes. (Hastings, 2014, p.40).

Tais transformações impactaram diretamente a sociedade europeia, criando uma crença inabalável nas noções de progresso e civilização. Para Flôres (2007, p.30), tais noções significavam um “modelo de civilização, uma palavra carregada de atributos inconfundíveis: as cidades, os sistemas e equipamentos urbanos, a comunicação, o liberalismo e todas as extravagâncias contidas naquela que se determinou *Belle Époque*”.

Estas somaram-se ao avanço de teorias eurocêntricas e racistas que compreendiam a Europa como o centro do conhecimento científico, civilização e modernidade em detrimento do restante do mundo, considerado “atrasado” e “inferior”. Na virada do século XIX para o século XX o Brasil se viu atingido por esse conjunto de ideias. Para Del Priore, Venancio (2016, p.219), “a europeização, antes restrita ao ambiente doméstico, transforma-se agora em objetivo – melhor seria dizer ‘obsessão’ – de políticas públicas”. Foi um contexto de realização de reformas urbanas, para a modernização de cidades brasileiras e superação da herança colonial; de implantação de políticas sanitárias e higienistas; de aplicação de políticas eugênicas, como tentativas de “branqueamento” da população e perseguição de práticas culturais de origem africanas (Sevcenko, 1989, p.35). Assim, se estabeleceu no Brasil, “uma *belle époque* não tão *belle*”, já que “a ciência europeia da época, que passou a ser vista como critério definidor das sociedades civilizadas, era marcada por visões racistas” (Del Priore, Venancio, 2016, p.219-220).

Tal empenho modernizador e de valorização do progresso não impactou apenas os grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, mas atingiu também regiões interioranas que possuíam forte apelo da tradição e da herança sociocultural do passado colonial. São João del-Rei pode ser considerado um caso exemplar nesse sentido. A cidade,

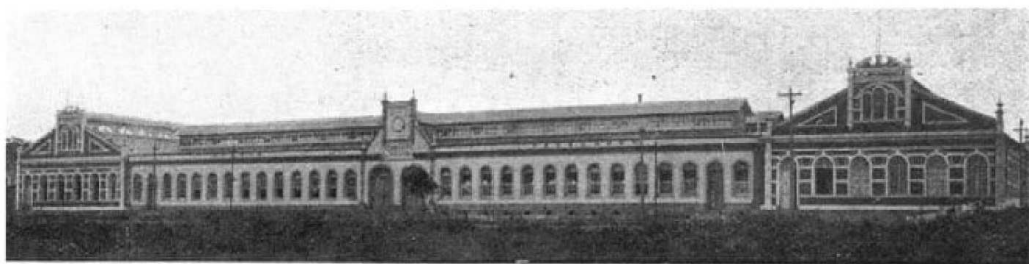
que quase foi capital de Minas Gerais no início da República¹², teve sua origem como uma vila de exploração aurífera ainda no século XVIII e se expandiu, tornando-se importante centro comercial regional no século seguinte.

Olhando para as condições de São João del-Rei, Graça Filho (2002), destaca que, ao contrário das interpretações historiográficas que apontavam certa estagnação econômica em Minas Gerais no século XIX, a região não perdeu importância econômica com a queda da mineração que marcou este século. Dessa forma, o estado, “que tem minério na origem de seu nome” e que ainda hoje sofre com o desenvolvimento dessa atividade, que “o condenou a se desenvolver sob a ameaça das tragédias” (Arbex, 2022, p.308), não viu sua decadência econômica decorrente da queda da exploração aurífera, mas encontrou na produção agrícola, pecuária e artesanal um meio para seu desenvolvimento, tornando-se importante centro comercial com diversas regiões do Brasil, em especial, a capital Rio de Janeiro. Assim, para Graça Filho (2002, p.232), no século XIX “a praça comercial sanjoanense fortaleceu seu papel regional, ao centralizar o crédito da comarca. Seus negociantes mais destacados fizeram da cidade um centro comercial-financeiro, ao qual recorriam as mais variadas pessoas dos distritos e municípios vizinhos.”

Corroborando as análises apresentadas, Resende (2003) pondera sobre o processo de modernização de São João del-Rei, na perspectiva do estabelecimento da indústria têxtil Companhia São-Joanense, fundada na cidade em fins do XIX e cujo funcionamento perdura até os dias atuais. Para a autora, a abertura da fábrica integra esse processo de modernização da economia da cidade, que, devido a construção da ferrovia na segunda metade do século XIX, teve possibilidade de expansão. Retomando Graça Filho (2002), a inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1881, deu novo ímpeto ao comércio local, alcançando outras cidades e integrando o comércio da região com outras localidades. Assim, em São João del-Rei estabeleceu-se as condições para desenvolvimento de sua economia, já que “havia mão-de-obra barata, terrenos bem irrigados com córregos e rios, oferta abundante de alimentos a preços baixos e, por fim, a malha ferroviária vinha solucionar o problema crônico dos transportes” (Graça Filho, 2002, p.233).

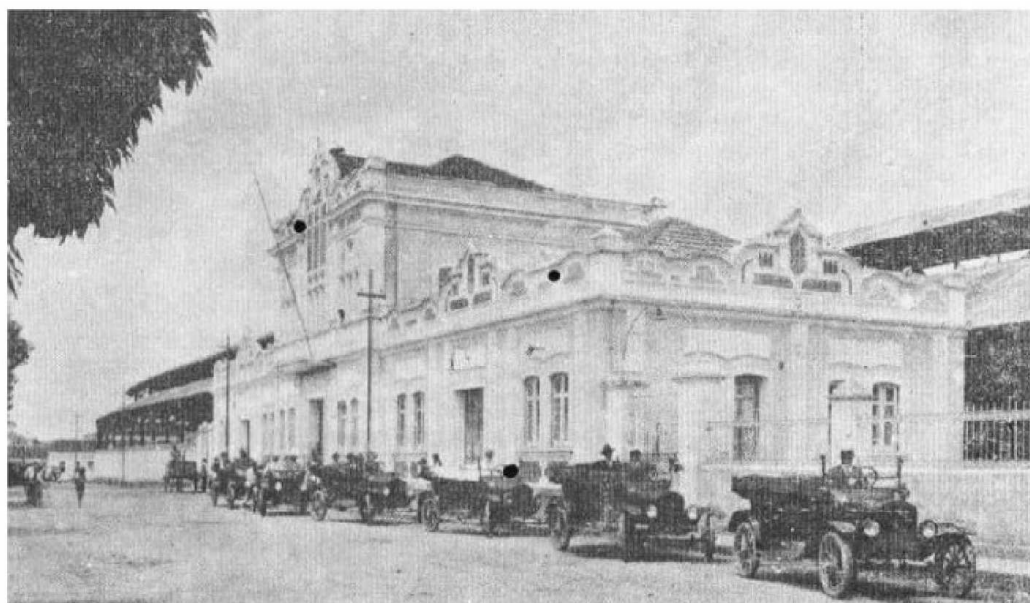
¹² Sobre este aspecto, Flôres (2007, p.37) destaca que com o objetivo de transferir a capital mineira de Ouro Preto, o governo estadual criou em 1891 uma Comitativa de Estudos, chefiada por Aarão Reis. Tal Comitativa teria determinado que a Várzea do Marçal, em São João del-Rei, localizada próxima ao núcleo central da cidade seria local mais indicado. Porém, “manobras políticas na última de três votações mudaram o resultado da escolha para o arraial de Curral del-Rei”, causando forte impacto na cidade de Ouro Preto e criando nova zona de influência no estado de Minas Gerais.

Figura 1 – Companhia Industrial São-Joanense (1919)



Fonte: Capri, Bello (1918, n.p.)

Figura 2 – Estação Ferroviária de São João del-Rei (1924)



Fonte: Carvalho (1924, n.p.)

Acima, apresento duas figuras datadas das primeiras décadas do século XX, reproduzidas de obras do período, que tinham por objetivo e apresentar o contexto de desenvolvimento vivenciado por São João del-Rei no alvorecer do século XX. A primeira figura consiste na fachada da indústria têxtil Companhia São-Joanense, construída no nascente bairro Fábricas. Ainda hoje, em uma breve caminhada pela avenida Leite de Castro, é impossível não se impressionar com a imponência de seu edifício e com os sons de seu maquinário e sirene funcionando, trazendo um ar de evocação ao passado à região. A segunda, apresenta a fachada da Estação Ferroviária, localizada no centro da cidade. Hoje o prédio abriga o Museu Ferroviário de São João del-Rei, além de ser o ponto de embarque do passeio turístico nas antigas locomotivas para a cidade vizinha de Tiradentes. Ambas as figuras buscam destacar a imponência dos prédios, demonstrando a beleza de sua arquitetura e

a modernidade que agregam ao cenário. Soma-se a isso, os automóveis estacionados em frente à estação, que reforça a imagem de modernidade e progresso, em contraste com outras partes da cidade, marcadas pela presença da arquitetura colonial.

Para Resende (2003), na esteira da fundação da Companhia São-Joanense, novas fábricas foram ganhando espaço na cidade. Utilizando-se de jornais locais do período, a autora destaca que no início do século XX, São João del-Rei possuía “um mercado competitivo que investia em propaganda e que atendeu aos novos apelos da população”. Assim, “fábricas de cigarros, laticínios, gelo, fogos de artifício, manilhas, massas alimentícias e cervejarias” passavam a compor o cenário da cidade e “disputavam nos jornais o lugar de destaque para que o público pudesse ser atingido” (Resende, 2003, p.34).

Neste sentido, fica evidente o dinamismo no centro comercial de São João del-Rei, com grande força no setor hoteleiro, em tipografias, *ateliês* de fotografia, casas comerciais com matriz no Rio de Janeiro, bancos, sem contar na grande movimentação cultural que movia a cidade, sendo relevante o papel do Teatro Municipal nesse campo (Resende. 2003, p.35).

As figuras apresentadas a seguir são emblemáticas para considerar o dinamismo econômico são-joanense que marcou os primeiros anos do século XX. As duas imagens são produzidas a partir de fotografias do italiano André Bello, que se instalou em São João del-Rei em 1910, inaugurando o "*Atelier Photographico de André Bello*" (Flôres, 2007). Centenas de fotografias que apresentam a São João del-Rei do início do século XX foram produzidas por suas lentes. Retomando a apresentação das figuras apresentadas a seguir, referem-se a duas imagens distintas de um mesmo lugar: a rua Municipal (atual rua Artur Rodrigues), localizada no centro de São João del-Rei, núcleo comercial da cidade.

Figura 3 – Rua Municipal, na região central de São João del-Rei (1919)



Fonte: Capri, Bello(1918, n.p.)

Figura 4 –Rua Municipal, no centro de São João del-Rei (1940)



Fonte: Ribeiro (2006, p.37).

A primeira fotografia data de 1918 e foi registrada com o fotógrafo no chão, apresentando um ângulo aberto que engloba toda a dimensão da rua retratada. Assim, é possível ter uma boa visualização do espaço, que conta com diversos estabelecimentos comerciais e com movimento de pessoas expressivo. Na imagem é possível observar que a rua possui muitos estabelecimentos comerciais (ressaltando pelas placas em suas fachadas) e que muitas pessoas ocupam as calçadas. Enquanto alguns prédios possuem apenas um pavilhão, outros possuem dois ou mais andares, porém vale destacar que todos contam com grandes portas voltadas às calçadas. É possível observar também alguns poucos postes, provavelmente responsáveis pela recente rede elétrica na cidade.

A segunda figura é datada de meados da década de 1940, sem data precisa. Um primeiro ponto de diferença é o fato dela ter sido registrada pelo fotógrafo do segundo pavimento de um casarão localizado de frente para a rua, onde hoje funciona a Prefeitura Municipal de São João del-Rei. Esse ângulo possibilitou o registro não apenas da rua, mas de espaços que a cercam, como a Ponte da Cadeia, à frente e a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, situada em um morro atrás da rua. Uma rápida observação permite apreender que muitas mudanças ocorreram na região nos vinte anos que separam as duas imagens, com destaque para o aumento expressivo da rede elétrica por toda a extensão da rua. Percebe-se também que muitos edifícios que antes contava apenas com um pavilhão passou a possuir dois ou três andares, atestando o desenvolvimento da região. Por fim, a rua mantém sua forte atividade comercial, contando com inúmeros estabelecimentos comerciais e com intensa presença de pedestre e automóveis, que dividiam espaços com os tradicionais carros de boi.

Em relato apresentado em seu livro *“São João del-Rei: seus colégios e outras lembranças”*, Jarbas Albricker (1984, p.7-8) relata sua chegada em São João del-Rei em 1934, para estudar no Colégio Santo Antônio: “Chegaríamos a São João del-Rei em apenas uma hora de viagem sacolejada. Freneticamente iluminada, pois havia inaugurado sua nova usina hidrelétrica, a cidade já possuía prédios de seis andares, cinco, quatro, três e um sem-número de sobrados. Achava-se deslumbrado”.

Esse processo de modernização de São João del-Rei não ocorreu, entretanto, sem conflitos. Segundo Ribeiro (2006), que analisa os álbuns produzidos pelo fotógrafo André Bello nas primeiras décadas do século XX, as transformações econômicas e culturais vivenciadas por São João del-Rei foram marcadas por contradições entre a busca pelo progresso e a manutenção do passado colonial.

Diferentemente do que ocorreu com Belo Horizonte no fim do século XIX, que foi planejada e construída para ser a capital administrativa de Minas Gerais e, devido a isso, surgiu sob a pretensão de superação do passado colonial e do atraso representado pela antiga capital, Ouro Preto, São João del-Rei iniciou o século XX com um marcante processo de modernização urbana. Neste quadro, os conflitos entre as diferentes perspectivas de modernização, tal como a oposição a esse processo, em nome da manutenção da herança colonial da cidade, se fizeram marcantes na imprensa local do período e, em especial, nas fotografias de André Bello (Ribeiro, 2006, p.30). Para a autora, a cidade passou a ser palco de um cenário em que os carros e a locomotiva, símbolos da modernidade, coexistiram com os tradicionais carros de boi e sinos das igrejas coloniais (Figura 4, segunda imagem da rua Municipal). Em suas palavras:

A coexistência dos carros de boi e dos automóveis, do badalar dos sinos e do apito da ferrovia é a grande comprovação da existência de um discurso que aparece como parâmetro e não como realidade sobre o que seria uma cidade moderna e progressista. O cotidiano da cidade se configura a partir de práticas sociais que nos permitem enxergar as ambiguidades e limites existentes na apropriação de um discurso moderno por uma cidade dotada de tradições e hábitos arraigados (Ribeiro, 2006, p.37).

Em outras palavras, “percorrendo os caminhos do progresso e deparando com o passado em cada esquina”, assim, “São João del-Rei adentra década de 1940 ansiando pelo *status* de cidade moderna, mas ainda vivenciando o passado” (Ribeiro, 2006, p.54). A configuração da modernidade são-joanense, que, tendo seu passado colonial visto como um atraso e uma realidade que impede seu progresso de fato, por um lado, coexiste com visões saudosistas acerca da necessidade de manutenção desse passado colonial, vivenciado nas formas de suas ruas, na estética de sua arquitetura e nas práticas da população. Nos termos de Flôres (2007), “à cidade foi delegada a responsabilidade de ser ‘histórica’, ao mesmo tempo em que seus habitantes, pelo menos parte deles, tinha o desejo de se modernizar”, o que exigiria, obrigatoriamente, “a intervenção no espaço e paisagem urbanos, seja na esfera pública, seja na privada” (Flôres, 2007, p.21).

Essa discussão aparece também fortemente na imprensa local, apresentando perspectivas de valorização ou crítica às intensas transformações vivenciadas pela cidade nas primeiras décadas do século XX. Em texto publicado em 1941 no jornal são-joanense “O Correio”, sem referência de autoria:

Pode-se mesmo dizer-se que a terra dos sinos maravilhosos, que sorriem e choram em repiques festivos de finados, marchou resoluta, sem olhar para traz, como acertadamente já o disse o talentoso jornalista José Belini dos Santos. O seu feitio colonial, as suas ruas outrora tortuosas, cortadas de becos estreitos e mal-acabados, os seus casarões antiquados de balcão à frente a lembrar-nos a época dos Inconfidentes, foram extintos de modo completo (...). São João del-Rei é hoje uma cidade moderna, progressista e opulenta. Todavia, a despeito dessa radical transformação, embora o tempo e o progresso tenham modificado a estrutura arcaica do berço de Bárbara Heliodora, muita causa ainda ficou para criar um misto perene do passado com o presente¹³

Abordando essa relação, em agosto de 1938 foi publicada uma edição especial do jornal estudantil *Stella Maris* do Colégio Nossa Senhora das Dores, a qual aborda exclusivamente as festividades do centenário de emancipação política de São João del-Rei¹⁴. Essa edição é integrada por um total de 11 textos escritos¹⁵, em sua maioria, pelas alunas da instituição, e é representativo por ressaltar as formas pelas quais é tratada a relação entre passado e presente. Assim, enquanto a maioria dos textos valoriza a tradição colonial da cidade em detrimento de seu aspecto moderno, há trechos essenciais que exploram a relação entre passado e presente na cidade. Ofereço aqui especial atenção ao texto que abre a edição, cujo título é sugestivo nessa discussão: *Centenário de S. João del-Rei: cidade do passado e presente*, sob autoria do grupo literário Harpa, integrado por alunas do 3º ano do Curso Normal. Cabe aqui a transcrição de seu trecho central:

Se os templos guardam em aspecto venerando as melodias saudosas das preces dos nossos antepassados, os confortáveis edifícios e ‘arranha-céus’ proclamam, em sorridente aspecto o moderníssimo da atualidade.

Do passado falam as pontes, e as toscas escadas de pedra que dão acesso ao nível da rua e que, no tempo colonial, eram utilizadas quotidianamente pelas lavadeiras das margens do Lenheiro e falam do progresso atual os graciosos jardins de relva cultivada e de magníficas flores! Fala do passado a poesia dos montes gigantescos que presenciaram as cenas gloriosas dos tempos dos ‘Emboabas’ e bradam, em festivo presente, os apitos das fábricas modernas! Do passado, fala o marulhar monótono do poético Lenheiro, do gracioso Tejuco, em seu rolar constante desde remotos séculos, de eras

¹³ “*A imagem do Cristo inacabado*”. Jornal **O Correio**. São João del-Rei, 9 set. 1941.

¹⁴ *Stella Maris*, ano IX, n.4, agosto, 1938.

¹⁵ Os textos que integram a citada edição especial são os seguintes, seguindo o ordenamento do periódico: 1) “Centenário de S. João del-Rei: cidade do passado e do presente” do grupo literário Harpa, formado por alunas do 3º ano Normal; 2) “Como S. João del-Rei se tornou cidade” de Maria Josina Neves; 3) Resumo Histórico de S. João del-Rei de Sylvia Viegas; 4) “Sanjoanenses Ilustres” de Darcy Paiva; 5) “Templos” de Sylvia Viegas; 6) “A missa das almas”, sem referência de autoria; 7) “Pontes de Pedra”, sem referência de autoria; 8) “Louvores a S. João del-Rei”, assinado pela Redação; 9) “S. João del-Rei em lábios literários”, constituído de frases de intelectuais e personalidades sobre a cidade; 10) “São João del-Rei durante o centenário”, contendo a programação das festividades e sem referência de autoria; 11) “Seção Recreativa”, sem referência de autoria.

desconhecidas... De um passado longínquo falam os sinos, esses bronzes famosos que plangem a lembrança saudosa dos pomposos festejos de outrora.

E o marulhar desses tristonhos cursos d'água e o bombalhar desses bronzes tradicionais falam também do presente, assistindo, embelezando e anunciando as glórias atuais de S. João del-Rei e seus festejos solenes.

E na estrada de vitorioso presente, ela caminha a passos seguros para o sorridente porvir! Realiza nesta sede de progresso, um sublime e misterioso contraste: a preparação que se afasta de seus primeiros dias, lá no acaso do século XVII, rejuvenesce...

Assim, indefinidamente se fará tanto mais vigorosa, tanto mais jovem, quanto mais anciã¹⁶.

O texto das alunas se pauta em uma constante justaposição entre o passado glorioso e o progresso do presente. Assim, as “pontes”, as “toscas escadas de pedra”, os “sinos” não são vistos em oposição à modernidade, que se faz presente nos “arranha-céus”, no “apito das fábricas modernas”, nos “graciosos jardins de relva cultivada e de magníficas flores”. Pelo contrário, ambos os aspectos compõem a cidade, que se faz “tanto mais vigorosa, tanto mais jovem, quanto mais anciã”. A natureza exuberante e secular aparece como pano de fundo das transformações do tempo, presenciando tanto “festejos de outrora” quanto “anunciando as glórias atuais de S. João del-Rei e seus festejos solenes”.

Tal como os textos, as figuras que compõem a edição¹⁷ do jornal *Stella Maris* também apresentam as feições do moderno e do antigo da cidade de São João del-Rei, com destaque especial para os monumentos do século XVIII, como as igrejas e pontes antigas, e para as construções do início do século XX, como é o caso das imagens de imponentes prédios, avenidas e praças da cidade (Figura 5, a seguir). Desse modo, a edição remonta a aspectos da modernidade e do passado colonial são-joanense, sem estabelecer oposição entre eles.

¹⁶HARPA. *Centenário de S. João del-Rei: cidade do passado e do presente*. In: *Stella Maris*, ano IX, n.4, agosto, 1938, p.1.

¹⁷As fotografias que acompanham os textos, somam um total de 7, sendo as seguintes: 1) Vista parcial da cidade; 2) Interior da Matriz de N. S. do Pilar; 3) Praça Tamandaré; 4) Largo São Francisco; 5) Fachada da Matriz de N. S. do Pilar; 6) Ponte da Cadeia; 7) Trecho da Avenida Rui Barbosa.

Figura 5 – Praça Tamandaré, no centro de São João del-Rei (1938)



Fonte: *Stella Maris*, ano IX, n.4, ago. 1938, p.3

Um elemento ressaltado pelas alunas e expressado pela figura acima refere-se à arborização da cidade. Aqui vale a pena destacar que tal perspectiva, em consonância com a modernização urbana, possui tanto um aspecto referente à estética ou “embelezamento” das ruas e praças, quanto um caráter higienista, sendo responsável “pela purificação do ar” (Ribeiro, 2006, p.38). Essa última perspectiva, em especial, faz parte de um mesmo processo de modernização que integrou também a construção e fundação do Colégio Nossa Senhora das Dores (1898) e do Colégio Santo Antônio (1909), estudados neste trabalho. Tal aspecto pode ser pensado tanto por meio da arquitetura dos prédios, que seguiram os preceitos higienistas da época, quanto da própria fundação das instituições, que traziam consigo a possibilidade do progresso por meio da educação moderna das classes abastadas.

Do mesmo modo, enfatizo com Arruda (2011), que a fundação de colégios na cidade demonstra que a educação em São João del-Rei caminhava no sentido da modernização do ensino, acompanhando as demandas do período histórico. Assim, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX muitas instituições escolares foram fundadas na cidade. Segundo Gaio Sobrinho (2000, p.121), a partir das últimas décadas do século XIX iniciou-se um processo de fundação de instituições escolares que se diferenciavam das escolas isoladas que funcionavam na cidade até então. Para o autor, muitas instituições escolares se destacaram em São João del-Rei na primeira metade do século XX, sendo as principais a

Escola Normal (1883-1906), o Colégio Nossa Senhora das Dores (1898), o Colégio São Luiz (1901), o Grupo Escolar João dos Santos (1908), o Colégio Santo Antônio (1909-1972), o Instituto Padre Machado (1921-1940), o Colégio São João (1923-1986) e o Grupo Escolar Maria Tereza (1925). A maioria destas instituições eram particulares, sendo apenas os Grupos Escolares João dos Santos e Maria Tereza instituições públicas.

A fundação de instituições escolares modernas foi acompanhada pela adoção de novas tendências pedagógicas, percebidas na construção de prédio escolar destinado exclusivamente a esse fim, na aplicação do método intuitivo¹⁸ e das atividades baseadas nas “lições de coisas”. Além disso, ressalta-se que as perspectivas da nova pedagogia aliavam a educação de base científica com uma educação moral, que se aproximava da formação religiosa das instituições, sem estabelecer nenhuma oposição no ensino aplicado (ARRUDA, 2011, p.27). Assim, as inovações didático-pedagógicas (como a utilização de globos, cartazes, coleções, carteiras, cadernos, livros etc.) foram agregadas à concepção pedagógica católica, e não se mostraram contraditórias, mas sim, próximas na formação moral, científica e cívica (ARRUDA, 2011, p.28).

A modernidade também é apresentada na arquitetura dos prédios, construídos segundo os “princípios de salubridade e higiene” (ARRUDA, 2011, p.29). Enfatizando a arquitetura do Colégio Nossa Senhora das Dores, Arruda (2011, p.29) ressalta: “as grandes janelas foram largamente utilizadas, o que permitia a boa luminosidade e, ao mesmo tempo, ventilação controlada”. Apesar de centrar suas análises no Colégio Nossa Senhora das Dores, as mesmas características são percebidas na arquitetura do Colégio Santo Antônio, com seus amplos e arejados corredores, extensas e altas salas de aula com grande quantidade de janelas, espaço interno livre para a prática de exercícios físicos e descanso, pátio central a fim de facilitar o controle sobre os estudantes e visualização dos professores etc. são características em comum das duas instituições (Figuras apresentadas a seguir). Em relatório de 1931 o inspetor Alysson de Abreu apresenta sua análise sobre os espaços e condições de conservação e higiene da estrutura física do Colégio Santo Antônio:

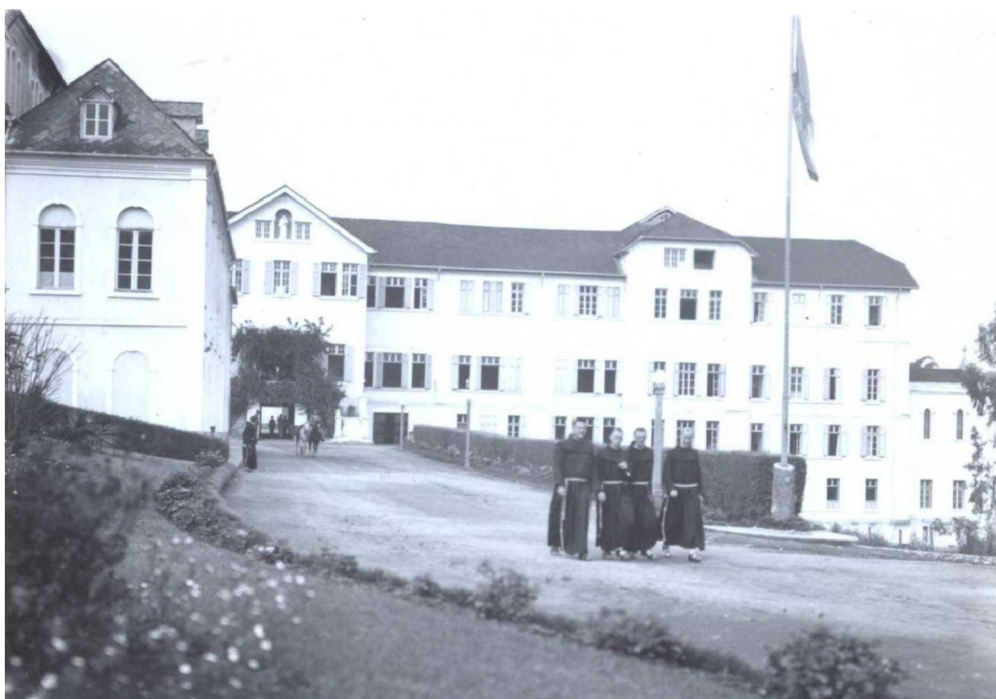
Tenho a dizer que é ótimo, muito bem dividido, constituído por um corpo unificado, não tendo prédios separados. Possui esplendidas salas de aulas, com mobiliário adequado e em ótimo estado de conservação; amplos dormitórios, refeitórios, salões de estudo, capelas, parlatórios, gabinetes, notadamente os de

¹⁸ Foi um método que ganhou amplo espaço no Brasil a partir do fim do século XIX e início do XX, que se baseava na utilização de objetos e da experiência como recursos metodológicos para auxiliar a aprendizagem dos(as) alunos(as). Foi comum utilizar como recurso pedagógico os Museus de História Natural, as bibliotecas, os laboratórios, mapas etc. (Saviani, 2004, p.27).

Física, Química e História Natural, dignos de menção especial por seu soberbo aparelhamento e magnífica impressão que causam¹⁹.

Vale destacar que, segundo outros relatórios localizados no acervo do Colégio Santo Antônio, em 1931 a instituição era composta por prédio principal, sendo os anexos construídos posteriormente, em especial no fim dos anos de 1930, e nas décadas seguintes de 1940 e 1950. Esse processo de expansão foi percebido também no Colégio Nossa Senhora das Dores, que passou, segundo os documentos da instituição, por marcante crescimento a partir da década de 1940.

Figura 6 – Colégio Santo Antônio, após a construção do prédio principal (1931)



Fonte: Arquivo pessoal de Luís Antônio Ferreira.

¹⁹ Relatório de 1931. (In: Relatórios Gerais CSA, p.6).

Figura 7 – Salão de Estudos do Colégio Santo Antônio (1931)



Fonte: Relatório de 1931 (In: Relatórios Gerais CSA, p.6).

Figura 8 – Fachada do Colégio Nossa Senhora das Dores (1924)



Fonte: Carvalho (1924, n.p.)

Figura 9 – Refeitório do Colégio Nossa Senhora das Dores (s/d.)



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora das Dores.

Os preceitos modernos e higiênicos da educação se apresentam por meio da organização de uma série de aspectos e práticas escolares, de modo que “o tempo das aulas é organizado e o espaço escolar da educação é instituído” (Arruda, 2011, p.31), arquitetando uma rotinização das práticas e vivências escolares, como uma forma de controle e formação de hábitos civilizados nos alunos e alunas. Desse modo, a modernização das novas escolas se pauta por um princípio de “civilizar” o Brasil, por meio da criação de “modelos de criança inteligente, bem-comportada, e de jovem responsável, como forma civilizada de convivência” (Arruda, 2011, p.37), que se aproxima com os preceitos da formação moral católica.

Ambas as instituições foram construídas na região central de São João del-Rei, próximas a importantes santuários religiosos e casarões que remetem ao passado colonial da cidade. O Colégio Nossa Senhora das Dores está localizado atrás da Santa Casa de Misericórdia e em frente à Capela de Nossa Senhora das Dores, enquanto o Colégio Santo Antônio (hoje *Campus* Santo Antônio, da Universidade Federal de São João del-Rei) foi construído ao lado da Igreja de São Francisco de Assis, famoso templo barroco que conta com obras de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Em contraposição a este passado, as

2500 alunos e alunas dos cursos Primário, anexo à instituição (1085 alunos e alunas), Ginásial (884 alunas) e de Formação de Professores (540 alunas).

A Congregação das Filhas de Caridade instituiu-se em 1633, na França, por São Vicente de Paulo e Santa Luísa de Marillac, tendo como princípio fundamental a **caridade**. Segundo Lopes (*apud* Lage, 2008, p.6), a caridade seria, segundo o carisma da Congregação, a melhor forma de amar a Deus, se comprometendo em “(...) dar de comer a quem tem fome e água a quem tem sede, abrigar os peregrinos, visitar os prisioneiros, visitar os doentes, vestir os que estão nus e preparar os mortos”. O carisma da Congregação exigia, portanto, a atuação das Filhas de Caridade junto à sociedade, o que pode ser considerado incomum para as organizações religiosas femininas no período, cuja experiência religiosa era pautada no afastamento do mundo e na vida em clausura. Essa particularidade das vicentinas levou a oposição quanto ao estabelecimento da congregação em lugares como Portugal, por exemplo. Em sua tese, Arruda (2011) destaca que as Irmãs de Caridade encontraram significativa resistência por parte de determinados setores da sociedade. Segundo a autora, várias congregações femininas, dentre as quais as vicentinas, foram:

Acusadas de atacar o ‘princípio da família’, com o ‘piedoso fim de educar as crianças e tratar dos enfermos nos diferentes países da terra’, as Filhas de Caridade, segundo o deputado [português] José Estevão, ostentavam a ‘malícia em nome de Deus’. Para ele, o cosmopolitismo das religiosas não parecia nem necessário nem útil. As virtudes da mulher, afirma o deputado, são a modéstia e o recato, junto aos pais e debaixo das vistas da sua família (Arruda, 2011, p.85-86).

Assim, mulheres que saíssem de casa, ou “das vistas dos pais”, para fazer parte de uma ação religiosa em nome de caridade ou da educação, e que não vivessem em clausura, estariam, na verdade, contrariando os padrões morais da época. A polêmica que envolvia a presença das vicentinas em Portugal estava ligada ao “domínio das consciências, exercícios para os quais as religiosas não estavam habilitadas, segundo o movimento anticlerical” (Arruda, 2011, p.88).

Figura 11 – Fachada do Colégio Nossa Senhora das Dores (1940)



Fonte: *Stella Maris*, ano XI, n.7, p.4.

Vale ressaltar ainda que, ao lado da prerrogativa da caridade, a educação rapidamente tornou-se objeto de ação das vicentinas, em especial aquela direcionada a moças, tanto das classes abastadas quanto órfãs presentes nas casas conduzidas pelas Filhas de Caridade. Foi atuando nessas duas funções que as vicentinas chegaram em Minas Gerais em meados do século XIX. Nos termos de Lage (2008, p.7), “a criação dos colégios confessionais femininos em Minas Gerais estaria intimamente ligada à vinda das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo”, integrando “uma nova perspectiva tanto de ensino” quanto de assistência, especialmente aquela oferecida às órfãs. Essa confluência entre o caráter caritativo e educacional das religiosas interferiram diretamente no tipo de ensino implantado nessas instituições.

Neste sentido, com o avanço do processo de romanização da Igreja da segunda metade do século XIX, as vicentinas chegaram em São João del-Rei no fim da década de 1880, fundando em 1898 o Colégio Nossa Senhora das Dores.

Segundo consta nos Históricos da Instituição²¹, a fundação do colégio esteve diretamente ligada à Santa Casa de Misericórdia local, sob a responsabilidade da mesma Congregação, segundo registo em documento datado de 06 de janeiro de 1898:

Tendo a administração sérias apreensões sobre o futuro que aguarda o nosso pio estabelecimento [Santa Casa de Misericórdia] pelo aumento constante das despesas, á tão elevadas nestes últimos anos sem receita relativa, deliberamos fundar um colégio para meninas sob a direção das beneméritas Irmãs de São Vicente de Paulo, visando não só nova fonte de renda que garantisse muitos serviços prestados às classes desfavorecidas da fortuna, como também concorrer para a educação das futuras mães de família²².

Tendo, por um lado, o objetivo declarado de levantamento de fundos para a manutenção da Santa Casa e, por outro, a formação de moças dos grupos abastados da cidade e de outras regiões²³, o Colégio Nossa Senhora das Dores iniciou suas atividades como uma instituição livre (não equiparada pelo Estado), contando com a matrícula de 25 alunas, que estudavam tanto disciplinas avulsas (pintura, canto, piano etc.) quanto as disciplinas referentes aos Cursos Normais oficiais²⁴. A equiparação foi feita em 1905, pelo decreto nº 1.845, passando a oferecer oficialmente os cursos Normal, Fundamental e de Adaptação²⁵, em sistema de internato, semi-internato e externato. Também em 1905, foi criado o Curso Anexo, nomeado de Escolas Reunidas “José Rodrigues da Costa”, sob a direção das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo. O Curso Anexo oferecia ensino primário gratuito para as crianças pobres da cidade e para as órfãs do Asilo Maria Teresa (Gaio Sobrinho, 2000, p.129), também sob a supervisão das vicentinas. Segundo Arruda (2011), a instituição, anexa ao colégio, era mantida com recursos públicos, que pagavam os vencimentos das professoras e da diretora. Além disso, foi amplamente utilizado pelo Colégio para a Prática de Estágios e treinamento docente das normalistas, que auxiliavam as Irmãs responsáveis e ministravam aulas às crianças (Arruda, 2011, p.24).

²¹ Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1948) e Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1973), arquivados atualmente no acervo da instituição. Tais livros organizados no cinquentenário e nos 75 anos da instituição, respectivamente, por meio de uma seleção de documentos tratando dos principais fatos da história do Colégio. Desse modo, tomarei como referência ao citá-los os anos de suas organizações (1948 e 1973).

²² Documento intitulado “Fundação do nosso Colégio Nossa Senhora das Dores”, datado de 1898. In: Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1948, p.1).

²³ A lista das 25 primeiras matriculadas ainda no ano de 1898 registram alunas advindas de São João del-Rei (6 alunas), de cidades próximas a São João del-Rei (14 alunas) e de outros estados (5 alunas). In: Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1948, p.3).

²⁴ Documento intitulado “Alunas fundadoras por data de matrícula”, com referência à data de 08 de janeiro de 1898. In: Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1948, p.3).

²⁵ O Curso Fundamental funcionou no colégio até 1927, quando foi agregado ao de Adaptação, responsável pela preparação das alunas ao exame de Admissão da instituição. O curso de Adaptação foi fechado em 1943 (Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores, 1948, p.5-6).

O Curso Normal, especialmente voltado para a formação de professoras primárias, era pautado fortemente pelo caráter formativo católico e vinculava diretamente as concepções pedagógicas aos princípios religiosos. Além disso, tinha como critério de seleção não apenas as notas da avaliação, mas determinados padrões de comportamento. Retomando Arruda (2011), friso que o princípio religioso da caridade foi contemplado como um dos princípios básicos da instituição, desse modo, “fazer a caridade” é compreendido como “uma obrigação decorrente da formação religiosa, que pode ser realizada tanto por meio de uma opção individual como mediante uma associação religiosa” (Arruda, 2011, p.36). Assim, o magistério foi amplamente associado à maternidade, na perspectiva de formação da “professora - mãe”. Em outros termos, vale ressaltar que incontáveis documentos produzidos pela instituição ao longo de décadas de funcionamento fazem questão de frisar que a educação empenhada pela instituição era direcionada para a vida na família e no lar, sendo a atividade profissional docente pensada como uma extensão desse princípio básico.

Todavia, é importante considerar que apesar desse discurso amplamente veiculado pela instituição, inclusive no jornal estudantil *Stella Maris*, parte expressiva das jovens que se formaram no Colégio Nossa Senhora das Dores ao longo das décadas, fizeram amplo uso de seu diploma de normalista para atuar profissionalmente. De tal modo, muitas professoras atuantes no ensino primário, secundário e universitário na cidade de São João del-Rei iniciaram sua formação entre os muros do Colégio Nossa Senhora das Dores e integraram o corpo docente de diversas instituições de ensino (Rezende, 2018). A própria instituição não ficou alheia a esta demanda, oferecendo uma formação pautada em preceitos pedagógicos modernos, com ampla prática de estágio, sendo criada uma instituição primária anexa ao Colégio para este fim.

Ressalta-se que o Curso Normal figurou como o principal curso da instituição até o ano de 1940, quando foi inaugurado o Curso Ginásial. Até então, em poucos momentos houve maior matrícula nos cursos de Adaptação ou Fundamental, sendo que a maior parte das matrículas do colégio se direcionaram ao Normal. Segundo consta no Histórico da instituição, o Curso Normal passou por um crescimento gradual de matrícula, que, com constantes variações, foi expandindo o corpo discente da instituição aos poucos. Em 1946 o Curso Normal passou por uma mudança significativa, decorrente da implantação da Lei Orgânica de Ensino Normal, que unificou o Ensino Normal Nacional, antes vinculado às Secretarias Estaduais de Educação. Nessa reforma, o Ensino Normal foi dividido em dois cursos: o de Regente do Ensino Primário (Normal Regional) e o curso de Formação de Professores, sendo

este adotado no colégio como sequência do Curso Normal oferecido até então. Desse modo, optou-se por manter a formação de professores na instituição.

Quadro 1 – Matrículas por curso no Colégio Nossa Senhora das Dores (1937–1964)

Fonte: Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1948-1973); Livros de Matrículas (1917-1932, 1932-1953 e 1953-1975).

MATRÍCULAS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES (1937–1964)				
Ano	Ginásio	Curso Normal	Adaptação	Total
1937	-	172	33	205
1938	-	147	30	177
1939	-	129	22	151
1940	58	93	14	165
1941	111	69	3	183
1942	137	51	2	190
1943	182	55	3	240
1944	209	40	-	249
1945	224	29	-	253
1946	251	18	-	269
1947	238	18	-	256
1948	255	30	-	285
1949	249	46	-	295
1950	265	55	-	320
1951	294	59	-	353
1952	330	61	-	391
1953	385	75	-	460
1954	247	94	-	341
1955	337	102	-	439
1956	262	113	-	375
1957	350	125	-	475
1958	374	149	-	523
1959	367	144	-	511
1960	397	149	-	546
1961	411	165	-	576
1962	468	162	-	630
1963	392	182	-	574
1964	350	214	-	564

Quadro 2 – Matrículas do Curso Primário do Colégio Nossa Senhora das Dores (1937-1964)

MATRÍCULAS DO CURSO PRIMÁRIO, ANEXO AO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES DE SÃO JOÃO DEL-REI (1937-1964)			
Ano	Primário	Ano	Primário
1937	112	1951	336
1938	140	1952	326
1939	117	1953	373
1940	184	1954	416
1941	229	1955	397
1942	240	1956	404
1943	325	1957	410
1944	148	1958	441
1945	172	1959	452
1946	85	1960	480
1947	259	1961	544
1948	359	1962	542
1949	-	1963	63
1950	290	1964	90

Fonte: Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1948-1973)

A partir de 1940 o Colégio Nossa Senhora das Dores passou a oferecer o Curso Ginásial, agregando alunas do Instituto Padre Machado²⁶, que se transferiu para Belo Horizonte naquele ano. Segundo consta o Histórico da instituição (1973), esse curso foi aberto após a sugestão de D. Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de São João del-Rei, a fim de responder a uma demanda por vagas, tendo sido a sugestão aceita pelo Tesoureiro da Santa Casa, Alberto Custódio de Almeida Magalhães e o palpite “acolhido com entusiasmo por parte da diretoria e dos Srs. Pais das alunas”²⁷. Com isso, houve um aumento expressivo das matrículas, em especial do Ginásial, como demonstra o quadro, que apresenta a matrícula nos principais cursos da instituição no período entre os anos de 1937 e 1964.

Observa-se que as matrículas do curso ginásial gradualmente crescem, se sobressaindo em relação ao Curso Normal. O curso normal, por sua vez, apesar de sofrer queda

²⁶ O Instituto Padre Machado - IPEM foi uma instituição de ensino secundário que funcionou na cidade de São João del-Rei entre 1921 e 1940, quando foi transferido para Belo Horizonte. Foi a primeira instituição de ensino misto na cidade e oferecia internato e externato aos seus estudantes. Inspirado no Colégio Caraça, o Instituto foi idealizado e fundado por Antônio de Lara Resende, pai do escritor mineiro Otto de Lara Resende, um dos alunos mais conhecidos da instituição. A instituição ainda funciona em Belo Horizonte, sob a administração dos religiosos Barnabitas. Mais informações em: Gaio Sobrinho (2000), Albricker (1984) e Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1948, p.12).

²⁷ Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1973, p.12).

significativa de matrícula entre os anos de 1942 e 1947, retoma seu crescimento a partir de 1948, registrando um número expressivo de matrículas na década de 1950. O ano de 1962 apresenta recorde nas matrículas, seja no curso normal, ginásial ou primário, demonstrando o crescimento significativo da instituição durante o início da década de 1960²⁸.

No que se refere ao curso primário, anexo ao Colégio, percebe-se um grande crescimento, especialmente na década de 1950, representando em vários momentos o curso com mais matrículas na instituição. Do mesmo modo, é no curso primário que está o maior índice de evasão e reprovação. Considerando o recorte de 1937 a 1964, 1085 alunos e alunas concluíram, representando um baixo índice à luz do alto número de matrículas existentes. Vale ainda ressaltar que o curso anexo, nomeado a partir de 1948 como Escolas Reunidas José Rodrigues da Costa, oferecia o curso primário a alunos e alunas da cidade de forma gratuita. A instituição foi mantida pelo Colégio por muitos anos, passando a ter suas despesas custeadas pelo Estado a partir de 1948, mantendo a administração das irmãs vicentinas do Colégio Nossa Senhora das Dores.

Na década de 1940, o Colégio Nossa Senhora das Dores iniciou a construção de novos espaços escolares, como foi o caso da Praça de Esportes “Alberto Magalhães” de 1945, direcionada para as atividades esportivas e, em especial, aos treinos de vôlei dos times da instituição, que tornaria possível “firmar a máxima dos antigos: *mens sana in corpore sano*”²⁹. Segue-se a expansão da instituição, inicialmente com a construção da capela, em 1955 (decorrente do aumento das matrículas e da falta de espaço na Capela de Nossa Senhora das Dores, anexa à Santa Casa) e posteriormente com o anfiteatro, em 1956, visto como uma necessidade para uma escola do porte do colégio³⁰. As razões para a intensificação da expansão são recorrentemente citadas como o aumento das matrículas, ao mesmo tempo em que se defende a modernização do ensino e das práticas escolares na instituição. Soma-se a isso a abertura, no ano de 1960, do Curso Colegial, que respondia às demandas das alunas e de seus pais, considerando ser este curso, e não o de Formação de Professores, requisito para a entrada em cursos superiores. Desse modo, o Curso Colegial, ao lado do Curso de Formação de Professores, possibilitava uma nova perspectiva de continuação dos estudos dos ginásiais.

²⁸ Observa-se que na década de 1960 o número de matrículas no curso normal manteve uma média de 1972 alunas anualmente.

²⁹ Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1948, p.13).

³⁰ Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1973, p.36-37).

Figura 12 – Festa de inauguração da Praça de Esportes “Alberto Magalhães (1945)



Fonte: *Stella Maris*, 1945, n.3, p.3.

Durante o seu funcionamento, o Colégio Nossa Senhora das Dores aplicou entre as suas alunas uma série de práticas escolares, com destaque especial para as atividades extraclasse.

As agremiações fizeram parte das atividades da instituição, sendo elas: os **Grêmios Lútero-Esportivos “Tristão de Athayde”**, das internas, e **“Alberto Magalhães”**³¹, das externas, voltados para a prática de esportes, em especial o vôlei, considerando que cada grêmio possuía seu próprio time e que havia recorrentes disputas entre os dois; o **Círculo de Estudos “Divino Mestre”**³² e o **Clube de Leitura “Dr. Lúcio José dos Santos”**³³, que se dedicavam ao estudo da língua portuguesa e ao aprofundamento das disciplinas estudadas em sala; registrou-se também a existência de outras instituições, sendo, entretanto mais escassas as informações sobre elas, destaca-se aqui o **Conselho de Estudantes Internas e Externas**³⁴; e de cunho religioso, a **Associação das Luizas e Luizinhas**³⁵ e as **Filhas de Maria**³⁶; por fim,

³¹ *Stella Maris*, 1938, nº1.

³² *Stella Maris*, 1938, nº1.

³³ *Stella Maris*, 1939, nº1.

³⁴ *Stella Maris*, 1938, nº1.

³⁵ *Stella Maris*, 1942, nº6.

³⁶ *Stella Maris*, 1942, nº6.

a produção do jornal estudantil *Stella Maris*, criado em 1930 na instituição³⁷, cuja produção necessariamente passa por uma sociabilidade própria das associações estudantis.

De modo geral, as fontes apresentam informações desiguais entre os diferentes grupos, o que leva ao maior conhecimento de algumas agremiações em detrimento de outras. Dessa forma, localizei constantes publicações sobre o Grêmio “Tristão de Athayde” no *Stella Maris*, além da agremiação possuir livro específico para registro de suas atas das eleições anuais. Das demais agremiações citadas, encontram-se esporádicas publicações no *Stella Maris*, que tratam de sua organização e de eventos em que participavam (em especial as competições de voleibol que envolviam as duas agremiações lítero-esportivas da instituição).

Para além dessas atividades, as solenidades cívicas, recorrentes em feriados nacionais, do mesmo modo que excursões, campeonatos esportivos, festividades religiosas, formaturas etc., integraram as experiências das alunas e se mostram marcantes nas fontes.

A seguir, apresento uma figura reproduzida de edição do jornal estudantil *Stella Maris*, abordando um campeonato esportivo que ocorreu na cidade e envolveu várias instituições. O jogo retratado foi uma disputa entre os dois times dos Grêmios Lítero-Esportivos “Tristão de Athayde” e “Alberto Magalhães”. A partida ocorreu na quadra do Colégio Santo Antônio, contando a plateia de alunos e professores da cidade, e foi um dos raros momentos em que as alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores puderam participar de eventos fora dos muros da sua instituição³⁸.

Figura 13 – Partida de vôlei das alunas do Colégio (1944)



Fonte: *Stella Maris*, 1944, n.9, p.1.

³⁷ *Stella Maris*, 1938, nº1.

³⁸ *Stella Maris*, 1944, n.9, p.1.

Segundo Gaio Sobrinho (2000), as Irmãs saíram da direção do colégio e da cidade de São João del-Rei em 1984, deixando a instituição a cargo de José Raimundo de Ávila. Para o autor, a saída das Irmãs causou impacto no colégio, que se apagou frente à memória de seu passado grandioso, ficando apenas “mais uma vez a saudade e uma grande nostalgia quando transitamos à frente de seus belos edifícios e nos lembramos do tempo em que regurgitavam de alunas” (Gaio Sobrinho, 2000, p.130). As palavras saudosistas do escritor indiciam o significado que a instituição teve (e ainda tem) na cidade, e a marca que ainda existe na memória educacional são-joanense, seja no que se refere ao seu prédio imponente, seja na memória da população local e ex-alunas.

2.3 A ORDEM DOS FRADES MENORES E A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO SANTO ANTÔNIO.

De todas as instituições escolares que funcionaram em São João del-Rei durante o século XX, o Colégio Santo Antônio foi o que despertou maior interesse e curiosidade nas gerações posteriores. Ainda hoje, uma breve caminhada pelas dependências do *Campus* Santo Antônio da Universidade Federal de São João del-Rei, onde funcionava a instituição, remete ao tempo dos freis franciscanos. Muitas histórias e narrativas se conta na cidade sobre a instituição. Fala-se sobre as peculiaridades dos freis; de Frei Orlando, o frei capelão que morreu na Segunda Guerra Mundial por fogo amigo; do Clube Desportivo Esparta, time de futebol do Colégio que fazia frente ao Athletic Club na cidade; do acidente dos alunos na Usina Hidrelétrica do rio Carandaí em 1936, que ceifou a vida de sete ginásianos; do incêndio que marcou o fim da instituição, em 1968.

Ao se tornar externo do curso de admissão do Colégio Santo Antônio, em 1934, Jarbas Albricker se impressionou com a instituição. Em sua autobiografia, relata:

Àquela época, nem de longe se pensava em viagens espaciais, seres de outros planetas e que tais. Mas eu juro que, no meu primeiro dia no Ginásio Santo Antônio, viajei numa nave espacial, em companhia de um ser de outras galáxias. Subi três andares em um elevador, em companhia de um frade holandês de mais de dois metros de altura. Aquele ser estranho era vermelho como o sol e pronunciava palavras que eu não conseguia entender. Com a mente imobilizada por forças desconhecidas, a princípio não consegui entender nada do que meus olhos viam, cheios de deslumbramento (Albricker, 1984, p.8).

Para além de toda a curiosidade e valorização em relação a instituição, o fato é que o Colégio Santo Antônio foi responsável pela formação de milhares de alunos, marcando a história educacional da cidade e figurando durante muito tempo como uma das mais bem equipadas instituições de ensino de Minas Gerais. Segundo Gaio Sobrinho (2000, p.134), estima-se que durante suas seis décadas de funcionamento, a instituição tenha formado mais de dezoito mil alunos de diferentes regiões do Brasil.

Como uma instituição confessional administrada pelos frades franciscanos, a instituição manteve alinhado à sua pedagogia elementos primordiais do carisma franciscano, o que torna necessário ponderar acerca da formação histórica e de particularidades desta Ordem religiosa.

Fundada em 1209, em Assis, na Itália, a Ordem dos Frades Menores³⁹, também denominada de Ordem Franciscana, representou uma dissonância em relação às associações religiosas que existiam no período. Segundo destacam Hulshof (2008) e Iglesias (2010), as ordens religiosas surgiram como formas de vida comunitária, dedicadas à contemplação divina. Elas eram caracterizadas pelo isolamento em relação ao mundo, pela meditação sobre o divino, pelo cumprimento dos três votos principais (pobreza, castidade e obediência) e pela observância da regra⁴⁰ seguida pela ordem da qual se fazia parte (escolhida segundo o carisma dos fundadores, sendo as principais, nesse período, as de São Basílio, Santo Agostinho e São Bento).

Nos primeiros anos do século XIII, surgiram as ordens “de vida ativa” ou “mendicantes”, em especial, os franciscanos⁴¹ (1209) se dedicaram à pregação do Evangelho, seguindo os exemplos de vida apostólica de simplicidade, pobreza e evangelização. Segundo Hulshof (2008), “como reação ao luxo e ao poder que caracterizavam a Igreja de seu tempo,

³⁹ As informações sobre os franciscanos foram extraídas de *websites* da Ordem Religiosa e de trabalhos que tomam esse grupo religioso como centro de seus estudos, sendo eles: <https://ofm.org.pt/>. Acesso em: 30/10/2024; <https://zt.ms/11tg>. Acesso em: 28 jul. 2024; e <https://zt.ms/11th>. Acesso em: 30 jul. 2021. Somam-se aos *websites* citados, os trabalhos bibliográficos de Iglesias (2010; 2011 a; 2011 b) e Sangenis (2004).

⁴⁰ A regra nas ordens religiosas é, nos termos de Iglesias (2010, p.66), a “lei constitutiva da fraternidade que determina e dá unidade à vida dos seus membros. Nela estão contidas: a natureza, que é a tipologia da Ordem; a função eclesial, que é a missão; e sua fisionomia espiritual”.As regras foram criadas devido à organização das primeiras comunidades de eremitas e seguidores, sendo as mais antigas as de São Basílio, Santo Agostinho e São Bento, tendo sido esta última um modelo para as ordens criadas posteriormente.

⁴¹ Devido à grande diversidade de seguidores de São Francisco, foram criadas três ordens que integram os franciscanos, sendo elas: a Primeira Ordem ou Ordem dos Frades Menores formada por religiosos; a Segunda Ordem ou Ordem das Clarissas, criada por Santa Clara em 1212, composta por freiras que viviam em clausura monástica; e a Terceira Ordem ou Ordem Franciscana Secular, criada em 1221, integrando o grupo não religioso que buscava seguir os princípios franciscanos (Iglesias, 2010).

essas ordens resolveram abraçar mais radicalmente a pobreza, passando a viver apenas de esmolas, e não em mosteiros autônomos”, como ocorria até então.

Neste contexto, a Ordem dos Frades Menores, criada por São Francisco de Assis na Itália, inaugurou uma forma específica de vida religiosa, sendo “concebida como uma fraternidade de leigos e clérigos, cujo ideal é o seguimento de Cristo por meio da experiência dos apóstolos” (Iglesias, 2010, p.67). Assim, sua proposta centrava-se principalmente na evangelização, contemplação, fraternidade e pobreza, além de possuir caráter itinerante, não fixando-se em mosteiros estáveis como as demais ordens existentes no período. Sua característica principal estava na busca pelo retorno aos fundadores da Igreja, devendo viver na pobreza extrema sem nada possuir, dedicando-se exclusivamente à pregação da Palavra. Neste sentido, o carisma dos franciscanos, sob a inspiração de São Francisco de Assis, está vinculado aos princípios de humildade, simplicidade e justiça⁴², ou ainda, com Iglesias (2010, p.89), à fraternidade, à minoridade, à apostolicidade e à eclesialidade, consistindo em valores centrais da Ordem Franciscana. Desse modo, é necessário compreender seus princípios, considerando que “humildade significa acolhida para escutar. Quem abre os sentidos para perceber o maior e o melhor não tem medo de obedecer e mostra lealdade a um grande projeto”; simplicidade enquanto o “valor de quem sabe colocar tudo em comum, é a coragem da partilha”; e justiça como a “transparência, castidade, verdade. É revelar o melhor de si”⁴³.

Os franciscanos defendem a ideia de pobreza, seu maior princípio, enquanto “um ideal de perfeição suprema”. Assim, “a pobreza franciscana prega a renúncia radical de toda forma de propriedade, o desprendimento total e voluntário dos bens materiais” (Iglesias, 2010, p.75). No entanto, consideram que, na necessidade de suas ações diárias, possuem o direito de utilizar bens, sem possuí-los (Iglesias, 2010, p.75).

Segundo Iglesias (2010), essas particularidades dos frades franciscanos “exigiu uma nova configuração organizacional e jurisdicional para a irmandade nascente” (Iglesias, 2010, p.67), levando a Igreja a aprovar uma nova regra, baseada em São Francisco de Assis (Hulshof, 2008). Ainda com a autora, o surgimento de uma ordem como a dos frades menores consistia em uma resposta ao contexto histórico, marcado pela estratificação social e pelo distanciamento entre as instituições religiosas e civis e a vida levada pelas pessoas comuns. Assim, os franciscanos surgiram e cresceram rapidamente, representando uma quebra da disciplina e ameaçando “o controle que havia adquirido as instituições eclesiásticas durante os

⁴² Disponível em: <https://zt.ms/11ti>. Acesso em: 30 out. 2024.

⁴³ Disponível em: <https://zt.ms/11ti>. Acesso em: 30 out. 2024.

séculos” (Iglesias, 2010, p.70). Foi percebendo tais problemas que o Papa Inocêncio III autorizou, no início do século XIII, a ação dos pregadores itinerantes, até então considerados hereges pela Igreja. Nos termos da autora:

Os biógrafos de São Francisco são conformes em afirmar que ele não pretendeu fundar uma nova ordem religiosa, muito menos romper com a Igreja. Mas a sua conversão logo atraiu várias pessoas que queriam partilhar a mesma experiência de viver segundo a forma do Evangelho e se transformou em uma nova configuração religiosa distanciada das estruturas eclesiais do seu tempo (Iglesias, 2010, p.73).

Ainda com a autora, houve rápido crescimento da Ordem Franciscana, que passou a integrar membros de diferentes situações e condições sociais, que viam em seus princípios a resposta para os conflitos contextuais. Esse foi o caso de Santo Antônio de Pádua, intelectual da Igreja conhecido no período, ajudando a aumentar a visibilidade do crescente grupo.

É necessário mencionar ainda que, depois da morte do fundador, a Ordem passou por várias divisões, decorrentes, principalmente, de diferenças interpretativas de sua regra. Em muitos momentos, houve a necessidade de interferência do papa para que a ordem não se fragmentasse ainda mais. A principal divisão que marcou a sua história a separou em dois grupos: os conventuais e os observantes. Segundo Iglesias (2010), os primeiros passaram a dedicar-se, especialmente, aos estudos universitários e, devido a isso, passaram a fixar-se em conventos. Os observantes, por outro lado, viviam segundo a regra primitiva, buscando manter a pobreza e seu caráter itinerante.

A presença franciscana no Brasil data do início da colonização, antecedendo a própria chegada dos jesuítas. Em São João del-Rei, os frades franciscanos holandeses chegaram em 1904, a convite do Monsenhor Gustavo Ernesto Coelho (Gaio Sobrinho, 2000, p.134). Perceberam uma demanda da cidade por uma instituição masculina católica voltada para a formação da juventude. Com isso, inauguraram rapidamente uma escola primária gratuita (1904) e, alguns anos depois, abriram o Colégio Santo Antônio (1909).

Figura 14 – Fachada do primeiro prédio onde funcionou o Colégio Santo Antônio, após a sua inauguração (1909)



Fonte: Relatório de 1942 (In: Relatórios Gerais CSA).

Figura 15 – Fachada do Colégio Santo Antônio, após a construção do novo prédio (1934)



Fonte: Arquivo Pessoal de Luís Antônio Ferreira.

Se, por um lado, o Colégio Nossa Senhora das Dores teve como foco a formação feminina, por outro, o Colégio Santo Antônio ofereceu, com variações ao longo do tempo, os cursos Primário, Complementar, de Admissão, Ginásial e Secundário (Científico e Clássico)

para rapazes “pertencentes à elite agrária, filhos de fazendeiros e profissionais liberais” (Arruda et al, 2005, p.4-5). O Colégio Santo Antônio ofereceu turmas mistas no curso colegial apenas entre os anos de 1968 e 1972, quando ocorreu o fechamento definitivo na cidade⁴⁴. A instituição oferecia, além da formação moral, cívica e religiosa, a preparação dos alunos para ocupar “altos cargos e postos da nação”, como é destacado pelo ex-aluno e antigo professor da instituição Abgar Campos Tirado (Arruda et al, 2005, p.11).

O Colégio foi fundado em 1909, com a denominação de “*Gymnásio Santo Antônio*”⁴⁵, pelos freis holandeses da Ordem dos Frades Franciscanos Menores. Devido ao crescimento acelerado da instituição, inaugurou seu internato já em 1914. Segundo Relatório de 1931⁴⁶, os objetivos da instituição estiveram voltados para a formação de jovens na perspectiva da Igreja Católica, de modo a criar condições para as famílias educarem seus filhos para as carreiras liberais, sem se afastar das bases da formação moral católica:

Coisa muito simples, pois, e de todo conforme ao instituto que abraçaram (...) os Padres Franciscanos, que em 1904 se estabeleceram em S. João del-Rei, em fundarem um colégio no qual ensinassem à juventude, que, entregue a professores indiferentes em matéria religiosa ou francamente hostis à Igreja Católica, facilmente perde a fé e, não raras vezes, se torna zombadora de doutrinas e usos católicos. Preservar deste perigo a mocidade foi o fim que se propuseram os fundadores⁴⁷.

A instituição passou por um crescimento expressivo nos primeiros anos de funcionamento, sendo necessário, já em 1914, a construção de um dormitório e refeitório para os alunos internos. Na década seguinte foi construído o segundo pavilhão, consistindo no

⁴⁴ Relatório de Inspeção CSA (1968); Relatório de Inspeção CSA(1972).

⁴⁵ Segundo consta nos relatórios da instituição, a nomeação da instituição foi alterada quatro vezes nas suas seis décadas de funcionamento, devido a abertura e fechamento de turmas do Curso Colegial (segundo ciclo do Secundário). Assim, resalto que entre 1909 e 1942, foi denominado **Ginásio Santo Antônio**; com as reformas do Ensino Secundário em 1942, foi atendida a solicitação da direção para nomeação da instituição de **Colégio Santo Antônio**, autorização revogada em 1952, com a formatura do terceiro ano do Colegial, única turma aberta nesta data, retornando assim para a denominação de **Ginásio**; por fim, a nomeação **Colégio Santo Antônio** retorna em 1958, com a reabertura do Curso Colegial, que dura até o fechamento da instituição, em 1972. Neste trabalho, optei por padronizar, utilizando a nomeação Colégio Santo Antônio para todo o período estudado.

⁴⁶ O Relatório de 1931 integra os **Relatórios Gerais CSA**, sendo este um conjunto de documentos que foram direcionadas à diversas instâncias da administração educacional para a equiparação e reconhecimento do governo dos diferentes cursos da instituição. Os Relatórios Gerais são formados pelo **Relatório de 1927**, direcionado à prefeitura de São João del-Rei a fim de firmar contrato para a municipalização da instituição, que dura até 1930; **Relatório de 1931**, para o reconhecimento dos cursos frente ao Conselho Nacional de Educação, vinculado ao recente Ministério de Educação e Saúde Pública; **Relatório de 1942**, solicitando à Divisão do Ensino Secundário a equiparação do Curso Colegial da instituição e a autorização para mudança de seu nome para Colégio, concedido aos estabelecimentos de Ensino Secundário; **Relatório de 1945**, para a classificação da instituição; e **Relatório de 1958**, solicitando a autorização reabertura do Curso Colegial.

⁴⁷ Livreto “Notas Históricas” produzido pela instituição em 1926 e anexado no Relatório de 1931 (In: Relatórios Gerais CSA, p.58).

prédio principal da instituição, finalizada em 1928, além de ter expandido os espaços para a prática de esportes, como os campos de futebol. Nas décadas seguintes foram construídos novos pavilhões dedicados aos dormitórios, salas de aula e refeitórios, além do teatro, de novos espaços esportivos como quadras de esporte e piscina, decorrentes do aumento expressivo de matrículas e da modernização do ensino⁴⁸. Assim, a instituição era considerada, em 1945, um “modelar educandário, dos maiores e mais aparelhados do Brasil, [que] visa ministrar à mocidade a educação completa, moral, intelectual e física, baseada nos princípios católicos e sagrados costumes da família brasileira”⁴⁹. A modernidade e qualidade da instituição, que teria destaque no quadro educacional nacional, estaria atestada pela alta aprovação de ex-alunos em vestibulares (mais de três mil) e para a presença de alunos provenientes de diferentes partes do Brasil, como Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro⁵⁰.

Apresento a seguir um quadro de matrículas do Colégio Santo Antônio, do período de 1937 a 1964. Porém, vale destacar, em primeiro momento, a evidente ausência de informações sobre o registro de matrícula em vários anos diferentes, atingindo de modo diferente os diversos cursos oferecidos pela instituição. Assim, a apresentação do quadro servirá apenas para traçar algumas comparações em relação às matrículas do Colégio Nossa Senhora das Dores, não sendo possível, entretanto, fornecer dados quantitativos exatos ou um mapeamento geral de matrículas⁵¹.

Quadro 3 – Matrículas por curso do Colégio Santo Antônio de São João del-Rei (1937–1964)

MATRÍCULAS DO COLÉGIO SANTO ANTÔNIO DE SÃO JOÃO DEL-REI (1937–1964)				
Ano	Ginásio	Colegial (Clássico e Científico)	Admissão	Total
1937	434	-	-	434
1938	392	-	-	392
1939	363	-	-	363
1940	356	-	60	416
1941	386	-	51	437
1942	446	-	45	491

⁴⁸ Relatório de 1942 (In: Relatórios Gerais CSA, p.143).

⁴⁹ Relatório de 1945 (In: Relatórios Gerais CSA, p.264).

⁵⁰ Relatório de 1945 (In: Relatórios Gerais CSA, p.264).

⁵¹ Optei por não incluir no quadro os dados localizados sobre as matrículas do curso primário devido à escassez de informações.

1943	477	70	50	597
1944	407	68	58	533
1945	446	73	65	584
1946	435	73	71	579
1947	403	93	50	546
1948	391	120	40	551
1949	399	140	35	574
1950	404	0	29	433
1951	438	0	60	498
1952	436	0	42	478
1953	456	0	30	486
1954	443	0	20	463
1955	460	0	-	460
1956	478	0	42	520
1957	479	0	59	538
1958	364	0	35	399
1959	472	54	-	526
1960	384	78	-	462
1961	457	97	30	584
1962	444	101	40	485
1963	438	126	-	564
1964	430	142	-	572

Fontes: Livros de Matrículas e Relatórios de Inspeção do Colégio Santo Antônio.

Neste sentido, enfatizo que, devido a lacunas nas fontes, não foram localizadas informações acerca das matrículas do Curso Colegial (Científico e Clássico, que eram registrados em conjunto) na década de 1930 e nos anos de 1940, 1941 e 1942. A grande lacuna apresentada entre 1950 e 1958 para o Curso Colegial é decorrente do fechamento de matrículas no Colégio de São João del-Rei, considerando que o curso foi transferido para o Colégio Santo Antônio de Belo Horizonte em 1950, voltando a ser aberto em São João del-Rei apenas a partir de 1959. No que diz respeito ao Colegial Clássico, observei nos registros de matrículas que, apesar de funcionar na instituição paralelamente ao Científico, a quantidade de matrículas é muito pequena, havendo pouca demanda, com registro de alunos apenas nos anos de 1944, 1945 e 1946, totalizando 9 estudantes matriculados.

Outro curso que apresenta muitas lacunas nas informações de matrícula é o de Admissão, do qual não foram encontradas informações referentes à década de 1930 e aos anos de 1955, 1959, 1960, 1963 e 1964. Tais lacunas podem decorrer tanto da ausência nas fontes

(em especial nos anos em que não foram localizadas informações de outros cursos), quanto na diminuição de matrículas em determinados anos, considerando ser este um curso preparatório para as provas de admissão, exigidas para o ingresso no secundário da instituição, havendo assim, menor número de registro de matrículas. Dentre os cursos apresentados, o único que não possui lacunas nos registros é o curso ginásial.

Porém, é possível perceber (mesmo com as lacunas das informações obtidas nas fontes) que o curso ginásial apresenta o maior número de matrículas em comparação com os demais cursos oferecidos pela instituição. Mesmo naqueles anos em que ocorreu aumento de matrícula do curso colegial, como nos anos de 1949, com 140 alunos e 1964, com 142 matriculados, o curso ginásial manteve matrículas ainda mais numerosas, tendo como o auge de matrícula o ano de 1957, com a matrícula de 479 ginásianos. Por fim, vale destacar que, pelos quadros de matrículas das instituições apresentados que, mesmo com os vários anos e cursos sobre os quais não se localizou fontes com os registros, as matrículas do Colégio Santo Antônio mostraram-se mais numerosas do que do Colégio Nossa Senhora das Dores.

As fontes elencadas para o trabalho indicam a multiplicidade de práticas vivenciadas no Colégio Santo Antônio, do mesmo modo que ressaltam os traços centrais da modernidade educacional na qual se pautou o ensino na instituição. Desse modo, as atividades extraclasse, unidas aos trabalhos nos laboratórios da instituição, são recorrentemente citadas como meios pelos quais os alunos recebem uma educação integral, moderna e de qualidade.

Entrado inicialmente nas agremiações estudantis existentes no Colégio Santo Antônio, destaca-se que foram registrados em seus documentos a existência das seguintes associações: **União de Moços Católicos**⁵², **Apostolado de Oração**⁵³ e **Congregação Mariana**⁵⁴, **Cruzada Eucarística**⁵⁵, de caráter religioso; os grupos musicais **Lira São Francisco**⁵⁶ e **Club Musical “Jazz do Barulho”**⁵⁷; **Linha de Tiro**⁵⁸, **Escola de Instrução Militar**⁵⁹ e **Batalhão Colegial**⁶⁰, que fazem parte dos grupos paramilitares do colégio, atuando principalmente em solenidades cívicas; **Clube Desportivo de Esparta**⁶¹, composta por times infantil e juvenil, de acordo com os cursos frequentados pelos alunos, sendo o principal e mais duradouro grupo

⁵² Relatório de 1927 (In: Relatórios Gerais CSA, p.30).

⁵³ Relatório de 1927 (In: Relatórios Gerais CSA, p.30).

⁵⁴ *O Porvir*, na edição 235 de 1935.

⁵⁵ *O Porvir*, nas edições 317 de 1942 e 325 de 1943.

⁵⁶ Relatório de 1927 (In: Relatórios Gerais CSA, p.74).

⁵⁷ *O Porvir*, na edição 214 de 1934.

⁵⁸ Relatório de 1927(In: Relatórios Gerais CSA, p.75).

⁵⁹ Relatório de 1927 (In: Relatórios Gerais CSA, p.30).

⁶⁰ Relatório de 1945 (In: Relatórios Gerais CSA, p.85)

⁶¹ Relatório de 1927(In: Relatórios Gerais CSA, p. 31 e 75) e *O Porvir*, em várias edições.

da instituição; e o **Grêmio Literário “Jackson de Figueiredo”**⁶²; além da produção do jornal estudantil, criado em 1921 sob o nome de *O Mosquito*, que a partir de 1931 passou a se chamar *O Porvir*⁶³. Tais associações integram um grupo das atividades de socialização (Peixoto, 2003), importante veículo de formação integral dos alunos e são utilizadas nos relatórios e no jornal como atestados da boa e diversificada educação no colégio, passando por atenta fiscalização dos inspetores de ensino. Além disso, observa-se a distinção ressaltada aos alunos que as integram, em especial a Lira São Francisco e o Clube Desportivo Esparta, que ganham destaque recorrente nas páginas do jornal estudantil e nos desfiles e solenidades cívicas. Sobre este último, configurou como uma das mais importantes atividades extraclasse da instituição, figurando, ao lado do Minas F.C. e do Athletic Club, como um dos principais times de futebol da cidade. A seguir, apresento figura representante de um jogo do Esparta ocorrido em um dos campos do Colégio Santo Antônio.

Figura 16 – Partida de futebol do Clube Desportivo Esparta, nas dependências do Colégio Santo Antônio (1926)



Fonte: Relatório de 1931 (In: Relatórios Gerais CSA).

A imagem apresenta um panorama amplo da atividade, com o time representado em primeiro plano, seguido por um grupo que assiste o jogo e, ao fundo, a Igreja São Francisco de Assis, localizada em frente às dependências do Colégio. A atividade com o time, que

⁶² *O Porvir*, a partir da edição 269 de 1938.

⁶³ Primeiras informações foram localizadas no Relatório de 1927 (In: Relatórios Gerais CSA, p.67).

ocorria com grande recorrência na instituição era, como mencionado, amplamente valorizada na instituição, sendo constantemente citada em relatórios, documentos e no jornal estudantil, além de registradas nos álbuns de fotografia da instituição. Em relato apresentado em seu livro de memórias, Jarbas Albricker (1984), que estudou como externo na instituição nos anos de 1934 e 1941, comenta do envolvimento da comunidade escolar com a prática:

Mas no que os frades eram realmente fanáticos era no futebol. Naqueles tempos os moços só iam estudar mais velhos. Até que pudessem desagarrar da saia das mães, já estavam erados. Por isso, tornava-se possível a formação de bons times de futebol com ginasianos. E o Esparta era um time famoso, brilhante. E os freis torciam, gritavam, esperneavam, invadiam o campo, brigavam. Alguns chegavam a excessos tais, que acabavam punidos por seus superiores. Frei Lau era um deles. Muitas vezes era proibido de ir ao campo. Ficava lá do seu quarto, no andar mais alto, de binóculo em punho, curtindo, à distância, os lances emocionantes dos meninos do Esparta. (Albricker, 1984, p.13).

Aliado a estas atividades, estão os laboratórios da instituição, com destaque especial aos de Física, Química e ao Museu de História Natural, recebendo destaque já em 1927, como registrado no Relatório de 1927: “Gabinetes, notadamente os de Física, Química e História Natural, dignos de menção especial por seu soberbo aparelhamento e magnífica impressão que causam”⁶⁴. E continua:

Devo chamar ainda atenção para o Museu de História Natural, um dos maiores e melhores do Estado, notável, sobretudo, pela sua riqueza, limpeza e organização! Ali se encontram lindas coleções de plantas, de insetos, de pedras preciosas, de fósseis, tudo perfeitamente classificado e arquivado, permitindo um ensino racional e atraente, porque o aluno se sente seduzido pelo que vê, assimilando, portanto, muito mais facilmente⁶⁵.

Além disso, campeonatos esportivos, solenidades cívicas com os tradicionais desfiles pelas ruas da cidade, festas religiosas, teatros, sessões filmicas exibidas no teatro da instituição, passeios, excursões escolares, demonstrações de ginásticas etc. fizeram parte das vivências escolares do colégio, sendo recorrentemente abordadas nas fontes (fotografias, jornais e documentos administrativos). Tais atividades, como já mencionado, consistiram em lugar privilegiado de nossas análises, tendo em vista que vão além dos conteúdos programáticos e ressaltam os aspectos ideológicos e as intenções de formação na instituição.

⁶⁴ Relatório de 1927 (In: Relatórios Gerais CSA, p.5).

⁶⁵ Relatório de 1927 (In: Relatórios Gerais CSA, p.6).

Assim, as práticas e vivências escolares, eternizadas pela multiplicidade de fontes, se centram nessas atividades em detrimento das aulas e do conteúdo.

Figura 17– Interior do prédio incendiado do Colégio Santo Antônio (1968)



Fonte: Arquivo Pessoal de Luís Antônio Ferreira.

A instituição fechou seu internato em 1968 devido a um incêndio que destruiu instalações do dormitório e de seu prédio principal, tendo o externato funcionando até 1972, quando a instituição definitivamente foi fechada em São João del-Rei. Tal incêndio marcou o fechamento da instituição e está presente nas lembranças dos são-joanenses. Em depoimento publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico da cidade, foi lembrado por Astrogildo de Assis, ex-aluno do Colégio Santo Antônio:

Dos presentes à tragédia, não havia uma alma que não tivesse sofrido, naquela noitada imorredoura, pesar e muita mágoa; e também que não tivesse nas faces e no íntimo aquele infernal calor da fogueira. À proporção que as labaredas se iam alastrando, a fumaça invadia a área da monumental igreja de São Francisco e uma faixa negra de fumo envolvia as suas torres, como sinal de luto. A multidão ali se acotovelava imóvel e silenciosa. Era um velório aquele horrendo espetáculo de lágrimas, fogo e calor, que queimava a história material do Ginásio, transformando-a em cinzas e nada mais (Gaio Sobrinho, 2000, p.136).

O incêndio teria sido causado por um ferro de passar, esquecido ligado por um frei da instituição, atingindo o dormitório e o prédio principal. Não houve feridos e os alunos internos não foram prejudicados, já que era período de férias escolares e a instituição estava vazia. Na impossibilidade de reformar o prédio, os freis fecharam o internato no mesmo ano e transferiram o externado para a atual Escola Estadual Cônego Oswaldo Lustosa⁶⁶, mantendo o curso aberto até 1972, quando a instituição definitivamente encerrou suas atividades na cidade.

O prédio do antigo Colégio Santo Antônio foi doado inicialmente à prefeitura de São João del-Rei, e lá funcionou a FACEAC – Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis e a FAEIN – Faculdade de Engenharias de Operação, que passou, a partir de 1986, a fazer parte da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI), sendo transformada em Universidade Federal de São João del-Rei em 2002, funcionando atualmente nas instalações do antigo colégio o *Campus* Santo Antônio da Universidade Federal de São João del-Rei.

⁶⁶ Com essa mudança temporária, o acervo manuscrito do colégio permaneceu nessa instituição, onde se encontra atualmente.

3 A INSPEÇÃO DE ENSINO À LUZ DAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS

Como já foi amplamente abordado, a presente pesquisa tem por objetivo compreender o efeito das ações dos inspetores de ensino na conformação de determinadas práticas e culturas escolares largamente veiculadas durante a Era Vargas e o período Liberal-Democrático. Dessa forma, busco mapear as possíveis transformações empenhadas na inspeção ao longo do tempo e o seu real impacto no cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Dores e do Colégio Santo Antônio, de São João del-Rei. Para tal, é importante fazer um retrospecto histórico sobre a atividade de inspeção escolar, de modo a não apenas considerar a forma como essa função passou a integrar o campo educacional, mas, especialmente, compreender como a figura do inspetor escolar foi tornando-se cada vez mais presente no ambiente escolar, visto como fundamental na implantação de políticas educacionais e de reformas que marcaram a história da educação brasileira.

Neste sentido, é válido ressaltar que já no período imperial a inspeção escolar figurou como importante meio para a implementação do ensino. Para Faria Filho (2000, p.92), os inspetores, enquanto executavam suas funções de fiscalização dos trâmites burocráticos na implantação de instituições de ensino e de escolas isoladas, foram responsáveis por construir um diagnóstico amplo do quadro educacional do país, por meio dos seus relatórios e registros, produzidos a partir das visitas realizadas nas instituições. Tais diagnósticos foram fundamentais para nortear as transformações educacionais que ocorreram nas primeiras décadas do século XX. Com a implantação da República, em 1889, a inspeção se aprofundou e a figura do inspetor de ensino se tornou central na consolidação de novos modelos escolares. Assim, foi no alvorecer do século XX que a inspeção foi estruturada na administração educacional, assumindo espaços e relevância que perdurou pelas décadas seguintes, englobando o recorte temporal da presente pesquisa. Devido a isso, busquei me dedicar à compreensão do processo de desenvolvimento dessas estruturas administrativas e burocráticas da inspeção na Primeira República⁶⁷, considerando que elas constituíram as bases sobre as quais a inspeção da Era Vargas e do período Liberal-Democrático se consolidou.

3.1 O PAPEL DOS INSPETORES NA FORMAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

⁶⁷ Vale destacar que as principais legislações responsáveis pela reorganização da inspeção escolar nesse período em Minas Gerais foram a Reforma João Pinheiro (Decreto nº 1.960, de 16/12/1906) e a Reforma Francisco Campos (Decreto nº 7.870, de 15/10/1927), que lançaram as bases para a estrutura da inspeção escolar após 1930.

A partir de uma breve investigação da historiografia educacional, é possível perceber que parcela significativa das pesquisas que tomam a figura do inspetor de ensino como central em suas análises se referem ao período da Primeira República (1889-1930). Essa característica é plausível, considerando ter sido durante esse período que a função de inspetor passou a ser encarada como elemento central na construção de um novo modelo escolar que perdurou nas décadas seguintes. As pesquisas consultadas abordam diferentes aspectos da inspeção escolar, desde as transformações nas legislações educacionais de diferentes estados até as implicações da inspeção na formação de professores e na constituição de novas culturas e práticas escolares⁶⁸. Essa especificidade é reforçada pelo fato de a inspeção ter ocupado, durante esse período histórico, espaço importante nas discussões sobre a implantação dos grupos escolares e seu efetivo funcionamento, figurando o inspetor de ensino como um agente considerado central nesse processo.

Fazendo um curto retrospecto histórico sobre a inspeção na educação brasileira, vale ressaltar que, segundo a bibliografia consultada, a preocupação com a fiscalização das atividades escolares no Brasil data da década de 1830 (Faria Filho, 2000, p.92), a partir da publicação da Lei Orgânica do Ensino Primário, ainda sob o governo de D. Pedro I. Tal documento foi responsável pelo direcionamento de medidas que deveriam ser tomadas para a organização e controle do campo educacional, conferindo especial atenção ao serviço de fiscalização que deveria ser realizado nas instituições escolares. Nesse contexto, a responsabilidade pela fiscalização das escolas foi delegada aos presidentes de províncias (Damasceno, Pantoja, 2020, p.3). Porém, conforme indica Faria Filho (2000), nesse período os objetivos da inspeção eram, basicamente, controlar os processos de criação, nomeação e/ou remoção de cadeiras⁶⁹ e observar a adequação moral do docente com o intuito de executar sua função. De tal modo, a fiscalização nas escolas isoladas era marcadamente irregular, com registros incertos e pouco confiáveis sobre matrículas e conclusões de estudantes, sendo comum a existência de fraudes nesses registros. Ainda assim, os relatórios de fiscalização do

⁶⁸ Para citar alguns trabalhos que abordam a inspeção escolar durante a Primeira República: Faria Filho (2000); Souza (2001); Souza (2004); Nascimento (2010); Veloso (2010); Gonçalves (2012); Oliveira (2012); Isobe (2013); Ligeiro (2014); Ribeiro, Carvalho, Oliveira (2015); Barra (2017); Damasceno, Pantoja (2020); Ligeiro, David, Lopes (2021); Santi, Schelbauer, Castanha (2022).

⁶⁹ As chamadas Cadeiras Isoladas se iniciaram no Brasil com as Reformas Pombalinas, em 1759, a partir da implantação das aulas régias (Souza D., Miranda, Souza, F. 2018). Esse modelo educacional, conhecido posteriormente como “Escolas Isoladas” marcou a história educacional no período imperial e se mostrou presente nos primeiros anos da República, quando começou a ser substituído, gradualmente, pelos Grupos Escolares. Caracterizava-se por serem salas de aula regidas por um único professor ou professora, muitas vezes em sua própria residência, agrupando alunos e alunas de diferentes faixas etárias e desiguais níveis de aprendizagem (Pinheiro, 2001).

Império foram fundamentais para tecer um diagnóstico para a educação, que foi amplamente utilizado nas reformas educacionais que marcaram as primeiras décadas do século XX (Faria Filho, 2000, p.92). Nos termos do autor:

Talvez seja por fornecerem os fundamentos materiais – relatórios bastante detalhados, principalmente – às críticas que, de todos os setores sociais, eram dirigidas ao sistema de instrução pública, é que os inspetores tenham contribuído, de forma singular, na preparação da lenta remodelação da instrução primária ocorrida nos primeiros decênios deste século em Minas Gerais. Talvez por isso mesmo, apesar de nunca terem realizado a contento suas funções, seja por incompetência, seja por cumplicidade com as próprias professoras em suas faltas e fraudes ou, ainda, pelas próprias condições em que trabalhavam, conforme denúncia o próprio [inspetor] Estevam de Oliveira, é que os inspetores tenham conseguido construir uma imagem da inspeção como um dos pilares de qualquer sistema de ensino que se auto identificasse como moderno e renovador (Faria Filho, 2000, p.92-93).

Com o despertar da República em fins do século XIX, intensificou-se a preocupação em superar o passado imperial e investir no sentido da formação de uma nova nação, calcada nos valores modernos do republicanismo, da civilização e do progresso. Para tal fim, também a educação deveria emergir em novos moldes, o que se materializou na forma dos grupos escolares. Para Souza (1998, p.15), “os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do regime, mas a regeneração da Nação”. Nesse sentido, esse novo modelo escolar que inaugurou o século XX exigiu novo espaço e estrutura física (escola), novos métodos de ensino (intuitivo), nova formação de professores (adequada aos novos moldes e conteúdos escolares) e uma nova fiscalização (Isobe, 2013, p.12).

Corroborando essa perspectiva, Souza (1998) destaca que o “grupo escolar” se tornou o símbolo maior do novo ideal de ensino primário, que além de buscar uma reorganização dos métodos, espaços, formação docente e inspeção, se empenhou na implantação de uma racionalização pedagógica, que estaria pautada na classificação de alunos, com a composição de classes e séries, substituindo assim o método individual pelo simultâneo. Além disso, foi estabelecida uma reorganização temporal do cotidiano escolar, que deveria ser dividido, ordenado e rotineiro. Nesse novo tempo escolar, os alunos e alunas passariam a vivenciar uma jornada educacional a partir de nova divisão curricular, que definia os conteúdos a serem ensinados segundo a disciplina escolar e a série à qual integrava. Para Souza (1998):

A crença no papel redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (com)formador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo (Souza, 1998, p.27).

Analisando a construção da legislação educacional mineira durante a Primeira República, Oliveira (2012) indica que, a implantação dos grupos escolares ocorreu com o objetivo de criar meios capazes de superar o suposto atraso no Brasil e alcançar, com isso, conceitos e valores civilizatórios. Desse modo, as reformas que foram implantadas no início do século XX passaram a tomar a inspeção como elemento central nas transformações educacionais, sendo a ela creditada “a responsabilidade de assegurar à escola as devidas condições de realizar a missão civilizatória no bojo do debate sobre obrigatoriedade escolar – estratégia de atacar os maus costumes fertilizados pela ignorância” (Barra, 2017, p.54). Nesse contexto, os inspetores passam a ser vistos como “verdadeiros organizadores da instrução pública no estado” (Faria Filho, 2000, p.94).

Nos termos presentes no Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais, que integra a chamada Reforma João Pinheiro em 1906⁷⁰, a inspeção escolar é tomada como a “alma do ensino”, que deveria ser “realizada não por funcionários indiferentes, mas por pessoal técnico, suscetível a apaixonar-se pela causa que lhe é confiada” (Minas Gerais, 1906, p.8). Portanto, a aplicação de valores básicos do novo modelo escolar, como ordem, disciplina, apreço ao progresso, à civilização etc. só seria alcançada pela ação de educadores que tivessem, além da competência técnica, o entusiasmo com a causa e o amor pela educação (Faria Filho, 2000, p.99).

Nesse sentido, o inspetor ressurgiu na Primeira República como um agente de confiança do governo, nomeado, teoricamente, segundo sua capacidade moral e sua competência profissional, sendo a autoridade escolar que se reportava ao Presidente do Estado, por intermédio do Secretário do Interior (Ribeiro, Carvalho, Oliveira, 2015, p.47). Em outros termos:

⁷⁰ MINAS GERAIS. Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906. *Aprova o Regulamento da instrução primária e normal do Estado*. In: MINAS GERAIS. **Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4711>. Acesso em: 2 fev. 2025.

Ao inspetor cabia o papel de representar o governo, imbuído de um poder de autoridade maior dentro da instituição de ensino, estabelecendo normas, condutas e fiscalização, a que era submetido à escola. Nesse contexto, pode-se inferir que o inspetor foi um dos primeiros agentes do Estado, a fim de uniformizar as práticas educativas e transferir o monopólio da educação para a esfera pública (Oliveira, 2012, p.85).

No que se refere às funções atribuídas aos inspetores de ensino, especialmente a partir da citada Reforma João Pinheiro (1906), responsável por importante reorganização do sistema escolar mineiro, destaca-se que a inspeção escolar foi dividida em duas: a inspeção administrativa e a inspeção técnica de ensino⁷¹. A primeira englobava funções meramente burocráticas e administrativas de fiscalização e seria realizada por inspetores em cargos não remunerados, sendo estes nomeados especialmente pelo governo municipal (Isobe, 2013, p.13). Tais inspetores exerciam, em geral, outras profissões e não interferiam diretamente nas questões pedagógicas das instituições escolares fiscalizadas (Faria Filho, 2000, p.94). As funções dos inspetores administrativos englobavam visitar as instituições de ensino do município; observar a aplicação dos regulamentos educacionais; informar ao governo sobre as necessidades materiais do educandário; prestar informações ao governo sobre contratações, licenças, remoções e demissões de professores; propor medidas para melhorar o ensino local; indicar a necessidade de criação ou suspensão de cadeiras escolares; certificar a frequência dos professores; fiscalizar e rubricar toda a escrituração da escola; remeter à Secretaria do Interior relatório semestral apresentando as principais informações das instituições do município de atuação; nomear examinadores para acompanhar a aplicação de provas; fiscalizar pessoalmente a aplicação dos exames de promoção; promover, junto ao corpo docente, festas nas datas nacionais e no fechamento do ano letivo; e, por fim, inventariar os equipamentos e mobílias da instituição (Minas Gerais, 1906, p.183-185).

Por outro lado, a inspeção técnica de ensino possuía função de fiscalização e de orientação pedagógica. A atividade era remunerada pelo estado e deveria ser “realizada por profissionais dedicados exclusivamente ao serviço de inspeção escolar” (Isobe, 2013, p.13). Os inspetores eram nomeados diretamente pelo Presidente do Estado e estavam submetidos ao Secretário do Interior. Para organizar o trabalho de inspeção, o estado foi dividido em 40 circunscrições, para as quais os inspetores técnicos itinerantes eram encaminhados, podendo atuar em uma dessas circunscrições por, no máximo, seis meses, quando deveriam ser

⁷¹ As diferentes atribuições conferidas aos inspetores de ensino, decorrentes das transformações administrativas e pedagógicas a partir da Reforma João Pinheiro foi amplamente abordada pela historiografia educacional. No presente trabalho, é dada especial atenção a Faria Filho (2000); Gonçalves (2012); Oliveira (2012); Isobe (2013); e Ribeiro, Carvalho, Oliveira (2015).

transferidos a outra (Minas Gerais, 1906, p.183). Os inspetores técnicos eram considerados “agentes de confiança do governo” (Minas Gerais, 1906, p.183) e eram escolhidos, teoricamente, “entre as pessoas de comprovada capacidade moral e de competência profissional manifestada em trabalhos anteriores” (Minas Gerais, 1906, p.183). Estes profissionais atuavam diretamente nos processos pedagógicos e possuíam amplo contato com os diferentes agentes escolares, em especial, professores e diretores. As suas atribuições foram minuciosamente descritas na Reforma João Pinheiro (Decreto nº 1.960, de 16/12/1906), em destaque no trecho a seguir:

Capítulo III – Dos Inspetores Técnicos

Art. 198. São deveres e atribuições dos inspetores técnicos:

§ 1º Visitar com frequência todas as escolas da circunscrição que lhes for designada, verificando:

- I. O número de alunos matriculados e frequentes;
- II. O estado da escrituração das escolas, examinando os livros de matrícula, ponto diário e outros;
- III. O adiantamento dos alunos em relação ao tempo de matrícula;
- IV. A capacidade e solicitude do professor no desempenho de sua missão;
- V. A disciplina, ordem e regularidade dos trabalhos escolares;
- VI. As condições materiais e higiênicas dos prédios em que funcionam as escolas e o material de ensino de que a mesma dispõe;
- VII. Os compêndios adotados nas escolas, os livros de que dispõem os respectivos alunos e o estado em que se acharem.

§ 2º Propor a transferência de escolas de acordo com o interesse do ensino;

§ 3º Visitar as escolas e estabelecimentos particulares e municipais, procedendo em relação aos mesmos da mesma forma que quanto às escolas públicas, nos termos do regulamento escolar;

§ 4º Remeter à Secretaria do Interior um quadro das escolas e estabelecimentos particulares e municipais existentes nas localidades que visitarem, contendo os nomes dos respectivos professores, diretores e número de alunos matriculados e frequentes;

§ 5º Verificar se programa do ensino primário está bem e fielmente praticado;

§ 6º Dar ao professor as necessárias instruções caso verifique não ter ele bem compreendido o espírito do programa;

§ 7º Assistir o funcionamento das aulas, indicando ao professor tudo quanto reputar necessário modificar no método por ele seguido;

§ 8º Mostrar praticamente qual a verdadeira execução do programa;

§ 9º Verificar se está regular a divisão das classes e se os horários estão bem observados e rubricar os cadernos de trabalhos mensais;

§10 Conferenciar com as autoridades e outras pessoas prestigiosas das localidades, no sentido de despertar o seu interesse pela causa do ensino, de modo a conseguir-se maior frequência e assiduidade dos alunos e o melhoramento das condições técnicas e materiais da escola;

§11 Estimular a fundação de bibliotecas e museus escolares;

§ 12 Propagar o espírito de associação para o fim de realizar os intuitos do ensino público;

§ 13 Inaugurar, sempre que lhes seja possível, as escolas de criação nova ou restauradas, comemorando o acontecimento por meio de atos em que tomem parte os professores, pais de família e autoridades locais, salientando o alcance do fato;

§ 14 Remeter ao governo descrições, vistas fotográficas e plantas dos edifícios das escolas e do respectivo material do ensino;

§ 15 Fiscalizar a observância rigorosa da legislação do ensino, apontando suas faltas e defeitos na prática;

§ 16 Enviar, finalmente, no fim de cada quinzena, ao Secretário do Interior, em relatório sintético da inspeção que tiver feito, o qual será publicado no jornal oficial, a juízo daquela autoridade. (Minas Gerais, 1906, p.185-186).

Além das funções descritas, o decreto aponta ainda que os inspetores técnicos poderão ser incumbidos de outras funções, em casos de especial necessidade, como fiscalizar a aplicação de exames; fiscalizar estabelecimentos equiparados; integrar comissões nas instituições fiscalizadas; observar a ordem do estabelecimento, com especial atenção à regularidade das aulas, à disciplina geral, à organização do tempo escolar, ao asseio, à conservação e às condições higiênicas do prédio; examinar os trabalhos escritos e as provas dos alunos; bem como definir e informar o conceito do estabelecimento de ensino e de todo o corpo docente. (Minas Gerais, 1906, p.187).

Vale destacar que com as mudanças empenhadas na Reforma João Pinheiro, buscou-se organizar uma fiscalização que não se limitasse a apresentar relatórios atestando as condições educacionais do estado, mas interferir diretamente nas instituições de ensino a fim de implementar os valores, saberes e práticas defendidas pelo novo modelo educacional proposto. Assim, enquanto os inspetores administrativos municipais deveriam acompanhar o bom funcionamento cotidiano da instituição (fiscalizando a entrada e saída de professores, escrituração, aplicação de exames, suas condições materiais etc.), aos inspetores técnicos caberia orientar e fiscalizar a renovação teórica e metodológica do ensino, a partir da interferência direta na prática docente e na remodelação dos saberes escolares. Além disso, caberia a estes profissionais atuarem como agentes representantes do estado junto à comunidade escolar atendida e às autoridades locais, buscando, com isso, o fortalecimento da educação pretendida.

Se por um lado, a Reforma João Pinheiro foi fundamental para reorganizar o sistema educacional mineiro e estruturar a inspeção, por outro, foi a Reforma Francisco Campos

(Decreto nº 7.870, de 15/10/1927)⁷² que conferiu consolidação a essa função, por meio de um trabalho de centralização da administração escolar, especialmente a partir da criação da Inspetoria Geral de Instrução Pública. Segundo Martins, Carvalho (2015), a Reforma Francisco Campos “reorganizou o serviço de inspeção do ensino e transformou o inspetor escolar em articulador das proposições técnico-pedagógicas introduzidas na reforma (Martins, Carvalho, 2015, p.942).

Para Peixoto (1992), a mencionada reforma tinha por objetivo aprofundar a modernização da educação mineira, adequando-a ao contexto de expansão urbana e industrial que se intensificou significativamente na década de 1920. Além disso, ela foi responsável pela introdução e expansão do ideário escolanovista em Minas Gerais, em um contexto de proliferação dessas ideias em diferentes círculos intelectuais e educacionais no Brasil. Assim, a reforma “inaugurou o que seria o período áureo da educação mineira” (Souza, 2004, p.1).

Nessa perspectiva, Francisco Campos via a educação como um meio propício para a integração do sujeito ao seu meio social, “dotando-o de uma certa homogeneidade na maneira de sentir e de pensar, transformando-o de indivíduo em cidadão” (Peixoto, 1992, p.14). Desse modo, a reforma se baseou em uma série de críticas à pedagogia tradicional, considerada pelo secretário como intelectualista e individualista. Para ele, a educação deveria se colocar “a serviço dos novos tempos”, sendo necessário, portanto, que se tornasse prática, “preocupando-se, fundamentalmente, com a adaptação do indivíduo à nova sociedade, em vias de implantação no país” (Peixoto, 1992, p.14). Tal finalidade justificaria, assim, a sua expansão.

Para o cumprimento dessa função social da educação, a reforma intensificou, de maneira significativa, o controle sobre os conteúdos e práticas escolares, por meio do aumento da burocratização imposta à escola e da fiscalização, que passou a ser mais presente no cotidiano dos educandários. Nos termos da autora, Francisco Campos “adota uma postura autoritária no trato com a escola”, de modo que “o que, quando, como e para que ser ensinado, nada escapa ao legislador” (Peixoto, 1992, p.15).

Por fim, a autora destaca que as reformulações realizadas em 1927 causaram uma série de impactos na educação mineira, podendo-se considerar que alcançou, em termos gerais, seus objetivos. Um desses efeitos se refere à expansão da influência do Escolanovismo na educação mineira, introduzindo elementos em defesa da escola pública, laica, gratuita e

⁷² MINAS GERAIS. Decreto nº 7.870, de 15 de outubro de 1927. *Aprova o Regulamento do Ensino Primário*. In: MINAS GERAIS. **Coleção de leis e decretos do Estado de Minas Gerais – 1927 II**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1927. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4745>. Acesso em: 04 fev. 2025.

obrigatória, além da aplicação de metodologias ativas, cujo foco no processo de aprendizagem estaria no estudante. Além disso, marca o avanço nas pesquisas sobre educação a partir da Escola de Aperfeiçoamento e um desenvolvimento no ensino normal, com a expansão de instituições do gênero e maior rigor nos processos formativos. Por fim, o impacto mais significativo refere-se a uma expressiva expansão na oferta do ensino normal e, especialmente, primário. Nos termos de Peixoto (2000):

Desta forma, apesar dos limites de ordem político-ideológica, a crença na reconstrução social pela escola determina um aumento significativo na oferta da escola pública e maiores investimentos na sua manutenção. Nesse período são criadas, em Minas Gerais, 3.555 unidades de ensino primário e 19 escolas normais. Em relação à matrícula verifica-se um crescimento de 87% no período (de 230.873 alunos matriculados nas escolas primárias do estado, em 1926; passamos a ter 448.810 em 1930). (Peixoto, 2000, p.83).

Retomando o olhar para a inspeção escolar, vale salientar que o Decreto nº 7.970, de 15 de outubro de 1927 reorganizou o serviço de inspeção, mantendo algumas disposições promulgadas em 1906, na Reforma João Pinheiro, e alterando outras, especialmente no que se refere à organização da administração da educação mineira. Dentre essas transformações, destaca-se a criação da Inspetoria Geral de Instrução Pública, que respondia diretamente à Secretaria do Interior. Essa Inspetoria passou a ser o órgão responsável especificamente pelo trabalho de inspeção, que continuou a ser realizado nas diversas circunscrições do estado. A sua coordenação ficou a cargo de um Inspetor Geral, nomeado diretamente pelo Presidente do Estado, que deveria escolher “dentre brasileiros natos que se tenham distinguido em estudos pedagógicos ou na prática do magistério” (Minas Gerais, 1927, p.1156). Para esse cargo, o documento enumerou 22 funções, das quais se destaca: dirigir o ensino no estado; orientar todos os serviços de inspeção, a partir da nomeação, transferência e demissão de inspetores técnicos e de diretores das escolas públicas; autorizar a criação e transferências de escolas; fiscalizar a contratação de professores; organizar uma conferência anual de inspetores técnicos; coordenar a fiscalização de instituições privadas; acompanhar processos administrativos; impor penas disciplinares a funcionários transgressores; dividir o estado em circunscrições; organizar programas de ensino; apresentar relatório anual ao Secretário do Interior; dirigir a Revista do Ensino etc. (Minas Gerais, 1927, p.1156-1158). Além disso, o Inspetor Geral deveria integrar, juntamente com o Secretário do Interior e membros do quadro educacional selecionados, o Conselho Superior de Instrução, que tinha por objetivo definir as

transformações e medidas a serem implantadas no ensino estadual, visando seu aperfeiçoamento (Minas Gerais, 1927, p.1159-1160).

Subordinados diretamente à Inspetoria Geral estavam os inspetores (municipais e distritais) e os inspetores técnicos (ou assistentes técnicos). Essa divisão manteve os elementos primordiais da divisão entre inspetores administrativos e técnicos, implantada na reforma de 1906, salvo pequenas alterações nominais e em algumas funções atribuídas a eles. Os inspetores municipais eram nomeados pelo Presidente do Estado, considerando que, em cidades com comarca, ocupariam este cargo os promotores de justiça e naquelas que não possuíam comarca, seriam escolhidas pessoas consideradas adequadas à função. No que se refere às funções atribuídas a estes profissionais, destaca-se que se manteve o caráter de fiscalização burocrática e administrativa do ambiente escolar atribuída em 1906 aos inspetores administrativos, com o acréscimo de passarem a ser também responsáveis pela avaliação da atuação profissional de professores e diretores.

Os assistentes técnicos seriam nomeados a cargo comissionado com dedicação exclusiva e deveriam ser, preferencialmente, escolhidos entre professores com competência atestada e que contassem com diploma da Escola de Aperfeiçoamento. (Minas Gerais, 1927, p.1162). Esses profissionais continuaram ter funções de fiscalização e de orientação pedagógica, podendo interferir diretamente nos conteúdos e práticas escolares. Segundo o decreto citado, em suas visitas, os assistentes técnicos deveriam fiscalizar e avaliar cuidadosamente o cotidiano escolar, observando os seguintes pontos:

- a) Observância às disposições deste regulamento e instruções expedidas pelas autoridades superiores de ensino;
- b) Condições pedagógicas dos locais destinados às escolas, estado e conservação do edifício e do material de ensino;
- c) Organização escolar, métodos, processos e formas empregadas e resultados obtidos;
- d) Ordem, disciplina e administração escolar;
- e) Testes, formulários, registros, estatísticas e inventários organizados pelas autoridades escolares;
- f) Preparo, competência, vocação e aptidões dos professores (Minas Gerais, 1927, p.1164).

Deste modo, os assistentes técnicos fiscalizavam as escolas, interferindo nas práticas educacionais e docentes. Eles orientavam e estimulavam o uso de novos conhecimentos e métodos pedagógicos, se empenhando em definir novas práticas pedagógicas ligadas às ideias

do Escolanovismo e aos preceitos da escola ativa pretendida por eles (Martins, Carvalho, 2015, p.943).

Outro elemento relevante para se analisar e que se mostrará presente nas discussões sobre inspeção escolar no período pós-1930 refere-se à questão da profissionalização dos inspetores. Já na Primeira República observou-se o intuito de melhor especialização desses profissionais, buscando a nomeação de educadores experientes e conhecedores das condições do quadro educacional mineiro para tal função.

A maior profissionalização dos inspetores, que, num processo gradual, havia começado anos antes com a decisão de remunerá-los, significou um aumento significativo, em poucos anos, do poder de intervenção do Estado na rede pública e particular de instrução primária. Nesse sentido, o fortalecimento do poder dos inspetores é, a um só tempo, expressão e possibilidade do poder ordenador do Estado no social. Por isso, os relatórios dos secretários do Interior [Minas Gerais, 1911c, p.26] sempre buscariam afirmar que ‘inútil seria toda e qualquer reforma se não estribasse num profícuo sistema de inspeção (...). Sem esta não há ensino e nem pode haver escola organizada’. (Faria Filho, 2000, p.94)

Para garantir amplo conhecimento exigido no trabalho de inspeção, gradativamente, orientou-se que grande parte dos nomeados a ocuparem o cargo de inspetor passassem a ser de professores atuantes na educação⁷³. Essa preocupação aparece já na Reforma João Pinheiro (Decreto n.º 1.960, de 16/12/1906) ao se destacar que os inspetores técnicos deveriam ser escolhidos entre profissionais com atestada capacidade moral e competência no campo (Minas Gerais, 1906, p.183). Na Reforma Francisco Campos, esse elemento é ainda mais acentuado, indicando que deveria ocorrer a nomeação de pessoal capacitado tanto para o cargo de Inspetor Geral de Instrução Pública quanto para os assistentes técnicos, que precisariam “ser escolhidos de preferência dentre os membros do magistério público pelas notas de merecimento registrado na Secretaria do Interior” (Minas Gerais, 1927, p.1162), além disso, passou a ser exigida a obtenção do diploma da Escola de Aperfeiçoamento para assumirem a função de assistentes técnicos. Dessa forma, esperava-se que um professor que assumisse a função de inspeção possuísse amplo saber técnico e científico, calcado na experiência.

A inspetoria técnica constitui-se, assim, em um corpo de profissionais da educação que se define por uma competência técnica supostamente conformada e controlada por uma autoridade central representada pelos agentes da Secretaria do Interior, ou seja, o saber técnico é definidor do

⁷³ Elemento abordado em: Isobe (2013), Faria Filho (2000), Damasceno, Pantoja (2020), Gonçalves (2012).

profissionalismo do inspetor e, portanto, de sua autoridade e poder para interferir na prática docente (Isobe, 2013, p.14).

Unindo o saber teórico, técnico e prático do professor a seu alinhamento ao projeto educacional oficial mineiro, acreditava-se ser possível a atuação desses inspetores de ensino enquanto agentes mediadores entre estado e escola, a fim de consolidar a implantação dos preceitos da moderna pedagogia. Vale ressaltar que a inspeção técnica foi inserida em um projeto educacional que se baseava em forte ação reguladora do governo estadual, a partir de um processo gradual de centralização administrativa e fortemente hierarquizada nas instituições escolares. Assim, “os saberes e práticas escolares eram produzidos por autores diferenciados e hierarquicamente subordinados” (Isobe, 2013, p.17). Em outros termos, “os inspetores técnicos subordinavam-se à autoridade central, a Secretaria do Interior, e os professores e diretores de grupos escolares subordinavam-se à competência técnica dos inspetores” (Isobe, 2013, p.17).

3.2 O INSPETOR ESCOLAR ENTRE *ESTRATÉGIAS* E *TÁTICAS*: O CONTROLE ESTADONOVISTA NO CAMPO EDUCACIONAL

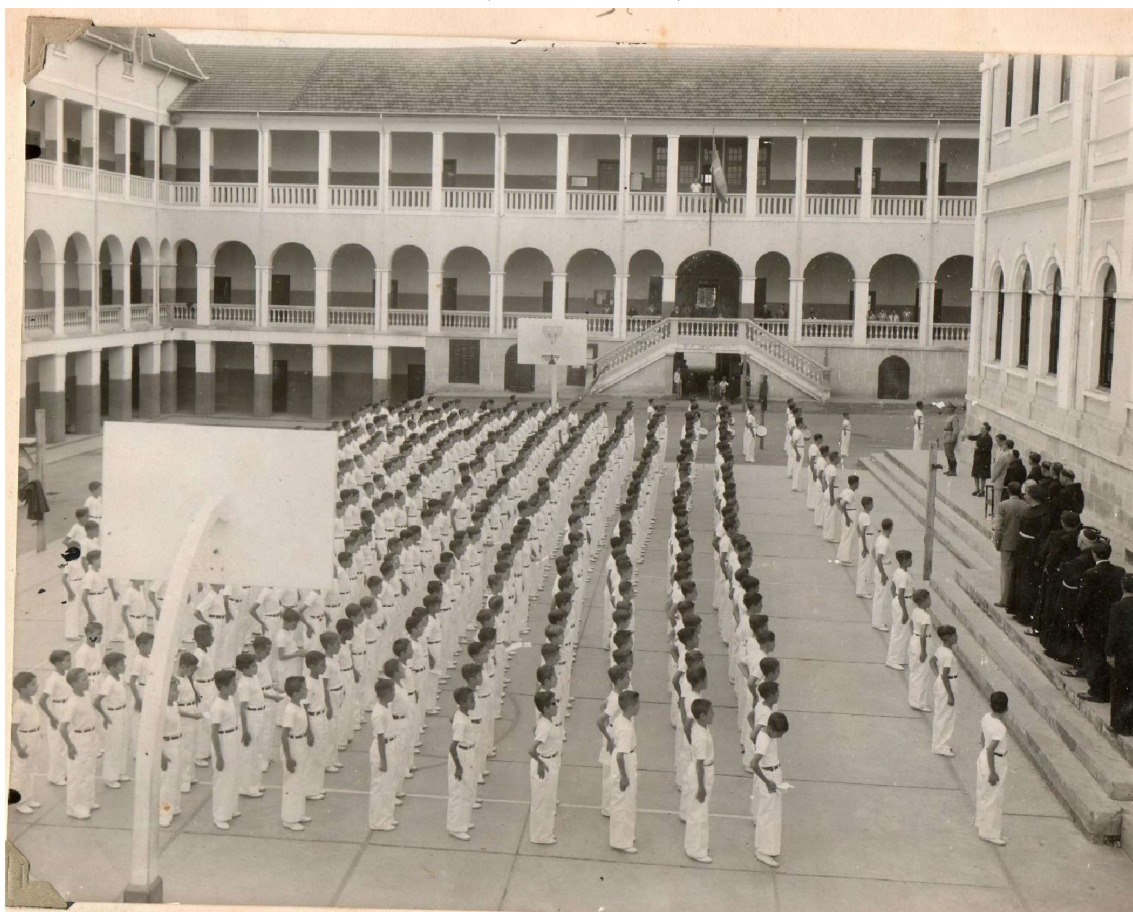
Como trabalhado no tópico anterior, durante a Primeira República a inspeção passou por um processo de reorganização, a fim de consolidar o novo projeto educacional e possibilitar a implantação dos grupos escolares. Tais medidas foram implantadas em Minas Gerais por meio de diversas reformas, especialmente pela Reforma João Pinheiro (1906) e Reforma Francisco Campos (1927), que tinham como objetivo a consolidação de uma educação pautada nos ideais de modernidade, ciência, higienismo e valorização do progresso.

Em consonância a esse processo, com a emergência da Era Vargas e, em especial, do Estado Novo, somou-se às já conhecidas funções dos inspetores o dever de veicular ideias e promover práticas educativas de cunho nacionalista, investindo na constituição de uma cultura cívica dentro das instituições escolares. Essas novas prerrogativas da função dos inspetores integraram toda uma política varguista, que tinha por objetivo fomentar o desenvolvimento de uma identidade nacional na sociedade brasileira.

O discurso nacionalista da Era Vargas foi amplamente inserido no campo educacional, por meio do currículo, que incluía a institucionalização da Educação Cívica e da Educação Física enquanto disciplinas obrigatórias, além das “preleções, os auditórios comemorativos das datas cívicas, os torneios de Educação Física, o culto aos símbolos da Pátria” (Peixoto,

2000, p.98). Nesse caso, a Bandeira Nacional e a imagem de Getúlio Vargas foram os símbolos que tiveram maior ênfase e ampla utilização pela propaganda política no período. Do mesmo modo, atenta-se para “o culto aos grandes homens, os estímulos às campanhas para defesa de nossos princípios e soluções de nossos problemas” (Peixoto, 2000, p.101). Tais atividades, denominadas por Peixoto (2003) como “atividades de socialização”, eram pautadas por discursos de valorização do trabalho, do sentimento nacional e patriótico, encarando a escola enquanto lugar de fortalecimento dos laços de unidade nacional⁷⁴. Apoiando as análises de Peixoto (2000, 2003), apresento a seguir figuras de atividades cívicas que ocorreram no Colégio Nossa Senhora das Dores e no Colégio Santo Antônio durante a Era Vargas.

Figura 18 – Concentração de alunos do Colégio Santo Antônio para solenidade cívica (década de 1940)



Fonte: Arquivo Pessoal de Luís Antônio Ferreira.

⁷⁴Foi identificada uma significativa bibliografia que aborda a questão da política educacional **nacionalizadora** na Era Vargas, com foco na inspeção escolar em diferentes estados do Brasil. Para citar alguns: Cunha (2003); Alves (2008); Corrêa (2009); Abras (2010); Bencostta, Correia (2011); Farré (2011); Palha, Rezende (2012); Vaz (2012, 2013); Silva, Pinheiro (2012); Santos, Ferreira (2006); Ligeiro (2014); Martins, Carvalho (2015); Chaloba, Pereira (2019); Ligeiro, David, Lopes (2021); Santi, Schelbauer, Castanha (2022); Silva (2024).

Figuras 19 – Alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores em desfile cívico de comemoração à Independência do Brasil (1941)



Fonte: *Stella Maris*, ano XII, n.7, set, 1941, p.1.

Figuras 20 – Alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores em desfile cívico (1941)



Fonte: *Stella Maris*, ano XII, n.7, set, 1941, p.1.

As figuras apresentam diferentes momentos de solenidades cívicas nos primeiros anos da década de 1940, auge do Estado Novo de Vargas, no ambiente das duas instituições estudadas. Enquanto as colegiais do Colégio Nossa Senhora das Dores, trajando seus uniformes de gala, desfilam pela rua em frente ao Colégio e à Santa Casa de Misericórdia, os secundaristas do Colégio Santo Antônio se alinham uniformizados e ordeiramente no que era denominado “batalhão colegial”, organizando-se para sair em desfile pela cidade. O “batalhão colegial” voltado para o corpo docente e liderado pelo tenente Mário César Lopes, professor de Educação Física, se organiza atrás dos capitães de cada pelotão, escolhidos entre os próprios alunos. Ao fundo, é possível ver os tambores da banda do Colégio, que liderará o desfile pelas ruas centenárias de São João del-Rei.

Esse tipo de atividade escolar, muito valorizado durante a Era Vargas, integrou, segundo Schwartzman, Bomeny, Costa (1984), o esforço de constituição da nacionalidade, baseado em três aspectos considerados centrais: a veiculação de conteúdo nacional na educação, a padronização do sistema de ensino, com marcante centralização administrativa da educação, e a homogeneização, buscando superar as distinções étnicas e criar, com isso, uma identidade nacional.

Em primeiro momento, destaco o **conteúdo nacional no campo educacional**, veiculado nas instituições de ensino e em outros meios de formação social⁷⁵. Segundo os autores, a natureza de tal conteúdo nacional, voltado diretamente à formação da juventude, deixava em segundo plano a busca pela compreensão da realidade brasileira e enfatizava “os aspectos do modernismo relacionados ao ufanismo verde e amarelo, a história mitificada dos heróis e das instituições nacionais e o culto às autoridades” (Schwartzman, Bomeny, Costa, 1984, p.141). Como já mencionado, a valorização dos heróis nacionais (como Tiradentes), a comemoração das datas cívicas oficiais (como a Independência do Brasil) e o culto à imagem de Getúlio Vargas (com as comemorações de seu aniversário em desfiles e solenidades cívicas) integraram esse empenho.

O segundo aspecto apontado pelos autores, acerca da constituição da nacionalidade no período, refere-se à **padronização**, diretamente ligada à criação de uma estrutura administrativa centralizada da educação, aumentando o controle da vida escolar dentro dos educandários. Além disso, ressalta-se o estabelecimento de normas e currículos, tal como o

⁷⁵Para além da educação, muitos outros meios foram utilizados no esforço nacionalizador. Para citar alguns, destaco as solenidades cívicas nas ruas das cidades, grupos de escoteiros se espalhando pelo Brasil, além da intensa propaganda oficial, através dos meios de comunicação, em especial, do rádio.

controle do material didático utilizado nas escolas. Segundo os autores, “tudo isso corresponde a um ideal de homogeneidade e centralização” que tornaria possível, teoricamente, “ao ministro, de seu escritório no Rio de Janeiro, saber o que cada aluno estava estudando em cada escola do país em um momento dado” (Schwartzman, Bomeny, Costa, 1984, p.141-142).

A centralização da administração educacional no Brasil se iniciou com a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública (Decreto n.º 19.402, de 14/11/1930), que visou consolidar um sistema integrado de ensino em substituição aos vários programas educacionais estaduais implantados durante a Primeira República⁷⁶. Assim, as reformas educacionais da Era Vargas, lideradas inicialmente pelo ministro da educação Francisco Campos, buscaram implantar uma política de abrangência nacional, criando uma série de mecanismos com o objetivo de homogeneizar a cultura escolar (Silva, 2024, p.10).

Tais reformas submeteram o ensino secundário à administração federal, dividindo-o em duas etapas: o fundamental (de 5 anos) e o complementar (de 2 anos)⁷⁷. As instituições que oferecessem tal modalidade de ensino seriam equiparadas ao Colégio Pedro II e deveriam, obrigatoriamente, se submeter à inspeção federal. Por outro lado, os ensinos primário e normal continuariam como competência dos governos estaduais, que deveriam se responsabilizar pela fiscalização dessas instituições (Palma Filho, 2005a, p.5).

No caso de Minas Gerais, tais estruturas burocráticas e administrativas centralizadas foram implantadas no campo da educação ainda em 1927, a partir da Reforma Francisco Campos (Decreto n.º 7.970, de 15/10/1927), passando a abranger amplo controle nas instituições públicas e privadas. Nesse sentido, aponta Peixoto (2000) que as mudanças educacionais implantadas na Era Vargas não tiveram grande impacto na educação mineira. Nos termos da autora:

A escola mineira já se encontrava de tal forma a serviço dos interesses oficiais e sua subordinação aos órgãos de administração é tão estreita, que a explicitação do regime autoritário dispensa mudanças significativas em sua organização e nos processos de trabalho (Peixoto, 2000, p.98).

⁷⁶ Dentre as muitas mudanças legais, destaco o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Decreto n.º 19.402, de 14/11/1930) e a chamada Reforma Francisco Campos de 1931, que reorganizou o ensino secundário (Decreto n.º 19.890, de 18/04/1931 e o Decreto n.º 21.241, de 14/04/1932).

⁷⁷ Nos anos seguintes, a nomenclatura e a duração das etapas do ensino secundário sofreram alterações, passando o ensino secundário fundamental a ser denominado curso ginasial, com duração de 4 anos, e o complementar transformou-se em curso colegial, de 3 anos (Decreto n.º 4.244, de 09/04/1942).

É interessante salientar que tal centralidade e controle aparentemente eficientes, dizem respeito muito mais ao estabelecimento das diretrizes educacionais no período do que necessariamente às vivências ocorridas nas instituições escolares. É evidente, porém, que tais reformas não foram simples deliberações, tendo em vista no período a existência, no período, de um empenho marcante no seu cumprimento. Em outras palavras, analisar as políticas educacionais e, principalmente, os conteúdos nacionalistas presentes no ensino, exige considerar tanto aspecto da centralização administrativa e da política dos quadros educacionais, que é inegável, quanto os processos pelos quais essas determinações tomaram forma na prática. Nesse sentido, a análise das ações dos inspetores de ensino e das práticas escolares, sob a luz dos discursos oficiais, consiste em uma possibilidade de avançar para uma análise reducionista das relações escolares, que tende a considerar, de um lado, o Estado e suas determinações enquanto totalitárias e dominantes e, de outro, a comunidade escolar como inativa e submissa. Assim, o presente trabalho busca direcionar suas análises a esse viés, sem desconsiderar, entretanto, o peso da iniciativa nacionalizadora do governo Vargas.

Por fim, o terceiro aspecto na constituição da nacionalidade refere-se à busca pela **homogeneização** da sociedade brasileira. O objetivo estava em erradicar as minorias étnicas, linguísticas e culturais dentro do país, decorrentes principalmente da imigração em massa que ocorreu no final do século XIX e início do século XX. Visando tal objetivo, a fiscalização realizada nas regiões com forte presença de imigrantes foi intensa e agressiva, transformando a escola em um lugar de enquadramento desses elementos “estranhos” à nacionalidade (Schwartzman, Bomeny, Costa, 1984)⁷⁸. De modo geral, tais orientações educacionais buscavam afastar o risco de uma educação individualizada, que agiria em contraposição à construção da nacionalidade. Esta dependia da criação de hábitos a partir da inclusão de certas práticas disciplinadoras no cotidiano dos cidadãos, contribuindo na formação de uma perspectiva comum a todos os brasileiros, muito vinculada à formação de uma consciência cívica. Tais hábitos deveriam, portanto, levar o sujeito a entender-se enquanto brasileiro norteado pelo discurso nacionalista.

As aplicações dessas práticas escolares eram orientadas e fiscalizadas pelos inspetores de ensino, que mantiveram sua importância na gestão educacional. Assim, várias funções administrativas, fiscalizadoras e de orientação pedagógica atribuídas aos inspetores escolares

⁷⁸ As pesquisas que abordam a educação em áreas com forte presença de imigrantes demonstram que a interferência e controle sobre a educação nessas regiões foi ainda mais intensa do que as observadas nas instituições analisadas. Para citar alguns destes trabalhos: Santos (2008); Santos, Ferreira (2006); Nascimento (2010); Coelho Júnior, Cunha (2017); Santi, Shelbauer, Castanha (2022).

permaneceram sendo exigidas nas décadas que se seguiram ao fim da Primeira República. Vale lembrar que a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1931, ocorreu uma centralização da administração educacional, que passou a estar subordinada diretamente às legislações e controles federais (Ligeiro, David, Lopes, 2021). Nesse sentido, tais esforços centralizadores realizados pelo governo Vargas passaram por várias transformações ao longo dos anos, buscando avançar a partir de experiências estaduais anteriores, que implantaram diretrizes educacionais e mecanismos de controle sobre o campo.

Passando à análise das prerrogativas da inspeção nos períodos estudados, é necessário ponderar que, na presente pesquisa, trabalho com duas modalidades distintas de inspeção escolar. A primeira se refere à fiscalização federal, responsável, em especial, pela inspeção do ensino secundário. A inspeção federal era coordenada pelo Departamento Nacional de Educação e, conseqüentemente pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. A segunda diz respeito à inspeção estadual, submetida diretamente a Secretaria Estadual de Educação que, apesar de seguir as prerrogativas federais, possuía certa autonomia administrativa. Esta modalidade de inspeção era responsável pelos cursos primário e normal.

Para iniciar a compreensão da inspeção na Era Vargas, é necessário apresentar as principais legislações que orientaram a sua atividade, em nível federal e estadual. Dessa forma, retomo que, após a publicação do Decreto n.º 19.402 (de 14/11/1930)⁷⁹, que criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, o governo Vargas, assistido pelo ministro da educação Francisco Campos, passou a publicar uma série de novos decretos, que organizaram toda a estrutura administrativa da educação. Dentre os inúmeros decretos publicados, destaco o Decreto n.º 19.890 (de 18/04/1931)⁸⁰, que organizou o ensino secundário, e o Decreto n.º 21.241 (de 04/04/1932)⁸¹, que consolidou as disposições do decreto citado anteriormente. Do mesmo modo, seguindo as prerrogativas determinadas pelo governo federal, foram publicados decretos estaduais coordenando a inspeção dos cursos primário e normal, com destaque para o Decreto n.º 10.362 (de 31/05/1932)⁸², que adequava o ensino primário e normal à novas

⁷⁹ BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. *Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública*. Disponível em: <https://zt.ms/n0t>. Acesso em: 20 fev. 2025.

⁸⁰ BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <https://zt.ms/NM2>. Acesso em: 20 fev. 2025.

⁸¹ BRASIL. Decreto nº 21.241, de 04 de abril de 1932. *Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências*. Disponível em: <https://zt.ms/706>. Acesso em: 20 fev. 2025.

⁸² MINAS GERAIS. Decreto nº 10.362, de 31 de maio de 1932. *Aprova modificações aos regulamentos que baixaram com os decretos nº 7.970-A de 15 de outubro de 1927 e 9.450, de 18 de fevereiro de 1930*. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/10362/1932/>. Acesso em 20 fev. 2025.

determinações federais, o Decreto n.º 11.501 (de 31/08/1934)⁸³, que modificava o decreto anterior e o Decreto-lei n.º 38 (de 03/01/1938)⁸⁴, que criava a Inspetoria de Assistência Técnica, reorganizando o sistema de inspeção estadual.

O Decreto n.º 21.241 (04/04/1932), que consolidou a organização do ensino secundário, tratou minuciosamente da inspeção escolar. Assim, ficou determinado que o Departamento Nacional de Ensino criaria Inspetorias Regionais, a fim de facilitar o trabalho de inspeção no território nacional:

Art. 63. Fica mantido, no Departamento Nacional de Ensino, o serviço de inspeção aos estabelecimentos de ensino secundário.

Art. 64. Para os fins da inspeção os estabelecimentos de ensino secundário serão agrupados de acordo com o número de matrículas e com as distâncias e facilidades de comunicação entre eles, constituindo inspetorias regionais. (Brasil, 1932, p.11).

Nessas Inspetorias Regionais estaria alocado um inspetor regional, que deveria “fiscalizar e orientar o serviço dos inspetores da respectiva inspetoria regional” (Brasil, 1932, p.12), além de inspetores federais dos estabelecimentos de ensino e inspetores assistentes. Ficou determinado que as instituições privadas de ensino que desejassem oferecer o curso secundário deveriam se submeter à inspeção preliminar, precisando cumprir exigências básicas do Departamento Nacional de Ensino, como possuir prédio adequado à atividade escolar, corpo docente com registro no Ministério da Educação e Saúde Pública, garantias financeiras de funcionamento e obediências à organização didática e regime escolar determinado pelo mesmo ministério (BRASIL, 1932, p.8). Os estabelecimentos públicos aprovados na inspeção preliminar seriam considerados equiparados, enquanto os privados seriam denominados estabelecimentos livres de ensino secundário. Vale ressaltar ainda que as instituições privadas sob o regime de inspeção federal deveriam pagar uma quota anual de inspeção⁸⁵ ao Departamento Nacional de Educação (Brasil, 1932, p.10).

⁸³ MINAS GERAIS. Decreto n.º 11.501, de 31 de agosto de 1934. *Aprova modificações feitas ao Decreto n.º 10.362, de 31 de maio de 1932.* Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/11501/1934/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

⁸⁴ MINAS GERAIS. Decreto-lei n.º 38, de 03 de janeiro de 1938. *Cria a Inspetoria de Assistência Técnica do Ensino.* Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEL/38/1938/> Acesso em: 20 fev. 2025.

⁸⁵ Os valores da quota de inspeção estipulados no decreto são de 12:000\$0 para o curso fundamental até 200 alunos, tendo o acréscimo de 60\$0 por aluno excedente. Para o curso complementar, as taxas são 12:000\$0 para uma turma anual, 20:000\$0 para duas e 25:000\$0 para três. (Brasil, 1930, p.17).

No que se refere às funções dos inspetores que atuavam diretamente nas instituições de ensino, destaco o seguinte trecho:

Art. 67. Ao inspetor de estabelecimento de ensino compete:

I. Velar pela lei fiel observância dos dispositivos legais que forem aplicáveis aos estabelecimentos de ensino sob inspeção, bem como das instruções expedidas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública ou pelo Departamento Nacional de Ensino.

II. Concorrer para o aperfeiçoamento do ensino, em particular, das disciplinas da respectiva seção didática no estabelecimento para o qual for designado.

III. Rever as provas parciais que lhe forem distribuídas pelo inspetor regional.

IV. Superintender todo o serviço de provas parciais e finais.

V. Apresentar relatórios mensais e responder aos questionários formulados pelo Departamento Nacional do Ensino.

VI. Cumprir e fazer cumprir as instruções a que se refere o art.71. (Brasil, 1932, p.11).

Além das funções apresentadas no art. 67, o inspetor do estabelecimento deveria acompanhar pessoalmente a aplicação dos exames de admissão (art. 24) e das provas finais (art. 40), rubricar as provas parciais (art. 39), conferir o aproveitamento anual dos alunos (art. 41), enviar os boletins gerais de notas ao Departamento Nacional de Ensino (art. 44), além de terem que realizar visitas nas instituições fiscalizadas ao menos três vezes na semana, registrando sua inspeção em livro de visita e fiscalização, alocado na escola (art. 81).

A inspeção federal sobre os estabelecimentos de ensino secundário manteve seu foco no controle burocrático da vida escolar, se empenhando em fazer cumprir todas as determinações oficiais que chegavam ao educandário⁸⁶, por meio de minuciosa fiscalização da escrituração, da aplicação das avaliações, da implementação exata do currículo e do aproveitamento das turmas. Esse modelo não sofreu significativas alterações até 1942, com o início da chamada Reforma Capanema⁸⁷ e a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário⁸⁸. O Decreto-

⁸⁶ Pude observar nos relatórios e termos de visita dos colégios estudados grande fluxo de correspondência entre o Departamento Nacional de Ensino e os inspetores escolares, definindo orientações que não se limitavam ao controle burocrático da escola, mas interferiam diretamente no seu desenvolvimento pedagógico.

⁸⁷ Segundo Palma Filho (2005a, p.11), tal reforma foi composta por oito decretos ao todo, que reformaram o **ensino industrial** (Decreto-lei n.º 4.073, de 22/01/1942), o **ensino secundário** (Decreto-lei n.º 4.244, de 09/04/1942), o **ensino comercial** (Decreto-lei n.º 6.141, de 28/12/1943), o **ensino primário** (Decreto-lei n.º 8.529, de 02/12/1946), o **ensino normal** (Decreto-lei n.º 8.530, de 02/01/1946), o **ensino agrícola** (Decreto-lei n.º 9.613, de 20/08/1946), além de criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – **SENAI** (Decreto-lei n.º 4.048, de 22/01/1942) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – **SENAC** (Decretos-lei n.º 8.621/8622, de 10/01/1946).

lei n.º 4.244 (de 09/04/1942) somou às funções de controle administrativo das instituições escolares a preocupação com a orientação pedagógica, como demonstrado no trecho a seguir:

Art. 75. O Ministério da Educação exercerá inspeção sobre os estabelecimentos de ensino secundário equiparados e reconhecidos.

§1º. A inspeção far-se-á não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda **com caráter de orientação pedagógica**.

§2º. A inspeção limitar-se-á ao mínimo imprescindível a assegurar a ordem e a eficiência escolares.

Art. 76. A inspeção de que trata o artigo anterior estender-se-á aos estabelecimentos de ensino secundário colocados sob a administração dos territórios” (Brasil, 1942, p.10 – grifo meu).

Como desdobramento da citada Lei Orgânica do Ensino Secundário, o Departamento Nacional de Ensino publicou em 1943 a Portaria n.º 692⁸⁹, redefinindo a regularidade e o modelo dos relatórios de inspeção enviados pelos inspetores federais. As mudanças determinaram que os inspetores federais deveriam registrar no livro de visitas ao menos três termos semanais e enviar ao Departamento Nacional de Ensino seis relatórios bimestrais. Além disso, a portaria expressa maior preocupação com as questões pedagógicas nas instituições, indicando ações que visavam acompanhar de perto as aulas e conteúdos estudados:

Por ocasião da visita, o inspetor preencherá, do próprio punho, os claros existentes em ambas as partes de cada folha, escolhendo três aulas para indicar a matéria lecionada. Lançará em seguida os nomes de três alunos (que poderão ser todos da mesma aula ou não), com as notas obtidas nesse dia, e bem assim o número de alunos que houverem faltado a três aulas, que poderão também ser, ou não, as mesmas de que tiver indicado a matéria lecionada. Mencionará os nomes dos professores que houverem faltado até o momento da visita, a correspondência recebida no período compreendido entre a visita atual e a precedente, bem como as principais ocorrências verificadas nesse intervalo. Colherá a rubrica dos professores das **aulas a que tiver comparecido** e também a do diretor em ambas as partes da folha (Brasil, 1943, p.1 – grifo meu).

Dessa forma, somada às atribuições de controle burocrático da escola, marcantes nas legislações do início dos anos de 1930, a Reforma Capanema passou a atribuir aos inspetores federais funções voltadas ao acompanhamento e controle pedagógico, orientando seu

⁸⁸ BRASIL. Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942. *Lei Orgânica do Ensino Secundário*. Disponível em: <https://zt.ms/403> Acesso em: 20 fev. 2025.

⁸⁹BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. *Portaria n.º 692*, de 12 de janeiro de 1943. Rio de Janeiro, 1943. A Portaria foi localizada arquivada junto aos Relatórios de Inspeção CSA de 1943, no acervo do Colégio Santo Antônio.

comparecimento nas aulas, observando conteúdos, práticas e metodologias aplicadas e, com isso, avaliando a eficiência da educação oferecida. As visitas e os registros de comparecimento de inspetores nas aulas são evidentes nas fontes dos colégios estudados, sendo um tema recorrente nos relatórios e termos de visitas analisados. Esses registros, contudo, podem não refletir um comparecimento real dos inspetores nas salas de aula, considerando ser extremamente difícil essa comprovação por meio da tipologia documental utilizada na pesquisa.

A portaria apresentou ainda rígido modelo de relatório, que deveria ser seguido, orientando desde o tipo de papel a ser utilizado até a forma de escrita dos inspetores. Além disso, determinou quais informações deveriam ser registradas em cada um dos seis relatórios enviados anualmente, dando clareza às atividades exigidas aos inspetores federais.

Os relatórios terão capa de acordo com o modelo oficial anexo n.4244-7 e constarão dos seguintes itens:

I. Parte geral: notificação dos termos de visita remetidos;

II. Parte variável:

PRIMEIRO RELATÓRIO:

Janeiro e fevereiro

- a) Boletins dos exames de admissão (1ª e 2ª épocas, modelos n.4244-20)
- b) Boletins anuais por matéria (modelo n.4244-18)
- c) Boletins gerais (1ª e 2ª época, modelo n.4244-19 a 19-1)
- d) Boletins de exames de licença (modelo n.4244-22)
- e) Boletins dos exames do art.91 (modelo n.4244-22)
- f) Estatística de aproveitamento (modelo n.4244-23)

SEGUNDO RELATÓRIO

Março e abril

- a) Horários (modelo n.4244-8)
- b) Corpo docente (modelo n.4244-9)
- c) Quadro de matrículas (1º semestre, modelo n.4244-10)
- d) Relação de livros didáticos
- e) Boletins de frequência (modelo n.4244-11)
- f) Boletins de médias e exercícios (modelo n.4244-13)
- g) Mapa das aulas dadas (modelo n.4244-13)

TERCEIRO RELATÓRIO

Maio e junho

- a) Quadro de matrículas (2º semestre, modelo n.4244-10)
- b) Boletins de frequência (modelo n.4244-11)
- c) Boletins de médias e exercícios (modelo n.4244-12)
- d) Mapa de aulas dadas (modelo n.4244-13)
- e) Pontos organizados para a 1ª prova parcial;

f) Revisão da ficha de classificação.

QUARTO RELATÓRIO

Julho e agosto

- a) Boletim geral da 1ª prova parcial (modelo n.4244-11)
- b) Boletins de frequência (modelo n.4244-11)
- c) Boletins de média e exercícios (modelo n.4244-12)
- d) Mapa de aulas dadas (modelo n.4244-13)

QUINTO RELATÓRIO

Setembro e outubro

- a) Boletins de frequência (modelo n.4244-11)
- b) Boletins de médias e exercícios (modelo n.4244-12)
- c) Mapa das aulas dadas (modelo n.4244-13)
- d) Pontos organizados para a 2ª prova parcial
- e) Boletins das médias condicionais (modelo n.4244-816)

SEXTO RELATÓRIO

Novembro e dezembro

- a) Boletins gerais da 2ª prova parcial (modelo n.4244-14)
 - b) Boletins dos exames orais (modelo n.4244-15)
 - c) Boletim geral de frequência (modelo n.4244-17)
 - d) Boletins de habilitação ao exame de licença (modelo n.4244-21)
- (Relatório de Inspeção, 1943)

É evidente o foco na análise do aproveitamento das turmas, a partir da exigência de envio completo de boletins de notas de todas as avaliações aplicadas ao longo do ano, separadas por turma e conteúdo escolar. Além disso, era acompanhada a frequência dos alunos, os temas estudados e aplicados nas provas, bem como as matrículas semestrais, os livros didáticos utilizados, os horários escolares e a lista completa de professores, acompanhado pelo respectivo registro no Ministério da Educação e Saúde Pública.

Vale ressaltar que os termos de visita e os relatórios realizados pelos inspetores integravam um mecanismo de controle estatal das instituições escolares, por meio da exigência de minuciosa observação do desenvolvimento educacional. Para Ligeiro, David, Lopes (2021), tais registros “formalizavam as orientações que deveriam ser seguidas, tanto pelo diretor quanto pelos professores”, em especial, pelo fato de “ser ele um agente da administração escolar responsável pela fiscalização do ensino, com poderes até mesmo para solicitar sindicâncias em casos de irregularidades” (Ligeiro, David, Lopes, 2021, p.3).

Figura 21 – Capa do primeiro Relatório de Inspeção (1943)

Ginásio de Santo Antônio

ESTABELECIMENTO LIVRE DE ENSINO SECUNDÁRIO
DECRETO 21.318 DE 25 DE ABRIL DE 1932
SÃO JOÃO-DEL-REI – MINAS

26 de março de 1943

PRIMEIRO RELATÓRIO

Inspetor Federal — Mário de Castro Cunha

Relatório : —

Ano 1943
Mês es Janeiro e Fevereiro
Curso secundário
Séries
Secção
Turno

Resumo do Relatório

a) Boletins dos exames de admissão (1ª e 2ª épocas)
b) Boletins anuais por matéria;
c) Boletins gerais (1ª e 2ª épocas)
d) Estatística de aproveitamento.

Fonte: Relatório de Inspeção CSA (1943).

Seguindo as prerrogativas impostas pelas legislações federais, a fiscalização sobre o ensino primário e normal foi reorganizada nos primeiros anos da Era Vargas, modificando a organização anterior implantada pela Reforma Francisco Campos de 1927. Tais readequações se iniciaram com o Decreto n.º 10.362 (de 31/05/1932), que tratou da nova organização do ensino primário e normal. O decreto organizou a fiscalização a partir da coordenação do

Serviço de Inspeção Técnica, submetido à Secretaria Estadual de Educação e Saúde Pública. Esse serviço seria liderado pelo assistente técnico, coordenador da fiscalização na circunscrição da qual fosse responsável. Tais profissionais deveriam ser nomeados a partir de “professoras diplomadas pela Escola de Aperfeiçoamento” ou, na falta desta, por “normalistas de 2º grau, diplomadas após a expedição do regulamento de 20 de janeiro de 1928, com dois anos pelo menos de exercício efetivo no magistério estadual” (Minas Gerais, 1932, p.1-2).

Submetidos à coordenação dos assistentes técnicos estavam os inspetores municipais, responsáveis pela fiscalização das instituições primárias, e os inspetores permanentes, encarregados de acompanhar o ensino normal. Dessa forma, vale ressaltar que os inspetores municipais, considerados “agentes de confiança do Governo”, eram nomeados diretamente pelo governador “dentre as pessoas de projeção social residentes na sede do município, que se interessem pelas coisas do ensino e que não tenham assinalada atuação política” (Minas Gerais, 1921, p.2). Já as escolas normais particulares, equiparadas às instituições oficiais, seriam submetidas à fiscalização permanente, designando inspetores “escolhidos dentre os professores do magistério público estadual” (Minas Gerais, 1932, p.20). Tal como ocorreu na fiscalização federal, “a despesa com a fiscalização será custeada pelos próprios institutos, que deverão depositar, por semestre adiantado, na Secretaria de Educação, a importância de 4:200\$000 se a escola for de 2º grau e de 3:000\$000 se do 1º” (Minas Gerais, 1932, p.20).

As funções dos inspetores permanentes são mais bem elaboradas no Decreto nº 11.501 (de 31/08/1934), que complementa a legislação anterior. Esse documento, atribui como função dos fiscais de escolas normais reconhecidas os seguintes pontos:

Art. 74 – Aos fiscais de escolas normais equiparadas incumbe:

- 1.º – fiscalizar a escola 10 dias, no mínimo, em cada mês;
- 2.º – visitar a escola frequentemente, em horas diversas, sem aviso prévio, de modo a surpreendê-la no seu funcionamento regular e normal;
- 3.º – observá-la sob os aspectos técnicos e administrativos, fixando os seguintes pontos:
 - a) prédio, instalações, mobiliário, laboratórios, museu, biblioteca etc.
 - b) – instalação para funcionamento de internatos
 - c) escrituração escolar;
 - d) horários, verificando se conformam com as mesmas instruções da Secretaria da Educação;
 - e) programas, observando se estão sendo seguidos e qual a parte já estudada, visando o caderno de registro para ulteriores observações;
 - f) métodos e processos de ensino;
 - g) sistema disciplinar;

- l) instalações e material para as aulas de educação física.
 - i) provas escritas e orais, arguições, trabalhos práticos, exercícios, excursões, auditórios etc.
 - j) matrícula, frequência, transferências etc.
 - k) competência e capacidade dos professores.
 - 4.º – reunir os professores para fins de orientação do trabalho escolar, sugerindo medidas que possam sanar as falhas encontradas;
 - 5.º – determinar reuniões para conferências e leituras, de modo que possa aquilatar do valor dos professores e orientá-los quanto a métodos, processos, bibliografias etc.
 - 6.º – promover a socialização da escola, organizando clubes, instituições escolares, auditórios etc.;
 - 7.º – acompanhar com especial cuidado as aulas de prática profissional, verificando se as alunas estão sendo bem orientadas quanto à prática de bons métodos de ensino;
 - 8.º – evitar interferências na parte administrativa do estabelecimento, exceto naquilo que diz respeito a exigências da Secretaria para efeito de equiparação e bom andamento dos serviços do ensino;
 - 9.º – cumprir as determinações da Secretaria e as instruções baixadas pelo Corpo Técnico de Assistência ao Ensino;
 - 10. – remeter mensalmente à seção competente da Secretaria relatório sumário das ocorrências verificadas durante a fiscalização em cada escola, dias de fiscalização, dados estatísticos e mais elementos que ponham a Secretaria a par da vida administrativa do estabelecimento, bem como cópia autenticada do termo de visita;
 - 11. – remeter trimestralmente ao Corpo Técnico relatório técnico-pedagógico de cada escola visitada; informando sobre a marcha do ensino, a sua eficiência e os seus progressos, fazendo acompanhar cada relatório dos seguintes documentos:
 - a) ficha profissional de cada um dos membros do corpo docente;
 - b) documentações outras que comprovem a realização de atividades escolares e informem sobre as várias iniciativas de reforma e progresso escolar.
 - 12. – pedir à Secretaria esclarecimentos sobre assuntos de ordem técnica e administrativa em caso de dúvidas;
 - 13. – comunicar por ofício à Secretaria quaisquer irregularidades que possam prejudicar o bom andamento dos serviços do ensino;
 - 14. – informar a secretaria sobre o dia em que pretende iniciar a fiscalização da escola. (...)
- Art. 75 – Para a fiscalização de escolas normais reconhecidas o Governo dividirá oportunamente o Estado em circunscrições e abrirá concurso para a nomeação de fiscais (Minas Gerais, 1934, p.47-50).

Desse modo, entre as funções atribuídas aos inspetores mineiros a partir da década de 1930 estava realizar visitas periódicas às instituições escolares (no mínimo 10 por mês, sem aviso prévio), a fim de acompanhar de perto a atuação e assiduidade dos professores, assistir suas aulas, realizar críticas e lhes dar instruções, bem como lecionar aulas-modelo, que deveriam ser observadas e reproduzidas pelos docentes. Além disso, os inspetores precisariam

acompanhar de perto o rendimento dos alunos, mapear seu aproveitamento, sua frequência, suas condições materiais e de higiene. Deveriam fiscalizar a aplicação de exames, conferir a escrituração, exigir um correto preenchimento dos documentos escolares e observar os objetos, mobiliário, arquitetura e os espaços escolares, atentos às suas condições materiais de preservação e higiene do espaço escolar. Deveriam, ainda, encaminhar relatórios periódicos aos assistentes técnicos, atentando para, e denunciando, qualquer irregularidade observada.

É interessante observar que, segundo o decreto apresentado, o inspetor permanente do curso normal deveria intervir em todas as instâncias das instituições escolares, desde a escrituração, as condições materiais, a prática e a metodologia docente, o aproveitamento das turmas até as atividades de socialização, que ganha especial atenção no documento.

Em 1938 é promulgado o Decreto-lei n.º 38 (de 03/01/1938) que altera alguns elementos no sistema estadual de inspeção. As principais mudanças se referem à extinção do Serviço de Assistência Técnica, substituído pela Inspetoria de Assistência Técnica de Ensino (art. 1º e 2º) e a reorganização do estado em 27 circunscrições (art. 7º), a partir das quais a educação mineira seria coordenada. Dentre estas, a 13ª circunscrição passou a ser situada em São João del-Rei, englobando a administração educacional das cidades de São João del-Rei, Resende Costa, Prados, Tiradentes, Bom Sucesso, Perdões, Lavras e Andrelândia (MINAS GERAIS, 1938, p.4)⁹⁰. Contudo, apesar da mudança na estrutura administrativa educacional do estado, vale destacar que o decreto-lei não alterou significativamente as prerrogativas apresentadas anteriormente da inspeção escolar.

Um dos elementos de que os decretos apresentados tratam se refere às atividades de socialização⁹¹. Assim, percebe-se uma grande preocupação em incentivar a implantação dessas atividades, apresentando as disposições de orientação de sua aplicação, além de fiscalizar o seu efetivo cumprimento. Olhando diretamente para as fontes do Colégio Nossa Senhora das Dores, uma das instituições estudada no presente trabalho, destaco uma série de documentos que são, por um lado, sugestivos sobre essa preocupação com as atividades de socialização e, por outro, demonstrativos da interlocução dos diferentes agentes escolares. A partir dessas fontes, é possível compreender aspectos da intervenção dos inspetores em

⁹⁰ Vale comentar que a reorganização das circunscrições em 1938 está na base da organização administrativa da educação mineira até a atualidade. Atualmente, o estado de Minas Gerais é dividido em 47 Superintendências Regionais de Ensino – SRE, responsável pela coordenação da educação, inclusive, no que se refere à inspeção escolar.

⁹¹ As atividades de socialização são amplamente abordadas no Decreto n.º 11.501 (de 31/08/1934), em especial entre os artigos 242, 243, 244, 245, 246, 254, 255 e 256 (Minas Gerais, 1934, p.72-77).

determinadas práticas educacionais, que tiveram como marca a veiculação de um discurso cívico.

Em primeiro lugar, destaco que foi possível observar marcante recorrência de correspondências e orientações dos inspetores de ensino (registradas nas atas), norteadas a execução de atividades específicas nas datas cívicas ou em outros momentos do calendário escolar, muitas vezes apresentando o programa exato a ser executado. Obviamente, há limites para confirmar se a execução das práticas ocorria segundo as programações pré-determinadas, sendo provável o descumprimento e a reconstrução de sentidos na vivência diferenciados à intenção inicial. Porém, foi registrado nas fontes escolares do período estadonovista e atestado por vasta bibliografia a intensa preocupação com essas práticas específicas e recorrente interferência dos inspetores na sua orientação e execução. Nesse sentido, é pertinente citar o aviso a seguir, publicado pelo Departamento de Educação, vinculado à Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, em 1940:

(...) Lembro aos senhores diretores e professores das escolas normais, primárias e especializadas, oficiais e particulares que, ocorrendo a dezenove deste a passagem da data de aniversário do Sr. Presidente Getúlio Vargas, seja este fato assinalado pelos escolares com entusiasmo e carinho que merece. (...) Recomendo, pois, de ordem do Sr. Secretário, que durante o período letivo do dia dezenove de abril, principalmente nas aulas de História e Educação Cívica, tenham os professores como motivo o estudo da personalidade do 1º magistrado da nação⁹².

É possível perceber que os inspetores, em suas atuações, eram diretamente convocados a orientar e fiscalizar a implantação de práticas como a citada. Corroborando o trecho citado, uma correspondência significativa desse aspecto refere-se a um telegrama enviado em nome do Ministro Gustavo Capanema e endereçado à direção do Colégio Nossa Senhora das Dores, no qual tratou-se das solenidades do dia 19 de abril de 1941, data em que, além do aniversário de Vargas, se comemorava o dia da Juventude Brasileira⁹³: “Recebi satisfação notícia expressiva solenidade cívica em que esse educandário festejou aniversário presidente e dia juventude brasileira”. O trecho atesta o papel de mediação dos inspetores de ensino, responsáveis por estabelecer uma interlocução entre a instituição escolar e os órgãos de

⁹² Aviso do Departamento de Educação de Minas Gerais, 1940 (*apud* Peixoto, 2000, p. 100).

⁹³ Esse telegrama encontra-se anexado ao livro de Registro de Ofícios e Outras Correspondência e é datado de 29 de abril de 1941 (p.13-verso), sendo também publicado no jornal *Stella Maris*, acompanhando os artigos e fotografias sobre a citada solenidade (*Stella Maris*, ano XII, n. 2, abril, 1941, p.1).

administração educacional, tratando sobre uma prática escolar considerada importante o suficiente para ser emitida a correspondência apresentada.

A orientação na construção do discurso nacionalista envolvendo essas solenidades cívicas ocorria também na produção dos jornais estudantis, cuja construção era realizada com a supervisão de professores, geralmente, de Língua Portuguesa. O trecho a seguir, também aborda as comemorações do dia 19 de abril de 1941, demonstrando marcante supervisão dos textos publicados, tendo sido a aluna diretamente designada à produção desse conteúdo:

Sinto-me, pois, feliz em ter sido designada para escrever sobre as comemorações, que com honra e contentamento celebramos neste educandário, ao digno Presidente de nossa República e à mocidade brasileira! Seja-nos dado felicitar S. Ex.^a, desejando para ele e para nós um Brasil grandioso – um Brasil sempre em paz!⁹⁴

Assim, a recorrente publicação desse tipo de textos busca implantação de um culto à figura do presidente, atribuindo a ele qualidades que deveriam inspirar a mocidade brasileira, demonstrando que “a escola foi utilizada pela máquina estatal para divulgar o ideário do governo e cultuar a imagem de Getúlio Vargas” (Ligeiro, David, Lopes, 2021, p.6).

Por fim, apresento uma fotografia, que também se refere à solenidade do 19 de abril, realizada dois anos mais tarde, em 1943. Nela, é possível observar e compreender elementos que fundamentaram a cultura cívica no ambiente escolar durante a Era Vargas, marcada por uma forte uniformização, militarização e a veiculação de valores como ordem, disciplina e hierarquia.

⁹⁴ TORRES, A. M. **A comemoração do dia 19 de abril.** In: *Stella Maris*, ano XII, n. 2, abril, 1941, p.1.

Figura 22 – Desfile cívico das alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores (1942)



Fonte: *Stella Maris*, ano XIV, n. 3, maio, 1943, p.3

Vale lembrar que neste mesmo ano de 1943 o Colégio Nossa Senhora das Dores e o Colégio Santo Antônio receberam da Prefeitura Municipal de São João del-Rei uma premiação intitulada “Taça Barão de Rio Branco”, em decorrência do destaque que obtiveram nas solenidades cívicas da Independência do Brasil, que ocorreram em setembro de 1943⁹⁵.

As fontes apresentadas são esclarecedoras, já que permitem perceber a centralidade conferida à atuação dos inspetores de ensino, que atuaram fortemente no sentido de mediar as determinações oficiais e sua aplicabilidade na realidade escolar. Em outros termos, a bibliografia estudada, somada às legislações promulgadas e às fontes analisadas, conferem indícios significativos de que a inspeção estava vinculada a uma orientação política, posta em prática por mediação da atuação dos inspetores, seja no que se refere à orientação de conteúdos e práticas, seja no que diz respeito à fiscalização realizada sobre essas. Dessa forma, a presença dos inspetores nas instituições escolares mostra-se enquanto elemento essencial para a compreensão das estratégias utilizadas pelos governos no sentido da consolidação de seus delineamentos políticos.

⁹⁵ *Stella Maris*, ano XIV, n. 6, setembro, 1943, p.6.

Assim, destaco que o cumprimento de toda uma agenda nacionalista, que passaria por datas do calendário cívico, como Independência do Brasil, Proclamação da República, dia de Tiradentes e dia da Juventude Brasileira (que calhava com a data de aniversário do presidente Getúlio Vargas), deveria ser reportado à instância superior de administração à qual era submetido, por meio dos relatórios periódicos minuciosos. Para Medeiros, Ávila (2021), os relatórios de inspeção evidenciam “a ação esperada de um agente do estado o qual compatível com uma ação estatal controladora”, sendo estes registros “resquícios do Estado Novo, controlador e fiscalizador” (Medeiros, Ávila, 2021, p.63).

Retomo que seria reducionismo considerar as vivências e práticas ocorridas nas instituições escolares como meros reflexos do direcionamento estatal, afinal a cultura escolar se constitui por meio de práticas e experiências cotidianas que extrapolam as orientações oficiais. Porém, é evidente o esforço do governo estadonovista no sentido de delineamentos ideológicos, que, de formas distintas, causaram impactos na cultura escolar dos colégios. Nesse sentido, os conceitos de estratégias e táticas de Certeau (1994) foram fundamentais nas análises, tendo em vista que abordam essa relação entre a ação mediada por um lugar de poder e as apropriações dessas determinações, a partir de suas apropriações e maneiras de fazer.

3.3 O INTERVALO DEMOCRÁTICO E A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSPEÇÃO ESCOLAR

Com o fim da ditadura estadonovista, em 1945, a preocupação com a formação ideológica, pautada por forte discurso ufanista, perdeu força dentro do campo educacional. Para Santos, Ferreira (2006), a cultura cívica continuou presente no ambiente escolar, porém passou por um processo de arrefecimento significativo, abrindo espaços para outros valores que emergiram e foram recorrentemente veiculados, como a valorização da modernidade, da industrialização e do desenvolvimentismo.

Tratando diretamente sobre os apontamentos gerais da historiografia educacional deste período, vale destacar com Andreotti (2006) que enquanto a Era Vargas foi uma fase de expansão industrial, urbanização e consolidação do sistema orgânico educacional, o período Liberal-Democrático (1945-1964) representou a segunda etapa dessa industrialização, atuando no sentido da busca pelo ajuste do Brasil às exigências do capital internacional, processo este intensificado no governo de Juscelino Kubitschek. Segundo Cunha (2002, p.127), esse governo centrou-se na aplicação de seu plano de desenvolvimento acelerado, partindo da premissa de que com “o aumento da riqueza e da prosperidade”, que ocorreria em decorrência

da industrialização, “todos os componentes da sociedade seriam recompensados pelo progresso”. Nesse sentido, essa ideologia desenvolvimentista desloca as discussões sobre os avanços sociais (educação, saúde, moradia etc.) da perspectiva política para a econômica, passando a ser vistos como decorrentes do desenvolvimento da economia (pautado pela industrialização), e não necessariamente de políticas públicas direcionadas a esse fim (Cunha, 2002, p.130).

Se, por um lado, a preocupação oficial com a educação arrefeceu, por outro, foi o centro de amplo debate entre diferentes esferas da sociedade, especialmente entre intelectuais católicos e escolanovistas. Como já mencionado anteriormente, os intelectuais escolanovistas tiveram importante impacto no campo educacional brasileiro a partir da década de 1930, especialmente com a publicação dos Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Nos anos que se seguiram, muitos continuaram a atuar diretamente no setor, buscando auxiliar na remodelação do sistema educacional. Contudo, enfrentaram sempre a resistência dos intelectuais católicos que, em nome da defesa da liberdade de ensino, se opunham às suas ideias de laicidade do ensino e de predomínio do Estado sobre a área. Nesse contexto de forte discussão no campo educacional, os intelectuais escolanovistas publicaram, em 1959, um novo documento intitulado “Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados”, no qual denunciavam o pouco avanço que a educação nacional havia alcançado desde a publicação do primeiro manifesto, em 1932 (Saviani, 2010).

Vale destacar que tais embates giravam em torno da necessidade de criação de diretrizes gerais para todos os níveis da educação, o que apenas se consolidou em 1961 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, materializada pelo Decreto-lei n.º 4.024/61. As discussões, que ressurgiram após o fim do Estado Novo, foram marcadas por questionamentos centrais, que, de modo geral, englobavam o tipo de educação que responderia ao processo de modernização brasileira; o papel do Estado nesse processo; o público-alvo das transformações educacionais; a delegação da responsabilidade da educação; bem como a consolidação de sistemas educacionais, baseados na escola pública ou privada. (Sanfelice, 2007). Segundo Amador (2005):

O confronto entre os defensores da escola pública e os defensores da escola privada estava diretamente relacionado à disputa dos modelos de sociedade da época. Dessa forma, a escola pública tinha seus aliados nos grupos ideológicos que lançaram em 1959 o manifesto dos Educadores, passando a contar também com o apoio de alguns setores das elites liberais da sociedade. Os privatistas tinham na Igreja Católica, que hegemonizava o

ensino particular na época, seu mais forte aliado, e contavam com o apoio dos setores ligados à privatização da economia (Amador, 2005, p.4).

As transformações ocorridas a partir de 1945 afetaram também o trabalho dos inspetores de ensino, que passa por um gradativo processo de descentralização administrativa, especialmente a partir da criação das Inspetorias Seccionais, em 1954 e da publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.

A inspeção dos primeiros anos do intervalo democrático continuou sendo fortemente influenciada pelas disposições implantadas pela Reforma Capanema (1942-1946). Assim, relembro que em 1946 ainda foram publicados quatro decretos reorganizando os ensinos primário, normal, agrícola, além da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.

Destacando a Lei Orgânica do Ensino Normal, implantada Decreto nº 8.530 (de 02/01/1946)⁹⁶, resalto que ela alterou a forma de organização do curso normal, dividindo-o em dois ciclos: o primeiro voltado à Formação de Regentes e o segundo à Formação de Professores Primários. Para Palma Filho (2005a), essa reforma influenciou a expansão do curso normal no Brasil, que se intensificou a partir de 1954, quando se tornou, tal como o ensino secundário, uma modalidade educacional aceita para o acesso ao ensino superior (Palma Filho, 2005a, p.16). Contudo, a Lei Orgânica do Ensino Normal não alterou a organização da inspeção escolar, sendo sua coordenação mantida a cargo dos estados, como demonstra o trecho a seguir:

Art. 45 – A organização interna e demais condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino normal serão definidas, para cada unidade federada, na conformidade da legislação complementar e regulamento que sobre a matéria, forem expedidas pelos estados e Distrito Federal. (Brasil, 1946, p.7).

A adaptação da Lei Orgânica do Ensino Normal no estado de Minas Gerais veio alguns meses depois, com a publicação do Decreto nº 1.873⁹⁷ (de 28/10/1946), que reorganizou o ensino normal no estado a partir das determinações impostas pelo citado decreto-lei. De forma análoga ao documento no qual foi baseado, a legislação mineira não alterou as disposições da

⁹⁶ BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <https://zt.ms/WYP1>. Acesso em: 20 fev. 2025.

⁹⁷ MINAS GERAIS. Decreto nº 1.873, de 28 de outubro de 1946. Adapta o ensino normal no Estado aos princípios e normas da Lei Orgânica do Ensino Normal, baixada com o Decreto-Lei federal nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEL/1873/1946/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

inspeção escolar, mantendo as orientações das legislações implantadas no auge do governo Vargas.

Do mesmo modo, em 1946 ocorreu a publicação de novo regulamento para o ensino secundário, que reestruturou várias instâncias administrativas do Ministério da Educação e Saúde. Refere-se ao Decreto nº 20.302⁹⁸ (de 02/01/1946), que, além de reorganizar o regimento da Diretoria do Ensino Secundário, criou, submetida a esta, a Seção de Fiscalização da Vida Escolar e a Seção de Inspeção (art. 2º). Dessa forma, a ação dos inspetores de ensino que atuavam dentro das instituições escolares passaria a ser coordenada por essas seções, organizadas, por sua vez, pela Diretoria do Ensino Secundário. A fiscalização dessa modalidade de ensino continuou, portanto, centralizada sob a autoridade do Ministério da Educação e Saúde, que atuava no controle das instituições escolares por meio da Diretoria e das Seções citadas.

No que se refere às atribuições conferidas aos inspetores de ensino, ressalto que não sofreram modificações expressivas. Nesta nova divisão, à Seção de Inspeção caberia organizar os trabalhos de inspeção, alocando inspetores, orientando suas atribuições e fiscalizando seu trabalho (art. 9º), enquanto a Seção de Fiscalização Escolar deveria inspecionar e validar as documentações expedidas e arquivadas nas instituições escolares (art. 7º).

As transformações mais expressivas na inspeção escolar durante o período Liberal-Democrático vieram a partir de 1954, com a publicação de três portarias do Ministério da Educação e Cultura⁹⁹ que mais tarde culminaram no Decreto nº 40.050¹⁰⁰ (de 29/09/1956) e alteraram as estruturas administrativas da inspeção escolar nas instituições de fiscalização federal.

Vale ressaltar que as três portarias utilizadas foram localizadas no arquivo do Colégio Santo Antônio, junto ao Relatório de Inspeção de 1954. Trata-se da Portaria n.º 134 (de 25/02/1954) que descentralizou a inspeção do Ensino Secundário e criou as Inspetorias Seccionais; a Portaria n.º 318 (de 05/04/1954), que explicitou mais detalhadamente as novas divisões administrativas e apresentou minuciosamente as funções de cada nova instância da

⁹⁸ BRASIL. Decreto nº 20.302, de 2 de janeiro de 1946. *Aprova os Regimentos das Diretorias do Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde*. Disponível em: <https://zt.ms/eigG>. Acesso em: 20 fev. 2025.

⁹⁹ Em 1953 foi criado o Ministério da Saúde, pela promulgação da Lei nº 1.920 (25/07/1953). Com isso, ocorreu a alteração do nome do Ministério da Educação e Saúde – MES para Ministério da Educação e Cultura – MEC.

¹⁰⁰ BRASIL. Decreto nº 40.050, de 29 de janeiro de 1956. *Aprova o regimento da Diretoria do Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Cultura*. Disponível em <https://zt.ms/3Qqj>. Acesso em: 20 fev. 2025.

inspeção; e a Portaria n.º 858 (de 08/10/1954), que apresentou as inspetorias seccionais criadas, bem como o corpo técnico que nelas passaram a atuar. Além disso, destaco que foram encontradas anexas às portarias citadas uma correspondência do Diretor do Ensino Secundário, Armando Hildebrand, ao inspetor do Colégio Santo Antônio, explicando a nova estrutura de inspeção ao qual o colégio passou a estar submetido e outra carta do mesmo diretor ao Ministro da Educação, justificando o projeto de descentralização da inspeção. Todos os citados documentos estão sendo usados no presente trabalho.

Como primeira ação de descentralização administrativa da inspeção, foi publicada a Portaria n.º 134 (de 25/02/1954), que baseada “nos termos do art. 94 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, resolve (...) descentralizar os serviços de inspeção do ensino secundário”, a fim de “torná-los mais atuantes, sem prejuízos da unidade de orientação”. Assim, “fica a Diretoria do Ensino Secundário, com sede no Distrito Federal, nas Capitais dos Estados ou em cidades que, pela sua posição geográfica, foram consideradas pontos de mais fácil e rápido acesso para os municípios que constituírem a respectiva área de inspeção” (Portaria n.º 134, de 25/05/1954). Às novas Inspetorias Seccionais caberia orientar e coordenar o serviço de inspeção nas instituições de ensino secundário sob sua jurisdição, se submetendo às determinações da Diretoria do Ensino Secundário e do Ministério da Educação e Cultura (art. 2º). Criou-se, com isso, os cargos de inspetor seccional, que presidia a Inspetoria Seccional, inspetor assistente e inspetor itinerante, que nesse período existia apenas nos quadros de inspeção estadual. Ao inspetor seccional caberia organizar todo o plano de trabalho de inspeção sob sua jurisdição, bem como o acompanhamento e a fiscalização do trabalho dos inspetores de ensino e a avaliação de seus respectivos relatórios (art. 6º).

Em correspondência ao Ministro da Educação e Cultura, o Diretor do Ensino Secundário Armando Hildebrand defende a descentralização da inspeção escolar, afirmando que “há uma centralização excessiva, para não dizer absoluta, dos trabalhos”¹⁰¹. Assim, destaca que todo problema enfrentado pelos inspetores de ensino, por mais rotineiro que fosse, era encaminhado direto à análise da Diretoria do Ensino Secundário, situação que “provoca o atraso na execução de muitas tarefas, a demora na solução de casos que exigem solução rápida e impede que a Diretoria, por falta absoluta de tempo, se dedique a problemas que são de sua exclusiva competência”. A descentralização apresentava-se, portanto, como indispensável, “desafogando seções da DES de encargos pesadíssimos quanto ao volume, mas

¹⁰¹ Todos os trechos citados integram a correspondência de Armando Hildebrand, Diretor do Ensino Secundário ao Ministro da Educação e Cultura, 17/12/1953. In: Relatório de Inspeção de 1954, n.p.

de expressão reduzida quanto ao mérito”. Para empenhar tal medida, o diretor propunha a instalação de Inspetorias Seccionais, que ficariam responsáveis por cerca de cinquenta instituições de ensino secundário e comandaria em média 30 inspetores, conseguindo, assim “descentralizar os trabalhos e tornar a inspeção mais atuante”. Essa reformulação possibilitaria a expansão do alcance da Diretoria sobre o ensino secundário, por meio da ação de “elementos de sua confiança, integrados no movimento da recuperação do ensino secundário, capazes de exercer atribuições de supervisão e orientação dos trabalhos de inspeção”. Em outros termos, a descentralização da inspeção nas instituições sob fiscalização federal proporcionaria “ao corpo de inspetores a flexibilidade indispensável para que se transforme em organismo ativo, capaz de exercer, ao lado de encargos administrativos e ação fiscalizadora, funções próprias de orientadores”, possibilitando-os a oferecer a devida “assistência técnica no sentido de elevar, cada vez mais, o nível de ensino ministrado em cada unidade escolar”. Nesse sentido, além de desafogar o serviço de inspeção na Diretoria do Ensino Secundário, a reestruturação proposta visava também superar a inspeção meramente administrativa e burocrática que marca o serviço nas instituições de ensino secundário, conferindo maior importância às questões de cunho pedagógico. Nos termos do diretor:

É forçoso reconhecer que o atual sistema de inspeção não atende a essa determinação legal. Na verdade, o inspetor vem realizando exclusivamente tarefas de caráter burocrático, cuja principal finalidade é garantir que os atos de rotina da vida escolar se revistam das formalidades regulamentares. Sua ação não se faz naquela parte que deverá merecer sua melhor atenção – a resistência técnica e a orientação pedagógica¹⁰²

A transformação na inspeção escolar seria relevante, na perspectiva do diretor, considerando ser o inspetor de ensino “uma das forças capazes de contribuir eficazmente no sentido de obter maior e melhor rendimento da nossa rede de estabelecimentos de ensino secundário, integrada por elevado número de escolas particulares (80% do total)”.

Em correspondência do mesmo diretor ao inspetor de ensino do Colégio Santo Antônio, na qual apresenta a nova estrutura de inspeção já aprovada, é ressaltado que “a descentralização dos serviços de inspeção, que se dá com a nova estruturação, investirá o inspetor, em geral, e a Inspetoria Seccional, em particular, de uma redobrada autoridade”¹⁰³.

¹⁰² Correspondência... (In: Relatório de Inspeção CSA, 1954, n.p.)

¹⁰³ Correspondência do Diretor do Ensino Secundário ao inspetor do Colégio Santo Antônio, 08/10/1954. (In: Relatório de Inspeção CSA, 1954, n.p.)

Após toda a definição das atribuições dos inspetores seccionais, assistentes e itinerantes, apresentadas na Portaria n.º 318 (de 05/04/1954), que complementam as determinações apresentadas pela portaria anterior, passa-se à implantação das Inspetorias Seccionais, que se consolidam com a Portaria n.º 858 (de 08/10/1954). Enfatizando a esfera estadual, destaco que em Minas Gerais foram criadas cinco Inspetorias Seccionais, sediadas em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Varginha, Guaxupé e Uberaba¹⁰⁴. A cidade de São João del-Rei e, conseqüentemente, o Colégio Santo Antônio e o Colégio Nossa Senhora das Dores, ficaram submetidos à jurisdição da Inspetoria Seccional de Juiz de Fora, composta por um inspetor seccional, um inspetor assistente, dois inspetores itinerantes e quarenta inspetores federais (art. 4º).

A nova organização da inspeção federal não sofreu alterações significativas nos anos que se seguiram às portarias apresentadas e ao Decreto n.º 40.050 (de 29/09/1956), que reuniu as disposições do Regulamento do Ensino Secundário anterior com as portarias de reorganização do serviço de inspeção. Desse modo, até o início da década de 1960, a inspeção sobre os ensinos primário e normal continuou sob a responsabilidade dos estados, enquanto a fiscalização do ensino secundário manteve-se sob o controle do governo federal, organizado por meio das Inspetorias Seccionais. Apenas em 1961, com a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, materializada pela Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961¹⁰⁵, é que o serviço de inspeção, tal como todo o sistema educacional nacional, sofreu transformações significativas.

Vale ressaltar que a preocupação com o estabelecimento de bases para a educação já se mostrava presente na Constituição de 1946, registrando ser competência da União legislar sobre as diretrizes da educação nacional (art. 15, XV, d). Segundo Palma Filho (2005a, p.17), a fim de cumprir a determinação constitucional, o Ministro da Educação do governo Dutra, Clemente Mariani, enviou em 1948 ao Congresso Nacional o projeto de lei de Diretrizes e Bases Educacional, que teve sua aprovação efetivada apenas treze anos depois, no ano de 1961. Para o autor, a demora na tramitação da proposta indica, inicialmente, uma “clara demonstração de que educação não é uma questão que prioritariamente preocupasse a classe política” (Palma Filho, 2005b, p.9). Em 1952 o projeto voltou à pauta, sendo marcantes as discordâncias em torno de sua proposta de descentralização educacional, vista com resistência

¹⁰⁴ Foram mantidas as estruturas das Inspetorias Seccionais no Decreto n.º 40.050 (de 29/09/1956), com a pequena alteração de sede da Inspetoria de Varginha para a cidade de Três Corações (art. 12).

¹⁰⁵ BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <https://zt.ms/zFuf>. Acesso em 20 fev. 2025.

por políticos como o deputado Gustavo Capanema, defensor da centralização em nível federal.

Para além dessa questão, é importante frisar que os debates em torno da tramitação do projeto foram marcados pelos embates já presentes no campo educacional brasileiro desde a década de 1930, entre escolanovistas e católicos. Para Amador (2005, p.3), “as disputas ideológicas ocorridas durante o período de debates estarão diretamente vinculadas às relações econômicas e políticas em evidência na época”. Assim, de um lado os intelectuais da Escola Nova defendiam a educação pública, gratuita, laica e sob a responsabilidade do Estado, enquanto os católicos, representados por políticos como o udenista Carlos Lacerda, professavam em favor do ensino privado, alegando lutar pela “liberdade de ensino”.

Enfim, após anos de embates, o projeto foi aprovado “prevalecendo um posicionamento conciliador” (Palma Filho, 2005b, p.11) entre os defensores da escola pública e os privatistas, estabelecendo a cooperação financeira entre União, estados, municípios e ensino privado. Ficou determinado que este, em especial, poderia receber recursos da União a partir da criação de mecanismos de ofertas de bolsas de estudos para alunos carentes em instituições de ensino particulares (Amador, 2005, p.8). Além disso, determinou-se a presença privatista dentro dos Conselhos Estaduais de Educação, que ganharam força significativa com a descentralização do sistema de ensino implantado pela lei (Palma Filho, 2005b, p.11). Para Amador (2005):

Desta forma, a Lei 4.024/61, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República, irá apresentar características bastante liberais, determinando com isso vitória das forças privatistas. Mas, também saem vencedores os defensores da escola pública se for considerada a correlação de forças que compunham o Congresso Nacional na época. Assim, a primeira LDB contemplou interesses privados e garantiu de acordo com a representação política do Congresso, a escola pública para o povo naquele momento. (Amador, 2005, p.8).

Desse modo, vale destacar que o resultado da LDB/61 não favoreceu apenas os privatistas, considerando a garantia da responsabilidade do poder público em relação às diretrizes, à fiscalização e ao financiamento da educação, criando dessa maneira condições para o avanço da democratização da educação. Nos termos de Dallabrida, Trevizoli, Vieira (2013):

A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 provocou a democratização do Ensino Secundário no país, possibilitando uma educação de cunho especializado a

partir da efetivação de uma cultura escolar e de um currículo voltado à grande parte da população, especialmente ao ciclo ginasial – fato que foi favorável aos interesses das classes populares que até então fazia-se pouco presentes nesse nível de ensino, tendo em vista que almejavam a partir da escolarização a obtenção de uma formação para o trabalho, antes não oferecida no ensino secundário devido ao seu foco nas humanidades. (Dallabrida, Trevizoli, Vieira, 2013, p.11-12).

A LDB/61 estabeleceu as bases, em um só documento, de todas as etapas da educação nacional, do infantil ao superior, reorganizando sua administração, financiamento, duração e currículo. Assim, estabeleceu o grau primário de ensino, composto pelas etapas do jardim de infância e ensino primário, este de frequência obrigatória e sob a competência de estados e municípios (Brasil, 1961, p.4-5). Segue-se pelo grau médio, composto pelo curso ginasial e colegial, que passou a agregar os antigos ensinos secundário, técnico e normal, podendo estar sob a jurisdição estadual ou federal, a depender da instituição (Brasil, 1961, p.5-8). Por fim, o grau superior, composto pela graduação, pós-graduação e especialização, sob a jurisdição federal (Brasil, 1961, p.9-11).

No que se refere à inspeção escolar, a LDB/61 determinou que a fiscalização dependeria do sistema de ensino ao qual a instituição escolar estivesse submetida, especialmente no que se refere ao nível médio. Segundo o documento, em seu artigo 16, “é da competência dos Estados e do Distrito Federal autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencentes à União, bem como reconhecê-los e inspecioná-los” (Brasil, 1961, p.3). E complementa, em seu artigo 109, que “enquanto os estados e o Distrito Federal não organizarem o ensino médio de acordo com esta lei, as respectivas escolas continuarão subordinadas à fiscalização federal” (Brasil, 1961, p.15). Para as instituições particulares deste nível de ensino, determina, em seu artigo 110, que “pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data da vigência desta lei, os estabelecimentos particulares de ensino médio terão direito de opção, entre os sistemas de ensino federal e estadual, para fins de reconhecimento e fiscalização” (Brasil, 1961, p.15).

Os trechos apresentados demonstram uma retração da administração e, especialmente, da inspeção escolar da União sobre o antigo ensino secundário, renomeado de ensino médio, abrindo espaço para o controle dos estados sobre esse nível de ensino. Assim, o processo de descentralização da inspeção, que se iniciou com a criação das Inspetorias Seccionais em 1954, se consolidou com a LDB/61, a partir de um avanço da estadualização desse nível de ensino. Dessa forma, percebe-se que nos anos que se seguiram à publicação desse documento se estabeleceu o objetivo de manter sob a jurisdição federal apenas a coordenação do ensino

superior. Para Boaventura (1996, p.196), a LDB/61 “permitiu a descentralização da educação da esfera federal para a estadual, com a institucionalização dos sistemas de ensino e recreação dos Conselhos de Educação com funções normativas”.

Vale destacar que parte significativa desse formato descentralizado, empreendido pela lei de 1961, mantém suas estruturas até a atualidade, conferindo aos estados e municípios a administração e fiscalização da educação básica, que engloba desde o ensino infantil até o ensino médio.

Ressalto que o capítulo apresentado buscou traçar um panorama geral da inspeção escolar, tomando como a perspectiva histórica do avanço de sua profissionalização, ainda na Primeira República, e as diferentes funcionalidades assumidas no decorrer do processo de transformação da educação nacional. Nesse sentido, acredito ter sido possível perceber que as demandas sobre a atuação dos inspetores de ensino eram adequadas segundo as necessidades e intenções de intervenção dos governos sobre a educação. Assim, regimes autoritários, como o Estado Novo de Vargas, impunham uma centralização administrativa extremamente burocratizada às instituições escolares, atribuindo ao inspetor a função de acompanhar minuciosamente o funcionamento da vida escolar. Nesse período, cada demanda emergida das escolas, por mais rotineiras que pudessem ser, deveriam ser remetidas e orientadas diretamente por seções do Ministério da Educação e Saúde. Porém, com o alvorecer democrático de 1946, a necessidade de controle excessivo e burocratização autoritária perdeu relevância, de tal modo que já em 1948 o Ministro da Educação Clemente Mariani enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que tinha como marca fundamental a descentralização do sistema educacional, com marcante fortalecimento dos Conselhos Estaduais de Educação (Palma Filho, 2005a, p.18).

Por fim, desejo destacar que historicamente a função de inspetor de ensino esteve imbricada de forma significativa nos quadros da hierarquia administrativa dos sistemas educacionais, seja em nível estadual ou federal. Desse modo, seria impossível para mim compreender o real impacto das ações e intervenções destes agentes nos colégios estudados sem, por outro lado, estar ciente das legislações que deveriam reger suas atividades profissionais. Portanto, passo, a partir de agora, a voltar meu olhar e minha atenção ao Colégio Nossa Senhora das Dores e ao Colégio Santo Antônio, buscando perceber até que ponto as diversas determinações oficiais impostas ao longo do tempo alcançaram (ou não) de fato o cotidiano vivenciado dentro dos muros escolares.

4 A INSPEÇÃO ESCOLAR NOS COLÉGIOS SANTO ANTÔNIO E NOSSA SENHORA DAS DORES

Compreendido o processo de desenvolvimento institucional da função de inspetor escolar, por meio da análise minuciosa das legislações educacionais estadual e federal, passo, a partir de agora, a voltar meus olhares ao trabalho realizado por esses agentes dentro do Colégio Santo Antônio e do Colégio Nossa Senhora das Dores, de São João del-Rei¹⁰⁶. Como já mencionado, busco, neste capítulo, responder à questão central que orientou até aqui meus caminhos na pesquisa, relacionada à necessidade de compreender as nuances da inspeção no cotidiano escolar a fim de alcançar a dinâmica adotada por estes profissionais no processo educacional dos períodos históricos estudados.

Para tal, vale lembrar que na presente pesquisa, trabalho com duas modalidades distintas de inspeção escolar, que se adequam aos cursos oferecidos nas duas instituições de ensino. Assim, o Colégio Santo Antônio foi submetido, durante todo o período estudado, à inspeção federal, responsável pela fiscalização dos cursos ginásial e colegial oferecidos pela instituição. Por outro lado, o Colégio Nossa Senhora das Dores ofereceu diferentes níveis de ensino, com destaque para o curso normal (denominado Curso de Formação de Professores, a partir de 1946), sob inspeção estadual, e o curso ginásial (a partir de 1940), sob inspeção federal. Portanto, vale destacar que, durante o período estudado, o Colégio Nossa Senhora das Dores foi acompanhado paralelamente por diferentes inspetores dos dois níveis da organização administrativa escolar. Devido a isso, a análise da inspeção na instituição das vicentinas será realizada considerando separadamente a fiscalização estadual e federal.

4.1 OS INSPETORES E INSPETORAS DE ENSINO DO COLÉGIO SANTO ANTÔNIO E DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES: APONTAMENTOS GERAIS

Em primeiro momento, apresento dois quadros com a lista de todos os inspetores escolares que visitaram regularmente os colégios durante o período estudado. O primeiro contém, separadamente, a lista dos inspetores e inspetoras que atuaram no Colégio Nossa

¹⁰⁶ Os dados e informações apresentadas foram baseadas na consulta de diversas fontes, com destaque para: **Colégio Nossa Senhora das Dores** – Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1905-1973), Termos de Fiscalização do Centro de Saúde (1940-1941), Termos de Visita e Fiscalização do Curso Ginásial (1940-1954 | 1955-1977) e Termos de Visita e Fiscalização do Curso Normal/Formação de Professores (1919-1939 | 1940-1949 | 1950-1977). Do **Colégio Santo Antônio**—21 Relatórios de Inspeção Anuais (de 1927 a 1969), Termos de Fiscalização do Centro de Saúde (1940-1941) e Termos de Visita e Fiscalização (1955-1977).

Senhora das Dores, destacando a modalidade de inspeção, enquanto o segundo apresenta a listagem referente à fiscalização federal no Colégio Santo Antônio. Os quadros permitem, em especial, compreender a circulação de inspetores que ocorreu entre as instituições ao longo do tempo.

Quadro 4 – Inspetores regulares do Colégio Nossa Senhora das Dores (1937-1964)

LISTA DE INSPETORES REGULARES DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES (1937-1964)		
Ano	Inspeção Estadual	Inspeção Federal
1937	Maria de Lourdes Pereira da Silva	-
1938	Eloy Reis	-
1939	Eloy Reis	-
1940	Eloy Reis	Mário de Castro Cunha
1941	Eloy Reis Mozart Novais	Mário de Castro Cunha
1942	José Américo da Costa Maria da Conceição Guimarães	José Antônio de Carvalho
1943	Carlota Ephigênia de Carvalho	José Antônio de Carvalho
1944	Carlota Ephigênia de Carvalho	José Antônio de Carvalho
1945	Carlota Ephigênia de Carvalho	José Antônio de Carvalho
1946	Carlota Ephigênia de Carvalho	Mário de Castro Cunha
1947	Carlota Ephigênia de Carvalho	Mário de Castro Cunha
1948	Carlota Ephigênia de Carvalho	Mário de Castro Cunha
1949	Carlota Ephigênia de Carvalho	Mário de Castro Cunha
1950	Carlota Ephigênia de Carvalho	Mário de Castro Cunha
1951	Carlota Ephigênia de Carvalho	Mário de Castro Cunha
1952	Carlota Ephigênia de Carvalho	Mário de Castro Cunha
1953	Carlota Ephigênia de Carvalho	Mário de Castro Cunha
1954	Carlota Ephigênia de Carvalho	José Antônio de Carvalho
1955	Carlota Ephigênia de Carvalho	José Antônio de Carvalho
1956	Carlota Ephigênia de Carvalho	José Antônio de Carvalho
1957	Carlota Ephigênia de Carvalho	José Antônio de Carvalho
1958	Carlota Ephigênia de Carvalho	José Antônio de Carvalho
1959	Carlota Ephigênia de Carvalho	José Antônio de Carvalho Altivo de Lemos Sette Câmara
1960	Carlota Ephigênia de Carvalho	Altivo de Lemos Sette Câmara
1961	Carlota Ephigênia de Carvalho	Altivo de Lemos Sette Câmara
1962	Carlota Ephigênia de Carvalho	Altivo de Lemos Sette Câmara

1963	Carlota Ephigênia de Carvalho	Altivo de Lemos Sette Câmara
1964	Carlota Ephigênia de Carvalho	Altivo de Lemos Sette Câmara

Fonte: Livros de Termo de Visita e Fiscalização (1919-1939 | 1940-1954 | 1955-1977) e Livro de Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1905-1973).

Quadro 5 – Inspetores regulares do Colégio Santo Antônio (1937-1964)

LISTA DE INSPETORES REGULARES DO COLÉGIO SANTO ANTÔNIO (1937-1964)	
Ano	Inspetor
1937	Mário de Castro Cunha
1938	Mário de Castro Cunha
1939	José Antônio de Carvalho
1940	José Antônio de Carvalho
1941	José Antônio de Carvalho Mário de Castro Cunha
1942	José Antônio de Carvalho Mário de Castro Cunha
1943	Mário de Castro Cunha Anuar Fares Menhem
1944	Mário de Castro Cunha Anuar Fares Menhem
1945	Mário de Castro Cunha Anuar Fares Menhem
1946	José Antônio de Carvalho Anuar Fares Menhem
1947	José Antônio de Carvalho Osvaldo Mendes Ferreira Mário de Castro Cunha
1948	José Antônio de Carvalho Mário de Castro Cunha
1949	José Antônio de Carvalho Mário de Castro Cunha
1950	José Antônio de Carvalho
1951	José Antônio de Carvalho
1952	José Antônio de Carvalho
1953	José Antônio de Carvalho
1954	Mário de Castro Cunha
1955	Mário de Castro Cunha Altivo de Lemos Sette Câmara

1956	José Antônio de Carvalho Altivo de Lemos Sette Câmara Mário de Castro Cunha
1957	José Antônio de Carvalho Altivo de Lemos Sette Câmara
1958	Altivo de Lemos Sette Câmara Mário de Castro Cunha José Antônio de Carvalho
1959	Altivo de Lemos Sette Câmara Mário de Castro Cunha
1960	Altivo de Lemos Sette Câmara
1961	Altivo de Lemos Sette Câmara
1962	Altivo de Lemos Sette Câmara
1963	Altivo de Lemos Sette Câmara
1964	Altivo de Lemos Sette Câmara

Fonte: Relatórios de Inspeção (1937-1964) e Livro de Termos de Visita e Fiscalização (1955-1972)

Enfatizando inicialmente a inspeção federal que ocorreu nas duas instituições escolares, vale considerar que, com exceção de 1959, no período analisado a inspeção federal no Colégio Nossa Senhora das Dores foi realizada por um único profissional, enquanto no Colégio Santo Antônio, durante a década de 1940 e parte significativa dos anos de 1950 a inspeção foi exercida sempre por dois ou mais inspetores. Tal particularidade pode ser explicada pelo fato de o Colégio Santo Antônio ter oferecido durante relevante período os dois ciclos do ensino secundário (ginasial e colegial), ambos submetidos à inspeção federal enquanto o Colégio Nossa Senhora das Dores ofereceu apenas o curso ginasial. Devido a isso, o número de turmas e, conseqüentemente, alunos submetidos a essa modalidade de inspeção foi maior na instituição franciscana, exigindo, assim, um marcante acompanhamento da inspeção escolar¹⁰⁷.

Outro elemento interessante observado refere-se à intensa circulação de dois inspetores de ensino entre as instituições estudadas. Desse modo, os inspetores federais Mário de Castro Cunha e José Antônio de Carvalho tiveram longas carreiras na função, atuando nas instituições, de modo geral, entre os anos 1937 e 1959, quando foram substituídos pelo inspetor Altivo de Lemos Sette Câmara. Nesse longo período, foi comum tanto trabalharem

¹⁰⁷ Vale lembrar, com base nos quadros de matrículas apresentados em capítulo anterior da presente pesquisa, que a média de matrículas no curso secundário do Colégio Nossa Senhora das Dores esteve em 285 alunas anualmente, enquanto no Colégio Santo Antônio, a média de matrícula da mesma modalidade de ensino foi de 320 alunos por ano.

em conjunto na mesma instituição quanto separadamente, em muitos momentos alternando de um colégio para o outro. Isso pode indicar, entre outras coisas, que a função de inspeção escolar foi efetivamente adotando, ao longo do tempo, um caráter de profissionalização e estabilidade, tal como definido em diversas legislações trabalhadas do capítulo anterior. Vale reconhecer que não foram encontradas em nenhuma fonte consultada referências ao caráter do vínculo dos profissionais citados, porém, é possível presumir com base na estabilidade que apresentaram no exercício de suas funções, que consistiam em servidores efetivos.

Desde a Primeira República observou-se nas legislações que trataram da inspeção escolar marcante preocupação em tornar o cargo cada vez mais profissional, exigindo aos candidatos, por exemplo, experiência comprovada no ensino estadual e diplomação de curso especial pela Escola de Aperfeiçoamento (Minas Gerais, 1927, p.1162). Além disso, é possível observar o empenho em integrar a função ao quadro de pessoal efetivo tanto em nível estadual quanto federal, especialmente a partir da década de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Tal prerrogativa aparece em diferentes legislações do início do governo Vargas, com destaque para o já citado Decreto n.º 21.241 (de 04/04/1932), que determina em seu art. 73 que “o provimento no cargo de inspetor de estabelecimento de ensino será feito mediante concurso de provas” (Brasil, 1932, p.12). Do mesmo modo, em nível estadual, tal preocupação aparece no também citado Decreto n.º 10.362 (de 31/05/1932), que orienta em seu art. 6º que o preenchimento do cargo de inspetor e assistente técnico de inspeção deveria ser realizado pelos “candidatos classificados em até 10º lugar em concurso aberto pela Secretaria de Educação aprovados no curso especial que for criado, com validade de dois anos” (Minas Gerais, 1932, p.3). Além disso, o mesmo artigo autoriza a nomeação de professores que finalizaram curso específico na Escola de Aperfeiçoamento e com comprovação de experiência no campo educacional (Minas Gerais, 1932, p.2-3).

Porém, apesar da preocupação em definir nas legislações citadas os parâmetros para a efetivação de concurso para a inspeção de ensino, a bibliografia consultada aponta que a realização de tal planejamento foi marcada por dificuldades e questionamentos. Para citar um exemplo dos problemas na execução do primeiro concurso para inspetores federais, utilizo a pesquisa realizada por Silva (2024) com ampla utilização de artigos publicados na imprensa carioca no ano de 1933. Segundo a autora, o primeiro concurso para provimento do cargo de inspetor escolar foi marcado por conflitos e críticas ao governo.

Inicialmente, Silva (2024) apresenta que a decisão em integrar inspetores mediante prova de concurso foi uma medida amplamente elogiada pela Associação Brasileira de Educação, que “aprovou em moção unânime aplausos ao ato do governo provisório, mandando submeter, imediatamente concurso na forma da lei, de inspetores de ensino secundário” (Silva, 2024, p.10). Do mesmo modo, o anúncio gerou grande entusiasmo em grupos de educadores, que se viram empenhados aos estudos para alcançar a devida aprovação. Porém, o concurso não se efetivou como planejado, tendo sido adiado inúmeras vezes e executado sem a devida transparência, gerando grande frustração e descontentamento, como indica o relato de Paschoal Lemme, utilizado pela autora:

Nunca chegamos a saber exatamente por que tal providência não chegou a se concretizar, mas apenas veio ao nosso conhecimento que alguns dos inspetores que já exerciam o cargo interinamente tinham sido efetivados, mediante prestação de provas de caráter interno (...). Decepcionados com a ocorrência, pois já tínhamos começado a nos preparar para a eventualidade da realização do concurso, tivemos que aguardar outra oportunidade (Lemme *apud* Silva, 2024, p.11).

Uma justificativa para o atraso na execução do concurso foi publicada no *Diário Carioca* em janeiro de 1933 e destaca que “injustiças políticas do momento obrigaram o governo provisório a nomear em comissão os inspetores, sob promessa de que dentro em breve seria aberto concurso”¹⁰⁸. E continua, “com a saída do sr. Francisco Campos e com a Revolução de São Paulo, o concurso foi protelado. Já tinha sido anteriormente prorrogado o prazo da inscrição. Fala-se, agora, na sua realização em março vindouro”¹⁰⁹. Além disso, vale registrar que “entre os próprios inspetores em comissão existem 250 inscritos, muitos aguardando ansiosamente o concurso para se tornarem efetivos”¹¹⁰.

Foi um período em que muitos candidatos ao concurso utilizaram a imprensa carioca para questionar os diversos atrasos, chegando a formar comissões de inscritos que se articularam para exigir soluções ao governo. Por outro lado, a imprensa também publicou a defesa dos inspetores contratados, questionando a destinação que seria dada a estes profissionais após a realização do concurso, que “por circunstâncias compreensíveis, não desejaram inscrever-se a uma prova que eles julgam exigíveis apenas àqueles que pretendem futuras vagas”. E continua, “nomeados em comissão tais funcionários não têm direito a

¹⁰⁸ O concurso para inspetor de ensino secundário. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, n. 01371, p. 6, 23 jan. 1933b. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 30 out. 2021 (*apud* Silva, 2024, p11).

¹⁰⁹ O concurso para inspetor de ensino secundário. *Diário Carioca*, 1933 (*apud* Silva, 2024, p11).

¹¹⁰ O concurso para inspetor de ensino secundário. *Diário Carioca*, 1933 (*apud* Silva, 2024, p11).

qualquer garantia de efetividade. Por que, porém, tal hostilidade a uma classe, em cujo seio brilham nomes como o de Alberto de Oliveira e Humberto de Campos?”¹¹¹.

Após diversos adiamentos, o concurso foi realizado no Instituto de Educação, no dia 10 março de 1933 de forma bastante controversa. Segundo registro publicado no jornal O Correio da Manhã e citado pela autora, “estavam inscritos 127 candidatos e na hora da chamada ouviram-se diversos protestos dos que não se conformaram com as alterações radicais que à última hora sofreu a lei reguladora do concurso”, assim, ao fim da chamada, “apenas 37 inscritos aceitaram o afastamento das garantias asseguradas pelo primitivo regulamento”¹¹².

A autora ressalta que, apesar da execução do controverso concurso, não houve dispensa dos inspetores anteriormente contratados, já que, com a divulgação do resultado ficou comprovada a aprovação apenas de 17 candidatos, sendo este número evidentemente insuficiente para suprir toda a demanda do serviço de inspeção federal (Silva, 2024, p.13).

Retomando à análise dos quadros de inspetores apresentados, volto minha atenção à inspeção estadual, cuja principal marca foi a atuação de mulheres no cargo de inspeção escolar. Inicialmente, é possível observar certa rotatividade na função, que conta com cinco inspetores(as) atuando entre o período de 1937 e 1942. A partir de 1943, no entanto, a inspetora Carlota Ephigênia de Carvalho assumiu a função, mantendo-se no cargo até 1969¹¹³. Do mesmo modo que foi observado na inspeção federal, a profissional atuou com significativa estabilidade, apesar de não terem sido localizados registros que atestassem a modalidade de vínculo empregatício com a Secretaria Estadual de Educação.

É interessante considerar a expressiva presença feminina na inspeção escolar estadual realizada no Colégio Nossa Senhora das Dores, enfatizando que durante todo o recorte temporal estabelecido, apenas três homens atuaram como inspetores do curso normal. Tal elemento é emblemático ao se considerar o contexto histórico, no qual a educação feminina visava, fundamentalmente, preparar as meninas para a vida doméstica e materna, pautada por forte teor religioso e moralizante (Vargas, 2018, p.20).

¹¹¹ O estranho caso do concurso para inspetores de ensino secundário. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 938, p. 6, 20 jan. 1933. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 31 jan. 2022 (*apud* Silva, 2024, p.12).

¹¹² O concurso para inspetor de Ensino Secundário. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, n. 11738, p. 3, 11 mar. 1933a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital> Acesso em: 31 jan. 2022 (*apud* Silva, 2024, p.12-13).

¹¹³ In: Livros de Termo de Visita e Fiscalização CNSD (1955-1977)

Contudo, vale ressaltar com Azevedo; Ferreira (2006) que, apesar das restrições ideológicas e materiais que circundavam a educação feminina, as mulheres do início do século XX buscaram espaços para a consolidação de sua escolarização. Nesse quadro, a docência consistiu importante caminho para a possibilidade de instrução e construção de suas próprias carreiras profissionais. Para Vargas (2018), a expansão do ensino normal foi fundamental, já que tais instituições “representaram uma possibilidade de trabalho para as mulheres. Os discursos que associavam o magistério a uma atividade de amor e doação, a partir da qual cada aluno é visto como um filho acabou por justificar e legitimar a entrada das mulheres nas escolas” (Vargas, 2018, p.22). Por trás do discurso da formação da “professora-mãe” (Abrás, 2010), abrigava-se a oportunidade da almejada escolarização. Para Azevedo, Ferreira (2006):

É possível supor que a identificação entre a mulher e a prática do magistério, em um contexto de explícitos investimentos institucionais e simbólicos dirigidos à Escola Normal, funcionasse como um atrativo crescente e consciente para uma parcela específica da população feminina demandante de educação e profissionalização (Azevedo, Ferreira, 2006, p. 144).

A expansão da escola normal inseriu-se em um contexto de valorização da modernidade, para a qual “as futuras gerações de mulheres deveriam receber na escola a socialização necessária para se tornarem educadoras sociais” (Azevedo, Ferreira, 2006, p.241). Essa expansão da educação feminina, contudo, era realizada a partir de discursos moralizantes que não confrontavam a sociedade patriarcal do período. De tal modo, a formação feminina, especialmente nas escolas normais, voltava-se à formação de “mães, esposas e/ou trabalhadoras preparadas tanto para conduzirem a administração da vida doméstica, quanto para dirigir a educação escolar, a educação sanitária, a assistência social segundo preceitos técnicos-científicos” (Azevedo, Ferreira, 2006, p.241).

A formação oferecida às alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores nesse período se inseriu nesse contexto e veiculava frequentemente que a educação da instituição se voltava à formação das jovens para serem boas professoras e, conseqüentemente, boas esposas, donas de casa e mães de família¹¹⁴. A seguir apresento duas fontes do Colégio Nossa Senhora das Dores, capazes de auxiliar na reflexão proposta. A primeira se refere a trecho marcante do discurso do Monsenhor José Maria Fernandes, capelão da instituição, em ocasião da

¹¹⁴ Documento intitulado “Fundação do nosso Colégio Nossa Senhora das Dores”, datado de 1898. In: Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1948, p.1).

formatura de turma de normalistas em 1948. Já a segunda é a reprodução de uma fotografia de formandas do Curso de Formação de Professores, já na década de 1950.

Mas quem há a guardar nesta casa? Almas, corações, inteligências. Almas que pertencem a Deus, inteligências que pertencem à sociedade, corações que pertencem à família.

Almas, inteligências, corações envolvidos na matéria dos corpos que pertencem à terra. São essas meninas, alunas do Colégio. O seu corpo é pouco, a sua alma é tudo. Mas para chegar à alma é preciso passar pelo corpo, pela inteligência e pelo coração. É preciso sentir, conhecer e amar, só assim se chegará a possuir o objeto amado – Deus, fonte perene de toda a felicidade. Nesse desenvolvimento lento, prudente e seguro chegarão a constituir famílias cristãs que farão feliz nossa sociedade, merecendo ao final o galardão – prêmio da beatitude eterna.

É preciso formar essas almas, formar essas consciências, plasmar esses corações, dirigir essas vontades, para os bens sobrenaturais e para ideias superiores que não sejam os rastejantes do naturalismo atual. É preciso educá-las na disciplina, sem a qual nada de eficiente se pode fazer, pois os próprios fenômenos econômicos, mecânicos e físicos estão sujeitos às leis disciplinares da natureza.

É preciso ensinar-lhes o respeito aos regulamentos, a obediência às autoridades, o amor ao saber, e, portanto, aos estudos das disciplinas escolares.

É preciso, enfim, inculcar-lhes a necessidade de cumprir o dever até nas pequeninas coisas e fazer-lhes sentir a satisfação do dever cumprido. Apresentar-lhes exemplos que levam pela estrada larga das paixões inferiores da natureza é trair a sua missão de educador, é ser apóstolo fariseu e vendilhão interesseiro do que pertence só a Jesus¹¹⁵.

Na imagem apresentada a seguir, as alunas estão organizadas em pé na escadaria principal do Colégio, trajando seus uniformes de gala e divididas entre semblantes sérios e sorridentes. À frente, austeros e sentados, encontram-se duas professoras vicentinas e o professor da instituição, provavelmente paraninfo da turma. A imagem tem caráter institucional e busca assinalar a representação da ordem, da disciplina, do pudor e da boa educação oferecida à juventude feminina de classes médias e abastadas da cidade de São João del-Rei.

¹¹⁵ In: Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1905-1973, fl. 30-30-verso)

Figura 23 – Formandas do Curso de Formação de Professores do Colégio Nossa Senhora das Dores (Década de 1950)



Fonte: Acervo do Colégio Nossa Senhora das Dores (Década de 1950).

Porém, apesar do discurso direcionado fortemente a formação da esposa e mãe, ao longo do tempo, o Colégio Nossa Senhora Dores viu retornar aos seus corredores e salas de aula, diversas ex-alunas que consolidaram suas carreiras como trabalhadoras da educação. Uma dessas ex-alunas foi Carlota Ephigênia de Carvalho, que, após anos de sua formatura como normalista na instituição, assumiu os cargos de professora primária do Curso Anexo do Colégio Nossa Senhora das Dores e, posteriormente, inspetora de ensino vinculada à Secretaria Estadual de Educação, função na qual atuou por mais de vinte anos.

Assim, corroboro com Azevedo, Ferreira (2006) ao destacar que a escolarização feminina consistiu uma “instância de mediação central entre a família e as transformações culturais, políticas e econômicas que desde o início do século XX marcaram a transição do patriarcalismo rural para a sociedade urbana e industrial no Brasil” (Azevedo, Ferreira, 2006, p.218).

É evidente que tais transformações não ocorreram de forma abrupta ou sem contradições, sendo mantidas as marcantes desigualdades nas relações de gênero durante todo o período estudado, porém é relevante perceber que nesse contexto criaram-se as condições

institucionais – não ilusórias – que permitiram a transformação, no que concerne à participação feminina na esfera pública (Azevedo, Ferreira, 2006, p.234).

4.2 OS INSPETORES DE ENSINO ENTRE INTELECTUAIS, EDUCADORES E POLÍTICOS SÃO-JOANENSES

Durante todo o período de leituras da infinidade de fontes que utilizei na presente pesquisa, um questionamento constantemente me atravessava: quem foram esses sujeitos que atuaram como inspetores e inspetoras de ensino nos colégios estudados? Eram são-joanenses ou advindos de outras cidades? Possuíam vínculos com os agentes escolares submetidos aos seus olhares fiscalizadores? Evidentemente, há diversas dificuldades em responder todas essas perguntas, em especial, ao considerar as tipologias documentais escolhidas por mim para a perseguição aos objetivos propostos.

Porém, destaco que foi possível encontrar indícios muito significativos que responderam, ao menos em parte, alguns desses questionamentos. Esse avanço ocorreu a partir da averiguação, em primeiro momento, das pistas apontadas nas fontes utilizadas e, em especial, da busca por outros conjuntos documentais ou bibliográficos que tratavam, direta ou indiretamente, sobre os inspetores escolares. Adianto, contudo, que não foram localizadas informações sobre todos os inspetores citados anteriormente, e que, mesmo quando localizadas, essas informações apresentaram marcantes desigualdades, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Dito isso, ressalto que, além das fontes das instituições estudadas, foram localizadas informações sobre os inspetores por diferentes meios, com destaque para: *sites* de instituições esportivas, culturais e literárias de São João del-Rei, como a Academia de Letras¹¹⁶, o Instituto Histórico e Geográfico¹¹⁷ e o Athletic Club¹¹⁸; *sites* de instituições públicas da cidade, como a Biblioteca Municipal Baptista Caetano d’Almeida¹¹⁹, o Museu Regional¹²⁰ e a Câmara Municipal de São João del-Rei¹²¹; *sites* e *blogs* de memorialistas da cidade, que se empenham em resgatar documentos e fotografias referentes ao passado são-joanense, com

¹¹⁶ Disponível em: <https://academialetrassjdelrei.org.br/> (Acesso em: 9 abr. 2025).

¹¹⁷ Disponível em: <https://ihgsaojoaodelrei.org.br/> (Acesso em: 9 abr. 2025).

¹¹⁸ Disponível em: <https://athleticclub.com.br/> (Acesso em: 9 abr. 2025).

¹¹⁹ Disponível em: <https://bmsjdr.phl.bib.br/#> (Acesso em: 9 abr. 2025).

¹²⁰ Disponível em: <https://museuregionaldesaojoaodelrei.museus.gov.br/o-museu/> (Acesso em: 9 abr. 2025).

¹²¹ Disponível em: <http://www.camarasaojoaodelrei.mg.gov.br> (Acesso em: 9 abr. 2025).

destaque para *São João del-Rei Transparente*¹²² e o *São João del-Rei Blog*¹²³. Além desses, foi realizada a consulta de algumas edições específicas dos jornais são-joanenses *O Correio*, *Jornal do Comércio* e *A Comunidade*, disponíveis na Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida; e, por fim, livros e dissertações que tratam direta ou indiretamente dos sujeitos pesquisados, em especial Cintra (1982), Albricker (1984), Moreira (2006), Flôres (2007) e Sacramento (2012).

A partir de tais consultas, foi possível identificar interessantes conexões entre inspetores citados nas tabelas e a cidade de São João del-Rei, em seus diferentes meios sociais, culturais e políticos. Deste modo, destaco que os inspetores Eloy Reis, Mozart Novais, Mário de Castro

Figura 24 – Inspetor Eloy Reis (1926)



Fonte: <https://zt.ms/pEt9> Acesso em: 9 abr. 2025.

Cunha, Altivo Sette, José Américo da Costa, José Antônio de Carvalho e a inspetora Carlota Ephigênia de Carvalho, possuíam vínculos com os colégios e com a cidade de São João del-Rei que extrapolavam a função que exerceram enquanto inspetores escolares¹²⁴.

O primeiro inspetor destacado é **Eloy Reis**, nascido em Prados (MG) em 1861, que atuou como inspetor estadual do curso normal do Colégio Nossa Senhora das Dores entre os anos 1938 e 1941. Além dos seus termos de visita longos, com letra quase ilegível, e de seu empenho no acompanhamento das aulas lecionadas pelas Irmãs Vicentinas, Eloy Reis foi médico e político, tendo inclusive rua nomeada em sua homenagem em São João del-Rei. De acordo com Relatório de Inspeção do Colégio Santo Antônio¹²⁵, atuou como médico na instituição na década de

¹²² Disponível em: <https://saojoaodelreitransparente.com.br/> (Acesso em: 9 abr. 2025).

¹²³ Disponível em: <https://saojoaodel-rei.blogspot.com/> (acesso em: 9 abr. 2025).

¹²⁴ É interessante destacar dois outros inspetores que não serão tratados diretamente por terem atuado no Colégio Nossa Senhora das Dores em momentos anteriores ao recorte temporal desta pesquisa. São eles: **Bento Ernesto Júnior**, inspetor entre 1913 e 1927, que foi um importante poeta, musicista, jornalista e escritor, homenageado como patrono da Cadeira n.º 3 da Academia de Letras de São João del-Rei e da Cadeira n.º 83 da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais; e **Beatriz Albergaria**, inspetora entre 1934 e 1935, que além de ter sido diretora por anos no Grupo Escolar Maria Tereza, foi eleita vereadora pela cidade de São João del-Rei. A inspetora chegou a lecionar como professora substituta no Colégio Santo Antônio a partir de 1961. Informações disponíveis em: Relatório de Inspeção, 1961, n.p.; sites da Câmara Municipal de São João del-Rei: <http://www.camarasaojoaodelrei.mg.gov.br/>; Academia de Letras de São João del-Rei: <https://academialetrassjdelrei.org.br/>; e São João del-Rei transparente: <https://saojoaodelreitransparente.com.br/> (Acesso em: 9 abr. 2025).

1920. Além disso, foi político, chefe do Partido Republicano em São João del-Rei, vereador na cidade¹²⁶ e deputado atuante na Assembleia Constituinte de Minas Gerais em 1891¹²⁷. Aparece nas fontes como figura de prestígio na cidade, tendo participado da organização das festividades do cinquentenário da instalação da Estrada de Ferro Oeste de Minas – EFOM em 1931, recebendo visitantes ilustres e discursando em festas e eventos¹²⁸. Além disso, foi presidente do Athletic Club no ano de 1926¹²⁹. Segundo registro, o inspetor faleceu em São João del-Rei no ano de 1942.

Dois anos após a saída de Eloy Reis da inspeção do Colégio Nossa Senhora das Dores, o cargo foi assumido pela inspetora estadual **Carlota Ephigênia de Carvalho**, que atuou na função, ininterruptamente, de 1943 até 1969. É importante ressaltar que não foram localizados registros das atividades exteriores à instituição realizadas pela inspetora, porém foi possível identificar nas fontes do Colégio uma estreita e duradoura relação da profissional com o estabelecimento vicentino. Primeiramente, foram localizadas informação de que Carlota Ephigênia foi normalista do Colégio Nossa Senhora das Dores, chegando, na década de 1960, a ser presidente da Associação de Ex-alunas fundada na instituição¹³⁰. Além disso, aparece nos registros de professoras do educandário já em 1945 e, a partir de 1957, torna-se professora regular das Escolas Reunidas José Rodrigues da Costa, o Curso Anexo ao Colégio Nossa Senhora das Dores¹³¹. É curioso observar que Carlota Ephigênia atuou por longo período como inspetora do Curso Normal/Formação de Professores no Colégio Nossa Senhora das Dores, vinculada à Secretaria Estadual de Minas Gerais, e como professora ligada ao colégio vicentino. Apesar de não ter localizado nenhuma legislação estadual que tratasse especificamente da dupla jornada empenhada por inspetores, há, no Decreto n.º 21.241 (de 04/04/1932), do Ministério da Educação e Saúde Pública, a referência direta ao fato, destacando que, *a priori*, inspetores não poderiam lecionar na instituição em que exercem sua função, salvo autorizações extraordinárias do Departamento Nacional de Educação¹³². É

¹²⁵ Relatórios Gerais (1931, fl.30).

¹²⁶ Disponível em: <https://saojoaodelreitransparente.com.br/> (Acesso em: 9 abr. 2025).

¹²⁷ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/CON/1891/1891/> (Acesso em: 8 abr. 2025).

¹²⁸ Jornal do Comércio, ano IV, 28/08/1981, edição especial, SJDR, p.3.

¹²⁹ Informações extraídas do site oficial do Athletic Club, contando o nome do inspetor na galeria de ex-presidentes da agremiação. Disponível em: <http://athleticclub.com.br/o-clube/historia> (Acesso em: 1 abr. 2025).

¹³⁰ Informações extraídas de: Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1905-1973, p.20).

¹³¹ Informações extraídas de: Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1905-1973, p.27).

¹³² Brasil (1932, p.14).

possível, portanto, que a situação funcional da inspetora siga determinação similar, o que justificaria a possibilidade de sua dupla jornada de trabalho.

A ciência dos diversos vínculos estudantis e funcionais entre a inspetora e o Colégio Nossa Senhora das Dores pode ajudar a compreender o teor dos registros de fiscalização realizados pela profissional em suas visitas, sempre marcados por comentários elogiosos, como é possível observar nos trechos apresentados a seguir:

Assim é que podemos com firmeza assegurar que desta casa sairá apta para lutar por uma Pátria melhor e mais forte esta mesma juventude, este punhado de moças, futuras mães e educadoras do Brasil de amanhã. (...)

Como venho dizendo em termos anteriores, digno de nota o esplêndido ambiente da Escola onde uma perfeita compreensão da enorme responsabilidade que lhes cabe faz dos dirigentes e professores deste estabelecimento de instrução os maiores batalhadores em torno da grande causa da juventude. (...)

É de notar-se o grande empenho na integral formação das jovens futuras educadoras da infância que constituirá o Brasil de amanhã¹³³.

Portanto, a exaltação do estabelecimento e de seu corpo docente, a enorme contribuição da instituição para a formação das futuras mães e educadoras do futuro, o teor cívico (especialmente na Era Vargas) e os raríssimos comentários sobre problemas e irregularidades na execução do programa educacional marcam grande parte dos termos escritos pela inspetora, denotando um alinhamento institucional entre as partes.

Enquanto Carlota Ephigênia foi inspetora do Colégio Nossa Senhora das Dores por 26 anos ininterruptos, outros inspetores tiveram uma atuação curta na instituição, tendo sua carreira profissional vinculada a outros estabelecimentos de ensino da cidade. São os casos dos inspetores Mozart Novais e José Américo da Costa.

Iniciando por **Mozart Novais**, vale destacar que ele foi inspetor estadual na instituição vicentina apenas entre 1941 e 1942, sendo substituído diretamente por Carlota Ephigênia. Posteriormente, chegou a ser paraninfo da turma de formandas do Curso Normal em 1944¹³⁴. Ademais, foram localizadas pouquíssimas informações sobre sua atuação no campo educacional. Contudo, fora dos muros das escolas foi que se destacou sua atuação profissional, em especial, como político e escritor.

¹³³ Atas de Inspeção de 15/03/1944, 28/03/1951 e 27/06/1951, respectivamente. extraídas dos Livros de Termos de Visita e Fiscalização CNSD (1940-1950, fl.82 | 1950-1969, fl.2-3).

¹³⁴ Informações extraídas de: Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1905-1973, p.34).

O inspetor foi vereador de São João del-Rei, tendo chegado a presidente da Câmara no ano de 1960¹³⁵, o que lhe rendeu homenagem póstuma em nomeação de rua da cidade. Além de sua atuação política, teve longa carreira na imprensa local, sendo colaborador do jornal *O Correio* (Flôres, 2007, p.66). Foi ainda um engajado literato da Academia de Letras de São João del-Rei, integrando a comissão de fundação e seleção dos patronos da associação (Cintra, 1982, p.41), além de ter sido o primeiro orador oficial e acadêmico da Cadeira n.º 3¹³⁶.

Figura 25— Inspetor José Américo da Costa (1972)



Fonte: <https://zt.ms/W64P> (Acesso em: 10 abr. 2025).

A atuação de Mozart Novais foi realizada ao lado de outros literatos que se destacaram no campo cultural são-joanense, com destaque para **José Américo da Costa**. O inspetor estadual, que atuou no Colégio Nossa Senhora das Dores apenas em 1922 e 1942, também participou da fundação e organização da Academia de Letras de São João del-Rei. Tal como Mozart Novais, integrou a comissão de escolha dos patronos (Cintra, 1982, p.41), foi acadêmico da Cadeira n.º 2, além de ter sido o primeiro presidente executivo da associação literária¹³⁷.

Porém, diferentemente de seu companheiro de profissão e de Academia, José Américo da Costa teve longa atuação no campo educacional são-joanense, tendo atuado como professor no Instituto Padre Machado até sua transferência para Belo Horizonte, em 1940 e em outras instituições de ensino em anos posteriores, em especial, como professor substituto no Colégio Santo Antônio, em 1961¹³⁸. Sua carreira de educador são-joanense lhe rendeu homenagens em vida e póstumas. Foi escolhido paraninfo homenageado pelo Curso de Formação de Professores do Colégio Nossa Senhora das Dores, em 1961 e foi homenageado com a nomeação do Centro

¹³⁵ Informações disponíveis em: <http://camarasaojoaodelrei.mg.gov.br/?int-pag=6718> (Acesso em: 10 abr. 2025).

¹³⁶ Informações disponíveis em: <https://academialetrassjdelrei.org.br/> (Acesso em: 10 abr. 2025) e *A comunidade*, São João del-Rei, ano IV, n.30, jan. 1971, p.18.

¹³⁷ Informações disponíveis em: <https://academialetrassjdelrei.org.br/> (Acesso em: 10 abr. 2025) e *A comunidade*, São João del-Rei, ano IV, n.30, jan. 1971, p.18.

¹³⁸ Informações extraídas de: Relatório de Inspeção CSA (1961, n.p.).

Estadual de Educação Continuada da cidade, denominado CESEC Professor José Américo da Costa.

Em sua obra de memórias sobre os colégios são-joanenses, Jarbas Albricker (1984, p.63), rememora o trabalho de educador e poeta, destacando o período em que atuou no Instituto Padre Machado, chefiado por Antônio de Lara Resende:

José Américo da Costa, meu primo, pois seu pai era meu tio-avô materno, Virgínia, foi um dos primeiros auxiliares do professor Resende, nos primórdios da criação do Instituto. Poeta primoroso, sonetista emérito, jamais quis publicar seus trabalhos, salvo um ou outro que algum amigo publicava à sua revelia. Não me canso de lamentar tal fato (Albricker, 1984, p.63).

De maneira semelhante ao que foi ressaltando sobre os inspetores estaduais que fiscalizaram o Curso Normal do Colégio Nossa Senhora das Dores, foi possível levantar informações diversas sobre os inspetores federais que atuaram, ao longo do tempo, como inspetores do curso secundário em ambas as instituições de ensino. Desse modo, dou início ponderando sobre os dois inspetores federais que atuaram por mais tempo nos dois colégios estudados: Mário de Castro Cunha e José Antônio de Carvalho.

O inspetor federal **Mário de Castro Cunha** foi fiscal das instituições estudadas por longo período, concentrando seus trabalhos no Colégio Nossa Senhora das Dores entre os anos de 1940 e 1953 e no Colégio Santo Antônio entre o período de 1933 e 1959, com algumas interrupções.

Para além de sua atuação como inspetor federal, Mário de Castro Cunha atuou como advogado na cidade de São João del-Rei, sendo “bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro”¹³⁹. Além disso, foi diretor da instituição salesiana Escola Agrícola Sacramento (o Patronato), durante a década de 1940 (Sacramento, 2012), além de professor por muitos anos do Colégio Santo Antônio, constando em diversas listas do corpo docente da instituição em períodos das décadas de 1920, 1930 e 1960¹⁴⁰. Segundo os Relatórios Gerais (1931, fl.2), Mário de Castro Cunha foi “lente catedrático de História do Brasil e Instrução Moral e Cívica, (...) de larga prática de ensino”, ou ainda, algumas folhas adiante no citado Relatório (1931, fl.28), “regeu a cadeira de Instrução Moral e Cívica desde 1925 até a época em que a referida cadeira foi suprimida do programa. Daí para cá leciona

¹³⁹ Informações extraídas de: Relatórios Gerais CSA (1931, fl.2).

¹⁴⁰ Informações extraídas de: Relatórios Gerais CSA (1931, fl.2, fl.28 e fl.137) e Relatório de Inspeção CSA (1950, n.p.).

História do Brasil”¹⁴¹. Já na década de 1950, aparece nas listagens como professor de História do Brasil, História da Civilização e Geografia no curso secundário da mesma instituição¹⁴².

Infelizmente, não foram localizadas muitas informações sobre suas atividades pessoais ou profissionais fora do campo educacional, contudo, seu trabalho recebeu homenagens do Colégio Nossa Senhora das Dores que, nas comemorações do aniversário de 75 anos da instituição, ofereceu premiação ao time vencedor de vôlei intitulado “Taça Inspetor Mário de Castro Cunha”, como homenagem póstuma¹⁴³.

Figura 26 – Inspetor José Antônio de Carvalho (s.d.)



Fonte: <https://zt.ms/GojQ> (Acesso em: 10 abr. 2025)

Ao lado de Mário de Castro Cunha, atuou por longo período o inspetor federal **José Antônio de Carvalho**, que inspecionou o Colégio Nossa Senhora das Dores entre o período de 1944 e 1959 e o Colégio Santo Antônio entre os anos de 1939 e 1958, também com interrupções. Sobre José Antônio foram localizadas pouquíssimas informações, apenas que era farmacêutico e que foi presidente do Athletic Club pelos mandatos de 1922-1924 e 1930-1932¹⁴⁴.

Tal como Mário de Castro Cunha, foi homenageado nas solenidades do aniversário de 75 anos do Colégio Nossa Senhora das Dores, com a concessão de uma bolsa de estudos à aluna vencedora de concurso literário, sendo essa premiação intitulada “Inspetor José Antônio de Carvalho”, como homenagem póstuma¹⁴⁵.

Tanto Mário de Castro Cunha quanto José Antônio de Carvalho atuaram como inspetores nas instituições estudadas até 1959, quando foram definitivamente substituídos pelo inspetor **Altivo de Lemos Sette Câmara**, que atuou na inspeção federal, *grosso modo*, até o início da década de 1970, extrapolando o recorte temporal da presente pesquisa.

¹⁴¹ Informações extraídas de: Relatórios Gerais CSA (1931, fl.28).

¹⁴² Informações extraídas de: Relatório de Inspeção CSA (1950, n.p.).

¹⁴³ Informações extraídas de: Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1905-1973, fl.47).

¹⁴⁴ Informações disponíveis em: <http://athleticclub.com.br/o-clube/historia> (Acesso em: 10 abr. 2025).

¹⁴⁵ Informações extraídas de: Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1905-1973, fl.47).

Figura 27 – Inspetor Altivo de Lemos Sette Câmara (s.d.)



Fonte: MOREIRA (2006, p.22)

Diferentemente do que ocorreu com os outros inspetores apresentados até o momento, que me exigiram incansável pesquisa em inúmeras fontes de informações, a vida e obra de Altivo Sette foi minuciosamente abordada em dissertação de mestrado de Lilian Cristiane Moreira, intitulada *Altivo Sette: cultura e tradição de um poeta moderno*, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, em 2006. O trabalho de Moreira (2006) me possibilitou um vislumbre de um Altivo Sette muito distinto do inspetor burocrata e formal que acessei por meio dos termos de visita e relatórios que escreveu, como um poeta, escritor e jornalista, que olhava para o passado e a tradição de São João del-Rei com o “olhar crítico do homem moderno” (Moreira, 2006, p.9).

Altivo Sette nasceu em São João del-Rei em 1908, filho do professor e jornalista Sebastião Rodrigues Sette Câmara¹⁴⁶ e Elisa de Lemos. Iniciou seus estudos na cidade, tendo sido aluno do Colégio Santo Antônio, fato que lembrou em termo de visita registrado em 1960, em decorrência do falecimento de um frei da instituição:

Visitei o estabelecimento. As aulas foram suspensas, dado o falecimento de frei Norberto Beaufort que, durante mais de cinquenta anos, esteve ligado à vida deste colégio. O inspetor, ex-aluno do estimadíssimo recinto, compareceu às cerimônias fúnebres. E deixa consignado neste termo o seu profundo pesar pelo desaparecimento deste culto e bravíssimo franciscano¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Sebastião Rodrigues de Sette Câmara foi professor, atuante no Colégio Nossa Senhora das Dores, a partir da fundação do Curso Normal, em 1905, além de ter sido jornalista e político. Segundo Moreira (2006, p.12), Sebastião foi um “republicano incondicional, fundador do jornal *Pátria Mineira*, considerado um dos melhores órgãos brasileiros de propaganda republicana, que circulou no interior do país de 1889 a 1894” (Moreira, 2006, p.12).

¹⁴⁷ Termo de Visita e Fiscalização CSA (1960, fl.17).

Após a conclusão do Curso Colegial, Altivo Sette cursou Direito na Universidade do Brasil e morou longo período em Belo Horizonte e Rio de Janeiro, retornando a São João del-Rei apenas na década de 1950. Segundo Moreira (2006), o inspetor permaneceu na cidade até sua morte, em 1982. Durante esse período, Altivo Sette teve intensa participação na vida cultural da cidade, sendo um dos fundadores de diversas associações culturais, como o Centro Artístico Cultural de São João del-Rei – CAC, o Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei e a Academia de Letras da cidade, além de ter sido membro do Instituto Brasileiro de Ciências Sociais (Moreira, 2006, p.12-13). Tal como Mozart Novais e José Américo da Costa, participou da escolha dos patronos da Academia de Letras de São João del-Rei, ocupando a Cadeira n.º 9 da organização.

Altivo Sette publicou seis livros, sendo eles: *O nome na saga daquelas marinhagens* (1976), no qual apresenta a genealogia da família Rodrigues Sette Câmara; *Rosa de bronze* (1977), de poemas; *O Tiradentes* (1972), em coautoria com Fábio Nelson Guimarães e Waldemar de Almeida Barbosa; *Árvores* (1973), tratando do problema do desmatamento; *Da caravela de zarco à redação da Pátria Mineira* (1973), sobre seu pai; e *Encomendação das almas* (1975), poemas sobre São João del-Rei. Todas as obras publicadas pelo inspetor são “publicações precárias – poemas datilografados ou xerocados – e de poucas páginas” (Moreira, 2006, p.14). Segundo a autora, Altivo Sette não se preocupava em publicar seus escritos em livros, dificultando, com isso, o arquivamento de sua obra até mesmo pela sua própria família.

Desse modo, a maior parte de seus escritos foi divulgada nas páginas dos jornais são-joanenses *Diário de Comércio* e *Ponte da Cadeia*, com os quais colaborou entre o período de 1938 e 1964. Mesmo antes de retornar definitivamente à cidade, Altivo Sette fazia questão de enviar ou entregar periodicamente seus textos e poemas para serem publicados nos jornais de São João del-Rei (Moreira, 2006, p.14). Segundo a autora, os poemas de Altivo Sette “versam sobre os mais variados assuntos, sendo que há uma recorrência daqueles relacionados à cidade de São João del-Rei, à guerra e à pequenez do homem diante dos acontecimentos mundiais, sua angústia diante do tempo que parece se esvaír com maior rapidez” (Moreira, 2006, p.17). O trecho do poema abaixo é exemplar nesse sentido:

Junho é o mês dos incêndios
Fogueiras de santos do Oiapoque ao Chuí
Fogueiras de guerras na Europa, na África
(Senhor, onde mais para o mês)
Chispas sinistras nos olhos dos homens,

Que bebem e bailam e cantam e morrem...¹⁴⁸

Assim, para Moreira (2006), Altivo Sette foi um poeta e escritor de seu tempo, atravessado por um sentimento de consternação: “a angústia de ver sua cidade se descaracterizando, de sentir o tempo cada vez mais fugaz, de vivenciar um período de guerras, de perceber os aspectos contraditórios da política de seu tempo” deixaram profundas marcas em sua produção literária e levaram-no a escrever sobre “denúncia social, categorias negativas” tratando de “guerra, de mortes, de materialismo, de perda de valores etc.” (Moreira, 2006, p.17-18).

O panorama geral apresentado sobre traços das vidas pessoais e profissionais dos inspetores de ensino atuantes nas instituições possibilita a reflexão sobre diferentes aspectos e especificidades deste cargo dentro do serviço público. O primeiro elemento a ser comentado fez com que fosse possível perceber que alguns inspetores consolidaram suas carreiras no campo educacional da cidade, mesmo quando conciliaram sua função de inspeção com outras atividades profissionais. Foi o caso de Mário de Castro Cunha, que além de advogado na cidade, atuou paralelamente como professor no Colégio Santo Antônio e diretor da Escola Agrícola Sacramento. José Américo da Costa e Carlota Ephigênia de Carvalho também tiveram atuações na educação são-joanense, consolidando suas carreiras docentes em paralelo com a atividade de inspeção. Contudo, um aspecto que me surpreendeu ao me deparar com outras facetas das vidas pessoais e profissionais dos inspetores de ensino foi o fato de que nem todos possuíam formação direcionada ao ensino ou mesmo atuaram no campo, em especial Eloy Reis, Altivo Sette, Mozart Novais e José Antônio de Carvalho. Estes foram médicos, escritores, poetas, jornalistas, advogados, farmacêuticos, políticos e, concomitantemente, inspetores de ensino.

Além disso, chama a atenção o engajamento que muitos desses inspetores tiveram com as atividades e organizações culturais da cidade, tais como Academia de Letras, Instituto Histórico e Geográfico, Centro Artístico Cultural, além da colaboração ativa da produção jornalística de São João del-Rei, sempre marcada por uma efervescência editorial característica da história da cidade. Desse modo, pode-se considerar que parte dos inspetores de ensino dos colégios estudados integrou uma camada de intelectuais são-joanenses, envolvidos diretamente na produção cultural local em meados do século XX. Segundo Silva (2024), a integração de intelectuais nas camadas dos serviços públicos foi uma prática comum

¹⁴⁸ CÂMARA, Altivo de Lemos Sette. **Poema de Junho**. *Diário do Comércio*, 07 jul. 1940, p.2 (apud Moreira, 2006, p.37).

em meados do século XX, e “o cargo de inspetor de ensino foi, aliás, uma função desempenhada por alguns escritores” (Silva, 2024, p.6).

Tomando como base o trabalho de Correa (2015), vale destacar que, por definição, o conceito de intelectual se vincula à ideia de engajamento na vida pública. Para o autor:

Mais que diferenças de nomenclatura a acepção moderna tomou o termo intelectual e o emprego no sentido específico do indivíduo não só produtor de ideias como, também, um ator social envolvido com as questões políticas de seu tempo – o engajamento como condição social do intelectual – e, assim, definido, é possível pensar o ‘intelectual’ como um fenômeno típico da modernidade (Correa, 2015, p.395).

O olhar sobre o papel social, político e cultural dos intelectuais tem se mostrado fundamental na compreensão dos processos históricos e atravessa aspectos dentro de diferentes campos, como a história social, a história das ideias, a história cultural e a história política, especialmente a partir da renovação do campo historiográfico embalada nas décadas de 1970 e 1980 (Correa, 2015). Assim, na perspectiva das novas correntes historiográficas, investe-se na “compreensão dos intelectuais, enquanto agentes sociais, que fazem suas próprias representações da realidade, a partir das quais intervêm no processo histórico de uma época” (Correa, 2015, p.404).

Nesse quadro, pode-se considerar com Sirinelli (2003, p.246), que, para estudar os intelectuais de uma época deve-se olhar não apenas para aqueles que alcançaram grande proeminência em um contexto histórico específico. É necessário, em especial, atuar no sentido da compreensão dos “extratos intermediários de intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram”, podendo ser os “*despertadores* que, sem serem obrigatoriamente conhecidos (...) representaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes” (Sirinelli, 2003, p.246 – grifo do autor).

A apreensão da presença e relevância de tais “extratos intermediários” pode ser alcançada a partir do mapeamento das redes de sociabilidade estabelecidas entre diferentes intelectuais. Assim, para Correa (2015), a compreensão das “estruturas de sociabilidade” pode permitir “perceber as relações e os espaços compartilhados, revelando o pequeno mundo estreito dos intelectuais” (Correa, 2015, p.409). Desse modo, jornais, revistas, manifestos tornam-se meios possíveis para a compreensão dessas sociabilidades, do mesmo modo que os “salões, academias, instituições escolares, associações e grêmios literários e culturais, em torno das quais vão se conformando as opções políticas e ideológicas dos intelectuais” (Correa, 2015, p.409). Elementos, vale frisar, observados entre os inspetores de ensino

analisados, que integraram corpos editoriais e associações literárias marcantes na história são-joanense de toda uma geração.

Olhando para o contexto histórico estudado, há diversas pesquisas que destacam a cooptação sistemática de intelectuais para os quadros do funcionalismo público, percebido, especialmente, a partir da Era Vargas. Para Silva (2024):

É importante ressaltar que o governo Vargas desde o início, procurou construir as bases de uma política cultural, tendo como um de seus primeiros atos a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, além da criação de diversos outros órgãos administrativos empenhados num projeto de governo para a nação. Para isso, uma das estratégias utilizadas pelo governo foi o *recrutamento* de intelectuais das mais diversas áreas do conhecimento (Silva, 2024, p.7 – grifo da autora).

Desse modo, foi possível observar que, gradualmente, os intelectuais recrutados pelo governo de Getúlio Vargas foram assumindo diferentes tarefas políticas e ideológicas nos quadros públicos, marcando a “crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividade” (Miceli, 2001, p.197).

Durante o regime Vargas, as proporções a que chegou a cooptação dos intelectuais facultaram-lhes o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviço de segurança etc.). Mas os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia, sobretudo, porque define e constitui o domínio da cultura como um ‘negócio oficial’, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentsia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico (Miceli, 2001, p.197-198).

Gradualmente, “um número considerável de intelectuais teve condições materiais e institucionais para conciliar seus cargos no serviço público com seus projetos intelectuais” (Miceli, 2001, p.198). Assim, diferentes espaços no setor público foram sendo ocupados por esse grupo, transformando-se em importantes agentes na idealização, definição e implantação de políticas públicas em diferentes áreas.

Por fim, desejo destacar que o objetivo da presente pesquisa se centra na compreensão dos sujeitos citados enquanto inspetores de ensino no Colégio Santo Antônio e Colégio Nossa Senhora das Dores e não em seus papéis nos quadros intelectuais são-joanense. Uma pesquisa nesse sentido exigiria um aprofundamento muito maior do que as pequenas pinceladas sobre as redes de sociabilidade que apresentei anteriormente. Exigiria uma análise crítica e minuciosa do *corpus* de seus textos publicados, bem como a compreensão dos seus itinerários

literários e de seu engajamento efetivo nos quadros culturais e políticos da cidade (Sirinelli, 2001), aspectos que fogem da alçada da presente pesquisa. Porém, vale comentar que tais aspectos chamam a atenção e consistem em potenciais objetos de estudo, considerando que tenha sido pouco explorados na história são-joanense do século XX.

4.3 INSPEÇÃO ITINERANTE: FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS INSPETORES ESCOLARES REGULARES

Como apresentei detalhadamente no capítulo anterior, os inspetores que atuavam nas instituições escolares estavam submetidos a uma marcante hierarquia administrativa dentro do quadro educacional, tanto em nível estadual quanto federal. De modo geral, foi possível observar que inspetores técnicos de ensino, fiscais especiais, inspetores seccionais e inspetores itinerantes figuraram nas páginas das fontes dos colégios estudados como autoridades que visitavam esporadicamente as instituições, a fim de acompanhar o andamento das atividades regulamentares e, em especial, fiscalizar o trabalho realizado pelos inspetores das instituições escolares.

Nas diferentes fontes analisadas pude observar a recorrente presença de termos de visita ou de registros nos relatórios feitos por inspetores ligados à administração da educação estadual ou federal, a depender da modalidade de ensino. Tais visitas eram realizadas, especialmente, para o acompanhamento e fiscalização da aplicação de exames (de admissão, de segunda época, provas orais, parciais e finais)¹⁴⁹ e culminavam na elaboração de relatórios e na redação de detalhados termos de visitas, nos quais, além do relato do andamento das avaliações fiscalizadas, os inspetores faziam longas apreciações sobre a instituição visitada. O termo apresentado a seguir é exemplar nesse sentido, redigido pela fiscal especial Maria de Lourdes Chagas em dezembro de 1940, em que ela aborda, em tom elogioso, suas impressões sobre o curso normal do Colégio Nossa Senhora das Dores e seu curso anexo:

A honrosíssima designação do Exmo. Dr. Secretário da Educação e Saúde Pública para a qualidade de Fiscal Especial, acompanhar os trabalhos

¹⁴⁹ Analisando as fontes dos colégios, foi possível mapear cinco tipos de avaliações anuais nas instituições: 1) Exames de admissão, realizado, em geral, antes do início do ano letivo, a aprovação neste exame era obrigatória para a efetivação da matrícula dos estudantes. 2) Provas parciais ou exames de primeira época, que avaliava os conteúdos trabalhados no primeiro semestre letivo. 3) Provas Orais, que acompanhavam a implantação dos exames de primeira época; 4) Exames finais, que encerravam as avaliações do ano. 5) Exames de segunda época, para aqueles estudantes que não alcançaram a média exigida para a aprovação, consistindo em uma recuperação anual.

referentes à quarta prova parcial e exames finais na Escola Normal Colégio Nossa Senhora das Dores desta cidade, no término do 1940, foi bem feliz ensejo para, mais uma vez, eu apreciar a perfeita organização de trabalho maravilhosamente proficiente, que preside o educandário.

O trabalho de fiscalização na referida secretaria, foi feita com a maior facilidade e no mais breve tempo por estar impecável a escrituração. Com efeito, aí se encontram perfeitamente organizados, com carinho e esmero, os documentos referentes à matrícula e toda a correspondência oficial.

As provas escritas por mim fiscalizadas, decorreram em harmonioso ambiente, demonstrando as alunas o devido preparo, visto se rejubilarem com quaisquer assuntos sorteados.

Durante as provas orais então o grande aproveitamento das alunas e a grande capacidade técnica dos professores, bem como seu critério e justiça na distribuição das notas, revelaram-se cabalmente. Todo o corpo docente revela cultura vasta e variada, pois ventila com competência que cátedra discorre acerca de disciplinas que professa, assuntos de diferentes matérias.

Pela documentação que me foi apresentada verifiquei terem sido bem vividas as instituições escolares, verdadeiros fatores de sociabilidade: clubes de leitura, círculos de estudos, grêmios esportivos, clubes literários etc.

Dirigida pela professora de Português, Exma. Irmã Helena Figueiredo, possui o estabelecimento ótima biblioteca, verdadeira fonte de conhecimentos, sendo a sua frequência considerada parte componente do programa.

Na reunião da Congregação felicitei-me por me deparar a oportunidade de sentir que os docentes se consideravam felizes por terem verificado o resultado dos seus esforços e de terem bem cumprido os seus deveres.

Externando o meu sentir, disse-lhes, então, da necessidade que se impõe da criação de mais os cursos de costura, datilografia, arte culinária, acrescentando aqui ainda o de escrituração mercantil, pois, interessante seria poderem aqui completar a sua educação para os diferentes misteres da vida, a que se destinam, as alunas que têm a felicidade de nesta casa de ensino permanecerem alguns anos.

De reconhecido aproveitamento das alunas, nos exames que acabam de prestar, de todos os trabalhos que constituíram as três esplêndidas exposições, bem como das admiráveis provas práticas referentes às matérias que as exigem, ficou-se a melhor impressão, ressaltando claramente a alta proficiência de todos os docentes no exercício de sua elevada missão.

Ótima impressão deixou-se a atuação da professora Irmã Ângela Neves na orientação das classes anexas, conseguindo, auxiliada pelas suas dedicadas companheiras de trabalho, além da execução de todo o programa do ensino primário, variedade e grande exposição de trabalhos manuais: cartografia, recortes, trabalhos de agulha etc.

Para tão valiosos resultados que vem a conquistar a Escola Normal Nossa Senhora das Dores, concorrem de modo especial, a capacidade administrativa em evidência neste educandário da sua Exma. Diretora, Revma. Irmã Cecília Jardim.

Pelo carinhoso acolhimento e auxílio que me emprestaram no desempenho das minhas funções, repleto de sinceridade, o meu agradecimento a todos.

Termino felicitando ao zeloso e digníssimo Fiscal Permanente Eloy Reis, à D.D. Diretora do estabelecimento Revma. Irmã Superiora Cecília Jardim, e a todo o corpo docente pelo trabalho eminentemente patriótico aqui realizado

em prol da educação das futuras garantidoras da paz e do progresso do Brasil (Termo de Visita e Fiscalização, 1940, fl. 23-23-verso).

O termo apresentado é interessante no sentido em que aborda, em um único registro, inúmeros temas que foram recorrentemente tratados em diferentes visitas realizadas por inspetores itinerantes ao longo do tempo. Desse modo, ressalta, sempre em tom afável e elogioso, que acompanhou a aplicação das provas escritas e orais; fiscalizou a escrituração e os registros da secretaria escolar; elogiou a atuação e excelência do corpo docente; comentou atividades de socialização que existiam na instituição; elogiou a biblioteca e o trabalho realizado a partir dela; acompanhou a reunião de professores; avaliou o aproveitamento das alunas, tal como apresentações de trabalhos escolares; visitou o curso anexo de ensino primário; elogiou o trabalho da diretora e do inspetor do estabelecimento; e, por fim, como é comum em documentos do Estado Novo de Vargas, elogiou o “trabalho eminentemente patriótico aqui realizado em prol da educação das futuras garantidoras da paz e do progresso do Brasil” (Termo de Visita e Fiscalização, 1940, fl. 23-verso). Além disso, ofereceu sugestões para aprimorar o ensino na instituição, indicando a relevância de cursos livres de costura, culinária, datilografia e escrituração financeira.

A visita do inspetor itinerante era, em geral, acompanhada pelo inspetor responsável pela instituição, que lhe conferia as informações solicitadas para a efetivação da fiscalização e poderia ocorrer com outros intuitos, como em caso de fiscalização prévia para autorização de funcionamento de nova modalidade de ensino (como o ginásial ou colegial, por exemplo) ou mesmo para acompanhar e resolver problemas pontuais.

4.4 A PRESENÇA DOS INSPETORES ESCOLARES ENTRE OS MUROS DOS COLÉGIOS: CARACTERIZAÇÃO GERAL

Diferentemente dos inspetores itinerantes, que visitavam as instituições raramente e com objetivos de fiscalização bastante específicos, os inspetores escolares regulares marcavam sua presença com recorrência nos colégios estudados. A periodicidade das visitas sofreu variações ao longo do tempo, podendo limitar-se a uma visita mensal em determinados períodos ou em visitas quase cotidianas, em outros. Assim, como reforça Chaloba, Pereira (2019, p.859), “até a década de 1960, a visita às escolas consistia em uma das mais importantes atividades do serviço de inspeção escolar”.

Quadro 6 – Número Geral de Visitas (1937-1964)

NÚMERO GERAL DE VISITAS ANUAIS DE INSPETORES (1937-1964)			
	Colégio Nossa Senhora das Dores		Colégio Santo Antônio
Ano	Inspeção Estadual	Inspeção Federal	Inspeção Federal
1937	2	-	8
1938	105	-	12
1939	97	-	9
1940	62	9	10
1941	72	12	11
1942	83	10	12
1943	11	7	8
1944	10	6	9
1945	16	9	10
1946	20	11	13
1947	8	7	10
1948	8	9	9
1949	9	11	12
1950	9	12	11
1951	8	13	15
1952	8	9	10
1953	8	9	8
1954	8	7	6
1955	9	3	4
1956	9	1	7
1957	10	1	4
1958	9	69	72
1959	9	67	84
1960	9	54	40
1961	10	157	169
1962	9	85	79
1963	9	59	42
1964	9	72	40
Total	636	709	724

Fontes: Colégio Santo Antônio – Relatórios de Inspeção (1937-1964) e Livro de Termos de Visita e Fiscalização (1955-1972); Colégio Nossa Senhora das Dores – Livros de Termo de Visita e Fiscalização (1919-1939 | 1940-1954 | 1955-1977).

O quadro apresentado contém o número de visitas identificadas nos livros de Termos de Visita e Fiscalização e Relatórios das duas instituições escolares, considerado as inspeções federal e estadual do Colégio Nossa Senhora das Dores separadamente.

Observando o quadro com o número total de visitas realizadas nas instituições percebe-se que, de um lado, a inspeção estadual manteve certo padrão no número de visitas anuais, com exceção do período entre 1938 e 1942 que possui uma frequência de registros maior que o usual. É possível que esta alteração na inspeção escolar esteja relacionada a implantação do já citado Decreto n.º 38 (de 03/01/1938), que criou a Inspetoria de Assistência Técnica e dividiu o estado de Minas Gerais em 27 circunscrições, sendo a 13ª circunscrição, sediada em São João del-Rei. Como apresentei, essa medida foi responsável por uma maior descentralização no trabalho de inspeção e pode ter favorecido uma maior presença do fiscal nas instituições escolares.

A inspeção federal empreendida no Colégio Nossa Senhora das Dores e no Colégio São Antônio possui muitas similaridades e mantém números aproximados de visitas anuais, mantendo uma média entre uma ou duas visitas mensais até o fim da década de 1950¹⁵⁰. Porém, a partir de 1958, já com Altivo Sette na inspeção, as visitas sofreram um aumento significativo, mantendo uma média alta até o fim do recorte temporal. Não há informações claras que expliquem tal mudança, porém é possível presumir que esteja relacionada com o mencionado Decreto n.º 40.050 (de 29/09/1956), que consolidou a criação das Inspetorias Seccionais e descentralizaram a inspeção federal, tornando os colégios submetidos à Inspetoria Seccional de Juiz de Fora.

A atuação dos inspetores no ambiente escolar era pautada por um rigoroso e cotidiano registro. Assim, a cada visita, o inspetor demarcava seu lugar de poder na instituição com a redação de termos de visita e fiscalização e, periodicamente, com a produção de um minucioso relatório de inspeção, que deveria seguir rígido padrão e ser encaminhados à agência superior de administração educacional. Para Nascimento (2010, p.17):

Os principais instrumentos de controle e exercício de poder que possuía os inspetores eram os termos de visita, lavrados ao final da inspeção escolar, e os relatórios que faziam ao diretor de instrução pública ao final da inspeção de um conjunto de escolas e grupos escolares. Através deles os inspetores relatavam suas impressões e recomendações, principalmente referentes ao trabalho dos professores (Nascimento, 2010, p.17).

¹⁵⁰ É relevante citar que, durante o período estudado, o ano letivo concentrava-se entre os meses de março a junho e agosto a novembro. Em janeiro e fevereiro ocorriam os exames de segunda época e admissão, enquanto dezembro era dedicado ao fechamento da escrituração referente ao ano letivo.

Desse modo, os termos de visita e os relatórios consistiram em formas de controle eficazes sobre as instituições escolares, já que em suas páginas eram registradas não apenas as impressões positivas e elogiosas relacionadas aos colégios, mas especialmente as deficiências, irregularidades e conflitos que pudessem ser observados na escrituração e no cotidiano escolar. Para Isobe (2013), a documentação de inspeção consistia em um "campo de visibilidade sobre as práticas escolares", tendo "o propósito de garantir a ação reguladora do governo com visitas a conformar os saberes e práticas de tais funcionários" (Isobe, 2013, p.15). Desse modo, os órgãos de administração educacional deram especial atenção aos termos de visita e relatórios periódicos, tomando-os enquanto "instrumento de acompanhamento da renovação pedagógica" (Chaloba, Pereira, 2019, p.855). Por meio deles, seria possível acompanhar o andamento e, sobretudo, o cumprimento das determinações oficiais na implantação de projeto educacional oficial. Desse modo, pode-se dizer que os inspetores figuraram na mediação *estratégica* entre Estado e escola, vistos como os "garantidores do funcionamento pleno do sistema de instrução dentro do que foi pré-determinado pelo governo do Estado" (Damasceno, Pantoja, 2020, p.6).

De modo geral, o quadro apresentado e a leitura dos termos de visita e fiscalização e dos relatórios de inspeção dos dois educandários demonstram que os inspetores visitavam as instituições de maneira recorrente, sendo que a regularidade passou por variações ao longo dos anos. Além disso, foi possível observar alta padronização nas atas de visita, seja na estrutura da escrita ou na repetição de temas em determinados meses do ano. Assim, em janeiro e fevereiro geralmente apresentavam o acompanhamento dos exames de segunda época e de admissão; em março relatavam o início do ano letivo; em abril e maio tratavam de relatos sobre o cotidiano escolar, como aulas, comemorações do dia de Tiradentes e dia das mães; em junho fiscalizavam a aplicação das provas parciais e/ou orais (também denominadas de exames de primeira época); em agosto, setembro e outubro retomavam o tema do cotidiano escolar, tratando de aulas, atividades e as comemorações da Independência; e, por fim, em novembro e dezembro abordavam as provas finais, o encerramento do ano letivo e, em alguns casos, as formaturas. Enfim, vale destacar que as atividades executadas pelos inspetores no exercício de suas funções serão aprofundadas no próximo capítulo, contudo adianto que foi possível perceber pequenas alterações em suas atividades a depender do período da fiscalização e do inspetor que a realizava, porém, os temas apresentados foram marcantes na maior parte das atas analisadas.

Foi possível observar também que os meses com maior número de visitas dos inspetores foram aqueles em que ocorriam os exames de admissão e de segunda época (janeiro ou fevereiro, dependendo do ano), as provas parciais e/ou orais (junho) e os exames finais (novembro ou dezembro), demonstrando a grande importância conferida à fiscalização da aplicação de avaliações. É válido lembrar que era comum a aplicação das avaliações serem acompanhadas também por inspetores itinerantes, como apresentado anteriormente.

5 A AÇÃO DOS INSPETORES DE ENSINO SOBRE AS PRÁTICAS E COTIDIANO ESCOLAR

Em suas visitas periódicas aos colégios fiscalizados, os inspetores de ensino acompanhavam diferentes atividades escolares e registravam, segundo determinavam as legislações vigentes, todas as suas ações, observações e avaliações no livro de visitas e fiscalização e nos relatórios de inspeção. Uma leitura desatenta e superficial destes documentos confere a equivocada sensação de que podem conceder poucas informações de pesquisa, tamanha é a padronização na escrita e nos temas tratados. Contudo, ao analisar centenas de termos de visitas e incontáveis páginas de relatórios de inspeção, tornou-se mais evidente que tais registros descortinam um cotidiano escolar e lançam luz sobre todo um universo de práticas e culturas escolares que floresceram nos colégios estudados entre as décadas de 1930 e 1960. Além disso, a relevância de tais documentos foi significativamente potencializada com a interlocução estabelecida com outras fontes, de tipologias documentais diversas, como as legislações educacionais, as fotografias escolares e os jornais estudantis.

De tal modo, nos termos (escritos a cada visita) e nos relatórios (construídos sobre rígido modelo estabelecido pela Diretoria do Ensino Secundário) está presente o olhar *estratégico* do Estado sobre a educação, que na figura dos inspetores de ensino, evidencia o que deveria ser observado e como as irregularidades deveriam ser corrigidas, em prol de um modelo escolar almejado. Para Santi, Schelbauer, Castanha (2022, p.7), a inspeção escolar pode ser compreendida como “uma função social/educacional, que se constituiu historicamente, sendo influenciada pelas diversas relações de poder que perpassaram o ambiente escolar”. De tal modo, pode-se dizer que o inspetor escolar figurou como agente intermediário em tais relações, ocupando o papel de mediação entre escola e Estado, eles “difundiam, reuniam e sistematizavam informações apropriando-se da realidade escolar e, a partir disso, criavam propostas para modificar o ensino” (Santi, Schelbauer, Castanha, 2022, p.7). Portanto, a função de inspetor de ensino, tanto no sistema estadual quanto federal, pode ser considerada uma posição *estratégica* na consolidação e desenvolvimento do sistema escolar. Enfatizando o período Vargas, ressaltado com Ligeiro, David, Lopes (2021), que:

Com este tipo de orientação e fiscalização, os inspetores escolares colaboravam para a disseminação do projeto nacionalista governamental, tais como a formação do cidadão e do trabalhador por meio da educação moral e cívica, dos bons costumes e do desenvolvimento de aptidões físicas e manuais (Ligeiro, David, Lopes, 2021, p.7).

A consolidação do projeto educacional varguista, pautado fortemente na materialização de uma cultura cívica escolar e na constituição de uma identidade nacional, e a posterior reorganização e expansão do sistema educacional brasileiro passou, necessariamente, pela atuação dos inspetores de ensino, que fiscalizaram, avaliaram e interferiram diretamente nos estabelecimentos de ensino do período.

Retomando a análise das fontes utilizadas, ressalto que foi possível identificar os principais temas abordados pelos inspetores em suas visitas. Os registros demonstram que os inspetores acompanhavam diferentes esferas da vida escolar, com destaque para: a organização e acompanhamento das **reuniões de professores**; a fiscalização da **materialidade dos estabelecimentos**, comentando sobre os espaços internos e externos, as condições físicas e higiênicas dos prédios, os equipamentos e materiais didáticos disponíveis; o **acompanhamento de aulas**, nas quais observavam os conteúdos estudados, os métodos pedagógicos implantados, a atuação disciplinar e didática do(a) professor(a), o comportamento, a assiduidade e a participação dos(as) alunos(as), tal como os trabalhos e arguições às quais os discentes eram submetidos) e, no caso do Colégio Nossa Senhora das Dores, a inspeção sobre a prática profissional das normalistas no Curso Anexo; a **fiscalização dos exames**, desde o sorteio dos temas escolhidos para as provas, do cronograma de avaliações, da aplicação das mesmas e de todo o processo de correção e definição de aproveitamento das mesmas; o **acompanhamento das atividades cotidianas extraclasse**, como visitas à biblioteca, horários de estudos em contraturno e recreios escolares; a atenta **fiscalização sobre a vida burocrática** dos colégios, com atenta avaliação dos documentos e correspondências expedidas, dos registros cotidianos como frequência, pontos de professores e aproveitamento das avaliações, do registro de professores, do cumprimento às determinações oficiais no que se refere à escrituração; e, por fim, a **inspeção sobre as atividades de socialização**, especialmente as concentrações e desfiles cívicos, a organização de grêmios literários e esportivos, as associações estudantis e os campeonatos esportivos.

Vale destacar ainda, a partir do levantamento do que foi registrado pelos inspetores de ensino, que a maior parte das atividades realizadas por estes agentes nos colégios fiscalizados estiveram em consonância com os regulamentos impostos nos diferentes períodos estudados. Assim, retomo Chaloba, Pereira (2019), para lembrar que as visitas realizadas pelos inspetores de ensino foram “uma das mais importantes atividades do serviço de inspeção escolar”, já que era por meio delas que os inspetores:

(...) fiscalizavam o trabalho de diretores, professores e funcionários dos grupos escolares (...), verificando a regularidade e eficiência do ensino, a frequência dos alunos e dos professores, o cumprimento dos programas, a metodologia no ensino das matérias, as condições dos prédios escolares e dos materiais didáticos, a aplicação dos exames finais. Eles orientavam diretores e professores sobre o cumprimento de seus deveres, realizavam reuniões pedagógicas e divulgavam práticas desejáveis (Chaloba, Pereira, 2019, p.859-860).

Elucidada, em termos gerais, as funções que foram exercidas pelos inspetores de ensino nos colégios estudados, apresento a seguir dois quadros que ajudarão a ter uma compreensão ampla das atividades mais registradas nas fontes. Assim, vale explicar que, para facilitar a análise, optei pela divisão das ações dos inspetores em categorias distintas e conferi a elas a sua percentualidade referente às menções realizadas nos termos de visita e relatórios. Deste modo, é possível ter um panorama geral das atividades efetivadas com maior ou menor recorrência, permitindo perceber as diferenças demonstradas entre a inspeção federal e a estadual, tal como as distinções na inspeção dos dois estabelecimentos de ensino estudados.

Quadro 7 – Quadro Geral dos Temas Abordados pelos Inspetores de Ensino do Colégio Nossa Senhora das Dores (1937-1964)

TEMAS ABORDADOS PELOS INSPETORES DE ENSINO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES (1937-1964)		
TEMAS	Inspeção Estadual	Inspeção Federal
	%	%
Acompanhamento de aulas	58,1	16,2
Fiscalização de exames	20,9	21,1
Fiscalização de atividades de socialização	8,6	0,8
Acompanhamento de atividades extraclasse cotidianas	7,2	21,2
Inspeção de questões burocráticas e escrituração	4	37
Fiscalização de espaços e materiais	0,9	2,9
Acompanhamento de reuniões de professores	0,3	0,8

Fontes: Livros de Termo de Visita e Fiscalização CNSD (1919-1939 | 1940-1954 | 1955-1977).

O primeiro elemento a se destacar na apresentação do quadro geral dos temas registrados nos Termos de Visita e Fiscalização do Colégio Nossa Senhora das Dores refere-se às marcantes distinções entre a inspeção estadual, realizada sobre o curso normal e o primário, oferecido no Curso Anexo e a inspeção federal, realizada a partir de 1940 no curso ginásial.

Assim, é possível observar que a inspeção estadual enfatizava marcadamente o acompanhamento de questões didáticas e pedagógicas, com destaque para o acompanhamento das aulas (58,1%), da aplicação de provas (20,9%) e das atividades de socialização (8,6%) e cotidianas (7,2%), sendo as questões mais vinculadas à fiscalização material (0,9%) e burocrática (4%) postas em segundo plano. Por outro lado, a inspeção federal do curso Ginásial aponta para um enfoque na inspeção da burocracia e administração escolar (37%), seguido pelo acompanhamento do cotidiano (21,2%) e das avaliações (21,1%). A preocupação com a fiscalização das aulas (16,2%) e de todas as questões pedagógicas que a envolvem é sensivelmente menor, tal como ocorre com as atividades de socialização (0,8%). Esta característica da inspeção federal pode ser observada também no Colégio Santo Antônio, como é perceptível no quadro apresentado a seguir.

Quadro 8 – Quadro geral dos temas abordados pelos inspetores de ensino do Colégio Santo Antônio (1937-1964)

TEMAS ABORDADOS PELOS INSPETORES DE ENSINO DO COLÉGIO SANTO ANTÔNIO (1937-1964)	
TEMAS	Inspeção Federal
	%
Inspeção de questões burocráticas e escrituração	39,9
Fiscalização de exames	22,2
Acompanhamento de atividades extraclasse cotidianas	18,3
Acompanhamento de aulas	17
Fiscalização de atividades de socialização	1,1
Fiscalização de espaços e materiais	1,1
Acompanhamento de reunião de professores	0,4

Fonte: Relatórios de Inspeção CSA (1937-1964) e Livro de Termos de Visita e Fiscalização CSA (1955-1972)

Como mencionado, é interessante observar que a fiscalização federal nas duas instituições analisadas demonstrou números aproximados no que se refere ao percentual de recorrências dos temas abordados pelos inspetores de ensino. Deste modo, a inspeção realizada no Colégio Santo Antônio enfatizou o controle burocrático e administrativo (39,9%), seguido pela fiscalização dos exames (22,2%) e acompanhamento das atividades cotidianas (18,3%) e das aulas (17%). Em menor proporção, acompanhou as atividades de socialização (1,1%), a fiscalização material (1,1%) e as reuniões do corpo docente (0,4%).

Tal similaridade pode ser explicada pelo caráter legal da inspeção federal, mais voltada ao controle administrativo e documental das instituições e pelo fato de a inspeção nas duas instituições ter sido realizada, grosso modo, pelos mesmos inspetores de ensino: Mário de Castro Cunha, José Antônio de Carvalho e Altivo Sette.

Vale lembrar, como foi amplamente trabalhado em capítulo anterior, que em 1954 o Ministério da Educação e Cultura publicou uma série de portarias¹⁵¹, nas quais determinou a descentralização da inspeção federal, por meio da criação das Inspetorias Seccionais. Na carta de apresentação dos documentos destinada ao Ministro da Educação, o Diretor do Ensino Secundário Armando Hildebrand destacou a necessidade de descentralizar o serviço de inspeção para desafogar a Diretoria de Ensino Secundário e para transformar a inspeção em “organismo ativo”, capaz de exercer funções não apenas administrativas ou de caráter fiscalizador, mas propriamente de orientadores do ensino, possibilitando, assim, a contribuição efetiva dos inspetores para “elevar, cada vez mais, o nível de ensino ministrado em cada unidade escolar”. Para o diretor, tal medida foi tomada a partir do reconhecimento de que a inspeção federal de ensino, na prática, enfatizava o controle burocrático dos estabelecimentos de ensino em detrimento de funções pedagógicas. Deste modo, a descentralização da inspeção escolar possibilitaria uma aproximação maior entre as instituições de ensino e os órgãos de administração escolar, que passaria ser organizados regionalmente. Assim, o diretor finaliza, ressaltando que “Temos a convicção de que, logo depois de estruturadas, as Seccionais formarão um sistema maleável, ativo, em condições de agir enérgica e objetivamente em favor da elevação do nosso ensino secundário”¹⁵². Corroborando esta compreensão, Ligeiro (2014) resalta que, “a inspetoria de ensino foi idealizada para ater-se às questões pedagógicas e metodológicas”, porém, a fiscalização federal alcança a década de 1950 com assinalada centralidade na “fiscalização e ao controle burocrático documental do que às questões técnico-pedagógicas” (Ligeiro, 2014, p.47).

Se a preocupação mais marcante com a função pedagógica da inspeção aparece nas legislações federais apenas em 1954, em nível estadual ela é registrada ainda na década de 1920. Na Reforma Francisco Campos (Decreto n.º 7.970, de 15/10/1927), é possível perceber o caráter pedagógico atribuído à inspeção, especialmente com a criação da Assistência

¹⁵¹ Para lembrar, as portarias publicadas foram: a Portaria n.º 134 (de 25/02/1954), a Portaria n.º 318 (de 05/04/1954) e a Portaria n.º 858 (de 08/10/1954), todas arquivadas no Relatório de Inspeção de 1954, do Colégio Santo Antônio. As determinações contidas nos citados documentos foram inseridas posteriormente no Decreto n.º 40.050 (de 29/01/1956).

¹⁵² Todos os trechos citados integram a correspondência de Armando Hildebrand, diretor do Ensino Secundário ao Ministro da Educação e Cultura, 17/12/1953. (In: Relatório de Inspeção CSA, 1954, n.p.).

Técnica de Ensino, que visava, grosso modo, “dar instruções para o cumprimento dos programas”, exigindo ao assistente técnico inspecionar pessoalmente as classes e conceder, diretamente ao professor, os comentários, críticas e recomendações no que se refere à sua prática docente (Minas Gerais, 1927, p.1162). Mesmo com o advento da Era Vargas, a partir de 1930, e a constante centralização da administração escolar, a inspeção estadual manteve seu olhar especial às questões pedagógicas, estando este tema presente em legislações posteriores, como o Decreto n.º 11.501 (de 31/08/1934) e o Decreto n.º 1.873 (de 28/10/1946), ambos trabalhados anteriormente.

Deste modo, ao retomar as legislações trabalhadas anteriormente, é possível compreender, à luz das transformações legais, os números apresentados nas tabelas anteriores, que apontam para um enfoque maior dos registros dos inspetores federais nas questões burocráticas e de controle da escrituração escolar. Isto não significa dizer, entretanto, que estes inspetores foram totalmente indiferentes às questões pedagógicas e relacionadas às práticas escolares, sendo estes temas, apenas de menor recorrência, também abordados em seus termos de visita e relatórios.

5.1 A BUROCRACIA ESCOLAR: DA ESCRITURAÇÃO ÀS REUNIÕES DE INSPETORES

Na atualidade, diferentes esferas do cotidiano escolar têm sido atravessadas pela burocratização de modo que a atuação do professor se divide quase equivalentemente entre as práticas pedagógicas e o cumprimento de suas atividades burocráticas. São diários eletrônicos, registros de frequência, boletins, planejamentos, requerimentos, livros de ponto, livros de cumprimento de carga horária extraclasse, sem citar os incontáveis documentos referentes à sua vida funcional. Deste modo, tem se percebido um movimento educacional no sentido em que “os conteúdos tornam-se pouco importantes e o controle burocrático através de diários de classe, provas e exames, são supervalorizados” (Motta, 1985, p.54). Assim, a burocracia consiste em elemento central na vida escolar, considerando-a enquanto “uma estrutura social na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado, que deve agir segundo critérios impessoais e métodos racionais” (Motta, 1985, p.7). No campo educacional, a burocracia deve ser considerada enquanto uma *estratégia* oficial, que, por um lado, visa a implantação da eficiência na gestão

educacional e, por outro, consolida uma dominação pautada pela impessoalidade e racionalidade (Melo Júnior, 2010, p.149).

A consequência deste avanço *estratégico* da burocratização sobre o campo educacional atual tem impactado diretamente a atuação dos professores, que sentem cada vez mais o esvaziamento de sua autonomia e autoridade em sala de aula. Em tais circunstâncias, a atividade do professor se insere em um contexto de constante controle sobre o cumprimento das regras institucionais e excessiva burocratização, o que torna o docente “impossibilitado de participar do processo de decisão do ensino” e tem agido no sentido de transformá-lo em simples “executor das propostas pedagógicas” direcionadas pelo projeto oficial da educação (Barreto, 2019, p.55).

É evidente que para os agentes escolares de meados do século XX a carga de trabalho burocrático não era menor (a contar pela quantidade expressiva de registros e documentos utilizados na presente pesquisa) e nem facilitada pela tecnologia, como na atualidade. À medida que o sistema escolar (estadual ou federal) foi se estabelecendo e se complexificando, a produção documental das instituições escolares se expandiu exponencialmente. Uma breve observação dos acervos dos colégios estudados exemplifica o avançado grau de burocratização que já se fazia presente no campo educacional brasileiro desde o início do século XX. Em dezenas de caixas e armários, trancados aos fundos das secretarias escolares, o universo escolar é descortinado em livros de atas de exames (parciais, finais, orais, de segunda época, de admissão etc.), termos de visita e fiscalização, livros de matrícula, registros de frequência escolar, atas de reuniões de professores, registros de ofícios, registros de expedição de documentos, livros de transferências, registros de bolsistas, cadernos de planos de aula, fichas individuais de alunos e alunas, livros de ocorrências escolares, registros de professores, registros da contabilidade escolar, boletins de notas, relatórios de inspeção, além de uma infinidade de correspondências recebidas e expedidas pelas instituições escolares. Tais documentos eram, quando não produzidos pelos inspetores de ensino, fiscalizados diretamente por eles, que demarcavam sua conferência, página por página, com carimbos, assinaturas ou rubricas.

Deste modo, a questão vida burocrática das instituições escolares foram temas muito recorrentes nos relatórios de inspeção e nos termos de visita e fiscalização. Retomando o que foi apresentado nos quadros anteriores (nº7 e nº8), o tema da escrituração representou 4% na inspeção estadual e 37% na inspeção federal do Colégio Nossa Senhora das Dores, além de ter aparecido em 39,9% nos registros da inspeção federal do Colégio Santo Antônio, sendo,

como visto anteriormente, de predileção especial na fiscalização submetida ao governo federal.

É interessante observar que a maior parte das críticas direcionadas às instituições estudadas, exigindo correções e ajustes, se refere a questões relacionadas à escrituração. O tema apareceu em diversas correspondências trocadas entre as instâncias superiores da administração educacional e foi tema constante nas reuniões de inspetores, realizadas a partir da década de 1954, em Juiz de Fora. Foi comum encontrar fontes em que se exigia aos inspetores escolares e aos estabelecimentos em que atuavam a correção de relatórios, a adequação dos documentos das secretarias, o ajuste de registros de matrícula, transferências e notas, além da regularização da situação funcional de professores.

Em visita no Colégio Santo Antônio, em 1942, o inspetor itinerante Theophilo Moyses resalta que “embora sejam adotados todos os modelos oficiais, os serviços de secretaria me parecem deficientes e feitos com displicência. Além de certas falhas que aponte ao inspetor federal, observei certo atraso na escrituração”¹⁵³. À inspeção, na ocasião ocupada por Mário de Castro Cunha, caberia ajustar as deficiências da escrituração da secretaria escolar.

De modo semelhante, foram localizadas diversas críticas direcionadas aos documentos redigidos pelos próprios inspetores de ensino. Em correspondência de 1931, o Colégio Santo Antônio recebeu retorno do Departamento Nacional de Educação após o envio do segundo relatório de inspeção, confeccionado pelo inspetor Alysson de Abreu, ressaltando que: “as informações do inspetor não são desenvolvidas como exige a circular 2.846, são antes simples relatos sem nenhuma documentação, visando apenas elogiar o atual diretor do instituto e respectivo corpo docente”. E continua: “o relatório do inspetor do Ginásio Santo Antônio de S. João del-Rei, elogioso, mas insuficiente, é falho em documentação e informações”, ressaltando que, apesar da instituição parecer satisfatória, a partir do relato do referido inspetor, “não podem servir estes documentos base aceitável. Seria aconselhável o pedido de novo relatório mais em conformidade com a circular 2.846 e com maior documentação”¹⁵⁴.

Já na década de 1940, críticas semelhantes foram direcionadas pela Diretoria do Ensino Secundário ao inspetor Anuar Fares Manhem do Colégio Santo Antônio, em correspondência de 1944, destacando: “Senhor Inspetor, faltando em vosso relatório de janeiro – fevereiro a estatística de aproveitamento, deveis enviar o referido documento para completar o relatório

¹⁵³ Relatórios Gerais CSA (1931, fl.143).

¹⁵⁴ Correspondência de 12/11/1931 (In: Relatórios Gerais CSA, 1931, fl.5).

mencionado”¹⁵⁵. Estes problemas, entretanto, persistiram no relatório seguinte, referente a maio e junho de 1944, que culminou em longa correspondência apontando ponto a ponto todas as irregularidades dos documentos encaminhados pelo inspetor Anuar:

CIRCULAR Nº3

Em 18 de Junho de 1944

Senhor Inspetor

1 - No exame dos relatórios bimestrais de inspeção, procedido regularmente nesta Divisão, encontra-se com frequência **documentos em desacordo** com a portaria 692, de 08/12/1942 e respectiva errata, cujas determinações recomendo sejam fielmente observadas.

2 - Chamo, pois, a vossa atenção para as **falhas mais comuns** nos referidos relatórios, as quais vêm indicadas abaixo:

A - Apresentação

- a) Falta da capa regulamentar;
- b) Uso de modelo não oficial;
- c) Relatórios não grampeados (furados manualmente);
- d) Relatórios manuscritos;
- e) Rasuras ou algarismos riscados ou rebatidos;
- f) Não utilização dos claros e linhas em branco;
- g) Lançamento de nomes nas entrelinhas ou fora do enquadramento dos boletins;
- h) Não disposição das matérias dos currículos de acordo com a sequência dada no decreto 4244/42;
- i) Não observância da ordem alfabética nas relações de alunos;
- j) Falta do nome do inspetor datilografado ou em carimbo sob a assinatura.

B - Deficiência de informações

- a) Ausência do nome do estabelecimento remetente, do Estado, da cidade, do ano letivo, da época (nos boletins de exame), do ciclo, de turno, de série, de indicação do número da prova parcial, da disciplina etc.
- b) Omissão do total de pontos, da média condicional, da média geral, da média de habilitação, da média final, do total de aulas dadas, da porcentagem de frequência;
- c) Omissão dos nomes ou das notas dos alunos que não tiverem alcançado médias condicionais ou frequências ou que tiverem sido reprovados;
- d) Falta de indicação do nome civil dos professores religiosos;
- e) Falta de assinatura do inspetor, do diretor ou da banca examinadora;
- f) Abreviatura de nomes de alunos ou de professores;

C - Erro de critério

- a) Atribuição de notas na escola centesimal;
- b) Cálculo errôneo das médias;
- c) Arredondamento de notas (deve ser desprezada toda fração menor que um décimo);

¹⁵⁵ Correspondência de 07/06/1944 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1944, n.p.).

- d) Cálculo do total de pontos sem a prévia multiplicação das notas pelos respectivos pesos;
- e) Inclusão da nota de prova oral no total de pontos;
- f) Média condicional calculada por matéria;
- g) Indicação das aulas dadas sob a forma de fração decimal;
- i) Lançamento das notas nos boletins multiplicadas pelos respectivos pesos.

D - Infração dos dispositivos legais

- a) Horários em discordância com o regulamento;
- b) número de alunos nas turmas excedendo os limites previstos na lei;
- c) Cômputo de notas de canto orfeônico, música, educação física, trabalhos manuais, religião ou de qualquer disciplina extracurricular.

E - Omissão de qualquer dos documentos que constituem a parte variável dos relatórios ou das informações que integram a sua parte fixa.

3 - Informo-vos, outrossim, que qualquer uma das lacunas apontadas torna o **relatório deficiente** para efeito do ponto do inspetor, cumprindo, pois, sejam as mesmas de todo evitadas no futuro, para a boa ordem do serviço nesta Divisão e no interesse do próprio inspetor.

4 - Esclareço-vos, ainda, que ao invés da devolução dos documentos defeituosos, serão reclamados do inspetor novos documentos, destinados a substituir os primeiros e completar o relatório deficiente.

Atenciosas saudações

Lúcia Magalhães (diretor)¹⁵⁶

O longo documento atesta a preocupação da Diretoria do Ensino Secundário em relação à obediência das determinações regulamentares, marcadamente padronizada, seja na ordenação das informações, na sua formatação ou no conteúdo apresentado. Ao inspetor, que havia iniciado o trabalho na instituição nos meses finais de 1943, caberia refazer completamente o relatório, sob pena de punição, já que “qualquer uma das lacunas apontadas torna o relatório deficiente para efeito do ponto do inspetor”¹⁵⁷. O risco de punição salarial aos inspetores aparece ainda em outras correspondências, como em correspondência de 1942, na qual o diretor do Ensino Secundário encaminhou circular ao Colégio Santo Antônio solicitando o preenchimento e envio de ficha por parte do inspetor: “incorrerá penalidade prevista no item 2º da supramencionada portaria, isto é, a perda de um mês de vencimento, o inspetor que deixar de remeter a ficha em anexo devidamente preenchida, dentro do prazo acima estabelecido, remessa que deverá ser feita sob registro postal”¹⁵⁸. Ou ainda, em circular de março de 1950, direcionada ao inspetor José Antônio de Carvalho, destacando que: “tendo em vista as deficiências flagrantes que vêm ocorrendo na apresentação dos relatórios de verificação das condições dos estabelecimentos”, direcionados à Seção de Prédios e

¹⁵⁶ Circular nº3, de 18/06/1944 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1944, n.p. – grifos meus).

¹⁵⁷ Circular nº3, de 18/06/1944 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1944, n.p.).

¹⁵⁸ Circular nº1, de 16/03/1942 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1942, n.p.).

Aparelhamentos Escolares, “notifico-vos de que tal assunto passará a ser apreciado, em cada caso, para as medidas regulamentares rigorosas que tal ocorrência está a exigir” ¹⁵⁹. E reforça, em correspondência enviada posteriormente: “tendo em vista as irregularidades verificadas pelas autoridades e o indevido funcionamento do estabelecimento ensino secundário, comunico-vos que os inspetores responsáveis são passíveis de penas regulamentares rigorosas” ¹⁶⁰.

As penalidades previstas em legislações, que envolviam a suspensão de salários dos inspetores de ensino, geravam receios aos profissionais, que se preocupavam em relatar as dificuldades enfrentadas em seu trabalho e, assim, evitar as punições regulamentares. Isso ocorreu em 1945, com a dificuldade do inspetor Mário de Castro Cunha em finalizar relatório demandado pela Divisão de Educação Física, solicitando uma “tolerância de poucos dias para a remessa em apreço, atraso esse motivado pela retirada desta cidade, com o 11º R.I. [Regimento de Infantaria] de dois auxiliares do ensino de Educação Física, e dada a dificuldade em encontrar substitutos em cidades do interior” ¹⁶¹.

É interessante observar que a função de inspetor escolar ocupou um lugar marcado por expressiva ambiguidade. Por um lado, os inspetores deveriam estar atentos ao trabalho de diretores, professores e secretários escolares, fiscalizando sua atuação cotidiana, identificando as irregularidades e agindo no sentido de sua correção. Por outro, seu próprio trabalho no exercício do cargo era posto sob atenta avaliação dos órgãos de administração educacional, na figura de inspetores seccionais e itinerantes. Os relatórios de inspeção eram minuciosamente conferidos enquanto os inspetores itinerantes, em suas visitas esporádicas nas instituições de ensino, conferiam *in loco* o cumprimento das determinações regulamentares na escrituração escolar, na aplicação de avaliações, na estrutura material do estabelecimento e no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Deste modo, é possível dizer que o inspetor de ensino atuou a partir de *estratégias* e *táticas*, agindo como representante de um *lugar* de poder instituído e estruturado a partir da burocracia educacional, ao mesmo tempo em que, em suas “mil práticas” cotidianas (Certeau, 1994), atuou de acordo com suas próprias perspectivas, que não necessariamente seriam registradas nos documentos oficiais, criando, assim, novos significados para a sua atuação profissional.

Outro tema bastante apreciado nos relatórios e termos de visita refere-se à regularização da situação funcional de professores, que ocorria, especialmente, na inspeção federal. Desde a

¹⁵⁹ Circular nº1, de 10/03/1950 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1950, n.p.).

¹⁶⁰ Correspondência de 10/05/1950 (In: Relatório de Inspeção, CSA 1950, n.p.).

¹⁶¹ Correspondência de 20/07/1944 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1944, n.p.).

organização do ensino secundário, implantada nos primeiros anos do governo Vargas, determinou-se que os professores candidatos a atuarem nesta modalidade de ensino deveriam, necessariamente, terem aprovado registro próprio junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública. No já citado Decreto n.º 21.241 (de 04/04/1932), expedido pelo governo federal determina, em seu artigo 87, que é obrigatório o “registro de professores, destinado à inscrição dos candidatos ao exercício do magistério em estabelecimentos de ensino secundário federais, equiparados, livres ou sob inspeção preliminar” (Brasil, 1932, p.14). Além disso, determina que nas localidades em que houver instalada Faculdade de Educação, Ciências e Letras, “será exigida dos candidatos inscritos habilitação, perante comissão daquela Faculdade, nas disciplinas relativas à inscrição e, ainda em Pedagogia Geral e em Metodologia das mesmas disciplinas” (Brasil, 1932, p.14).

Vale ressaltar, com Gaio Sobrinho (2000, p.140), que em 1953 foi fundada a primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de São João del-Rei. A instituição era dirigida pelos salesianos e funcionou no antigo Colégio São João, sendo implantada após o fechamento do seminário que existia no estabelecimento. Posteriormente, as dependências da antiga instituição salesiana transformaram-se na Faculdade Dom Bosco e, na atualidade, abriga o *Campus* Dom Bosco da Universidade Federal de São João del-Rei, onde tive a chance de me formar professora e mestre em História.

A partir das determinações expedidas pelo citado decreto, os inspetores deveriam enviar em seus relatórios periódicos não apenas a listagem completa dos docentes que atuavam nas instituições, mas também seus respectivos números de registros, concedidos aos aprovados em exame de suficiência exigido. Assim, caberia ao inspetor escolar acompanhar e atuar no sentido da regularização de todo o corpo docente dos estabelecimentos de ensino, como fica demonstrado em correspondência do inspetor Altivo Sette direcionada ao diretor da Inspetoria Seccional de Juiz de Fora, em 1954:

Sr. Manoel Lamas Andrade

D.D. Inspetor Seccional

Na data de 24 do corrente, deixei consignado no Livro de Ocorrências do Ginásio Santo Antônio, o seguinte:

Rev. Pe. Diretor

Sendo os inspetores diretamente responsáveis pela situação dos professores, consultei o Sr. Inspetor Seccional, por ocasião da 11ª reunião, realizada dia 22 do corrente, sobre a situação do prof. Elpídio Ramalho. Recebi ordem de providenciar, para que o referido professor, que não compareceu aos exames de suficiência, nem justificou sua ausência, ficasse desde já impedido de continuar lecionando ao estabelecimento. Devo esclarecer que, se o desejar,

pode o prof. Ramalho renovar sua inscrição para os exames de suficiência, a se realizarem no princípio do próximo ano, na Seccional de Juiz de Fora.

S. João del-Rei, 24 de setembro de 1956

Altivo Sette – Inspetor.¹⁶²

Além das legislações que norteavam a atuação dos inspetores de ensino, recorrentemente eram recebidas e remetidas correspondências que tratavam das questões da burocracia escolar, demonstrando um diálogo constante entre o agente da fiscalização escolar e a instância superior da administração educacional. Outro mecanismo muito utilizado para a coordenação dos trabalhos de inspeção se referia às reuniões de inspetores, que começaram a ocorrer a partir da criação das Inspetorias Seccionais, em 1954. Tais reuniões aconteciam com regularidade e para elas eram convocados todos os inspetores que atuavam em cidades submetidas à jurisdição da Inspetoria Seccional de Juiz de Fora, sendo realizadas na cidade sede. O objetivo das reuniões estava em dar “ciência aos senhores inspetores presentes, das recomendações do Sr. Diretor do Ensino Secundário sobre as providências que nos foram transmitidas para as atividades nesta Inspetoria”¹⁶³. O trecho apresentado abaixo refere-se a uma cópia da ata da primeira reunião de inspetores, realizada em Juiz de Fora em 23 de outubro de 1954, que contou com a presença de Armando Hildebrand, diretor do Ensino Secundário e foi presidida pelo inspetor seccional Manoel Lamas de Andrade. Nesta reunião, tratou-se das coordenações iniciais da nova inspetoria criada, demonstrando o intuito de encurtar as distâncias geográficas e administrativas entre instituições inspecionadas e órgão fiscalizador:

Abrindo a reunião, o Inspetor Seccional fez ligeiras saudações aos colegas presentes e convidou o Inspetor Itinerante Miguel Moreira Filho para secretário. Leu a seguir o ofício nº 4.759, no qual a Diretoria do Ensino Secundário pede a atenção desta Seccional, nas primeiras semanas de trabalhos, para os seguintes pontos:

- a) Instalação da Inspetoria Seccional, sempre que possível, em salas cedidas pela Secretaria da Educação do Estado;
- b) Contato pessoal com os Inspetores e os estabelecimentos sob sua jurisdição;
- c) Entendimento com as autoridades locais;
- d) Elaboração do plano geral dos trabalhos da Inspetoria Seccional;
- e) Organização dos trabalhos internos da Inspetoria Seccional;
- f) Funcionamento regular, a partir de 1º de novembro próximo da Inspetoria Seccional de Juiz de Fora, para a qual devem ser encaminhados todos os requerimentos indicados nos itens I, II, IV e VII do art.6º da Portaria nº 318.

¹⁶² Correspondência de 24/09/1956 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1956, n.p.).

¹⁶³ Circular nº 1, de 17/10/1954 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1954, n.p.).

Logo após, solicitou ao Inspetor Seccional a atenção dos presentes para os tópicos seguintes:

- a) Programa da Seccional a atenção, tendo sempre em vistas a lei;
- b) Convergência de doutrinas dos Srs. Inspectores com a Seccional;
- c) Dar a maior assistência possível aos estabelecimentos;
- d) Provas parciais e finais que se organizam;
- e) Rodízio de inspetores.

Em torno destes assuntos houve troca de ideias, consultas, esclarecimentos e sugestões¹⁶⁴

Deste modo, além de passar a receber as correspondências e os relatórios dos inspetores de ensino (que antes eram endereçados a Diretoria do Ensino Secundário, sediada no Rio de Janeiro), a nova inspetoria buscava estabelecer um “contato pessoal com os Inspectores e os estabelecimentos sob sua jurisdição” e, com isso, possibilitar a convergência de ideias entre inspetores e Inspetoria Seccional. A partir de sua instalação, as reuniões de inspetores passaram a tratar de diferentes temas, como a aplicação de provas, a situação funcional de professores, os regulamentos específicos para a inspeção escolar, alterações do corpo profissional da referida inspetoria, as regras para matrículas e transferências, as orientações para a organização do ano letivo (como carga horária anual, os períodos de provas e horários de aula, por exemplo), a inauguração de novos estabelecimentos de ensino secundário, além de informações sobre aposentarias, transferências e mortes de inspetores de ensino. Em ata da 17ª reunião de inspetores, realizada em 8 de março de 1958, destaca:

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Em seguida, o Inspetor Seccional fez aos inspetores presentes saudações de abertura do ano letivo de 1958, assegurando êxito no trabalho de cada qual.

No expediente, transmitiu avisos e deu instruções sobre os seguintes assuntos: **horários de aulas**, que devem obedecer ao disposto na Portaria nº54; **aluno ouvinte**, cuja existência não pode ocorrer em hipótese alguma, já que a lei não prevê tal categoria de aluno; primeiro **relatório** do ano letivo, cuja cópia deve ser remetida à Inspetoria Seccional com todas as peças, isto é, de forma completa (...).

Focalizando o 4º (quarto) **curso e exames**, realizados em janeiro e fevereiro de 1958, transmitiu o coordenador dados estatísticos, a **frequência** e os **índices de aprovação**, elementos animadores que justificam o entusiasmo de tantos quantos têm tido a oportunidade de colaborar no patriótico trabalho que a CADES desenvolve em todo o país. Concluiu o orador, pedindo o apoio e a divulgação dos cursos e exames pelos inspetores presentes.

Na ordem do dia, fez o Inspetor Seccional a apresentação do **plano geral de inspeção**, previsto pela Portaria Ministerial nº373, de 12 de novembro de 1957, e organizado pela Inspetoria Seccional de Juiz de Fora, o qual delinea, de forma regimental, a sistemática administrativa dos serviços da Inspetoria

¹⁶⁴ Circular nº2, de 25/10/1954 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1954, n.p.).

Seccional. O Inspetor Seccional fez demorada e minuciosa explanação sobre o referido plano, mostrando a **distribuição dos serviços**, e disse que sua aplicação seria gradativa, já que a ampla previsão nele contida só permitirá sua total aplicação com o decorrer do tempo.

Finalmente, disse o Inspetor Seccional que o **pagamento dos inspetores** estava em dia e que os recebimentos seriam centralizados na 1ª (primeira) coletoria federal em Juiz de Fora, em dia certo, mensalmente¹⁶⁵

Assim, é válido considerar com Chaloba, Pereira (2019), que as reuniões de inspeção foram fundamentais para a veiculação dos projetos educacionais, já que “propiciavam a circulação de normas e diretrizes como também a discussão de problemas educacionais e encaminhamentos de soluções em diferentes âmbitos de atuação” (Chaloba, Pereira, 2019, p.869). Além disso, pode-se considerar que a descentralização da inspeção obteve êxito em aproximar a educação vivenciada nas instituições escolares com a administração educacional federal, tendo em vista o aumento significativo de visitas dos inspetores federais e a presença maciça destes nas reuniões realizadas pela Inspetoria Seccional de Juiz de Fora.

Contudo, vale considerar que, apesar da burocracia possuir um caráter estruturante e funcionar como uma “forma de dominação racional legal mais eficaz e duradoura”, deve-se sempre lembrar que “mesmo com o fortalecimento de todos os processos burocráticos, a liberdade ainda continua a se fertilizar no terreno da história humana” (Melo Júnior, 2010, p.157). Deste modo, nem mesmo a estruturação de uma hierárquica e extensa burocracia educacional é capaz de anular as apropriações e recriações culturais vivenciadas no ambiente escolar, por mais que tal aspecto nem sempre esteja explicitado nas fontes analisada.

5.2 AS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS SOB O OLHAR DO INSPETOR DE ENSINO

Se a inspeção federal se dedicou exemplarmente à fiscalização das atividades burocráticas das instituições escolares, à inspeção estadual, realizada especificamente nos cursos normal e primário do Colégio Nossa Senhora das Dores, coube a ênfase no acompanhamento das atividades pedagógicas, tanto as implantada nas salas de aula quanto aquelas vivenciadas no ambiente extraclasse. Retomando os quadros apresentados anteriormente (nº7 e 8), vale lembrar que as atividades pedagógicas representaram importante tema recorrentemente abordado pelos inspetores de ensino em seus relatórios e, especialmente, nos termos de visita e fiscalização. Deste modo, percebe-se que a fiscalização

¹⁶⁵ Cópia de Ata de Reunião de Inspetores, de 08/03/1958 (In: Relatório de Inspeção, 1958, n.p. – grifos meus).

das aulas apareceu nas fontes do Colégio Nossa Senhora das Dores em 58,1% dos registros da inspeção estadual e 16,2% relativos à inspeção federal, enquanto no Colégio Santo Antônio a temática representou 17% das menções. No que diz respeito às atividades cotidianas extraclasse, elas apareceram nas fontes do colégio vicentino em apenas 7,2% das menções na inspeção estadual e em 21,2% na inspeção federal. Já nas fontes da instituição franciscana, a temática está presente em 18,3% das citações. A seguir, apresento a única imagem localizada que registra alunos dentro de sala de aula no Colégio Santo Antônio, representando um momento de descontração.

Figura 28 – Alunos do Colégio Santo Antônio em sala de aula (1946)



Fonte: Arquivo pessoal de Luís Antônio Ferreira.

No acompanhamento das aulas e nas atividades cotidianas extraclasse diferentes elementos foram observados e fiscalizados pelos inspetores de ensino, sendo mencionados nos termos e relatórios. Durante todo o recorte temporal, os inspetores registraram ter assistido a aulas nas duas instituições, observando elementos como o conteúdo estudado; a metodologia, a autoridade e o manejo de classe do professor; a disciplina e dinâmica das aulas; o comportamento, envolvimento e participação discente; o número de alunos e alunas

matriculadas; além da frequência relativa ao dia da visita, sendo comum o registro nominal dos estudantes faltosos. Para Isobe (2013), o inspetor escolar assumiu a função de “prestar assistência técnica aos docentes para que o programa fosse fielmente praticado”, tornando-se necessário que “ministrassem instruções aos professores e assistisse o funcionamento da aula para apontar os defeitos e as faltas indicando o que seria preciso modificar na prática do professor” (Isobe, 2013, p.13).

As descrições e análises das aulas conferidas pelos inspetores são, em geral, elogiosas e algumas apresentam sugestões ou correções pontuais, característica que aparece nas fontes das duas instituições escolares. Em 1943, no relatório de inspeção do Colégio Santo Antônio, redigido pelo inspetor Mário de Castro Cunha, destaca que “devo consignar que todos os trabalhos do estabelecimento nos meses em apreço foram processados com inteira observância das exigências regulamentares”¹⁶⁶. No mesmo ano, o inspetor José Américo da Costa registrou em termo de visita do Colégio Nossa Senhora das Dores: “as minhas expressões de satisfação e aplauso, pelo trabalho consciente que desenvolvem neste educandário, em benefício de uma mocidade melhor, para uma Pátria mais cristã, mais bela e forte”¹⁶⁷. Alguns dias depois, o inspetor retornou à instituição e teceu comentário sobre a relevância do ensino de música ministrado pelo Tenente João Cavalcanti para as discentes, considerando “assunto que tanto suaviza, embeleza e espiritualiza o ambiente escolar e que as moças, hoje alunas e mestras amanhã, não poderão dispensar, se quiserem dar melhor cunho educativo, mais graça e encanto às escolas e aos lares que futuramente virão a dirigir”¹⁶⁸.

Aos comentários elogiosos e avaliações positivas ao trabalho pedagógico, soma-se a análise das atividades desenvolvidas em classe. Em termo de visita de 1938, o inspetor Eloy Reis registra o acompanhamento de uma aula de Desenho ministrada para as alunas do Curso Normal do Colégio Nossa Senhora das Dores:

Visita.

Março, 22 de 1939.

Desenho – Professora Irmã Celina Costa.

1º e 2º anos Normais.

Alunas matriculadas: 49 no 2º ano e 31 no 1º.

Faltaram: 1 aluna no 1º e 3 no 2º ano.

A lição era prática em 2 partes diferentes para os 2º anos, a que as alunas executavam, cada uma em seu lugar na classe, com ordem e disciplina,

¹⁶⁶ Relatório de Inspeção CSA (1943, n.p.).

¹⁶⁷ Termo de Visita de 19/05/1943 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1943, fl.81).

¹⁶⁸ Termo de Visita de 25/05/1943 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1943, fl.81).

estando sempre presente a professora que percorria toda a classe, ministrando explicações pontuais em relação aos trabalhos.

Professora e alunas bem cumpriram os seus deveres.

Eloy Reis, fiscal.”¹⁶⁹

O inspetor apresenta de modo esquemático as principais informações da aula observada e dá destaque ao modo como a atividade foi coordenada pela professora responsável, tal como a maneira com que as discentes executaram a prática proposta. Apesar de não conter um tom altamente elogioso, o que não foi uma característica dos termos redigidos pelo inspetor Eloy Reis, o profissional finaliza, ressaltando que tanto a professora quanto as alunas “bem cumpriram os seus deveres”.

Enquanto o inspetor Eloy Reis redigiu seus termos de forma direta, descritiva e com poucos adjetivos, a inspetora Carlota Ephigênia de Carvalho deu ênfase na caracterização, quase exclusivamente elogiosa, de tudo que foi observado em suas visitas ao Colégio Nossa Senhora das Dores. A inspetora, que foi ex-aluna da instituição, não poupou elogios ao estabelecimento das Irmãs Vicentinas nas décadas em que atuou como inspetora e professora. O termo a seguir é exemplar neste sentido:

Termo de Visita.

Das aulas que venho assistindo na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, continuo mantendo a ótima impressão registrada em termos anteriores.

De interesse, confiança e entusiasmo o ambiente da Escola.

Louvável a conduta das alunas durante as aulas. Os exercícios e sabatinas realizados com regularidade merecem dos professores especial atenção.

Tomou parte a Escola na concentração comemorativa do Dia da Pátria, havendo desfilado em seguida, garbosamente pelas ruas da cidade.

À Revma. Irmã Secretária da Escola peço deste uma cópia visada pela Revma. Irmã Diretora.

São João del-Rei, 26 de setembro de 1949.

Carlota Ephigênia de Carvalho, fiscal.¹⁷⁰

Em geral, a inspetora não registrava em seus termos informações específicas das atividades observadas em sala de aula, enfatizando sempre atividade extraclasse, sendo as solenidades cívicas um tema de sua predileção. É interessante observar que, apesar de serem muito citadas, poucas fontes apresentam informações minuciosas sobre as aulas, sendo o inspetor Eloy Reis uma exceção neste sentido. Por outro lado, os espaços escolares e as

¹⁶⁹ Termo de Visita de 22/03/1939 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização, 1939, fl.53).

¹⁷⁰ Termo de Visita de 26/09/1949 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização, 1949, fl.98).

práticas menos rotineiras do cotidiano escolar receberam atenção especial em diferentes tipologias documentais. Esta característica é ainda mais marcante ao se considerar as fotografias das duas instituições, que apresentam incontáveis representações de corpo discente e docente, solenidades cívicas, competições esportivas, espaços escolares etc., porém, sem registros de atividades executadas em classe. A figura apresentada anteriormente, referente a alunos em sala do Colégio Santo Antônio, foi a única localizada e representa muito mais um momento de descontração dos alunos do que necessariamente uma atividade pedagógica. Do Colégio Nossa Senhora das Dores, as salas de aula foram representadas com ênfase apenas em sua materialidade, como a figura destacada a seguir.

Figura 29 – Sala de aula do Colégio Nossa Senhora das Dores (s.d.)



Fonte: Acervo do Colégio Nossa Senhora das Dores

Apesar de poucas descrições das aulas, o método do corpo docente foi um tema que obteve maior interesse dos inspetores de ensino. Assim, a dinâmica das aulas, o manejo de classe, a disciplina da turma, o método utilizado e o domínio do conteúdo são elementos que aparecem, esporadicamente, registrados nas atas.

Em termo de 1950, a inspetora Carlota Ephigênia de Carvalho tratou da utilização de métodos variados para o ensino, destacando que as professoras do Colégio Nossa Senhora das Dores procuravam: “despertar nas alunas o gosto pelo estudo usando-se para isto de meios variados entre os quais arguições, exercícios escritos, debates etc. Desta maneira, o ensino

deixa de ser monótono e cansativo”¹⁷¹. Ou ainda, em termo de 1959: “arguições e sabatinas realizadas com frequência, visando despertar nas alunas o interesse pelo estudo e um melhor aproveitamento”¹⁷².

Em 1941, o inspetor federal Mário de Castro Cunha fez detalhado relatório tratando dos do desenvolvimento pedagógico executado pelas professoras do curso ginásial do Colégio Nossa Senhora das Dores, no qual apresenta minuciosamente a metodologia utilizada em cada disciplina, sem citar, contudo, as respectivas professoras:

Explicação Geral sobre os métodos de ensino empregados no estabelecimento e o resultado obtido

De início, devo ressaltar que os resultados obtidos pelas alunas em 1941 foram satisfatórios. Em ligeiras palavras direi o que foi realizado no ensino das diversas disciplinas do curso.

Português - Houve sempre a preocupação de ser ministrado um ensino prático, através da leitura de trechos de prosa e verso. Na interpretação desses trechos faziam as alunas aplicação de regras gramaticais e deles tiraram assunto para produções quer orais quer escritas, como sejam fábulas, contos e narrações.

Foi usado para o ensino dessa disciplina o método direto intuitivo, como nos anos anteriores.

Francês - O método observado no ensino desta cadeira foi o direto.

Na primeira série receberam noções sobre os sons das letras, para em seguida conhecerem vocábulos convenientes, como os objetos escolares, alimentação, família, vestuário, corpo humano, animais, cores, dias da semana etc.

Com esses conhecimentos, as alunas construíram frases. Foram feitos exercícios escritos e orais, leitura, ditado, versões e traduções etc.

Na segunda série foram observadas as mesmas diretrizes, guardando o desenvolvimento da classe.

A parte gramatical foi ensinada por escrita e leitura de trechos comentados e interpretados.

Na terceira série, ainda observando a capacidade das alunas, o estudo foi progressivo. Os exercícios fraseológicos muito contribuíram para a aquisição de grande número de vocábulos e as leituras deram grande desenvolvimento à conversação.

A par da utilização de provas e correções usadas para facilitar a compreensão das alunas, foi ministrado o ensino da gramática, também aplicada à leitura de trechos.

Foram obtidos resultados muito satisfatórios.

Inglês - Para o estudo dessa disciplina foram observadas as mesmas tratadas para o francês e pude verificar o adiantamento das alunas que apresentaram esplêndido conhecimento da matéria.

¹⁷¹ Termo de Visita de 21/10/1950 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1950, fl.1).

¹⁷² Termo de Visita de 14/10/1959 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1959, fl.27).

História da Civilização - A atenção das alunas foi despertada para o conhecimento das Civilizações Antigas e muito especialmente para os assuntos do programa que dizem respeito ao Brasil.

Foram sempre usadas as cartas geográficas para que as alunas tivessem conhecimento exato das regiões onde se desenvolveram os fatos executados.

Houve preocupação para que não sobrecarregasse a memória das estudantes.

Ciências - O estudo de Ciências foi feito com o intuito de despertar o interesse das alunas, dando-se a este estudo um caráter prático. Realizam-se sempre experiências e formularam-se problemas desde que o ponto tratado as comportasse.

Desenho - O programa foi ministrado conforme as exigências regulamentares, dando-se desenvolvimento à matéria de acordo com o adiantamento da classe.

Matemática - Teve um caráter prático o ensino dessa disciplina, na primeira e, também, na segunda e na terceira séries.

Ao terminar este comentário devo assinalar que os resultados gerais das alunas deste estabelecimento foram satisfatórios, tendo-se em vista o rigor necessário registrados em atas escolares, como o atestam os documentos remetidos a esta diretoria¹⁷³.

No trecho, o inspetor faz uma descrição metodológica das aulas, destacando sempre o “caráter prático” das atividades pedagógicas, a partir da utilização de “método direto intuitivo”, visando desenvolver o aprendizado das estudantes sem supervalorizar práticas de memorização conteudista. Para tal, a utilização de cartas geográficas e a ênfase na experiência e formulação de problemas foram os caminhos mais empregados pelas professoras. E finaliza, frisando que “os resultados gerais das alunas deste estabelecimento foram satisfatórios” e que a documentação comprobatória seria devidamente remetida à Diretoria do Ensino Secundário. Para Nascimento (2010), à inspeção escolar foi atribuída a função de “promover a aplicação dos modernos métodos de ensino, cuidar das condições de funcionamento da sala de aula, observar os conteúdos que eram ministrados pela professora e suas habilidades em ministrá-los”, transformando o inspetor em “uma espécie de guardião dos objetivos que as reformas de ensino propugnavam” (Nascimento, 2010, p.8).

Assim, é possível considerar com Isobe (2013) que os inspetores assumiram, em diversos momentos, o papel de modeladores do ensino, utilizando-se de *estratégias* para o ajustamento da prática docente e, conseqüentemente, das práticas escolares. Deste modo, estes profissionais adotaram a função de mediação entre as *estratégias* de conformação pedagógica e as práticas vivenciadas nas instituições escolares, a partir de atenção especial à atividade docente. Nos termos da autora:

¹⁷³ Relatório de Inspeção CNSD (1941, n.p. – grifos originais).

Os modeladores do ensino faziam, assim, a mediação entre as estratégias de modelagem das práticas culturais, segundo seus princípios instituintes e as práticas alvo dessas estratégias de modelagem: a prática docente. Neste sentido, a inspeção técnica do ensino pode ser entendida como dispositivo de formação docente que buscava modelar a prática do professor no seu próprio local de trabalho: a sala de aula (Isobe, 2013, p.16).

O inspetor ocupou, nesta perspectiva, o “*lugar* de um intérprete autorizado” cuja atuação visava a implantação de metodologias educacionais, a fim de “aproximar as práticas dos professores das regras estabelecidas na conformação do modelo escolar mineiro” (Isobe, 2013, p.16).

Além do acompanhamento presencial nas aulas, as orientações didático-metodológicas empenhadas pelos inspetores de ensino aconteciam também nas reuniões do corpo docente do Colégio Santo Antônio (em 0,4% dos registros) e do Colégio Nossa Senhora das Dores (representando 0,3% na inspeção estadual e 0,8% na inspeção federal). Foi possível encontrar registros recorrentes que apontaram a presença regular dos inspetores nas reuniões de professores dos estabelecimentos, tanto na fiscalização federal quanto estadual, de modo a acompanhar os trabalhos de planejamento e análise do rendimento escolar. Além disso, ao longo do ano, algumas reuniões eram convocadas e presididas pelos próprios inspetores de ensino, visando a orientação de determinada prática ou mesmo a apresentação de reformas ou mudanças na legislação educacional. Para citar um exemplo, em 1958 foi determinada pela Inspetoria Seccional de Juiz de Fora a execução de uma reunião para os professores, que seria coordenada pelo inspetor de ensino e abordaria temas minuciosamente orientados previamente:

Of. Circ. n.324/58.

Em 16 de maio de 1958.

Senhor Inspetor do Ginásio Santo Antônio.

São João del-Rei.

Atendendo a que a inspeção federal nos estabelecimentos de ensino secundário equiparados e reconhecidos tem como **finalidades precípua assegurar a ordem, a regularidade e a eficiência escolares** obedecidos os legítimos **interesses do ensino e os preceitos legais vigentes**, recomendo-vos, com especial interesse, que, no mês de maio corrente, de acordo com a direção desse estabelecimento se realize **uma reunião do Corpo Docente sob a vossa presidência**, a fim de serem fixadas **normas gerais para os trabalhos de processamento das provas parciais**, atendendo às condições fixadas pela legislação vigente.

Sugiro-vos sejam examinados naquela reunião os dispositivos regulamentares sobre o assunto, notadamente:

- a) Elaboração do **horário** (atender as reposições de aula e o disposto nos dispositivos 1, 2 e 3 do Art.49 da Port.501);
- b) Fixar medidas para que haja certa **unidade nos trabalhos das provas**, tendo em vista as relações dos **pontos**, às **questões** a serem apresentadas, a sua **cotação e critério** de julgamento;
- c) Encarecer providências a fim de que sejam os alunos bem-informados sobre **segunda chamada** nos casos típicos, bem assim sobre revisão de provas;
- d) Interessar junto à direção para que seja cumprido o disposto no art.53 da referida Portaria 501;
- e) Dar orientação sobre a realização dos trabalhos para que a inspeção seja eficiente e de decisiva colaboração.

Até o dia 30 de maio deveis enviar a esta Inspeção um Relatório de Inspeção de acordo com o esquema anexo, composto de duas partes: uma de caráter administrativo e outra de orientação.

O relatório em apreço ratifica a validade dos termos de visita como comprovação dos trabalhos do mês.

Atenciosas saudações,

Manoel Lamas de Andrade - Inspetor Seccional¹⁷⁴.

Seguindo as determinações da circular citada, o inspetor Altivo Sette agendou a reunião, registrando: “visitei hoje o Ginásio (...). Fixei a reunião dos professores para dia 29, às 2h da tarde”¹⁷⁵. Dois dias depois, novo termo é redigido, destacando que “visitei hoje o Ginásio, onde se realizou a reunião do corpo docente, de acordo com as instruções (circular n.324/58) da Seccional”¹⁷⁶. Na ata da reunião, lavrada no próprio livro de visita, registra-se que o inspetor abordou os temas, seguindo as orientações regulamentares e finaliza: “o inspetor agradeceu aos professores e ao Revmo. Diretor pelo comparecimento à reunião. Acrescentou que a presença de todos valorizava nesta cidade a campanha pelo aperfeiçoamento do ensino secundário no Brasil e estava de acordo com a respeitável tradição do Ginásio Santo Antônio”¹⁷⁷.

Assim, é possível considerar que, com o “estímulo de sua presença” (Gonçalves, 2012, p.4), o inspetor escolar atuou no sentido de investir na consolidação de determinado projeto educacional, adequado segundo o contexto ideológico e político vivenciado.

Além da observação das práticas pedagógicas implantadas em sala de aula, os inspetores de ensino também teceram comentários de atividades extraclasses, figurando como

¹⁷⁴ Ofício Circular n. 324/58, de 16/05/1958 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1958, n.p. – grifos meus).

¹⁷⁵ Termo de Visita de 27/05/1958 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CSA, 1958, fl.5).

¹⁷⁶ Termo de Visita de 29/05/1958 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CSA, 1958, fl.5).

¹⁷⁷ Ata de Reunião de Professores de 29/05/1958 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CSA, 1958, fl.6).

uma ação recorrentemente registrada nas fontes, que englobaram desde aulas na biblioteca, sessões de cinema, tarefas no salão de estudos, peças de teatro, apresentações musicais, grêmios literários e esportivo etc. Muitas destas atividades, denominadas como “instituições escolares”, possuíam forte caráter de formação cívica e serão analisadas em tópico futuro, porém, vale adiantar que possuíam um caráter formativo complementar e eram extremamente valorizados pelos estabelecimentos de ensino, estando sob o olhar atento dos inspetores. Além disso, a implantação das “instituições escolares” nos estabelecimentos de ensino figurou como tema em diversos regulamentos, especialmente a partir das reformas educacionais do governo Vargas. Assim, no Decreto nº 11.501 (de 31/08/1934), citado anteriormente, determina, em seu art.242 que a socialização nas escolas “se fará através das organizações escolares, técnicas e sociais, tais como: conselho de estudantes, conselho de classe, auditórios, excursões, palestras dos alunos, conferência dos professores, publicações escolares etc.” (Minas Gerais, 1934, p.744). E continua, no art. 245, que se deve orientar a organização das “instituições escolares”, tais como: “clubes de leitura, auditórios, ligas da bondade, pelotão de saúde, excursões, pequeno escoteirismo, jornais escolares, museu, bibliotecas infantis, associação de pais e mestres, caixa escolar etc.” (Minas Gerais, 1934, p.745).

Voltando-se para as fontes dos colégios, destaco trecho de ata de 1961, na qual o inspetor Altivo Sette acompanha algumas destas atividades no Colégio Nossa Senhora das Dores: “no decorrer desta semana as professoras Dulce Costa e Carlota Carvalho farão preleções sobre Monteiro Lobato, conforme solicitei-lhes hoje. Visitei a Biblioteca e sala de leitura, onde sempre se encontra uma turma em atividade cultural”¹⁷⁸. Voltando-se às associações estudantis, o inspetor Mozart Novais cunhou termo em visita realizada em 1941 no Colégio Nossa Senhora das Dores, no qual aponta que “clubes literários, esportivos, círculos de estudos e grêmios recreativos existem no estabelecimento como parte de difusão cultural, educativa e práticas sociais bastante lucrativas”¹⁷⁹. Ou ainda, quase duas décadas mais tarde, a inspetora Carlota Ephigênia de Carvalho registrou: “em grande atividade os vários Grêmios Literários organizando sessões comemorativas, reuniões interessantes e de alto valor educativo, favorecendo assim a aquisição de um maior cabedal de conhecimentos necessários a uma boa formação”¹⁸⁰.

Para além da opinião positiva sobre os impactos formativos relevantes de tal tipo de prática pedagógica, os inspetores de ensino nem sempre se restringiram a acompanhar

¹⁷⁸ Termo de Visita de 17/04/1961 (Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1961, fl.23)

¹⁷⁹ Termo de Visita de 02/12/1941 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1941, fl.67).

¹⁸⁰ Termo de Visita de 25/10/1959 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1959, fl.27).

externamente as ações executadas, havendo momentos que participaram diretamente de sua aplicação. O termo a seguir é emblemático neste sentido, já que demonstra a presença da inspetora Carlota Ephigênia na reunião de uma destas associações estudantis, em 1941:

Visitando o estabelecimento, tive a oportunidade de presidir a reunião do Centro de Cultura Vernácula, atividade essa de cuja finalidade darei parte em relatório ao Exmo. Sr. Superintendente de Ensino Secundário e Superior.

Louvo a feliz iniciativa da Revma. Irmã Helena de Figueiredo, professora de Português, realizando o esplêndido movimento do qual se poderá esperar vigorosa renovação no estudo da língua entre as alunas da Escola.

Com vivo entusiasmo se dedicam as mesmas a esta realização, interessando-se para que as reuniões se processem com regularidade.

Na qualidade de fiscal permanente felicito a Diretoria, corpo docente e discente pelo trabalho consciencioso que desenvolvem no educandário¹⁸¹.

Do mesmo modo, muitas associações estudantis fizeram parte da formação empreendida no Colégio Santo Antônio. Um dos grêmios mais importante e amplamente tratado nas fontes escolares foi o Grêmio Literário Jackson de Figueiredo, fundado em 1938. Segundo consta em publicação do jornal *O Porvir*, a citada associação estudantil tinha por função dedicar-se aos estudos da língua vernácula, por meio da “leitura sadia” e do aprofundamento, por meio da discussão, escrita e discursos acerca de temas diversificados, selecionados pelos associados. Segundo apontam as fontes, todas as atividades da associação eram organizadas pelos alunos integrantes e contavam com a orientação de um professor, geralmente, responsável pelo ensino de Português. Para complementar as atividades da agremiação, em 1943 foi fundada a Biblioteca do Grêmio, que passou a comprar obras e a aceitar doações de livros e revistas, chegando rapidamente a possuir “mais de cem volumes de boa e sadia leitura para os sócios”¹⁸². Anualmente, o Grêmio Literário Jackson de Figueiredo era reorganizado, a partir da convocação dos associados a novas eleições, na qual se elegia pelo voto direto o presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e oradores que assumiria a agremiação no ano letivo que se iniciava. Essa organização era realizada pelos alunos dando-lhe, portanto, autonomia e liderança na coordenação de atividades da associação. Em texto publicado no jornal estudantil *O Porvir*, em 1946, os estudantes apresentam as principais atividades executadas pela agremiação:

¹⁸¹ Termo de Visita de 31/05/1947 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1941, fl.98).

¹⁸² Grêmio Literário Jackson de Figueiredo (In: *O Porvir*, n.º 325, ano XX, dezembro de 1943, p.2).

Como esperávamos, o Grêmio tem progredido sempre animado pelo entusiasmo dos seus sócios (...). Contamos atualmente com vinte sócios, e aqui observo que nos vale mais a qualidade do que a quantidade. O nosso entusiasmo cresce dia a dia. Os **discursos** apresentados vão se aperfeiçoando a cada sessão que passa. Começamos a princípio com reuniões quinzenais passando agora para sessão semanal.

Farei agora um rápido esboço de como empregamos o tempo concedido para as nossas reuniões: cinco oradores designados pelo presidente na sessão anterior **apresentam seus trabalhos**, em seguida **fala o cronista** da semana, seguido pelo **crítico da sessão passada**. O presidente **deixa livre a palavra**. Esta hora é geralmente aproveitada para se tratar dos assuntos de interesse para o Grêmio. Quase no fim, o **presidente designa um ou mais alunos para falarem de improviso**, encerra-se deste modo a sessão.

Outro assunto que veio animar os sócios foi o reaparecimento d'*O Porvir* que este ano sai pela primeira vez¹⁸³.

Pela descrição realizada pelos associados é possível perceber elementos que indicam aptidões e habilidades almejadas nesse tipo de prática escolar, vistas como importantes para a futura atuação profissional dos jovens alunos. A atividade descrita também busca ressaltar a participação efetiva dos associados em todas as fases da organização da agremiação, preparando o material a ser apresentado, liderando as reuniões, determinando temas e atividades a serem realizadas, recolhendo e contabilizando as mensalidades, destinando tais verbas para a compra de livros e fundando biblioteca específica para a agremiação.

Vale ressaltar que, esse tipo específico de prática escolar possuiu características próprias de sociabilidade e de objetivos formativos. Em outras palavras, percebe-se, a partir da observação das práticas realizadas nessa associação, que se buscava desenvolver características e habilidades nos alunos consideradas essenciais para seus futuros profissionais. Assim, era concedida aos alunos certa autonomia em suas atividades, buscando desenvolver seu dinamismo e iniciativa pessoal frente à organização de todos os aspectos administrativos da associação, que passava por eleições anuais com hierarquia interna, arrecadação de recursos e doações, prestação de contas, definição de pautas, conteúdos e métodos de trabalho, organização de eventos e investimentos e organização de material didático etc. Estas práticas buscavam formar sujeitos autônomos, dinâmicos, criativos, organizados e que soubessem liderar atividades administrativas e de chefia. Ao mesmo tempo, as atividades da associação desenvolviam habilidades ligadas à formação intelectual, moral (por meio da “leitura sadia”) e a sociabilidade desses alunos, envolvendo-os em eventos e valorizando a prática da oratória. Tais habilidades também eram consideradas importantes

¹⁸³ Bruzzi, Moreira. Grêmio Literário Jackson de Figueiredo. (In: *O Porvir*, nº334, ano XXII, agosto de 1946, p.1).

para as possibilidades profissionais almejadas a estes alunos, frisando o caráter formativo elitista que o ensino secundário possuiu durante todo o período estudado. Obviamente, essa autonomia concedida aos alunos era limitada e coordenada a partir de um professor, que acompanhava as atividades realizadas e orientava os discentes na sua execução. Neste sentido, o elemento da *estratégia* formativa das atividades é ressaltado, já que a coordenação do professor possibilitaria a valorização das habilidades almejadas pela instituição de ensino. Para Dallabrida, Mello (2013), esse tipo de atividade escolar buscava desenvolver “habilidades como oratória, organização de eventos e a própria organização da associação”, sendo estas aptidões “preparatórias para as suas carreiras profissionais”. Assim, o tipo de prática desenvolvida era compreendido como adequada ao grupo social ao qual se pretende formar, possuindo um “caráter elitista e um recorte masculino de sua clientela” (Dallabrida, Mello, 2013, p.584).

Por fim, vale frisar que a atuação da inspeção de ensino sobre as práticas pedagógicas, tanto em sala de aula quanto extraclasse, consistiu em importante mecanismo implantado no longo processo de transformação e expansão educacional no Brasil, marcado por renovação didática. Assim, a inspeção escolar visava valorizar, registrar e divulgar ações e práticas educacionais inovadoras implantadas nas instituições de ensino, e consequentes, em certa medida, “da atuação vigilante e diligente do serviço de inspeção” (Chaloba, Pereira, 2019, p.866).

5.3 APROVEITAMENTO ESCOLAR: A INSPEÇÃO DAS PROVAS E EXAMES

Uma das atribuições que marcaram com certa equivalência os registros referentes à inspeção estadual e federal refere-se ao acompanhamento das avaliações escolares. Em dados quantitativos, a fiscalização de provas e exames apareceu em 20,9% dos registros de inspeção estadual e 21,1% da inspeção federal no Colégio Nossa Senhora das Dores. No que se refere ao Colégio Santo Antônio, a atividade foi registrada em 22,2% das fontes, representando, portanto, uma atividade significativa na atuação dos inspetores de ensino.

O acompanhamento das atividades avaliativas nas instituições estudadas não se limitava apenas à conferência dos registros de notas e aproveitamento realizados nos boletins ou relatórios de inspeção. Os inspetores, além de empenhar a conferência documental das atividades avaliativas, atuavam diretamente em seu planejamento, organização e correção. Assim, eles acompanhavam a aplicação das provas e muitas vezes integravam as bancas

examinadoras; participavam diretamente do sorteio dos temas a serem cobrados, especialmente, nas provas orais; fiscalizavam o comportamento dos alunos e alunas, identificando e punindo os desvios e transgressões; além de mediar ou decidir sobre conflitos entre discentes e instituições escolares em torno de questões relacionadas às avaliações. Em correspondência, de 1948, o diretor do ensino secundário Haroldo Lisboa da Cunha fala sobre as funções dos inspetores nas provas:

Todos os atos relativos às provas escritas têm a assistência de um inspetor, que acompanha a sua realização, visa o papel distribuído, fiscaliza a atitude dos alunos e, indiretamente, a do professor, examina e sorteia os pontos, verifica as questões formuladas e o critério de julgamento e, o que é mais importante, providencia para que as provas, depois de corrigidas e identificadas, sejam sempre vistas pelos alunos, a fim de que estes conheçam seus erros e reclamem o que, de direito, ao professor.¹⁸⁴

Deste modo, é possível perceber grande demanda de trabalho atribuído aos inspetores nos períodos de provas, o que exigia um maior número de visita, ou mesmo, levava à designação temporária de fiscais externos para auxiliar os profissionais regulares na atribuição de suas funções. Tal mecanismo foi comum em diferentes períodos estudados, como demonstra a correspondência recebida em 1947, na qual registra a designação de inspetor especialmente para acompanhamento da aplicação e correção das avaliações: “comunico-vos que designei o inspetor Mário de Castro Cunha para a fiscalização de provas parciais e para responder os expedientes de turmas”¹⁸⁵.

Como mencionado anteriormente na presente pesquisa, o ano escolar era atravessado por diferentes tipos de avaliações, que em meses específicos, transformavam a rotina escolar. Em janeiro ou fevereiro, a depender do ano, eram aplicados os exames de admissão, realizados antes do início do ano letivo, sendo a aprovação neste exame obrigatória para a efetivação da matrícula dos estudantes. Em geral, em junho, ocorriam as provas parciais ou exames de primeira época e as provas orais, que avaliavam os conteúdos trabalhados nos primeiros meses do ano. Em novembro ou dezembro ocorriam os exames finais (escritos ou orais), que encerravam as atividades avaliativas do ano escolar. Por fim, ocorriam em janeiro ou fevereiro os exames de segunda época, para aqueles estudantes que não alcançaram a média exigida para a aprovação, consistindo em uma recuperação anual. Aos inspetores caberiam, no período de provas, intensificar suas atividades de fiscalização, garantindo que

¹⁸⁴ Correspondência de 19/01/1948 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1948, n.p.).

¹⁸⁵ Correspondência de 21/06/1947(In: Relatório de Inspeção CSA, 1947, n.p.).

fossem “realizadas dentro das normas regulamentares”¹⁸⁶. Em correspondência de outubro de 1940, o inspetor José Antônio de Carvalho em sua inspeção no Colégio Santo Antônio, registrou que na prova de admissão de História, – “o aluno deve ser chamado a discorrer resumidamente sobre o ponto sorteado, sendo ainda aconselhável perguntas sobre as grandes datas e os grandes vultos da História Pátria”¹⁸⁷. Dois anos antes, o inspetor Eloy Reis, em 1938, apresentou o acompanhamento na aplicação das provas finais no Colégio Nossa Senhora das Dores:

Termo de Visita.

Dia 29 de novembro de 1938.

Prova escrita de Educação Física.

Professora Irmã Ângela Neves.

Compareceram todas as alunas matriculadas. Fez-se a prova observando-se as disposições regulamentares, como para as demais, após o que, a Sra. Professora passar ao respectivo julgamento e a transmissão das notas em sua caderneta para o posterior registro no livro próprio na secretaria.

Eloy Reis, fiscal.¹⁸⁸

Do mesmo modo, o inspetor Mozart Novais, designado especificamente para auxiliar o inspetor na aplicação das provas do Colégio Nossa Senhora das Dores em 1941, registrou em livro de visitas, salientando “que processadas com mister a regularidade e a observância regulamentar”, as avaliações “evidenciaram o elevado grau de cultura docente do estabelecimento, sua capacidade e zelo profissional, seja pelo aproveitamento apresentado pelas alunas, seja pela exigência na arguição e escrupulo no julgamento das provas”¹⁸⁹.

Para além da “capacidade e zelo profissional” do corpo docente, do aproveitamento satisfatório das alunas ou da “exigência na arguição e escrupulo no julgamento das provas”, os inspetores de ensino dedicavam-se também à observação do comportamento de alunos e alunas, conferindo-lhes elogios ou punições, a depender de seu procedimento. Em 1949, a inspetora Carlota Ephigênia de Carvalho, como era de seu feitio, teceu elogios ao desempenho das alunas nas provas parciais, registrando “a admirável conduta das jovens estudantes durante as provas é de maneira a comprovar a perfeita orientação que recebem”¹⁹⁰. Porém, nem sempre o comportamento dos discentes foram merecedores de elogios similares, como foi o caso registrado em 1958 pelo inspetor Altivo Sette, em aplicação de prova final no

¹⁸⁶ Termo de Visita de 03/05/1951 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1951, fl. 2).

¹⁸⁷ Correspondência de 26/10/1940 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1940, n.p.)

¹⁸⁸ Termo de Visita de 29/11/1938 (Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1938, fl.45).

¹⁸⁹ Termo de Visita de 02/12/1938 (Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1938, fl.64).

¹⁹⁰ Termo de Visita de 20/06/1949 (Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1949, fl.98).

Colégio Santo Antônio: “confirmei grau zero ao aluno, surpreendido fraudando a prova”¹⁹¹. Ou ainda, em relato do inspetor de exames Mozart Novais em 1941, no qual elogia a diretora do Colégio Nossa Senhora das Dores, que “cultiva a operosidade, rigor disciplinar sem excesso e grande espírito de justiça são atribuídos que presidem a ação dessa experimentada educadora” e que, com sua experiência de educadora, “tão dinâmica e perspicaz que de fora de uma das salas de exame, na sua louvável vigilância, pode entrever uma aluna em prova utilizando ‘cola’ e esta, surpreendida, sofreu as sanções do artigo 7º das Instruções baixadas para os exames”¹⁹².

Os questionamentos e conflitos em torno das avaliações escolares, desde sua aplicação até o seu aproveitamento, também passavam pelo crivo dos inspetores de ensino, que, muitas vezes, atuaram como mediadores dos atritos ou, em casos mais graves, o direcionaram para solução em instâncias superiores da administração educacional. Em 1956, o inspetor Altivo Sette adotou esta postura frente à reclamação de um aluno sobre os resultados obtidos em Exame de Admissão ao Colégio Santo Antônio, registrado em documento direcionado à secretaria do estabelecimento:

À Secretaria do Ginásio.

O estudante Simas de Castro Veras reclamou, verbalmente, o resultado dos exames de Admissão, informando que iria pedir revisão. Depois de ter visto as provas escritas do referido exame, e nos termos do art.55 da Port.501, informo que não concordarei com o pedido de revisão, caso seja formulado, por não ter havido “erro manifesto”.

Solicito informar decisão ao interessado, caso volte a reclamar¹⁹³.

Contudo, o conflito mais grave observado nas fontes ocorreu no Colégio Santo Antônio e exigiu não apenas a mediação do inspetor Altivo Sette, mas um acompanhamento mais próximo da Inspetoria Seccional de Juiz de Fora para a sua resolução. Os conflitos ocorreram em dezembro de 1957, sendo as correspondências referentes anexadas ao primeiro relatório de inspeção do ano seguinte. A primeira correspondência foi enviada em 20 de dezembro de 1957 por intermédio da Inspetoria Seccional de Juiz de Fora, remetendo ao inspetor Altivo Sette denúncia realizada por pai de aluno, reclamando de possíveis irregularidades na aplicação de uma prova:

¹⁹¹ Termo de Visita de 20/11/1958 (Livro de Termos de Visita e Fiscalização CSA, 1958, fl.9).

¹⁹² Termo de Visita de 02/12/1941 (Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1941, fl.64).

¹⁹³ Correspondência de 05/12/1956 (Relatório de Inspeção CSA, 1956, n.p.).

Dr. Coordenador do Ensino Secundário.

Inspetoria Seccional de Juiz de Fora.

I - O abaixo assinado, João Cabello Bidart, requer a V.S. a anulação dos exames orais de São João del-Rei, nos primeiros dias de dezembro do corrente ano, pelos motivos seguintes:

a) As bancas examinadoras não foram formadas de acordo com a legislação do ensino em vigor.

b) Os exames orais foram feitos com bancas irregulares, sem que houvesse sido observada a lista de sorteio de pontos.

c) Não houve em todo o Ginásio exames orais de matemática, e, sim, uma segunda prova escrita.

d) Quando o requerente procurou entendimento com o senhor diretor do estabelecimento, por tratamento desigual e antipedagógico dado a seu filho, em uma banca de exame, foi por esse diretor tratado com estupidez, desrespeito e violência, o que não é muito recomendável a um estrangeiro que aguarda a aprovação de seu nome pelo Ministério de Educação e Cultura, para diretor de um estabelecimento de ensino.

II - Aguardo com a possível urgência o pronunciamento dessa Coordenação para entrar ou não, em Juízo local, com uma ação contra o Ginásio Santo Antônio de São João del-Rei.

João Cabello Bidart¹⁹⁴.

O conflito, iniciado a partir de suposta irregularidade no sorteio de pontos do exame oral, culminou em embate entre o pai do estudante e o diretor do Colégio Santo Antônio, Frei Beno van Buijtenen que, segundo o reclamante, como um “estrangeiro que aguarda a aprovação de seu nome pelo Ministério de Educação e Cultura, para diretor de um estabelecimento de ensino” não deveria ter agido de modo violento e desrespeitoso ou ter adotado postura antipedagógica frente ao discente. Em resposta, o diretor franciscano redigiu documento direcionado ao inspetor Altivo Sette, no qual conferiu sua versão dos fatos, como demonstra trecho exibido a seguir:

O pai dum aluno, o sr. João Cabello Bidart veio muito alterado reclamar contra o fato de ter sido sorteado um ponto para a turma da qual fazia parte o filho dele. Veio armado e chegou a sacar do revólver, ameaçando-me de morte, isto em presença do secretário e da secretária do Ginásio, que podem testemunhar a verdade dos fatos.

A questão girou sobre a obrigatoriedade em sortear um ponto nas provas finais. Conforme a interpretação há vigor há uns dez anos, no nosso Ginásio, a lei não exige pontos para as provas finais, em contraste com as outras provas em que se exige expressamente. Era até hoje a prática no Ginásio, se bem que alguns professores continuam a sortear pontos. As provas correram como sempre no Ginásio, sem nunca ter havido reclamação de lado nenhum.

¹⁹⁴ Correspondência de 20/12/1957 (Relatório de Inspeção CSA, 1958, n.p.).

Não dei maior importância ao ocorrido, julgando que era uma coisa passageira. Parece, no entanto, que o Sr. Bidart está procurando explorar o incidente, aliás, lamentável da parte dele.

O único motivo que ele alegou para sacar a arma, conforme as suas próprias palavras, em presença das pessoas mencionadas, foi de eu ter falado alto com ele, o que não constitui crime numa discussão, na minha opinião¹⁹⁵.

Frente às diferentes versões do conflito, o inspetor Altivo Sette remeteu à Inspetoria Seccional esclarecimentos sobre o caso, apresentando que o requerente, “pai de um aluno externo, pleiteia anulação dos exames orais da 2ª série ginásial, à qual pertence seu filho, que, não tendo obtido resultado para promoção à série seguinte, terá que fazer 2ª época”. Na correspondência, Altivo Sette apresenta sua interpretação da situação, esclarecendo que “que as pretendidas irregularidades não foram por mim notadas, na ocasião dos exames” e apontando o modo indevido ao qual foi interpelado pelo pai do estudante, tendo recebido “em minha casa reclamação verbal do requerente, e que dizia respeito unicamente ao não sorteio de pontos”. E finaliza, direcionando a Inspetoria Seccional a justificativa por não ter atendido as solicitações do solicitante, argumentando que “o que não podia era anular exames, baseado em reclamação verbal, em atmosfera conturbada, e sem a prévia audiência dessa respeitável Seccional” e reafirmando “não ter notado irregularidades, por ocasião das orais. Notadas que fossem, teria eu procedido de acordo com a legislação, sem demoras nem vacilações”¹⁹⁶.

O conflito apresentado (mais comum no ambiente escolar do que se possa supor) é emblemático no sentido em que demonstra, ao mesmo tempo, a atuação do inspetor de ensino como autoridade educacional na instituição, chamado a intervir em uma situação de grave embate, mas também como um agente de autonomia limitada, devendo se reportar aos órgãos, no caso, federais para a resolução de conflitos, sendo, inclusive, impelido a dar explicações sobre sua conduta. O inspetor de ensino atuou, portanto, em *lugar* ambíguo, já que inspecionava o ambiente e as práticas escolares na mesma medida em que era inspecionado no exercício de seus deveres. Atuava entre *estratégias* e *táticas*, agindo, por vezes, revestido de autoridade como representante de um governo, e, por outras, buscando, ele mesmo, se esquivar das cobranças e sanções empenhadas por este poder instituído.

Por fim, vale retomar que, desde os primeiros anos do século XX, a presença cada vez mais recorrente dos inspetores de ensino dentro dos educandários teve como pano de fundo o objetivo de alcançar maior eficiência escolar, especialmente em um contexto com altas taxas

¹⁹⁵ Correspondência de 21/12/1957 (Relatório de Inspeção CSA, 1958, n.p.).

¹⁹⁶ Todos os trechos extraídos de correspondência de 21/12/1957 (Relatório de Inspeção CSA, 1958, n.p.).

de reprovação e evasão (Palma Filho, 2015a). A busca por melhorias nos índices de rendimento passava, na perspectiva oficial, por um efetivo sistema de fiscalização implantado no ensino, agindo, assim, no sentido de culpabilizar instituições e professores pela ineficiência educacional. Em suas pesquisas, as autoras Ligeiro, David, Lopes (2021) indicam que, as autoridades “atribuíam esses problemas às técnicas de ensino, à assiduidade de professores e de alunos e à imaturidade e à saúde dos alunos”. Em outros termos, “as causas desse problema estariam relacionadas aos papéis desempenhados pelos professores e pelos alunos e não especificamente ao programa educacional e se esse realmente atendia às especificidades do alunado” (Ligeiro, David, Lopes, 2021, p.6).

Considerando o papel do professor como central na eficiência escolar, a atuação docente era fortemente acompanhada pelos inspetores, que, além de fiscalizar as atividades pedagógicas, assistindo aulas, ministrando aulas-modelo, orientando a ação docente, os inspetores conferiam também importante atenção aos processos de avaliação, vistos como o mecanismo central na compreensão do real aproveitamento educacional. Assim, considerava-se que uma efetiva eficiência escolar era atribuída a uma maior interferência do inspetor nas instituições de ensino e, especialmente, na sua intervenção pedagógica e no seu controle sobre os mecanismos de avaliação educacional (Ligeiro, David, Lopes, 2021, p.6).

5.4 ENTRE OS MUROS DA ESCOLA: A FISCALIZAÇÃO DA MATERIALIDADE ESCOLAR

Ainda hoje, ao se andar pelas ruas do centro de São João del-Rei, a imponência do prédio onde funciona o Colégio Nossa Senhora das Dores e onde um dia funcionou o Colégio Santo Antônio chamam a atenção. As edificações remetem a um passado educacional da cidade e evocam em ex-alunos e ex-alunas as memórias de seu tempo escolar. Os corredores do *Gigante Azul*, como denominam suas ex-alunas, está repleto de quadros de formatura e fotografias antigas e ainda hoje são preenchidos pelos ruídos de crianças e adolescentes em sua rotina escolar, enquanto os pátios e salas do antigo *Ginásio* franciscano acolhem estudantes de engenharia e matemática em busca de sua formação superior.

O impacto visual das edificações, contudo, não se restringiu à atualidade. Por décadas os dois colégios foram referências educacionais na cidade e impressionaram pela sua materialidade. E, evidentemente, esta temática se mostrou presente nas fontes produzidas pelos inspetores escolares. Estes exerceram cuidadosa fiscalização sobre as condições físicas

e higiênicas dos espaços escolares e dos equipamentos e materiais pedagógicos utilizados nos processos de ensino. Assim, o tema se mostrou presente em 0,9% da inspeção estadual e 2,9% da fiscalização federal do Colégio Nossa Senhora das Dores, além de ser registrado em 1,1% das fontes de inspeção do Colégio Santo Antônio.

Figura 30 – Fachada do Colégio Nossa Senhora das Dores (2022)



Fonte: Acervo do Colégio Nossa Senhora das Dores

Figura 31 – Vista aérea do prédio principal do *Campus Santo Antônio* (2019)



Fonte: <https://zt.ms/10m9> (Acesso em: 26 abr. 2025)

Em ambas as instituições, os inspetores de ensino acompanhavam as condições de preservação e adequações dos edifícios escolares, averiguando se estes estavam em acordo com as determinações regulamentares. Esta fiscalização foi realizada pelos inspetores regulares dos colégios e, em especial, por fiscais itinerantes ou especiais, designados para a autorização de alguma modalidade específica de ensino. Em termo lavrado pelo inspetor José

Antônio de Carvalho, de 1959, avaliou elogiosamente, as condições materiais do Colégio Nossa Senhora das Dores: “Na minha visita pude observar que as condições do estabelecimento são ótimas, pois, como acontece anualmente, durante o período de férias, todas as dependências foram reparadas, apresentando agradável aspecto”¹⁹⁷. Dois anos antes, o inspetor itinerante Manoel Lamas de Andrade, em visita à instituição, comentou a estrutura física da qual o colégio vicentino dispunha, apontando, entretanto, a necessidade de empreender reformas para a sua melhoria:

Estive hoje em visita ao Ginásio Nossa Senhora das Dores, desta cidade de São João del-Rei. Recebido cordialmente pela Revma. Irmã Luz Pinto, diretora deste estabelecimento, que sem dúvida alguma é um dos melhores dessa área de jurisdição da nossa Inspetoria Seccional, e acompanhado pelos colegas José Antônio de Carvalho e Mário de Castro Cunha, percorri todas as dependências internas e externas da Casa verificando um ótimo estado de conservação, limpeza e segurança e perfeito funcionamento de suas instalações (...). Notei a falta das salas especiais preconizadas e exigidas pela lei orgânica e regulamentar de ensino secundário e peço a entidade mantenedora deste grande ginásio que seja providenciado com urgência as obras do pavilhão ao lado, onde está projetada a instalação das referidas salas especiais. Esta providência virá melhorar consideravelmente a classificação do estabelecimento junto ao Ministério da Educação e Cultura.¹⁹⁸

Apesar do “ótimo estado de conservação, limpeza e segurança” e do “perfeito funcionamento de suas instalações”, ao fiscal coube indicar que a instituição não correspondia a todas as exigências implantadas a partir da Lei Orgânica do Ensino Secundário, sendo necessárias adequações e melhorias. Tais reformas também eram documentadas, como indica trecho do Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores, que agradece ao são-joanense Tancredo Neves pelas “verbas enviadas diretamente à Revma. Irmã Luz Pinto” para fins da construção do auditório do Colégio, cujas “oportunas verbas custearam seu inteiro mobiliário e cortina de veludo”¹⁹⁹. A figura apresentada na página seguinte apresente o citado auditório, nomeado Auditório Irmã Cecília Jardim em homenagem à ex-diretora da instituição, que foi inaugurado no final da década de 1950.

Como mencionado, a maior parte dos registros de fiscalização da materialidade escolar advém de relatórios com fins de aprovação de determinadas modalidades de ensino nos educandários. Considerando o recorte temporal da presente pesquisa, este tipo de fiscalização

¹⁹⁷ Termo de Visita de 20/03/1959 (In: Livro de Termo de Visita e Fiscalização CNSD, 1959, fl.13).

¹⁹⁸ Termo de Visita de 21/10/1957 (In: Livro de Termo de Visita e Fiscalização CNSD, 1957, fl.2).

¹⁹⁹ Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores (1905-1973, fl.36).

ocorreu em três momentos no Colégio Santo Antônio, primeiramente em 1931 para a abertura do ginásial, em 1942 para a aprovação do colegial e em 1955, para a reabertura deste último. Já no Colégio Nossa Senhora das Dores, ocorreu em 1940, para a aprovação do curso ginásial e 1960 para a admissão do colegial. Em cada um destes processos, uma considerável documentação foi produzida, sendo as condições materiais um dos aspectos mais analisados.

Figura 32 – Auditório do Colégio Nossa Senhora das Dores (s.d.)



Fonte: Acervo do Colégio Nossa Senhora das Dores.

Em 1960, para a aprovação do funcionamento do curso colegial no Colégio Nossa Senhora das Dores, o inspetor seccional Almir Borges Ferreira comentou em termo de visita: “Visitei o Ginásio Nossa Senhora das Dores, aonde vim por designação da Inspetoria Seccional de Juiz de Fora a fim de proceder a verificação prévia para o funcionamento do 2º ciclo”, e destaca: “corri todas as dependências do estabelecimento e fiquei otimamente impressionado pelas magníficas instalações”²⁰⁰.

A fiscalização para fins de equiparação era minuciosa, e apresentava as principais características do estabelecimento de ensino. Em geral, aspectos como a condição física do prédio, espaços utilizados, pátios, áreas abertas, salas, biblioteca, salão de estudos, laboratórios, quadras, corredores, dormitórios, refeitórios, sanitários, cozinha etc. eram descritos detalhadamente e podiam ser acompanhados por plantas arquitetônicas e fotografias. Em relatório de 1931, o inspetor Alysson de Abreu realizou inspeção para a aprovação do curso ginásial no Colégio Santo Antônio e comentou possuir a instituição “esplendidas salas de aulas, com mobiliário adequado e em ótimo estado de conservação; amplos dormitórios,

²⁰⁰ Termo de Visita de 05/12/1960 (In: Livro de Termo de Visita e Fiscalização CNSD, 1960, fl.22).

refeitórios, salões de estudo, capelas, parlatórios” e concedeu destaque aos gabinetes de “Física, Química e História Natural, dignos de menção especial por seu soberbo aparelhamento e magnífica impressão que causam”²⁰¹. E continua:

Possui ainda o Ginásio secretaria, sala de armas, sala de música, cinema, onde se realizam sessões quinzenalmente de filmes apropriados e adrede escolhidos, tudo amplamente arejado e iluminado, satisfazendo as normas de uma boa higiene.

Convém notar que os móveis das referidas dependências estão cuidadosamente conservados e irrepreensivelmente limpos.

Os banheiros e instalações sanitárias são mantidos em rigoroso asseio, bem como os pátios de recreio e demais dependências.

Fora do prédio, porém, dentro de seus terrenos, tem ainda o Ginásio lavanderia, isolamento e oficinas.

Concluiu-se recentemente mais uma ala ao lado direito do corpo do prédio, com cinco andares, destinados a dois dormitórios, um salão de estudos, salas de aula, uma sala de desenho, teatro e gabinete dentário²⁰².

Ao lado da descrição, sempre elogiosa, das dependências do Colégio Santo Antônio, o inspetor frisou ainda que a instituição “é rodeada de amplos terrenos favoráveis à construção de campos de desportos, próprios para os recreios e educação física dos alunos, bem como a instrução militar” e que “as condições higiênicas são as melhores possíveis, fazendo seus dirigentes timbre na manutenção de absoluto asseio e rigorosa limpeza”²⁰³. O inspetor seguiu sua análise em documento anexado posteriormente, no qual explanou, de modo ainda mais detalhado, as informações apresentadas anteriormente sobre o edifício. Frisou que este que recebe grande insolação e iluminação; descreveu o ambiente externo, composto por pátios e áreas extensas e propícias às atividades ao ar livre; analisou elementos da estrutura do prédio, cuja “planta foi arquitetada pelo abalizado arquiteto Luís Morais residente no Rio de Janeiro e especializado em construções de edificios escolares”²⁰⁴. Além das instalações, o inspetor apresentou também, detalhadamente, todos os materiais disponíveis nos laboratórios da instituição, com especial atenção para o museu de História Natural (e suas coleções zoológica, antropológica, botânica, mineralógica e geológica), os gabinetes de química e física, a sala de

²⁰¹ Relatório de 1931 (In: Relatórios Gerais CSA, fl.6).

²⁰² Relatório de 1931 (In: Relatórios Gerais CSA, fl.6).

²⁰³ Relatório de 1931 (In: Relatórios Gerais CSA, fl.7).

²⁰⁴ Relatório de 1931 (In: Relatórios Gerais CSA, fl.13).

geografia e a sala de desenho ²⁰⁵. A seguir, apresento figuras dos referidos museus e laboratórios, anexados no relatório de 1942 para verificação prévia.

Figura 33 – Museu de História Natural do Colégio Santo Antônio (1942)



Fonte: Relatório de Inspeção de 1942 (In: Relatórios Gerais CSA, n.p.).

²⁰⁵ Relatório de 1931 (In: Relatórios Gerais CSA, fl.13-17).

Figura 34 – Gabinete de Química do Colégio Santo Antônio (1942)



Fonte: Relatório de Inspeção de 1942 (In: Relatórios Gerais CSA, n.p.).

Figura 35 – Gabinete de Física do Colégio Santo Antônio (1942)



Fonte: Relatório de Inspeção de 1942 (In: Relatórios Gerais CSA, n.p.).

Tais imagens, anexadas ao relatório de inspeção prévia para aprovação do curso colegial, em 1942, tiveram o objetivo de corroborar, junto ao Departamento Nacional da Educação, a alta qualidade do ensino alegada pela instituição, que deveria ser considerada, nesta perspectiva, apta para oferecer o segundo ciclo do ensino secundário. Tal defesa foi realizada mediante a apresentação dos espaços, equipamentos, materiais e metodologias diversificadas que eram adotadas no processo de ensino efetivado no estabelecimento franciscano, argumentando oferecer uma educação moderna e integral ao seu corpo discente. Retomando Souza (2001), em sua pesquisa sobre os grupos escolares paulistas na Primeira República, os objetos escolares, tal como toda a materialidade que os envolve, podem ser considerados reveladores das práticas educacionais, auxiliando na compreensão da cultura escolar e de suas transformações históricas (Souza, 2001, p.224). Deste modo, os aspectos da materialidade escolar “manifestam certo modo de entender e praticar o ensino, além de instituírem um discurso e um poder, eles informam valores e concepções subjacentes à educação”, sendo “tomados às vezes como possibilidade e limite do processo ensino-aprendizagem. Compreendem, pois, um aspecto significativo da cultura escolar” (Souza, 2001, p.223).

5.5 FORMAR JOVENS PARA DEUS E PARA A PÁTRIA: A INSPEÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES DE SOCIALIZAÇÃO

Ao tratar da inspeção escolar à luz das transformações históricas, apresentei, em capítulo anterior, aspectos do quadro educacional na Era Vargas, atravessada por orientações ideológicas muito bem demarcadas. Assim, relembro com Peixoto (2000), que o projeto educacional de Vargas, implantado a partir de 1930, foi pautado pelo objetivo central de consolidação de uma identidade nacional. Para tal, as escolas transformaram-se em espaços de consolidação e veiculação ampla de discurso nacionalista e de práticas pautadas em uma cultura cívica. Tais orientações ideológicas encontraram diferentes meios de difusão, contudo, se mostraram mais marcantes nas atividades de socialização. Retomando brevemente o que foi apresentado, tais práticas englobavam organização de jornais estudantis; competições esportivas; demonstrações de ginástica; palestras; peças teatrais; agremiações literárias e esportivas; organizações religiosas; e, especialmente, concentrações e desfiles cívicos. O teor discursivo que permeava esse tipo de atividade centrava-se na defesa e valorização da Pátria,

de seus símbolos e de seus grandes heróis, sendo a figura de Getúlio Vargas inserida neste último.

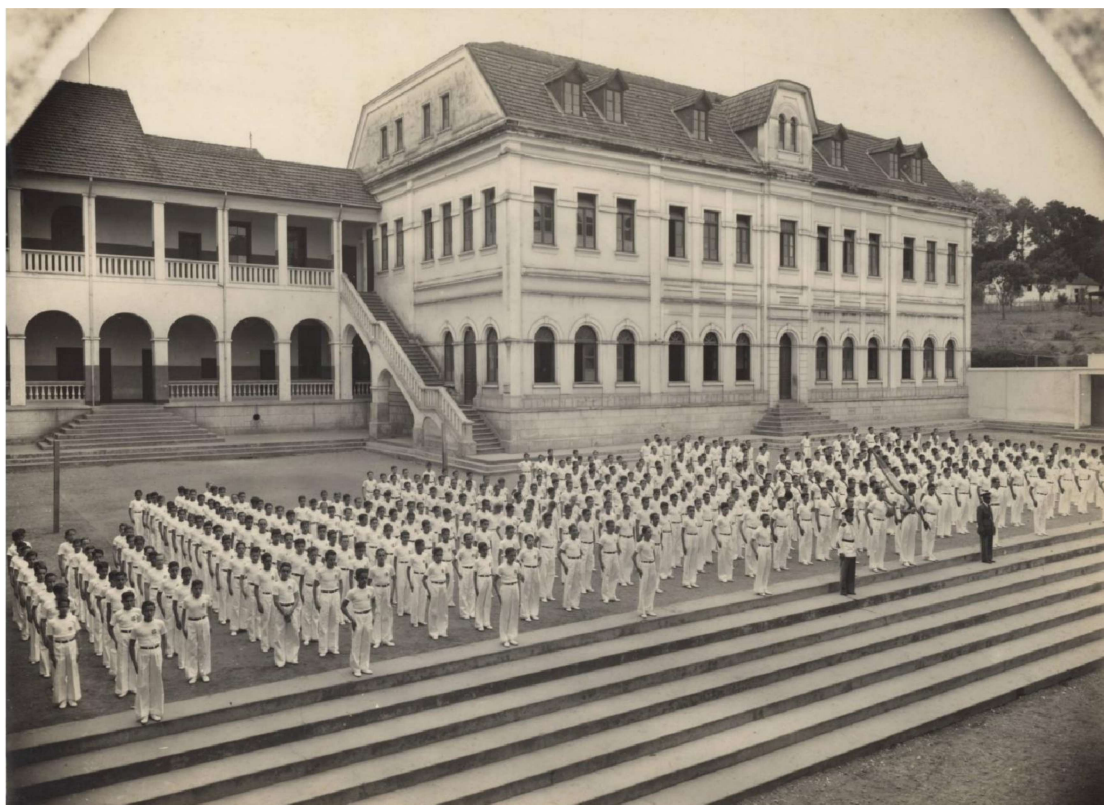
Buscava-se, assim, o afastamento de uma educação individualizada que não contribuiria de modo algum à constituição de um sentimento nacional. A educação perseguida, neste contexto, centrou-se no desenvolvimento de hábitos a partir da implantação de determinadas práticas que valorizavam a ordem, a disciplina, a hierarquia e a homogeneidade. As figuras apresentadas (nº 37 e 38) são exemplares neste sentido, na medida em que buscam apagar a individualidade dos alunos e alunas em detrimento de uma coletividade, ordenada e disciplinada. Para Chaloba, Pereira (2019), as festas cívicas possuem a “finalidade de perpetuar a memória nacional”. Nas instituições de ensino, elas são dotadas de uma “inequívoca finalidade pedagógica, fortalecendo “laços de sociabilidade ao mesmo tempo em que reafirmam práticas culturais. Além disso, retificam valores cívico-patrióticos, contribuindo para reforçar a memória histórica por meio de festejos do calendário nacional” (Chaloba, Pereira, 2019, p.871).

Figura 36 – Concentração de alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores em desfile de 7 de setembro, no centro de São João del-Rei (1946)



Fonte: *Stella Maris*, n.7, set. 1946, p.3.

Figura 37 – Alunos do Colégio Santo Antônio na solenidade de 7 de setembro (1945)



Fonte: Acervo Pessoal Luís Antônio Ferreira

Retomando a análise de fontes das instituições estudadas, a figura acima exhibe características fundamentais desse tipo de prática. Neste sentido, ela destaca, em primeira observação, a uniformização dos alunos, apresentada não apenas no uniforme do Batalhão Colegial, específico para as solenidades cívicas, mas também na sua postura disciplinada, com braços estendidos na lateral do corpo; na disposição ordenada dos corpos, com a distribuição dos alunos em pequenos pelotões liderados, cada qual, por um estudante que, por sua vez, tem à frente alunos portando a bandeira e representando as Forças Armadas do Brasil. Além disso, os alunos são classificados segundo sua altura, alternando pelotões de alunos maiores e menores, construindo uma imagem portadora de regularidade. Tais características, aliadas às ideias de homogeneidade, ordem, disciplina e hierarquia que permeiam o conteúdo da imagem, demonstram uma perspectiva militarizada da prática educativa, como indicaram Schwartzman, Bomeny e Costa (1984), aproximando os alunos da figura de soldados dispostos aos esforços em prol da Pátria. A construção dessa representação é corroborada pelo apagamento da individualidade, que evita posicionamentos dissonantes e posturas irregulares, dando atenção à representação da coletividade organizada e empenhada em uma finalidade

em comum. O que destoia dessa construção homogênea da imagem causa uma quebra na regularidade e ressalta a individualidade em detrimento do coletivo, como ocorre com o primeiro aluno da quarta fileira (no segundo pelotão), que posicionando os braços na frente de seu corpo (e não nas laterais como os demais) e olhando para um lado diferente do conjunto dos estudantes, se sobressai em relação aos demais e destaca a sua individualidade. Obviamente, a dissonância causada pelo aluno não compromete o conteúdo da figura, que mantém a predominância das características citadas, porém causa uma rápida quebra na regularidade, retomada quando se passa a observar a imagem como um todo.

A figura causa um impacto no observador, demonstrando a força que decorre da organização coletiva e ordenada dos estudantes. Soma-se a isso a visão panorâmica da arquitetura do Colégio Santo Antônio, que compõe o segundo plano da imagem e corrobora, com a sua imponência característica, as perspectivas de força e coletividade da imagem. Além disso, a arquitetura da instituição ressalta o pertencimento dos alunos, deixando claro que eles representam a instituição na solenidade cívica em questão, consistindo em momento não apenas de elogio e rememoração à data cívica (nesse caso, o 7 de setembro), mas de valorização e destaque do próprio Colégio e da formação que ocorre na instituição, que, segundo a imagem, seria ordenada, disciplinada, equilibrada e eficiente.

Durante a Era Vargas, uma das atividades cívicas mais abordadas consistiu nas comemorações do dia 19 de abril. Como mencionei em capítulo anterior, esta data era dedicada à comemoração do aniversário de Getúlio Vargas e ao dia da Juventude Brasileira e foi amplamente utilizada no ambiente escolar para a veiculação de conteúdo cívico-patriótico.

Deste modo, vale citar que o tema apareceu com muita recorrência nas fontes entre os anos de 1941 e 1945, sendo comum a aplicação de diversas atividades direcionadas à data no ambiente escolar, como as concentrações e desfiles cívicos. Além disso, durante este período, ocorreu intensa abordagem do tópico nos jornais estudantis *O Porvir* e *Stella Maris*, por meio de textos assinados por alunos e alunas dos estabelecimentos. Tais produções sempre abordavam o assunto de forma a personificar na figura do chefe do Estado Novo o ideal de nação forte e unificada, tornando-se, evidentemente, um exemplo a ser seguido pelos discentes.

Apresento, inicialmente, um artigo presente na primeira página da segunda edição de 1941 do jornal *Stella Maris*, redigido por uma aluna do 3º ano do curso normal. O texto, denominado *As comemorações do dia 19 de abril*, enfatizou a adesão do Colégio Nossa Senhora das Dores “às justas homenagens que o povo brasileiro tributou ao grande presidente

Vargas, ao ensejo da comemoração de mais um ano de sua preciosa existência” e destacou que, “naquela data, consagrada à juventude brasileira, fez inaugurar no seu salão nobre o retrato deste grande patriota, que tão alto tem elevado nossa Pátria, e cujos destinos tão sabiamente dirige”²⁰⁶.

Apresentado o tema principal, seguiu-se a exploração de uma pequena biografia, que ressaltava as qualidades e os feitos do presidente, abordando desde seu nascimento em São Borja até a sua ação como governante que, em nome do bem geral, teria que agir com pulso firme frente aos possíveis “inimigos da nação”. No próximo trecho, referente ao mesmo texto, a aluna tratou diretamente do governo durante a ditadura estadonovista:

Em 10 de Novembro de 1937, criou o Estado Novo, traçando um programa, em cuja execução tem empregado o máximo de seus esforços e cujas finalidades são: o bem-estar do povo e o desenvolvimento de nossa Pátria. Sua Exa. no poder tem sido um **sábio**. Governar **sem ódios, sem vinganças, com o coração cheio de bondade e tolerância**, virtudes que possui no mais alto grau. Em defesa, porém de nossos direitos, Sua Exa. tem demonstrado, que possui um **braço forte** que não se verga e nem se intimida, seja qual for a ameaça e venha donde vier. Está sempre na arena, pronto a defender nossa Pátria e nossa honra, contra qualquer agressão.²⁰⁷

Apesar de a data ser atribuída a duas solenidades diferentes, o aniversário de Vargas foi claramente enfatizado. Esse apagamento do dia da Juventude Brasileira é percebido em outros textos abordando o mesmo tema, como no trecho a seguir, de 1943: “No dia 19, festejamos o nosso querido Presidente, o Dr. Getúlio Vargas. É o dia de seu aniversário natalício. Já pelo fato de ser o nosso chefe merece não só todo nosso acatamento, como todas as nossas honras e homenagens. É esse um dos nossos mais gratos deveres cívicos”²⁰⁸. Neste caso, não há nem menção às homenagens à Juventude Brasileira, sendo a atenção conferida totalmente às comemorações do aniversário do presidente, cujos valores e qualidades o colocaria como “o primeiro brasileiro da nação”, qualificado como um homem sábio, bondoso, tolerante, honrado e firme no seu papel, responsável em guiar o Brasil a um futuro glorioso. Esse tipo de caracterização aparece em todas as publicações do *Stella Maris* que citam o presidente, construindo um discurso idealista, de modo a personificar na figura de Vargas as qualidades e méritos a serem tomados como exemplo pelas alunas do Colégio. O texto a seguir, publicado em abril de 1943, reforça esta visão que, por um lado, estabelece qualidades a serem seguidas

²⁰⁶ TORRES, A. M. **A comemoração do dia 19 de abril**. In: *Stella Maris*, ano XII, abril de 1941, nº2, p.1.

²⁰⁷ TORRES, A. M. **A comemoração do dia 19 de abril**. In: *Stella Maris*, ano XII, abril de 1941, nº2, p.1 (grifos meus).

²⁰⁸ CANDIDO, Odálea Otoni. **19 de abril**. *Stella Maris*, ano XIV, nº 1, março e abril de 1943, p.1.

e, por outro, cria uma representação que distingue Vargas dos homens comuns, excluindo qualquer traço que possa ser considerado um defeito ou desvio na personalidade do presidente:

Essa figura que empolga a nação brasileira, e todo o continente americano, representa para nós, que amamos a nossa Pátria, **o marco simbólico pelo qual todos nós devemos nos guiar**. O Dr. Getúlio Vargas que, desde os primórdios de sua vida, sempre teve **clara visão patriótica**, soube norteá-la para a grandeza de sua Pátria.

(...) Fadado a um alto destino e guiado pela mão de Deus, veio desempenhá-lo como chefe da grande nação brasileira, à qual vem dando o melhor de sua inteligência com grande proveito para o Brasil.

Tomando as rédeas do governo, com seu **coração grande e bondoso** nunca procurou valer-se de seu alto posto para vingar-se de seus inimigos. Pelo contrário, sempre os tratou com carinho de **pai**. A sua figura **empolgante e simpática** tem atraído para o Brasil a admiração dos povos. Getúlio Vargas, **pulso de ferro, inteligência lúcida, coração magnânimo**, vem **guiando** os destinos da nação desde a vitória revolucionária de 1930.

Não podíamos deixar de cantar aqui a glória da grande data que se comemora a 19 de abril. Juntamo-nos, portanto, aos sentimentos de todos os bons brasileiros para dizer num arrombo de entusiasmo patriótico: ‘Viva o nosso Presidente!’²⁰⁹.

A representação construída centra-se em dois elementos: por um lado, o carisma, a simpatia, a sabedoria, o “coração magnânimo”, o caráter compreensivo, que demonstraria características adequadas para serem tomadas como exemplo à formação das alunas, considerando-o “o marco simbólico pelo qual todos nós devemos nos guiar”²¹⁰. Por outro, é ressaltado o seu “pulso de ferro” ou “braço forte”, que remete ao caráter autoritário de seu governo, sendo essa postura justificada pela aluna em nome da defesa da Pátria e da honra dos brasileiros²¹¹.

Corroborando esta perspectiva, Lacerda (1994, p.247) argumenta que, o conteúdo nacionalista característico do Estado Novo, veiculado fortemente na propaganda política e na educação, teve como fator importante a construção de representações que personificavam o “Estado na figura do presidente Getúlio Vargas”, levando a uma “construção mítica da figura do chefe da nação como condutor e centro das decisões. Um homem que representava a própria nação de desenvolvimento e harmonia social”. Para a autora, Vargas recorrentemente aparecia na propaganda política como o gerente, o construtor, o defensor da nação, que

²⁰⁹ HANAS, Maria José. **Getúlio Vargas**. *Stella Maris*, ano XIII, nº2, abril de 1942, p.2 (grifos meus).

²¹⁰ HANAS, Maria José. **Getúlio Vargas**. *Stella Maris*, ano XIII, nº2, abril de 1942, p.2.

²¹¹ TORRES, A. M. **A comemoração do dia 19 de abril**. In: *Stella Maris*, ano XII, abril de 1941, nº2, p.1.

orientava o progresso e que regulava os conflitos, em nome do estabelecimento da ordem e unidade nacional.

Se, por um lado, as representações sobre o presidente nas fontes do Colégio Nossa Senhora das Dores ressaltavam as qualidades como bondade, sabedoria, tolerância e sacrifício, por outro, os discursos localizados nas fontes do Colégio Santo Antônio acrescentam à essas representações uma outra qualidade considerada fundamental: a liderança. Vargas é descrito, acima de quaisquer outras características, como um homem de ação, que “assume as responsabilidades” e lidera o país por meio de decisões e atitudes. O texto a seguir, de 1943, denominado *Estado Novo* e assinado pelo aluno Saulo Leite do 1º ano Colegial, é significativo nesse sentido.

Meus amigos, os acontecimentos revelam os homens e experimentam os povos. O povo cujo chefe não **assume as responsabilidades** do governo está incapacitado de vencer a adversidade.

Os brasileiros vêem, em o Presidente Vargas, o **chefe de visão panorâmica e inteligência precursora, capaz de grandes realizações** ao Brasil e à causa pública que é de seu particular interesse.

O operário, no Brasil, já tem melhores condições que em outros povos, tem deveres, mas a estes correspondem direitos. Getúlio Vargas louvou o operariado nacional pela lealdade e inteligência de sua cooperação com o governo, que lhe soube interpretar as legítimas aspirações e defender-lhes os justos interesses.

O Brasil, desde 1930 marcha para o **progresso** não apenas glorificando homens, mas demonstrando a adesão das suas novas gerações.

Do povo, pelo povo, para o povo, eis as bases sólidas da perfeita democracia que imortaliza para sempre o nome de S. Exa. o Presidente Getúlio Vargas.

Unidos debaixo dessa bandeira, que é a imagem viva de nossa Pátria, alusão a nossos heróis, esperamos a **voz de comando** para repelir o inimigo que arruína povos e destrói civilizações.

O Brasil espera que cada um cumpra o seu **dever**; trabalhem, portanto, pautemos nossa conduta para sermos protegidos de Deus e respeitados pelos vândalos que visam, além de seus horizontes. Que seria de nós se víssemos nossa Pátria, que, à custa de suor e sangue nos foi entregue gloriosa, manchada pela desonra e derrota, nosso lar em ruínas e nossos pais e irmãos tiranizados pelos ismos do inimigo?

Ó jovens do Brasil, somos responsáveis pelo Brasil de nossos pais no dia de hoje e pela sua grandeza no dia de amanhã²¹².

Desse modo, é possível perceber que, as práticas de conteúdo nacionalista aplicadas nas instituições e os discursos que as permeiam sofreram adaptações na sua aplicação, enfatizando os elementos que canalizam qualidades intelectuais e morais consideradas pertinentes à

²¹² LEITE, Saulo. *Estado Novo. O Porvir*, ano XX, n.º 324, 11 de novembro de 1943, p.7 (grifos meus).

formação dos alunos e das alunas. Assim, enquanto as solenidades do dia 19 de abril no Colégio Nossa Senhora das Dores enfatizam os louvores ao Vargas bondoso, gentil, inteligente, caridoso e sempre disposto a perdoar seus inimigos²¹³, o elogio ao presidente nas comemorações do Colégio Santo Antônio soma à essas características o seu dinamismo, liderança e força, tornando-o capaz, com “a sua voz de comando”, de liderar o Brasil no caminho do futuro glorioso. Para isso, seria necessário que “cada um cumpra o seu dever”, congregando forças a essa liderança, de modo que se ressalta a importância da adesão da sociedade brasileira, especialmente os trabalhadores e a juventude.

Um elemento interessante a se observar, consiste no fato de uma aproximação entre o conteúdo nacional contido neste tipo de prática e o discurso religioso, próprio das instituições confessionais. Para Schwartzman, Bomeny, Costa (1984) e Vaz (2006, 2012), esta proximidade demonstra que a matriz religiosa predominante no período não entrou em choque com as orientações militarizadas da educação, auxiliando na consolidação de tais premissas. Assim, a utilização *estratégica* de valores como ordem, disciplina, submissão e respeito às hierarquias, veiculados nas práticas escolares, encontraram nos discursos religiosos das instituições confessionais o apoio necessário para a sua consolidação e ampla aplicação. Para Vaz (2006), essa aproximação entre o discurso “salvacionista e religioso das festas cívicas” se integrou ao universo cultural do período e geraram adesão de diferentes grupos sociais, buscando enfraquecer conflitos e dissonâncias à essa visão de mundo (Vaz, 2006, p.45).

O conteúdo religioso nas atividades cívicas foi localizado nas fontes das duas instituições, integrando os programas aplicados nas datas cívicas, iniciados geralmente com uma celebração religiosa. Do mesmo modo, a própria aproximação das personalidades políticas e históricas ovacionadas nas datas cívicas aos valores cristãos foi bastante recorrente, ressaltando sempre o papel da fé como guia na ação de tais personagens, além da associação direta feita pelos agentes escolares entre a “grandeza do Brasil” como decorrente da religião predominante de seu povo.

É evidente que, com o interesse ideológico em torno deste tipo de prática, aos inspetores de ensino couberam acompanhar e fiscalizar sua devida aplicação. Para Santos; Ferreira (2006), “a penetração da ideologia nacionalista no cotidiano escolar é verificada nos textos elaborados pelos inspetores escolares”, sendo incumbidos a adotar “um papel fiscalizador, verificando o atendimento das orientações legais do Departamento de Educação quanto à gestão, à docência e às práticas pedagógicas nas unidades escolares” (Santos, Ferreira, 2006,

²¹³ HANAS, Maria José. **Getúlio Vargas**. *Stella Maris*, ano XIII, nº2, abril de 1942, p.2.

p.5-6). Deste modo, os inspetores tornaram-se responsáveis por uma complexa e tensa articulação entre o governo e instituições escolares, já que “sua presença ameaçadora na escola representava o poder do Estado para elogiar, punir e, no fim das contas, modificar hábitos em proveito de seus próprios interesses” (Nascimento, 2010, p.12).

Retomando, mais uma vez, os quadros apresentados no início deste capítulo, destaco que as atividades de socialização apareceram em 8,6% na inspeção estadual e 0,8% na fiscalização federal do Colégio Nossa Senhora das Dores e, de modo semelhante, foi registrada em 1,1% da inspeção no Colégio Santo Antônio.

Já em 1931, o inspetor Alysson de Abreu registrou a existência deste tipo de atividade no Colégio Santo Antônio, destacando que, “além da instrução militar e educação física, praticam os alunos vários esportes: futebol, voleibol, basquetebol, possuindo o Ginásio, para este fim, ótimos campos”. Além disso, a instituição contava com “orquestra e banda de música composta exclusivamente de alunos”²¹⁴. Tal formação diferenciada seria, na perspectiva do inspetor, basilar “para a educação de falanges e falanges de moços, que constituirão o Brasil de amanhã”²¹⁵.

Como comentei, o conteúdo cívico foi veiculado em diferentes atividades escolares. Em termo de 1940, o inspetor Eloy Reis comentou as solenidades que ocorreram no Colégio Nossa Senhora das Dores em comemoração aos 13 de maio. O inspetor redigiu longo texto tratando da efeméride, no qual ressalta que neste “dia memorável e assinalado para o Brasil, que bem se pode comparar as datas históricas de 7 de setembro de 1822 e 15 de novembro de 1889”, realizou-se “neste Educandário solene auditório cívico, literário e musical com assistência de todo o corpo docente e discente do Ginásio Nossa Senhora das Dores e dos fiscais da escola e do ginásio”²¹⁶. Atenta-se para o destaque de que tais atividades, com forte teor cívico, foram organizadas por corpo docente e inspetores, dando indícios significativos das interferências destes no processo.

Contudo, a atividade de socialização que teve como marca primordial a veiculação de conteúdo cívico foram os desfiles de alunos e alunas pelas ruas de São João del-Rei. Estes eventos foram muito documentados (em termos, relatórios, jornais e fotografias) e consistiram em importantes momentos do ano escolar, já que dava demonstração do alinhamento ideológico das instituições aos objetivos do governo, fosse esta postura verdadeira ou proveniente das imposições oficiais.

²¹⁴ Relatório de 1931 (In: Relatórios Gerais CSA, fl.4-5)

²¹⁵ Relatório de 1931 (In: Relatórios Gerais CSA, fl.6)

²¹⁶ Termo de Visita de 13/05/1940 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1940, fl.33-35).

Figura 38 – Alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores em desfile de 7 de setembro (1940)



Fonte: *Stella Maris*, ano XI, nº7, set. 1942, p.1

Em termo de 1944, a inspetora Carlota Ephigênia de Carvalho registrou a preparação para as solenidades de 7 de setembro: “tive a oportunidade de estar presente aos treinos de marcha que se faziam em preparação para o desfile que deveria realizar-se no dia da Pátria. Outrossim estudados cuidadosamente os hinos patrióticos que constariam do programa do mesmo dia”. Na interpretação da inspetora, “tudo isso feito em meio de grande entusiasmo”, o que necessariamente seria efetivo em “despertar ou fortificar o sentimento de civismo na juventude que será o Brasil de amanhã”²¹⁷. No ano seguinte, o tema é retomado, desta vez, tratando das solenidades cívicas do mês de abril: “digno de nota o que se faz no estabelecimento em favor da educação cívica o que acabam de comprovar as comemorações que pude assistir aqui realizadas em torno dos grandes vultos brasileiros nesse mês homenageados: presidente Vargas, Barão de Rio Branco e Tiradentes”²¹⁸. Aqui, a ênfase foi conferida aos “grandes vultos brasileiros” que deveriam ser inspiração aos jovens estudantes: Barão de Rio Branco, Tiradentes e, evidentemente, o chefe do Estado Novo.

²¹⁷ Termo de Visita de 29/08/1944 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1944, fl.87).

²¹⁸ Termo de Visita de 22/04/1945 (In: Livro de Termos de Visita e Fiscalização CNSD, 1945, fl.87).

É importante notar que, mesmo integrando datas relevantes do calendário letivo, as atividades cívicas não eram, necessariamente, desenvolvidas de modo espontâneo pelas instituições escolares. Foram possíveis identificar correspondências nas quais eram determinadas a sua realização e mesmo definidos os programas e atividades a serem realizadas. Em 1940, a diretora do Ensino Secundário Lúcia Guimarães enviou correspondência direcionada ao inspetor do Colégio Santo Antônio, na qual orientou que “realizando-se no próximo dia 5 de novembro o dia da cultura, recomendo-vos, de ordem do sr. Ministro, que sejam prestados neste estabelecimento homenagens aos representantes da cultura brasileira”, personificando as solenidades na figura de “Rui Barbosa, cujo natalício ocorreu no referido dia”²¹⁹. Este tipo de orientação se intensificou consideravelmente a partir de 1942, com o envolvimento do Brasil nos conflitos da Segunda Guerra Mundial. Durante os anos que se seguiram até o fim da guerra, em 1945, a pressão ideológica sobre as instituições de ensino aumentou de modo considerável, tornando-se mais recorrentes atividades de socialização direcionadas ideologicamente. Além disso, o controle visando neutralizar possíveis elementos transgressores se intensificou, tornando o inspetor figura imprescindível na vigilância dos estabelecimentos de ensino. Em 1943, o inspetor Mário de Castro Cunha, atuando no Colégio Santo Antônio, recebeu duas correspondências identificadas como “reservadas”, nas quais a diretora do Ensino Secundário determinava claramente o seu dever de vigiar o ambiente escolar:

Sr. Inspetor

TUDO PELO BRASIL IMORTAL!

Comunico-vos, para os devidos fins, que a Secção de Segurança Nacional deste Ministério, no parecer nº 33/42, homologado pelo Ministro, apreciando a situação dos professores naturais de países com os quais o Brasil está em guerra, resolveu:

a) que os professores naturais da Alemanha e da Itália poderão continuar exercendo o magistério, desde que permaneçam entregues ao trabalho, obedientes à lei, colaborando nas atividades defensivas do país;

b) que sobre os professores estrangeiros em geral **deverá ser exercida discreta, mas atenta vigilância**, tendente a **localizar e suspender o professor** estrangeiro que, por ação ou omissão, faltar aos seus deveres para com o Brasil;

2. A fim de que possa ser mais eficiente a vossa vigilância sobre a atividade dos professores estrangeiros, deveis solicitar a colaboração da diretoria desse estabelecimento, desde que o diretor seja brasileiro.

²¹⁹ Correspondência de 26/10/1940 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1940, n.p.).

3. Recomendo-vos exercer, também, vigilância constante sobre a diretoria do estabelecimento, caso a mesma seja de brasileiros naturalizados ou **membros de congregações religiosas estrangeiras**, evitando, destarte, atividades que possam ser contrárias aos interesses nacionais.

Atenciosas saudações

Lúcia Magalhães, diretora²²⁰.

Não foi localizado nos arquivos da instituição nenhum registro ou correspondência que indicasse que o inspetor Mário de Castro Cunha cumpriu, efetivamente, a sua função vigilante sobre os professores e diretor do Colégio, que eram, em sua maioria, franciscanos holandeses. Além disso, devo lembrar, como foi abordado no capítulo anterior, que o mencionado inspetor possuía vínculo com a instituição e seu corpo docente que extrapolavam a sua função na inspeção escolar, tendo sido, por muitos anos, ele próprio professor do estabelecimento. Contudo, é interessante notar que, no “esforço de guerra”, o controle ideológico sobre as instituições e seus educadores deveria ser considerado primordial, a fim de evitar condutas “que possam ser contrárias aos interesses nacionais”. No mês seguinte, nova correspondência chegou à instituição, visando, desta vez, a censura aos agentes escolares:

Sr. Inspetor

TUDO PELO BRASIL IMORTAL!

Recomendo-vos, de ordem do Sr. Ministro, sejam certificados os alunos desse estabelecimento de que qualquer pedido ou reclamação referente a questão de ensino, só deverá ser encaminhado através das autoridades competentes (diretor ou inspetor), **sendo protestos públicos ou pela imprensa considerados falta disciplinar grave**, sujeita, portanto, às **penalizações regulamentares**.

Solicito, outrossim, a vossa cooperação a fim de que não esmoreça os alunos desse estabelecimento no ‘esforço de guerra’, grave obrigação de todos os brasileiros. As recomendações feitas por esta Divisão, no ano findo, continuam vigentes, e para a construção dos objetivos nelas apontados confio no vosso espírito de patriotismo (...)

Lúcia Magalhães, diretora²²¹.

Do mesmo modo, qualquer dissonância deveria ser extirpada e comentários públicos que expusessem insatisfações e contradições do sistema escolar (e conseqüentemente, do quadro político brasileiro), deveriam ser prontamente impedidos. A unidade em torno da frase que passou a iniciar os documentos e correspondências federais, “todos pelo Brasil imortal!”, precisaria ser garantida em nome do “espírito de patriotismo” que o inspetor deveria, necessariamente, possuir no exercício de sua função. Novamente, é evidenciada a dualidade

²²⁰ Circular nº3, de 23/02/1943 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1943, n.p. – grifos meus).

²²¹ Circular nº6, de 20/03/1943 (In: Relatório de Inspeção CSA, 1943, n.p. – grifos meus).

da atuação do inspetor escolar, conferida à missão de fiscalizador ideológico do ambiente escolar ao mesmo tempo em que sua conduta era cobrada um inquestionável alinhamento ideológico.

É importante citar que, tal como observado nas legislações que trataram da inspeção escolar, com o fim do Estado Novo, em 1945, o forte apelo patriótico passou por relativo arrefecimento nos discursos e práticas escolares. As menções à figura de Getúlio Vargas desapareceram por completo das fontes analisadas, não surgindo mesmo quando ele retornou ao governo, “pelos braços do povo”, em 1950. As concentrações e desfiles cívicos continuaram, porém, o controle ideológico sobre elas tornou-se secundário, sendo menos recorrente nas fontes das instituições e, em especial, nas correspondências, termos e relatórios relacionados ao trabalho de inspeção.

Figura 39 – Concentração cívica no centro de São João del-Rei (1955)



Fonte: Acervo Pessoal de Luís Antônio Ferreira.

A imagem apresentada demonstra que as solenidades cívicas na década de 1950 ainda alcançavam grande relevância na cidade de São João del-Rei, a partir do perceptível engajamento da comunidade e da participação de alunos e alunas das instituições escolares, dos militares do 11º Batalhão de Infantaria e de autoridades políticas, que compunham os

envolvidos na festividade. Contudo, vale notar que tais eventos eram, além de tudo, um importante momento de projeção social das instituições, de seu corpo docente e discente e, especialmente, a comprovação visual da excelência na educação oferecida pelos educandários. Do mesmo modo, os alunos e alunas participantes poderiam construir seus próprios significados da prática, a partir dos quais se sobrepunha a sua valorização pessoal na participação destacada em uma importante aparição pública pelas ruas de São João del-Rei.

Além disso, foi possível perceber a introdução de outras datas festivas no calendário escolar, que se afastava de conteúdos de cunho cívico-patriótico, como no período anterior. Em correspondência de 1949, expedida pela Diretoria do Ensino Secundário e direcionada ao inspetor do ensino, solicita-se, “em conformidade com as determinações do Sr. Ministro”, que sejam realizadas comemorações da data de “24 de outubro, dia das Nações Unidas”, esclarecendo que deverão contar com “sessão cívica onde sejam os alunos esclarecidos sobre a organização, sua finalidade e trabalho (...), bem como os altos benefícios colhidos na manutenção da paz”²²². No ano seguinte, correspondência sobre a data é novamente direcionada ao inspetor do Colégio Santo Antônio, destacando que, em conformidade com a determinação do governo brasileiro, deveria a instituição tomar “providências no sentido de dar aquele dia festivo o realce necessário, levando a efeito as comemorações alusivas aos ideais de concórdia e bem-estar humano que norteiam os trabalhos daquela magna entidade”. Sugeriu, assim, a aplicação de “sessão cívica e pequenas alocuções alusivas à data proferida por professores”, devendo o inspetor “enviar notícias sobre as solenidades realizadas”²²³ para a referida diretoria. Deste modo, o papel de mediação e fiscalização atribuído ao inspetor escolar não desapareceu, tal como sua função na adequação da educação aos objetivos governamentais que, após o fim da ditadura estadonovista, se afastou de valores cívico-patrióticos, conferindo ênfase às questões alinhadas ao momento liberal e democrático do quadro político brasileiro.

²²² Correspondência de 09/10/1949 (Relatório de Inspeção CSA, 1949, n.p.).

²²³ Correspondência de 18/10/1950 (Relatório de Inspeção CSA, 1950, n.p.).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço de controle e orientação ideológica no campo educacional, ao contrário do que se possa supor, não se limita a contextos de governos autoritários, como o estudo da educação varguista demonstrou, mas mostra-se presente em regimes democráticos, como na atualidade. Em minha atuação como professora de ensino básico na rede pública, vi e vivenciei cotidianamente investidas contra o caráter inclusivo, democrático e plural que a educação pública propõe. Deste modo, movimentos conservadores e autoritários têm, cada vez mais, buscado influenciar o campo educacional, impondo parâmetros morais e religiosos nas instituições de ensino e estabelecendo constrangimentos e perseguições aos profissionais da educação. Neste contexto, surgiram movimentos como “Escola sem Partido”, que visava censurar e controlar a atuação docente e o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que objetivava a militarização de instituições públicas. Este último, apesar de revogado oficialmente em 2023 pelo Governo Federal, ainda encontra espaços em sistemas estaduais e municipais de ensino, como em Minas Gerais, que vivencia um esforço por parte do governo estadual em implementar a militarização de 20% das instituições do estado²²⁴. Tais movimentos evidenciam um projeto educacional autoritário, que visa tomar a educação como um espaço de consolidação de uma ideologia retrógrada e conservadora.

Assim, revela-se pertinente e necessário o empenho em compreender os múltiplos mecanismos utilizados para o controle e orientação ideológica no âmbito educacional e entendo que a investigação da atuação dos inspetores de ensino contribui para descortinar os instrumentos empregados na implantação de projetos educacionais ao longo do século XX. A análise das fontes documentais relativas aos Colégios Nossa Senhora das Dores e Santo Antônio evidenciou a marcante presença desses agentes no cotidiano escolar, ocupando e intervindo em praticamente todos os espaços institucionais. Foi possível observar que os inspetores de ensino descreviam aulas, avaliavam a metodologia dos professores, comentavam o estado material das instituições, orientavam práticas que, muitas vezes, possuíam um viés ideológico determinado.

Neste sentido, os inspetores de ensino atuaram dentro das instituições escolares enquanto mediadores das determinações oficiais, materializadas em órgãos como Ministério da

²²⁴ Após forte reação da sociedade e comunidade escolar mineira, o governo estadual suspendeu temporariamente a tramitação do projeto. Informações disponíveis em: <https://shre.ink/tnSb> e <https://shre.ink/tnSs>. Acesso em: 3 set. 2025.

Educação e a Secretaria Estadual de Educação, e os agentes escolares, com os quais estabeleciam relações e vínculos no exercício de suas funções. Em outros termos, os inspetores atuaram segundo as determinações oficiais, a partir das legislações, correspondência e da fiscalização que eles próprios estavam submetidos, contudo, não é imprudente conjecturar que, a todo o momento, agiam no sentido de adaptar-se à cultura e às práticas implantadas nas instituições fiscalizadas, já que, “pela própria construção do serviço de inspeção que foi sendo tecida nas experiências que os inspetores foram tendo nas relações estabelecidas com os diretores e professores dos grupos escolares” (Gonçalves, 2012, p.5). Portanto, a função do inspetor foi pautada por essa ambiguidade central, atuando em um constante jogo de *estratégias* e *táticas*. Tal duplicidade pode ser pensada, por um lado, nas informações presentes nos relatórios e registros elaborados pelos inspetores dos dois colégios, que foram majoritariamente elogiosas, e, por outro, nas omissões de irregularidades existentes nas instituições, que vieram à tona apenas a partir de denúncias de sujeitos externos aos estabelecimentos ou em visitas dos inspetores itinerantes. O inspetor escolar era, portanto, fiscalizador dos estabelecimentos de ensino e fiscalizado por agentes externos do ambiente escolar, mas poderia, por meio de observações e omissões, alinhar-se, vez ou outra, com os seus diretores e professores fiscalizados.

Para além dos muros das escolas, os inspetores de ensino marcaram não apenas o campo educacional são-joanense, mas diversos outros espaços profissionais e culturais da cidade. Se por um lado, parte considerável dos inspetores de ensino teve longa atuação no campo educacional, sendo professores e diretores em diferentes escolas são-joanenses, por outro, muitos construíram carreiras que extrapolavam a atividade educacional, atuando como farmacêuticos, médicos, jornalistas, escritores e políticos e integrando organizações literárias e culturais da cidade, como o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia de Letras de São João del-Rei. Assim, foi possível identificar uma verdadeira rede de sociabilidade de intelectuais, marcantes na história literária de São João del-Rei.

Por fim, desejo ressaltar que, longe de esgotar as potencialidades dos acervos utilizados, que além de numerosos são de uma diversidade impressionante, a pesquisa que aqui se detém persistirá a partir de inumeráveis possibilidades de continuidade, com possíveis caminhos que pude apenas ter um pequeno vislumbre. Deste modo, mais do que respostas, muitas questões me atravessaram na conclusão da presente tese e muitos desdobramentos de pesquisa podem resultar da mesma, tais como: compreensão das redes de sociabilidade empreendidas pelos “inspetores intelectuais”; o aprofundamento sobre diversas práticas escolares, como, por

exemplo, as atividades esportivas, literárias e lúdicas do ambiente escolar; e, por fim, a análise mais dedicada sobre a especificidade formativa das normalistas do Colégio Nossa Senhora das Dores que, apesar de permeada pela narrativa da “professora-mãe”, fizeram amplo uso de sua formação para desenvolver ampla carreira profissional no campo educacional. Tais aspectos, apesar de não aprofundados na presente pesquisa, consistem em potenciais problemas a serem perseguidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAS, Maria Cecília de Medeiros. **Lendo no Jornal *Stella Maris* (1938-1945): as marcas de formação das professoras em uma Escola Normal Católica de Minas Gerais**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.
- ALBRICKER, Jarbas. **São João del-Rei: seus colégios e outras lembranças**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1984.
- ALVES, Márcio Fagundes. A escola pública mineira e os rituais cívicos na Era Vargas (1930-1945): um processo de reconstrução da identidade nacional brasileira. **Poiésis** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNISUL. Tubarão, v.1, n.2, p.34-46, jul./dez., 2008.
- AMADOR, Milton Cleber Pereira. Legislação educacional no Brasil (1946-1961). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 23, 2005, Londrina. **Anais**. Londrina: Universidade Federal de Londrina, 2005, n.p. Disponível em: <https://zt.ms/f3MC>. Acesso em: 5 mar. 2022.
- ANDREOTTI, Azilde Lina. A administração escolar na Era Vargas e no Nacional-Desenvolvimentismo (1930-1964). **Revista Histedbr Online**, Campinas, número especial, ago. 2006. Disponível em: <https://zt.ms/11ue>. Acesso em: 19 mai. 2025.
- ARBEX, Daniela. **Arrastados: os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca, 2022.
- ARRUDA, M. A.; VALE, A. S.; SILVA, G. F.; BENVIDES, J. R. S.; ELEUTERIO, W. A. L. Do Colégio Santo Antônio à Universidade Federal de São João del-Rei: caminhos e descaminhos de sua trajetória (1909-2002). In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS – COPEHE, 3, 2005, São João del-Rei. **Anais**. São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei, 2005, n.p.
- ARRUDA, Maria Aparecida. **Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, [S.l.], n. 27, p.213-254, jul./dez., 2006.
- BARRA, Valdeniza Maria Lopes. O serviço de inspeção escolar e a funcionarização pública da profissão docente no século XIX. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 41–63, 2017.
- BARRETO, Daiany Fernanda Queiroz. O Papel da Burocracia na Educação: uma análise crítica. **Revista Espaço Livre**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 43–58, 2022. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rel/article/view/211>. Acesso em: 19 mai. 2025.
- BENCOSTTA, Marcus Levy. Arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Revista Educar** (Editora UFPR), Curitiba, n. 18, p. 103-141. 2001.

BENCOSTTA, Marcus Levy; CORREIA, Ana Paula P. Arquitetura moderna e espaços modelares para as práticas esportivas em ambiente escolar: o exemplo do Colégio Estadual do Paraná (Curitiba, 1943-1950). **Revista Linhas** (Pós-Graduação em Educação), Florianópolis, v.12, n.1, p.95-110, jan./jun. 2011.

BOAVENTURA, Edivaldo M. A educação na Constituinte de 1946: comentários. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas Constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996. p.59-65.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

CALEFFI, Anderson Manoel. Educação, Estado e Igreja Católica: a Encíclica *Divini Illius Magistri*. **Revista Internacional d'Humanitats** (FEUSP/Univ. Autônoma de Barcelona), Barcelona, n. 59, n.p. set./dez. 2023.

CAPRI, Roberto; BELLO, André (org.) **São João del-Rei, Minas**. São Paulo, Potai & Comp., 1918.

CARDOSO, Ciro F.; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Horácio. **Almanack de São João del-Rey**. São João del-Rei, (s.n.), 1924.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: 1 – artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALоба, Rosa Fátima Souza; PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Memórias e representações da inspeção escolar nos álbuns de fotografia de Luiz Damasceno Penna (São Paulo, 1928-1959). **Cadernos de História da Educação** (UFU), Uberlândia, v.18, n.3, p.846-877, set./dez, 2019.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. **Efemérides de São João del-Rei**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942.

COELHO JR., Nelson Maurílio; CUNHA, Maria Teresa Santos. Pelo imperativo de testemunhar: a inspeção escolar arquivada (Florianópolis/SC – 1947). **Mouseion**, Canoas, n.28, dez., 2017. Disponível em: <https://zt.ms/1lug>. Acesso em: 19 mai. 2025.

CORRÊA, Denise Aparecida. **Os governos de Getúlio Vargas (1930-1954) e a Educação Física Escolar no Estado de São Paulo: lembranças de velhos professores**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CORREA, Rubens Arantes. Os intelectuais: questões históricas e historiográficas: uma discussão teórica. **Sæculum - Revista de História**, [S. l.], n. 33, p. 395–410, 2015. Disponível em: <https://zt.ms/1luh>. Acesso em: 19 mai. 2025.

CUNHA, Marcus Vinícius. A educação no período Kubtschek: os centros de pesquisa do INEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.83, n. 205, n.p. jan./dez, 2002.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Uma visita do senhor inspetor: cultura cívica nos relatórios escolares. In: MIGNOT, Ana Chrystina; CUNHA, Maria Teresa Santos. **Práticas de memórias docente**. São Paulo: Cortez, 2003.

DALLABRIDA, N.; TREVIZOLI, D.; VIEIRA, L. As mudanças experimentadas pela cultura escolar do Ensino Secundário devido à implementação da Reforma Capanema de 1942 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. *In: COLÓQUIO ENSINO MÉDIO, HISTÓRIA E CIDADANIA*, 8, 2013, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2013, p.1-13.

DALLABRIDA, Norberto; MELLO, Juliana T. dos Santos. Formando sujeitos masculinos, católicos e de elite: cultura escolar no Colégio Catarinense na década de 1950. *In: Cadernos de História da Educação* (UFU), Uberlândia, v.12, n.2, jul./dez. 2013.

DAMASCENO, Alberto; PANTOJA, Suellen. Controle e fiscalização do ensino no Pará: a inspeção escolar no início do século XX. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n.20, jan., 2020. Disponível em: <https://zt.ms/11ui>. Acesso em: 19 mai. 2025.

DE LUCA, Tânia. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. 2ed. São Paulo: Planeta, 2016.

FARIA FILHO, L. M.; GONÇALVES, I. A.; VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L. Cultura Escolar como categoria de análise e campo de investigação na história da educação brasileira. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, nº1, n.p. jan./abr., 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: Editora UFP, 2000.

FARRÉ, Cátia Montes. **A educação como ideal de reformulação social no governo Vargas e o papel dos inspetores escolares como agentes deste processo na cidade de Santo André/SP (1930-1945)**. 2011. Relatório (Pós-Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FLÔRES, Ralf José Castanheira. **São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2007. Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2007.

GAIO SOBRINHO, Antônio. **História da Educação em São João del-Rei**. São João del-Rei: FUNREI, 2000.

GATTI JÚNIOR, Décio; LIMA, Geraldo Gonçalves. As ideias católicas na produção editorial no século XX. **Educativa**, Goiânia, v.19, n.2, p.604-626, mai./ago. 2016.

GONÇALVES, Irlen Antônio. Os inspetores e a produção da cultura escolar: de fiscal da escola a orientador do ensino primário mineiro. **Cadernos de História da Educação** (UFU), Uberlândia, v.11, n.1, n.p. jan./jun., 2012.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais (1831-1888)**: São João del-Rei. São Paulo, Annablume, 2002.

HASTINGS, Max. **Catástrofe – 1914: a Europa vai à guerra**. Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca, 2014.

HULSHOF, Margarida. Qual a diferença entre Ordem e Congregação. [s.l. : s.n.]2008. Disponível em: <https://zt.ms/VxaS>. Acesso em: 30 out. 2024.

IGLESIAS, Tânia Conceição. **A experiência educativa da Ordem Franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil Colonial**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

IGLESIAS, Tania Conceição. Fontes Franciscanas: os franciscanos na historiografia do Brasil e na História da Educação brasileira. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 43, n.p. set. 2011. Disponível em: <https://zt.ms/11uk>. Acesso em: 20 jul. 2016.

ISOBE, Rogéria. Inspeção técnica como dispositivo de formação de professores: estratégia de produção de um modelo escolar em Minas Gerais. **Revista de História da Educação (UFRGS)**. Porto Alegre, vol.17, n.39, p.9-21, abr., 2013. Disponível em: <https://zt.ms/11ul>. Acesso em: 19 mai. 2025.

JULIA, Dominique. A cultura Escolar como Objeto Histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n°1, Campinas, jan./jun., 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2ed. São Paulo: Ateliê Editora, 2001.

LACERDA, Aline Lopes de. A “obra getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.7, n°14, n.p. 1994.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Pedagogia Vicentina: as primeiras escolas confessionais femininas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX (Mariana e Diamantina). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008, Aracaju. **Anais**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe: 2008, n.p.

LEONARDI, Paula; BOTTENCOURT, Agueda Bernadete. De documento religioso à fonte histórica: as atas do I Concílio Plenário da América Latina. **Educação e Filosofia**, [S.l.], v.30, n.59, p.135-158, jan./jul. 2016.

LIGEIRO, D. C.; DAVID, A.; LOPES, S. F. Livro de registro de inspetores escolares: fonte de pesquisa para a História da Educação regional. **Dialogia**, São Paulo, n.38, p.1-14, mai./ago. 2021.

LIGEIRO, Dulcineia Conceição. **A inspeção escolar no estado de São Paulo: análise de termos de visita (1922-1966)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2014.

LIMA, Alceu de Amoroso. O Estado e a Educação. **Revista Síntese**. Rio de Janeiro, n.1, n.p. 1959.

MARTINS, Rosa Maria de Souza; CARVALHO, Carlos Henrique de. Instrução pública de Minas Gerais: o inspetor escolar como agente do projeto nacionalizador mineiro (1927-1938). **Cadernos de História da Educação (UFU)**, Uberlândia, v.14, n.3, n.p. set./dez. 2015.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história, interfaces. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, vol.1, n°2, n.p. 1996.

MEDEIROS, Dulcineia Cândida Cardoso; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. Inventário dos relatórios de inspeção escolar do Ginásio Sagrado Coração de Senhor do Bonfim – BA (1944-1954). **Revista Eletrônica Multidisciplinar Pandorama**. Eunápolis, v.12, n.2, p.51-65, jul./dez., 2021. Disponível em: <https://zt.ms/11un>. Acesso em: 19 mai. 2025.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de. Burocracia e educação: uma análise a partir de Max Weber. **Revista Plural**, Pelotas, n°6, p.147-164. jan./jul., 2010.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas: preservar a informação, construir a memória. In: **Revista Proposições**, Campinas, v.16, n.1, n.p. jan./abr., 2005.

MOREIRA, Lilian Cristiane. **Altivo Sette: cultura e tradição em um poeta moderno**. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2006.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. **O que é burocracia**. São Paulo, Abril Cultural Brasileira, 1985.

NASCIMENTO, Dorval de. Escola, nação, patriotismo: inspeção escolar e promoção da cultura cívica nas escolas primárias de Santa Catarina (1900-1930). **Roteiro**, Joaçaba, v.35, n.2, n.p. dez. 2010.

OLIVEIRA, Sandra Maria. **Grupo Escolar em Minas Gerais: análise da legislação na Primeira República**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PALHA, Cássia Rita Louro; REZENDE, Tatiane Fátima de. Estado Novo e Educação: as atividades de socialização e a preocupação com a formação ideológica da juventude. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS – COPEHE, 7, 2013, Mariana. **Anais**. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2013, n.p.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período 1960-2000: de JK a FHC. In: PALMA FILHO, João Cardoso (org.). **Pedagogia cidadã**. 3ed. Santa Clara Editora (PROGRAD/UNESP), 2005b. p. 75-87.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: PALMA FILHO, João Cardoso (org.). **Pedagogia cidadã**. 3ed. Santa Clara Editora (PROGRAD/UNESP), 2005^a. p.61-74.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A escola no projeto de construção do Brasil Moderno: a reforma Francisco Campos em Minas Gerais. In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n°16, pp.12-17, dez, 1992.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Educação e Estado Novo em Minas Gerais**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Triste retrato: a educação mineira no Estado Novo. In: FARIA, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (org.). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. A Era das Cadeiras Isoladas: o ensino primário e os conteúdos voltados para as atividades agropastoris na Paraíba. **HISTEDBR on-line**, [S.l.], n°2, abr. 2001. Disponível em <https://zt.ms/7pa0>. Acesso em: 30 jan. 2025.

PIO XI. CARTA ENCÍCLICA *Divini Illius Magistri* – Acerca da Educação Cristã da Juventude [S.l.: s.n.], 1929. Disponível em: <https://zt.ms/i2KJ>. Acesso em: 18 nov. 2016.

RESENDE, Paula Mendonça de. **A organização social dos trabalhadores fabris em São João del-Rei (1891-1935)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

REZENDE, Tatiane Fátima de. **A cultura escolar e os significados da formação do sujeito nos Colégios Santo Antônio e Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei (1940-1960)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2018.

REZENDE, Tatiane Fátima de. **Educação e Estado Novo**: as marcas da formação ideológica da juventude impressas nas fotografias escolares. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

RIBEIRO, B. O.; CARVALHO, L.; OLIVEIRA, S. M. Inspetor de ensino e diretor escolar na legislação educacional de Minas Gerais. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v.20, n.3, p.37-66, nov. 2015.

RIBEIRO, Rúbia Soraya Lelis. **As fotografias de André Bello (1979-1941)**: imagens da modernidade em São João del-Rei. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SACRAMENTO, José Antônio de Ávila. Os Salesianos em São João del-Rei. **Revista da Academia de Letras de São João del-Rei**, São João del-Rei, ano IV, nº6, n.p. 2012.

SANFELICE, José Luís. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da História. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.28, n.99, n.p. mai./ago. 2007.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Gênese do pensamento único em educação**: franciscanismo e jesuitismo na História da Educação Brasileira. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

SANTI, D. N.; SCHELBAUER, A. R.; CASTANHA, A. P. O sistema de inspeção do ensino na primeira metade do século XX no Paraná. **Educação em Revista**. v.38, Belo Horizonte, n.p. 2022. Disponível em: <https://zt.ms/11uo> Acesso em: 19 mai. 2025.

SANTOS, Ademir Valdir dos; FERREIRA, Naura Syria Carapeto. A inspeção escolar e a nacionalização no Estado Novo: políticas e práticas pedagógicas nas escolas primárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (Sociedade Brasileira de História da Educação), 4, 2006, Goiânia. **Anais**. Goiânia, Faculdade Católica de Goiás, 2006, n.p.

SANTOS, Ademir Valdir. A inspeção escolar e a campanha nacionalista: políticas e práticas na escola primária catarinense. **Revista Educação em Questão**. Natal, v.33, n.19, p.229-252, set./dez. 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p.9-32.

SCWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M.; COSTA, V. M. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.

SILVA, Evelyane Cavalcanti de Araújo; PINHEIRO, Antônio Carlos F. A educação física e o teatro infantil na Paraíba: corpo e mente para a Pátria cívica. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL*, 9, 2012, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: Universidade Federal de Paraíba, 2012, n.p.

SILVA, Maria Solange. Humberto de Campos: inspetor federal do ensino secundário. *In: Cadernos de Educación y Desarrollo*, Espanha, v.16, n.4, p.1-22, 2024. Disponível em <https://zt.ms/11up>. Acesso em: 19 mai. 2025.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In: REMOND, René (org.). Por uma história política*. 2ed. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003. p.231-269.

SOUZA, Dominique Guimarães; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Aspectos históricos da educação e do ensino de Ciências no Brasil: do século XVI ao século XX. **Educação Pública**, [S.l.], n.p. 2018. Disponível em: <https://zt.ms/Vrb8>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SOUZA, Rita de Cássia. Cultura escolar e práticas educacionais na Reforma Francisco Campos: a participação dos(as) professores(as). *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 3, 2004, Curitiba. **Anais**. Curitiba: Universidade Católica do Paraná, 2004, n.p.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. *In: Educar*, Curitiba, nº18, p.75-101, 2001. Disponível em: <https://zt.ms/11uq>. Acesso em: 19 mai. 2025.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação da UNESP, 1998.

VARGAS, Juliana Ribeiro de. Mais educados do que instruídas: recortes sobre a escolarização feminina. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v.6, n.2, p.18-25, jul./dez 2018. Disponível em: <https://zt.ms/11ur>. Acesso em: 19 mai. 2025.

VAZ, Alice C. **A escola em tempos de festa**: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

VAZ, Alice C. As festividades cívicas nas escolas mineiras e o 1º de Maio (1930-1954). *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL*, 9, 2012, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, n.p. 2012.

VELOSO, Geisa Magela. Inspeção escolar e as estratégias de demarcação de espaço de poder e autonomia profissional (1912-1914). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n.23, p.113-167, mai./ago., 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. *In: Revista Educação*, Santa Maria, v.30, nº2, n.p. 2005. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em: 10 set. 2013.